



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZA VILELA AMELOTI

INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NAS POSTURAS INTERNACIONAIS

Análise dos Discursos de Potências Regionais na Assembleia Geral da ONU

Recife,

2024

LUIZA VILELA AMELOTTI

INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NAS POSTURAS INTERNACIONAIS

Análise dos Discursos de Potências Regionais na Assembleia Geral da ONU

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política. Área de concentração: Política Internacional Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros

Recife,

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Amelotti, Luiza Vilela.

Influências ideológicas nas posturas internacionais:
análise dos discursos de potências regionais na Assembleia
Geral da ONU / Luiza Vilela Amelotti. - Recife, 2024.
179f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política, 2024.

Orientação: Marcelo de Almeida Medeiros.

1. Análise de discurso; 2. Potências intermediárias; 3.
Assembleia Geral da ONU; 4. Política internacional
comparada. I. Medeiros, Marcelo de Almeida. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LUIZA VILELA AMELOTI

INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NAS POSTURAS INTERNACIONAIS

Análise dos Discursos de Potências Regionais na Assembleia Geral da ONU

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política. Área de concentração: Política Internacional Comparada.

Aprovado em: 15/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rafael Mesquita (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Sobreira (Examinador Externo)
Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação

Prof. Dr. Dawisson Belém Lopes (Examinador Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^ª. Dr^ª. Janina Onuki (Examinador Externo)
Universidade de São Paulo

Agradecimentos

A conclusão desta tese representa a culminação de uma jornada longa e desafiadora, que não seria possível sem o apoio e a contribuição de muitas pessoas. A todos vocês, meu mais sincero agradecimento.

Em especial, agradeço aos meus pais, Vinicius e Maristela, e ao meu irmão, Pedro, pelo suporte incondicional, por toda motivação e por sempre estarem presentes por mim. Vocês são uma parte muito importante em minhas conquistas.

Aos meus grandes amigos, Everton Lira e Otávio Catelano, por todas as trocas, discussões e cervejadas. Por me incentivarem e acreditarem, mesmo quando eu duvidava que chegaria até aqui. E aos meus três grandes amores, José Alfredo, Melquíades e Branco, por sempre me fazerem tão feliz.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Medeiros, pela orientação e parceria ao longo de todo o processo. Sua expertise e conselhos valiosos foram fundamentais na minha jornada acadêmica.

Aos Professores Andrew Hurrell, David Doyle, Janina Onuki e Rafael Mesquita por todas as sugestões e comentários no desenvolvimento dessa tese. Agradeço também aos membros da banca examinadora, pela disposição em avaliar este trabalho e pelas contribuições enriquecedoras durante a defesa.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a dedicação exclusiva a esta pesquisa, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado sanduíche para estudar na Universidade de Oxford.

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

Esta tese investiga o impacto da ideologia nos discursos dos chefes de governo das potenciais lideranças regionais em âmbito internacional. Potenciais lideranças regionais são potências intermediárias de diferentes partes do mundo definidas com base na sua superioridade em critérios que englobam capacidades materiais e ideacionais para a projeção, o estabelecimento de laços, a promoção de interesses e a segurança regional. Desse modo, a delimitação das regiões onde as potências intermediárias exercem maior influência é baseada no *Correlates of War* e o *Regions of War & Peace Regions*. Essa análise oferece uma abordagem sistemática e objetiva para definição do recorte espacial, contribuindo para uma compreensão mais sólida das dinâmicas de liderança regional. Assim, são analisados 82 discursos proferidos pelos chefes de governo da Austrália, África do Sul, Brasil, Índia e Turquia na Assembleia Geral da ONU entre 2000 e 2022. Partindo de estudos prévios que indicam que diferentes orientações ideológicas podem influenciar as abordagens políticas e estratégias internacionais dos países, as hipóteses levantadas sugerem que líderes políticos de esquerda tendem a enfatizar questões sociais, e ambientais, além de estarem mais propensos a participar de organizações regionais, enquanto aqueles de orientação de direita têm maior inclinação para pautas comerciais e militares e maior tendência a engajamentos em organizações internacionais. Para essa testagem, são utilizados métodos de análise quantitativa de texto, com a contagem de termos, a análise de sentimento e o Wordfish para validação dos resultados. A contagem de termos ajuda a determinar quais temas são mais frequentemente abordados pelos líderes em seus discursos internacionais, a análise de sentimento revela se eles adotam uma postura mais positiva, negativa ou neutra em relação a determinadas questões e a análise não-supervisionada através do Wordfish indica quais dimensões são preponderantes nas falas dos emissores. Os achados revelam uma tendência de projeção de imagens idealistas dos Estados, promovendo ideais que nem sempre se traduzem em práticas políticas concretas. Foram identificados 11 casos simétricos, em que os líderes apresentaram discursos alinhados com a ideologia, e 10 assimétricos, em que as falas estão desalinhadas com as ideologias dos emissores. Desse modo, embora não seja confirmada a hipótese principal de que o espectro esquerda-direita influencia diretamente os discursos internacionais, elementos ideológicos são identificados nas mensagens políticas analisadas. Esses resultados enfatizam a importância de considerar outras dimensões e efeitos ideológicos em diferentes contextos e arenas, bem como aprimorar os métodos de análise para uma compreensão mais abrangente dos discursos nas dinâmicas na política internacional.

Palavras-chave: análise de discurso; potências intermediárias; política internacional comparada; Assembleia Geral da ONU

ABSTRACT

This thesis investigates the impact of ideology on the speeches of government leaders from potential regional powers on an international scale. Potential regional powers are middle powers from different parts of the world defined based on their superiority in criteria encompassing material and ideational capacities for projecting, establishing ties, promoting interests, and regional security. Thus, the delimitation of regions where middle powers exert greater influence is based on the Correlates of War and the Regions of War & Peace Regions. This analysis provides a systematic and objective approach to defining the spatial scope, contributing to a more robust understanding of regional leadership dynamics. Therefore, 82 speeches delivered by government leaders from Australia, South Africa, Brazil, India, and Turkey at the UN General Assembly between 2000 and 2022 are analyzed. Building on previous studies indicating that different ideological orientations can influence countries' political and international strategic approaches, the hypotheses suggest that left-leaning political leaders tend to emphasize social and environmental issues and are more likely to participate in regional organizations, while right-leaning leaders are more inclined towards commercial and military agendas and have a greater tendency to engage in international organizations. For this testing, quantitative text analysis methods are used, including term counting, sentiment analysis, and Wordfish for result validation. Term counting helps determine which themes are most frequently addressed by leaders in their international speeches, sentiment analysis reveals whether they adopt a more positive, negative, or neutral stance on certain issues, and unsupervised analysis via Wordfish indicates which dimensions are predominant in the speakers' speeches. The findings reveal a trend of projecting idealistic images of states, promoting ideals that do not always translate into concrete political practices. It was identified 11 symmetrical cases, when the speeches were totally aligned with the ideology, and 10 asymmetrical, when the speeches were unaligned with the speaker's ideology. Thus, although the main hypothesis that the left-right spectrum directly influences international speeches is not confirmed, ideological elements are identified in the political messages. These results emphasize the importance of considering other ideological dimensions and effects in different contexts and arenas, as well as improving analysis methods for a more comprehensive understanding of speech dynamics in international politics.

Keywords: discourse analysis; middle powers; comparative international politics; UN General Assembly

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução teórica do conceito de Potências Intermediárias.....	16
Quadro 2 – Atributos das potências regionais	24
Quadro 3 – Abordagens para estudo da ideologia	59
Quadro 4 – Síntese da literatura revisada sobre ideologia e comportamento no SI.....	65
Quadro 5 – Bancos de dados para classificações ideológicas.....	70
Quadro 6 – Classificação ideológica dos líderes pelo ID_base	73
Quadro 7 – Controles por Contexto.....	85
Quadro 8 – Objetivos e técnicas para teste de hipóteses	88
Quadro 9 – Análise das hipóteses.....	88
Quadro 10 – Definição das categorias do dicionário.....	90
Quadro 11 – Número de termos por categoria.....	92
Quadro 12 – Simulação de cenários da distribuição ideológica	98
Quadro 13 – Classificação ideológica e índices dos líderes por país.....	114
Quadro 14 – Sumário da escala de posicionamento dos líderes por país	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atributos materiais das potências intermediárias.....	28
Tabela 2 – Atributos imateriais das potências intermediárias.....	30
Tabela 3 – Matriz de correlação entre bases de dados.....	71
Tabela 4 – Estatística básica do corpus após limpeza dos dados.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação dos atributos de Irã e Turquia.....	31
Gráfico 2 – Posicionamento ideológico dos líderes pelo IDbase.....	72
Gráfico 3 - Número de discursos por País.....	76
Gráfico 4 – Número de discursos por Chefe de Governo.....	76
Gráfico 5 - Número de palavras únicas por Chefe de Governo.....	77
Gráfico 6 - Lei de Zipf.....	79
Gráfico 7 – Nuvem de palavras mais frequentes nos discursos.....	81
Gráfico 8 – Correlação entre os índices relativo e logit.....	96
Gráfico 9 – Palavras específicas da África do Sul.....	101
Gráfico 10 – Palavras específicas da Austrália.....	101
Gráfico 11 – Palavras específicas do Brasil.....	102
Gráfico 12 – Palavras específicas da Índia.....	102
Gráfico 13 – Palavras específicas da Turquia.....	103
Gráfico 14 – Posicionamento segundo as pautas abordadas.....	105
Gráfico 15 - Posicionamento segundo as organizações abordadas.....	108
Gráfico 16 - Posicionamento segundo os países abordados.....	111
Gráfico 17 - Posicionamento geral dos líderes.....	113
Gráfico 18 – TFIDF Howard.....	123
Gráfico 19 – TFIDF Turnbull.....	124
Gráfico 20 – TFIDF Morrison.....	125
Gráfico 21 – TFIDF Rudd.....	126
Gráfico 22 – TFIDF Temer.....	127
Gráfico 23 – TFIDF Vajpayee.....	128
Gráfico 24 – TFIDF Modi.....	128
Gráfico 25 – TFIDF Gul.....	130
Gráfico 26 – TFIDF Erdogan 1 e 2.....	131
Gráfico 27 – Categorias dos discursos sul-africanos.....	136
Gráfico 28 – Categorias dos discursos australianos.....	137
Gráfico 29 – Categorias dos discursos brasileiros.....	138
Gráfico 30 – Categorias dos discursos indianos.....	139
Gráfico 31 – Categorias dos discursos turcos.....	140
Gráfico 32 – Classificação wordfish presidentes sul-africanos.....	141
Gráfico 33 – Classificação wordfish primeiros-ministros australianos.....	142
Gráfico 34 – Classificação wordfish presidentes brasileiros.....	144

Gráfico 35 – Classificação wordfish primeiros-ministros indianos.....	145
Gráfico 36 – Classificação wordfish presidentes turcos.....	146

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. POTÊNCIAS	13
2.1. POTÊNCIAS INTERMEDIÁRIAS	16
2.2. POTENCIAL LÍDER REGIONAL	21
2.3. DEFININDO OS POTENCIAIS LÍDERES REGIONAIS.....	25
3. A POLÍTICA EXTERNA DAS POTENCIAIS LIDERANÇAS REGIONAIS.....	33
3.1. ÁFRICA DO SUL	34
3.2. AUSTRÁLIA.....	37
3.3. BRASIL	43
3.4. ÍNDIA	48
3.5. TURQUIA.....	51
4. IDEOLOGIA.....	59
4.1. O AMBIENTE INTERNACIONAL NAS PAUTAS IDEOLÓGICAS	61
4.2. ESQUERDA, DIREITA E POLÍTICA EXTERNA	63
5. DADOS	70
5.1. CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS LÍDERES.....	70
5.2. ANÁLISE DOS DISCURSOS.....	75
5.3. CORPUS	76
5.4. LIMPEZA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	79
5.5. ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS PALAVRAS	82
5.6. CONTEXTO.....	84
6. MÉTODOS DE ANÁLISE	87
6.1. HIPÓTESES E OBJETIVOS	87
6.2. DICIONÁRIO.....	90
7. RESULTADOS	100
7.1. OS PERFIS DOS PAÍSES E SEUS EMISSORES	100
7.2. POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS	103
8. DISCUSSÃO.....	117
8.1. CASOS SIMÉTRICOS.....	117
8.2. CASOS PARCIALMENTE SIMÉTRICOS.....	120
8.3. CASOS ASSIMÉTRICOS.....	122
9. INDO ALÉM DA DIMENSÃO DIREITA-ESQUERDA	132
9.1. CATEGORIAS.....	134
9.2. POSICIONAMENTO DOS LÍDERES.....	140
10. CONCLUSÕES.....	148
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE A – LISTA DE PALAVRAS DO DICIONÁRIO	161
APÊNDICE B – INDICADORES DOS POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS.....	163
APÊNDICE C – INDICADORES COM CONTROLE DE EVENTOS	166
APÊNDICE D – ENTONAÇÕES AJUSTADAS PELA MÉDIA.....	168

1. INTRODUÇÃO

A ideologia afeta as posturas adotadas pelos países em nível internacional? Esta tese testa a hipótese de que a dimensão esquerda-direita é determinante nos discursos internacionais dos chefes de governo das potenciais lideranças regionais.

A transição da Guerra Fria para a era da informação trouxe mudanças significativas no cenário internacional, marcando o declínio das potências mundiais e a ascensão de instituições globais e atores regionais. Essa transição também evidenciou a importância das instituições multilaterais, regras globais e participação de novos atores na governança global, alterando as concepções de soberania estatal e as relações internacionais. Essas transformações refletem a complexidade e a evolução dinâmica do sistema internacional (SI).

Nesse contexto, a inclusão de países de médio e pequeno porte, bem como a interação entre diferentes atores, desempenha um papel significativo na configuração global. Ainda assim, a hierarquia de poder mantém sua relevância na tomada de decisões. Nesse sentido, os Estados podem ser categorizados em diferentes níveis de potências, refletindo a percepção dos líderes sobre a capacidade de influenciar e determinar o sistema internacional (Keohane, 1969; Cox, 1989; Abbondanza e Wilkins, 2022). Essas categorias, que vão desde pequenas potências até superpotências, fornecem uma estrutura analítica para compreender a complexidade das relações internacionais e a hierarquia de poder no cenário global.

Diante disso, o conceito de potências intermediárias (PI), que remonta ao período da Segunda Guerra Mundial, persiste como um tema recorrente nos meios acadêmicos e políticos, evoluindo ao longo do tempo conforme as configurações do sistema internacional se transformam (Robertson e Carr, 2023). A redistribuição do poder desafia a dominância ocidental e a ordem internacional liberal, impulsionando o desenvolvimento de teorias modernas para analisar as potências intermediárias (Abbondanza e Wilkins, 2022).

Pensar as PIs requer uma análise que leve em conta uma variedade de fatores, incluindo capacidades, dinâmicas e influências. Isso porque, medidas baseadas em aspectos materiais oferecem um ponto de partida (Beeson, Bloomfield e Wicaksana, 2020) que deve ser aliado a observações dos aspectos imateriais que constituem um país, como impacto político e diplomático, influências culturais, sociais e ideacionais (Abbondanza e Wilkins, 2022).

As potências intermediárias têm um papel fundamental na estabilidade e legitimidade da ordem global, participando ativamente de iniciativas multilaterais e cooperativas, buscando consensos e promovendo pautas internacionais em linha com o status quo (Hurrell, 2000; Jordaan, 2003; Flemes, 2016). Contudo, sua capacidade de liderança é irregular e sua atuação no sistema internacional é limitada (Jordaan, 2017). Essa definição é complexa, mas alguns países naturalmente se enquadram no perfil devido ao equilíbrio de seus atributos de poder, sua capacidade de escolher entre papéis regionais e/ou globais, e seus amplos interesses internacionais (Hurrell, 2000).

As potências regionais seguem a mesma linha. Segundo Nolte (2010), elas incorporam elementos de várias teorias clássicas das Relações Internacionais, incluindo o liberalismo, o realismo e o construtivismo, ao abordar aspectos como a base interna de poder, os recursos e sua utilização, e os papéis, estratégias e comportamentos dos Estados em suas interações regionais e com as instituições regionais.

Em síntese, Flemes (2010) descreve potências regionais como países que fazem parte de uma região com base em delimitações geográficas, econômicas e político-ideológicas. Esses países têm características como serem potências intermediárias em escala global, assumirem projetos de liderança, possuírem capacidades materiais e ideacionais para a projeção regional, exercerem influência nas relações intrarregionais, desenvolverem laços econômicos, políticos e culturais com a região, promoverem bens coletivos e zelarem pela segurança e ordem regionais.

Embora Flemes coloque a condição de potência intermediária como anterior à de potência regional, Nolte e Hurrell sugerem que países com influência sólida em suas regiões são potenciais candidatos a *middle powers*, mesmo quando a liderança regional é contestada, como no caso da Índia e do Brasil. O exercício do poder na região pode assumir diversas formas (Prys, 2012), resultando frequentemente em uma liderança contestada e ambígua, com a presença de centros de poder concorrentes que limitam a projeção das potências no cenário global (Nolte, 2010).

Essa relação entre ser potência regional e liderar uma região é complexa e pode variar ao longo do tempo. Existem Estados que possuem os atributos necessários para se tornarem líderes regionais, mas que não conseguem manter de forma consistente esse papel ao longo da história. Diante disso, um potencial líder regional é um país que possui características que o destacam em sua região em comparação com outras potências, tanto em atributos de *hard power*, como capacidades militares e econômicas, quanto de *soft power*, como influência cultural e diplomática.

É importante destacar que o potencial líder regional pode ou não querer assumir um projeto de liderança sobre sua região. Essa decisão é influenciada por prioridades específicas de determinados governos, pela vontade política das elites dominantes, capacidade retórica dessas elites e seu alinhamento com outros governos. Ou seja, mesmo que possuam capacidades e recursos para liderar, esses países podem optar por não o fazer. Em termos práticos, um potencial líder regional é capaz de se destacar em situações de conflitos regionais e possui recursos e habilidades para sair vitorioso. Seus vizinhos não representam limitadores significativos para suas ações. Além disso, esses Estados se engajam ativamente em organizações multilaterais tanto dentro de sua região quanto além dela, mas sua liderança efetiva não é uma constante ao longo do tempo, podendo variar de acordo com a conjuntura internacional e as prioridades políticas internas.

Para identificar potenciais líderes regionais, inicialmente são selecionadas as potências intermediárias seguindo os critérios estabelecidos por Flermes (2010). Em um estudo de Paiva e Mesquita (2022) sobre ascensão das potências médias, 27 países são identificados como intermediários com base em indicadores do *World Power Index*. Em seguida, são definidas as regiões lideradas por essas potências, a partir dos modelos de análise do *Correlates of War* (CoW) e o *Regions of War & Peace Regions* (RoW&P).

Observar tanto o CoW quanto o RoW&P na definição das regiões é vantajoso porque o CoW oferece categorias amplamente reconhecidas, embora seja limitado a 6 macrorregiões, enquanto o RoW&P permite uma definição mais específica das zonas de influência de cada potência (Lemke, 2016). Com as PIs e suas regiões identificadas, o foco se volta para os potenciais líderes regionais. Primeiramente, são excluídas as potências intermediárias sob influência direta das grandes potências, presentes em regiões como Europa, América do Norte e Leste Asiático. Em seguida, para regiões com múltiplas PIs, são comparados seus atributos para determinar o país mais forte. Nessa análise estão incluídos: Austrália e Nova Zelândia na Oceania; Brasil, Argentina e Chile na América do Sul; Turquia e Irã no norte do Oriente Médio; Kuwait e Arábia Saudita na península Árabe.

Os dados revelam casos notáveis de potenciais líderes regionais, como Austrália na Oceania, Brasil na América do Sul e Arábia Saudita na Península Árabe, destacando-se por seus atributos materiais. Em termos imateriais, os países com forte desempenho material também se destacam, embora com uma vantagem menos significativa sobre seus concorrentes. Por outro lado, a análise do Norte do Oriente Médio revela que a Turquia sobressai em relação ao Irã em aspectos como *soft power* e liderança em organizações

internacionais. Em resumo, as potenciais lideranças regionais incluem África do Sul e Índia, sem concorrência direta em suas regiões; Austrália e Brasil, com destaque em todos os critérios sobre seus vizinhos concorrentes; Arábia Saudita, superior ao Kuwait; e a Turquia, superior ao Irã na maioria dos indicadores.

Desses países, apenas a Arábia Saudita foi desconsiderada da análise, devido ao seu sistema de governo. Os cinco países restantes – Austrália, África do Sul, Brasil, Índia e Turquia – são importantes atores globais com grandes extensões territoriais, populações significativas e papéis fundamentais em suas regiões. Todos buscam influenciar não apenas suas regiões imediatas, mas também esferas globais, através de parcerias estratégicas e participação em fóruns internacionais como BRICS, G20 e IBSA. Eles colaboram em questões de interesse comum como comércio, segurança, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. A África do Sul, Brasil e Índia emergem como líderes do Sul Global devido à sua importância geopolítica, economias em crescimento e ativismo diplomático, enquanto a Turquia é vista como um líder regional que promove a multipolaridade e defende os direitos dos países menos desenvolvidos. A Austrália, por sua vez, desempenha o papel de protetor regional na Oceania, sendo engajada na promoção de interesses comuns e contribuindo para a segurança e prosperidade globais.

A ideologia desempenha um papel fundamental na discussão sobre líderes regionais, pois molda as visões de mundo, princípios e conceitos que orientam o comportamento e as ações dos países. As ideias compartilhadas por esses atores, seja em termos de política externa, desenvolvimento econômico, segurança regional ou cooperação multilateral, diferenciam suas abordagens e estratégias, influenciando diretamente a coordenação e legitimação de suas ações políticas. Além disso, a ideologia também pode afetar a forma como esses países são percebidos por outros atores regionais e globais, impactando suas relações e parcerias.

O conceito de ideologia é usado historicamente para explicar várias dinâmicas políticas, como mudanças de regime, alianças, relações entre potências e a propagação de revoluções. Ela molda agendas políticas e influencia o comportamento dos atores, sendo fundamental para a coordenação e legitimação das suas ações. As ideias compartilhadas por grupos específicos diferenciam suas visões dos fenômenos sociais e esclarecem princípios essenciais para o comportamento humano.

Correntes tradicionais das Relações Internacionais, como o liberalismo e o realismo, minimizam o papel da ideologia, focando em análises mais racionalistas que consideram as crenças dos atores como dadas, visando maximizar a utilidade diante de

constrangimentos sociais. Nesse contexto mais materialista, as ideologias são vistas como justificativas das ações dos governos, mas não como fatores primordiais na tomada de decisão. Por outro lado, abordagens idealistas argumentam que a realidade é moldada por conceitos e signos, atribuindo às ideologias um papel mais central na construção das relações internacionais.

Embora haja debates teóricos sobre o peso das ideias, é consenso que estas têm impacto na política junto com fatores materiais e racionais. Diante disso, essa tese propõe uma abordagem que une análise quantitativa e discursiva para explorar a relação entre ideologia e comportamento político, considerando a importância da linguagem e sua interconexão com a sociedade e o poder.

Diferentes correntes ideológicas competem pelo controle da linguagem e coordenação política, influenciando as interações estratégicas, institucionalização de regras e normas, e direcionamento das ações dos atores políticos, além de impactar as visões sobre as questões globais. Estudos identificam, por exemplo, que o posicionamento ideológico dos partidos políticos influencia o apoio à integração regional e o estímulo à globalização.

Mesmo reconhecendo que a divisão esquerda-direita não abriga toda a complexidade das ideologias, ela ainda oferece uma capacidade explicativa abrangente, especialmente ao considerar a esfera política global e doméstica (Bobbio, 1996; Maynard e Mildenberg, 2018; Noël e Thérien, 2022; Destradi e Plageman, 2023). A polarização entre esquerda e direita reflete não apenas diferenças ideológicas, mas também oposições em relação a interesses, julgamentos e questões políticas. A origem desses embates ideológicos está relacionada ao desenvolvimento das democracias e dos conceitos de direitos humanos, liberdade, equidade e justiça. Enquanto a direita política defende a manutenção do status quo e a obediência às autoridades e normas coletivas, a esquerda busca reformas nas estruturas sociais consideradas injustas, defendendo a justiça social e a intervenção do Estado na redistribuição de recursos (Noël e Thérien, 2022).

Essas diferenças têm repercussões significativas nas relações internacionais. Partidos de direita tendem a adotar comportamentos mais agressivos e militaristas, enquanto os de esquerda são mais propensos à cooperação internacional e ao multilateralismo (Bertoli et al., 2018; Rathbun, 2020). Além disso, as ideologias influenciam as preferências em temas como comércio internacional, ajuda externa e alinhamento político em organizações internacionais (Kreppel e Tsebelis, 1999; Milner e Judkins, 2004; Potrafke, 2009; Milner e Tingley, 2010). Essas divergências também se

estendem a questões econômicas, sociais e energéticas, mostrando como a ideologia influencia a formulação de políticas e alianças internacionais.

Além disso, em contextos regionais como na América do Sul e na África, as ideologias também desempenham um papel importante. Governos de esquerda tendem a buscar uma projeção mais autônoma e equilibrada em suas relações internacionais, enquanto os de direita podem priorizar parcerias com potências desenvolvidas ou políticas mais alinhadas ao neoliberalismo (Stone, 2004; Baumann, 2005; Onuki e Oliveira, 2006; Lopéz, 2015).

No entanto, a análise da clivagem esquerda-direita em países não ocidentais conta com lacunas significativas. No contexto do Oriente Médio e Norte da África (MENA), por exemplo, a dimensão religiosa-secular ainda é crucial para entender a competição política. Porém não se deve descartar que a direita domina o espectro político na região. Estudos revelam que as dinâmicas esquerda-direita influenciam as atitudes dos governos em relação a reformas políticas e econômicas (Aydogan, 2020); e que, no Irã, Turquia e Israel, as relações com os Estados Unidos, o apoio à União Europeia e questões relacionadas à Palestina são salientes na competição política. Em temas de segurança e política nuclear, a política externa indiana demonstra que a perspectiva de que a esquerda tende a ser mais pacifista e a direita mais belicosa se confirma (Destradi e Plagemann, 2023).

Assim, em um contexto político complexo, é comum utilizar modelos simplificados, como a abordagem unidimensional esquerda-direita, para representar as posições dos atores políticos. Embora essa dimensão seja comparável ao longo do tempo e do espaço, sua aplicação também apresenta desafios devido às particularidades de cada caso, dificultando o estabelecimento de padrões ideológicos universais. Diversos estudos exploram o posicionamento político, considerando autoidentificação, percepção do eleitorado e conteúdo dos manifestos, por exemplo.

Nesta tese, optou-se por bases de estudos comparados que garantem parâmetros uniformes para todos os casos, como o *Database of Political Institutions* (DPI), *Varieties of Party Identity and Organization* (V-PARTY) e o *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES). Para lidar com as limitações de cada banco, foram realizados testes estatísticos para imputação de dados e análise fatorial para estabelecer um índice mais completo baseado nesses indicadores.

Essa estratégia de combinar os dados representa um avanço em direção a um modelo mais robusto e representativo da realidade que permite uma visão abrangente dos

posicionamentos ideológicos dos líderes políticos em diferentes países, facilitando uma comparação precisa. Os dados revelam a diversidade de alinhamentos ideológicos dentro de cada contexto nacional. Ao integrar as informações dos diferentes bancos de dados, esta tese busca oferecer uma visão mais completa e aprofundada das dinâmicas políticas, contribuindo para um entendimento mais amplo das relações entre líderes e ideologias em diferentes contextos políticos.

Os dados indicam que, no caso australiano, Gillard e Rudd se posicionam mais à esquerda, enquanto Howard, Morrison e Abbott estão mais à direita. Na África do Sul, todos os líderes estão mais à esquerda. No Brasil, há uma distribuição ampla e próxima dos extremos da escala: Bolsonaro e Temer são posicionados à direita, Cardoso aparece como centro e os governos de Rousseff e Silva são os casos mais à esquerda. Na Índia, Modi e Vajpayee estão mais à direita, e Singh mais à esquerda. Quanto aos líderes turcos, Erdogan e Gul aparecem à direita, enquanto Sezer demonstra mais tendências de esquerda.

A análise quantitativa de conteúdo em discursos, ao classificar posicionamentos por meio de critérios automatizados, busca capturar a manifestação das ideologias na comunicação política, através da alocação objetiva de unidades de texto em categorias específicas. Essa abordagem é fundamental para compreender como as ideologias são transmitidas e representadas no discurso político.

Enquanto fontes de informação sobre o posicionamento de atores, os discursos políticos refletem não apenas as preferências declaradas, mas também as ambições implícitas dos emissores, muitas vezes nas entrelinhas e dependentes das informações contextuais para sua identificação. Dessa forma, ao analisar os discursos na Assembleia Geral da ONU (AGONU) é possível examinar como os líderes políticos manifestam suas ideologias e como elas influenciam suas agendas e prioridades em questões internacionais. Esses debates funcionam como uma janela para compreender as preferências ideológicas dos governos ao longo do tempo, oferecendo uma visão das dinâmicas políticas em curso e das relações entre líderes e ideologias em diferentes contextos políticos.

As análises quantitativas dos textos partem da ideia de que a frequência das palavras reflete a importância dos temas no discurso (Rocha, 2021). Isso ajuda a entender os posicionamentos dos emissores. Os métodos computacionais também são úteis para várias finalidades na comunicação política (Bruinsma e Gemenis, 2019). É importante

reforçar que todos os modelos de análise de texto têm suas limitações, e que a validação é crucial para obter resultados confiáveis (Grimmer e Stewart, 2013).

As técnicas utilizadas focam na contagem de termos e análise de sentimento, complementadas pelo *wordscores* para incremento do modelo (Baturu, Dasandi e Mikhaylov, 2017; Grimmer e Stewart, 2013). Essa abordagem parte do princípio de que os textos são um conjunto de palavras, sem considerar a ordem ou gramática, e a frequência das palavras é o aspecto mais importante (Baturu, Dasandi e Mikhaylov, 2017). Isso garante uma análise confiável dos posicionamentos ideológicos nos discursos.

Os dados abrangem discursos proferidos pelos líderes dos cinco países na Assembleia Geral da ONU entre 2000 e 2022. Após uma revisão textual para correção de erros, os documentos foram organizados em uma base de dados e tiveram seus metadados adicionados. Ao todo, foram coletados e processados 82 discursos. Para mitigar distorções e assimetrias nos dados, foi realizada a limpeza dos termos mais comuns e frequentes, como preposições, numerais, artigos e pronomes. Outro processamento aplicado foi a transformação dos tokens em *stemmings*, reduzindo as palavras ao seu radical para análise de seus significados centrais. Além disso, expressões compostas relevantes foram preservadas.

A remoção das *stopwords* foi essencial para garantir que os termos analisados atribuíssem significado aos textos. Apesar da redução das disparidades nos dados, ainda persistiram valores elevados de desvio padrão e média, destacando a importância da análise baseada em padrões relativos. Essas etapas de processamento são cruciais para uma análise mais precisa e significativa dos discursos políticos nos contextos selecionados.

Após a preparação dos dados, é possível identificar os termos significativos mais frequentes em cada discurso dos líderes políticos. Essas palavras-chave são essenciais para entender os pontos centrais de um texto, sendo úteis tanto na análise inicial do *corpus* quanto para complementar interpretações em análises mais complexas. Esses testes contribuem para construir os perfis e tendências dos líderes e países ao longo do tempo, oferecendo uma visão das dinâmicas políticas estudadas. Combinados com análises ideológicas mais direcionadas, esses métodos proporcionam uma interpretação mais completa dos dados.

O contexto e os eventos globais têm um papel significativo na modelagem dos discursos políticos, influenciando não apenas as crenças pessoais e compartilhadas dos líderes, mas também as configurações espaço-temporais em que eles se encontram (Van

Dijk, 2013). Essa interação entre contexto e discurso é fundamental para compreender como os líderes se expressam e como suas falas são percebidas. Assim, é importante destacar situações que também podem influenciar as falas dos líderes, como as condições políticas, macroeconômicas e eventos globais de impacto, como o atentado de 11 de setembro, a crise econômica de 2008, a primavera árabe e a pandemia de Covid-19. A escolha desses eventos é dada pelo impacto duradouro que causaram nas esferas política e econômica dos países, o que pode afetar as falas dos líderes de maneira profunda e variada.

Diante disso, a hipótese geral é que o espectro esquerda-direita influencia os discursos internacionais dos chefes de governo de potenciais lideranças regionais. Baseado em estudos como Kreppel e Tsebelis (1999), Onuki e Oliveira (2006), Rathbun (2020), Noël e Thérien (2022), Milner e Judkins (2004), Stone (2004), Milner e Tingley (2010), Bertoli et al. (2018), Destradi e Plagemann (2023), Potrafke (2009) e López (2015), espera-se que governos de esquerda (H1) defendam pautas sociais e ambientais, enquanto governos de direita (H2) defendam pautas comerciais e militares. Além disso, organizações regionais (H3) são esperadas para governos de esquerda, enquanto organizações mundiais (H4) são para governos de direita. Também se prevê que países em desenvolvimento (H5) sejam defendidos por governos de esquerda e países desenvolvidos (H6) por governos de direita. Essas hipóteses visam testar a influência da ideologia nos discursos políticos internacionais.

A análise de dicionário utilizada neste estudo parte da premissa de que a frequência e o contexto das palavras podem indicar associações ideológicas nos discursos políticos. Adaptando o dicionário de Laver e Garry (2000), foram definidas categorias como Mercado, Defesa Nacional, Organizações Internacionais e Países Desenvolvidos para representar a direita ideológica; e Social, Ambiental, Organizações Regionais e Países em Desenvolvimento para representar a esquerda. Esse processo envolveu quatro passos, incluindo a leitura de discursos para identificar padrões de linguagem, a sugestão de termos pela IA e a análise supervisionada para ajustar o dicionário às nuances dos discursos políticos da Assembleia Geral da ONU. A integração do *wordscores* aumentou a robustez do dicionário ao incluir palavras significativas ausentes inicialmente.

A interação entre técnicas manuais, sugestões da IA e análise supervisionada proporcionou um aprofundamento do estudo, reduzindo vieses e garantindo resultados mais confiáveis. Com 501 palavras definidas no dicionário, foi possível capturar nuances nas falas dos líderes políticos, mesmo em contextos variados e complexos, oferecendo

uma base sólida para a compreensão dos posicionamentos expressos nos discursos analisados.

Além de analisar a frequência de termos para identificar tópicos nas falas dos líderes na AGONU, também foi considerada a entonação dos emissores acerca de palavras-chave através da análise de sentimento. Os sentimentos expressos em um texto podem revelar o estado subjetivo do emissor ou ser usados de maneira estratégica para refletir intenções planejadas sobre determinado tópico. A inclusão da análise de sentimento permite uma observação mais aprofundada dos posicionamentos dos líderes, evitando interpretações equivocadas baseadas apenas na frequência de termos associados a uma determinada categoria. Nesse sentido, a análise é baseada no *Lexicoder Sentiment Dictionary* (LSD2015), que conta com uma ampla variedade lexical pontuada para entonações positivas e negativas, adaptada para os casos analisados e validada por classificações humanas, oferecendo uma base sólida para a compreensão dos sentimentos expressos nos discursos políticos.

Os dados revelam padrões distintos nos discursos dos Estados analisados: a Austrália se destaca por ser citada raramente pelos outros países do recorte e abordar principalmente questões globais; a África do Sul aborda questões de balança de poder, mas também temas nacionais e regionais; Brasil, Índia e Turquia focam em questões de vizinhança e segurança regional, com algumas nuances ideológicas, como o Brasil reforçando questões sociopolíticas e Índia e Turquia alinhadas à segurança regional. Além disso, uma parte dos casos apresenta alinhamento ideológico, sendo majoritariamente voltados para a esquerda do espectro político. A complexidade na interpretação da orientação política dos líderes é evidenciada pelas discrepâncias entre as classificações das métricas utilizadas e as bases de dados.

Após a análise dos resultados, surgem questionamentos sobre a capacidade de generalização das categorias esquerda-direita na classificação dos líderes. O uso do *Wordfish* permite explorar estruturas textuais e identificar características ideológicas não previamente definidas, ampliando o conceito de ideologia e revelando possíveis lacunas na classificação esquerda-direita. A combinação de métodos supervisionados e não supervisionados enriquece a análise ao considerar diferentes perspectivas, possibilitando identificar posicionamentos além das oposições ideológicas tradicionais e expandindo a capacidade explicativa da pesquisa. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais abrangente dos discursos dos líderes internacionais.

Os achados revelam que, nos discursos elaborados para a Assembleia Geral da ONU, há uma tendência de projetar imagens idealistas dos Estados, que buscam promover ideais que nem sempre se traduzem em práticas políticas reais ou compromissos concretos. Embora não tenha sido confirmada a hipótese de que o espectro esquerda-direita influencia os discursos internacionais dos líderes regionais, a análise conjunta do dicionário com o *Wordfish* revelou a presença de elementos ideológicos nos discursos, indicando a necessidade de pesquisas futuras que ampliem ou explorem além da polarização tradicional esquerda-direita. Isso sugere a importância de considerar outras dimensões e efeitos ideológicos nas mensagens políticas em diferentes contextos e arenas, bem como de aprimorar os parâmetros de análise para uma compreensão mais completa das relações ideológicas.

Diante dessa discussão inicial, a tese está dividida em nove capítulos além da presente introdução. No primeiro são discutidos a evolução e o conceito de potências e suas divisões, bem como apontados os Estados compõem a categoria das potenciais lideranças regionais. Na segunda parte é apresentada a política externa dos países selecionados no recorte: África do Sul, Austrália, Brasil, Índia e Turquia. Em seguida tem início a discussão sobre ideologia, suas dimensões e impactos na condução da política externa. No quarto capítulo são apresentados os dados utilizados para responder à pergunta de pesquisa e no quinto, os métodos de análise. Na sexta parte são descritos os resultados e, no capítulo sete feita a discussão dos achados, associando-os à revisão teórica da tese. No capítulo oito, é visto se a dimensão esquerda-direita pode ser de fato generalizada e quais outras categorias ideológicas podem também refletir as clivagens políticas presentes nas falas dos líderes. Finalmente, a última parte traz as conclusões da tese.

2. POTÊNCIAS

O fim da Guerra Fria e o avanço da era da informação inauguram um período de novas dinâmicas de poder entre os Estados. Isso porque, tanto as disputas bipolares entre Estados Unidos e União Soviética, quanto os altos custos informacionais limitam as capacidades de atuação dos países no sistema internacional. Essas mudanças se mostram ainda mais explícitas principalmente a partir dos anos 2000, visto o declínio na influência das potências mundiais, o avanço da globalização, a potencial falta de coesão na política externa dos Estados Unidos e a crescente complexidade da agenda internacional (Paiva e Mesquita, 2022).

Nesse sistema globalizado as dinâmicas de segurança e política mundial giram em torno de instituições globais, de uma governança global, de uma potência hegemônica e, também, de espaços e entes regionais (Hurrell, 2007). Em outras palavras, a globalização desafia o antigo mundo *westfaliano* e conduz a uma proeminência no papel das instituições multilaterais, a um aumento de regras e normas globais, à participação de novos atores na governança global e a uma transformação nas concepções de soberania estatal e nas dinâmicas das relações internacionais (Hurrell, 2010).

As novas configurações do sistema internacional não se pautam apenas em resposta às atitudes e decisões das grandes potências, mas também se constituem da integração e interação de (e com) países de médio e pequeno porte e dos meios utilizados para promoção de previsibilidade e institucionalização da ordem internacional (Paiva e Mesquita, 2022). Ou seja, por mais que haja um movimento de inclusão de novos atores nas relações internacionais, a hierarquia de poder continua desempenhando um papel relevante para a tomada de decisão. E nesse esquema de declínio da hegemonia estadunidense e ascensão de novas tecnologias, estudiosos revisitam os conceitos e interpretações acerca das estruturas de poder que modelam o sistema internacional (Robertson e Carr, 2023).

O fato é que a lógica de poder reflete diferentes aspectos e capacidades de um Estado. Partindo da abordagem clássica de poder proposta por Dahl em 1957, esse conceito trata de a habilidade de um Estado levar outro a fazer aquilo que, de outra forma, não faria. Nessa mesma linha, Weber (1964: 152 – tradução da autora) aponta que o poder é “a probabilidade de que um ator dentro de uma relação social esteja em posição de realizar sua própria vontade independente da resistência”. Bobbio (2000) faz uma separação entre três formas de poder: político, ideológico e econômico. O primeiro se relaciona com a coação, uso da força, ameaça e legitimidade; já o ideológico é ligado ao

sistema cultural, uso de crenças e valores para levar o outro a realizar determinadas ações. Por fim, o poder econômico é determinado pela posse de bens escassos e necessários para induzir aqueles que não os têm a manterem certo comportamento na realização do trabalho.

Segundo Keohane e Nye (1998), uma distinção básica se dá entre os poderes comportamental e o material. E é desse primeiro tipo que emergem as definições centrais para a compreensão da política internacional: *soft* e *hard power*. Enquanto a ideia de *hard power* se relaciona com a coerção de terceiros a fazerem aquilo que não fariam por um temor a represálias dadas as capacidades econômicas e militares do Estado, o *soft power* se relaciona com a atração, ao invés da coerção. Ou seja, diz respeito a levar o outro a querer alcançar os mesmos objetivos, de modo que se torna aceitável o papel de seguidor (Keohane e Nye, 1998). O poder também tem uma relação inversa ao conceito de vulnerabilidade. Essa definição indica a capacidade de um ator sofrer custos impostos por eventos externos, mesmo após a alteração de políticas, ou seja, leva em conta o quão poderoso é um ator para alterar *frameworks* políticos adversos, definindo as regras do jogo (Keohane, 2020). Portanto, a vulnerabilidade inclui a dimensão estratégica da interdependência, uma vez que as assimetrias na vulnerabilidade interdependente são fontes de poder na política mundial (Keohane, 2020).

Essa discussão demonstra que as relações de poder, as dinâmicas internacionais e o cenário global refletem a complexidade das interações entre atores, suas estratégias, preferências e status. Desse modo, não é recente o debate sobre a classificação dos Estados no sistema internacional.

Um dos conceitos clássicos é apresentado em 1969 por Keohane e se baseia em quatro níveis de potências: pequenas, intermediárias, secundárias e grandes. Essas definições se baseiam na percepção de poder dos líderes sobre o papel do seu Estado no SI (Keohane, 1969). O autor aponta que as pequenas potências são aquelas que os líderes consideram que suas ações não causam nenhum impacto significativo no sistema internacional. Nos países intermediários o chefe de Estado entende que, sozinho, não pode agir efetivamente, mas que ele tem capacidade de impactar pequenos grupos, são exemplos: Canadá, Suécia, Brasil e Argentina. Já para os Estados secundários, como Reino Unido, França, Japão e China, as lideranças acreditam que suas decisões podem impactar o sistema, mas não o determinar. Por fim, as grandes potências, como Estados Unidos e União Soviética, são aquelas que seus líderes consideram que sozinhos têm a capacidade de determinar o sistema (Keohane, 1969).

Indo mais além na discussão das grandes potências, Cox (1989) aponta que quando um desses Estados determina, através das suas próprias regras, ideologias e práticas, uma ordem internacional com aparência natural e universal, essa potência assume o papel de hegemonia.

Revistando modelos teóricos, Abbondanza e Wilkins (2022), apresentam uma divisão dos países em: pequenas, médias, grandes e superpotências; e adicionam duas categorias extras: as potências regionais e os *awkward powers*. Em resumo, essa análise se baseia nos consensos presentes na literatura e aponta que: as superpotências são aqueles Estados que estão no topo da hierarquia global, com poder militar, econômico e político superior a qualquer outro. Já as grandes potências são países com considerável poderio militar e econômico, têm interesses globais e reconhecimento externo. As potências médias, por sua vez, possuem capacidades materiais significativas, habilidades político-diplomáticas ou atitudes normativas e multilaterais (ou, ainda, uma combinação desses fatores). Finalmente, as pequenas potências constituem a maioria dos Estados restantes na hierarquia internacional e são países que não exercem influência nem em nível regional, nem global.

Quanto às categorias adicionais, os autores apontam que as potências regionais podem ser países que se distribuem entre as médias e grandes potências (Abbondanza e Wilkins, 2022). Essa lógica, no entanto, confronta as premissas apresentadas por Flemes (2010) que coloca as potências regionais como potências intermediárias em escala global. Já os *awkward powers* são aqueles Estados que não preenchem por completo nenhuma das categorias, mas que seus atributos circulam entre elas. Um exemplo desse caso é a China: enquanto Giley e O'Neil (2014) a tratam como uma grande potência emergente, Pu (2018) defende que o país é uma potência regional que busca algum afastamento da categoria de *Great Power* devido aos custos e riscos que esse título representaria. Paiva e Mesquita (2022), por sua vez, demonstram uma variação no status quo chinês que, a partir de 2010, migrou de intermediária à mundial. Abbondanza e Wilkins (2022) apontam a China como uma possível superpotência emergente, sobre a qual a falta de consenso para devida classificação, ou ainda a falta de uma categoria que de fato a comporte, a torna uma *awkward superpower*.

Essa discussão demonstra que, apesar da busca por fatores comuns, há um dissenso quanto aos critérios e definições de padrões comportamentais que conectam os países dentro de uma mesma categoria (Abbondanza e Wilkins, 2022), levando um mesmo Estado a se fazer presente em diferentes classificações da hierarquia de poder.

2.1. Potências Intermediárias

O conceito de potências intermediárias¹ não é novidade nos meios acadêmico e político, pois desde o período da Segunda Guerra são registradas discussões sobre o posicionamento e capacidades dos Estados no sistema internacional. Sendo assim, não se ampara em definições fixas no tempo, mas varia continuamente de acordo com as mudanças nas configurações do SI (Robertson e Carr, 2023).

O quadro abaixo resume a linha do tempo proposta por Robertson e Carr (2023) no que diz respeito às mudanças na definição das PI ao longo do tempo.

Quadro 1 – Evolução teórica do conceito de Potências Intermediárias

Período	Olhar sobre as PI	Classificação
Anos 1940 até início dos anos 1960	Natureza e papel das PI no sistema; contribuição para a manutenção da paz e ordem global, principalmente através de fóruns multilaterais	Definições funcionais
Anos 1960 a 1980	PI sob as óticas do realismo e liberalismo; apesar da ampliação do escopo geográfico, ainda se baseia, implicitamente, em conceitos eurocêntricos	Métodos quantitativos para classificar os países hierarquicamente
Final dos anos 1980 até os anos 1990	PI definidas pelo seu alinhamento a características ocidentais e liberais	Retoma o caráter normativo das definições funcionais
Anos 2000	Diversidade geográfica e cultural das PI; fortalecimento do multilateralismo, apoio à estabilidade e prosperidade regional e global	Autoidentificação dos países

Fonte: elaboração da autora com dados de Robertson e Carr (2023)

O que se percebe a partir do quadro é que ao mesmo tempo em que o conceito de PI foi sendo adaptado à conjuntura, mais países foram apresentando características que os incluíam nesta categoria. Com isso, a heterogeneidade do grupo torna cada vez mais complexa a sua análise e definição.

É interessante destacar que, apesar da evolução do conceito, o comportamento desses países como um dos preditores da sua classificação aparece com frequência nas discussões sobre o tema. Dentro das definições funcionais, por exemplo, Glazebrook (1947) traz a consciência do posicionamento, a oposição ao controle da grande potência e a influência individual como aspectos de identificação das PI. Já Gelber (1946 apud Seccher et al., 2020) aponta que uma potência média não possui uma capacidade ampla de ação, concentrando-se em áreas específicas com significativa conotação moral.

¹ Alguns termos são aqui utilizados como sinônimos para potências intermediárias, entre eles: potências médias, *Middle Powers*

Cerca de vinte anos mais tarde, quando os métodos quantitativos ganham mais espaço no debate, Keohane (1969), partindo de um modelo teórico comportamental-estrutural² (Secches et al., 2020), aponta a percepção do líder como mote central na definição dos tipos de potências.

Cox, em 1989, discorre que para entender as potências intermediárias, é necessário ir além das dimensões materiais, adicionando elementos ideológicos e políticos à análise (Cox, 1989; Secches et al., 2020). Já em 1993, Cooper, Higgott e Nossal propõem uma análise que olha tanto para o aspecto posicional (referente à posição do Estado na hierarquia de poder) e geográfico (que pode se referir à localização em uma região de poder ou a um posicionamento ideológico entre as principais potências), quanto para o comportamental (representa o uso da diplomacia com soluções multilaterais para problemas internacionais) e normativo (quando usa práticas de mediação).

Os autores vão além de uma análise generalista do comportamento, identificando áreas em que as PI tendem a ser mais ativas, exercendo a diplomacia de nicho (Secches et al., 2020). Para eles, o *soft power*, somado a uma atitude de valorização de temas secundários para a hegemonia revelam uma PI (Cooper, Higgott e Nossal, 1993). Em 1998, Keohane e Nye, apesar de não discutirem diretamente sobre a classificação das PI, reforçam que o *poder* não pode ser reduzido apenas a aspectos materiais.

Essas discussões revelam que, mesmo com as análises teóricas sendo marcadas por um viés realista que traz consigo as capacidades materiais como indispensáveis à compreensão das dinâmicas de poder, preceitos do liberalismo e do construtivismo já apareciam, ainda que de forma tímida, nos estudos sobre o tema. Isso se dá porque, em boa parte, medidas baseadas em aspectos materiais, militares e econômicos oferecem apenas um ponto de partida para a análise, mas se restringem a isso (Beeson, Bloomfield e Wicaksana, 2020). Por outro lado, tomar os apenas os aspectos imateriais como determinantes exclusivos também é uma abordagem ingênua. Em outras palavras, pensar em potências intermediárias exige considerar um amplo conjunto de fatores, capacidades e dinâmicas que modelam as relações internacionais.

Segundo Lima (1990), as potências intermediárias combinam abordagens de dependência e autonomia. Devido à sua posição de poder, esses países têm padrões de comportamento que variam entre atitudes de nações fracas e outras vezes de grandes

² Nesse modelo se considera que a posição do país na estrutura internacional é função do seu comportamento (Secches et al., 2020).

potências, resultando em capacidades e vulnerabilidades variáveis de acordo com as áreas temáticas e alterando as relações de poder entre elas.

É principalmente a partir dos anos 2000 que atributos como impacto político e diplomático e influências culturais, sociais e ideacionais ganham destaque nas análises das potências (Abbondanza e Wilkins, 2022). Desse modo, com o início do novo milênio, se desenvolve uma linha de análise das PI que busca superar a incapacidade das conceituações anteriores em explicar os fenômenos do sistema internacional pós-Guerra Fria e globalizado (Robertson e Carr, 2023). Nessa conjuntura, o poder é redistribuído de modo que a dominância ocidental do sistema e a ordem internacional liberal são desafiadas por poderes alternativos e, com isso, ganham força as teorias modernas de análise das potências intermediárias (Abbondanza e Wilkins, 2022).

Para autores dessa geração, esses tipos de Estados empreendem ações que contribuem para a estabilidade e legitimidade da ordem global por meio de iniciativas multilaterais e cooperativas (Jordaan, 2003). Esses países são aptos a intervir e liderar, de forma irregular, com outras nações, mas sua capacidade de ação é no sistema internacional é limitada (Jordaan, 2017). Dessa forma, tendem a buscar uma abordagem multilateralista e construir consensos sobre as pautas internacionais (Hurrell, 2000; Flandes, 2016), em geral, devem ter atitudes pró-status quo e uma especialização diplomática (Paiva e Mesquita, 2022; Abbondanza e Wilkins, 2022).

Giley e O'Neil (2014), por sua vez, apontam duas abordagens para compreender as potências intermediárias. A primeira diz respeito às capacidades materiais: esses países se localizam em pontos intermediários entre o poder das grandes potências e dos países secundários. A segunda abordagem trata do comportamento, ou seja, as políticas que o Estado persegue. Fatores como liderança regional, liderança funcional e estabilização do sistema servem como preditores do comportamento das potências intermediárias. Além disso, as questões nacionais – política, economia e cultura – são também essenciais para entender as atitudes dos *middle powers* (Giley e O'Neil, 2014).

Carr (2014) apresenta três categorias funcionais para compreender as PI: posicional, comportamental e de identidade. Sendo a primeira relativa às capacidades materiais e físicas, ou seja, leva em conta aspectos quantificáveis (população, PIB, gastos militares etc.) e constitui uma condição necessária, mas não suficiente na definição de uma PI. A abordagem comportamental se desenvolve, então, para preencher a lacuna deixada pela análise posicional. Ela reflete o uso de práticas diplomáticas que maximizam o poder em fóruns multilaterais, através da formação de coalizões, diplomacia de nicho

focada em direitos humanos e meio ambiente e liderança. Por fim, a identidade se refere à própria percepção do Estado e do tipo de política externa perseguida por ele.

Alinhado às considerações de Carr (2014), Robertson (2017) aponta que potências intermediárias se destacam por uma diplomacia ativa e de nicho, trabalham pela construção de coalizões e agem como *bons cidadãos internacionais*. O autor conclui que as PI devem ter capacidades materiais e habilidades comportamentais, bem como interesse em formar coalizões com Estados similares, para promover o desenvolvimento e fortalecimento das instituições internacionais. Em suma, são países que influenciam as dinâmicas políticas, econômicas e de segurança, principalmente em suas regiões (Robertson, 2017).

Jordaan (2017) apresenta três diferentes perspectivas sobre as atitudes dos *middle powers* em torno das hegemonias. A primeira discorre que esses Estados são conservadores, defensores da hegemonia e interessados na manutenção do *status quo*. A segunda abordagem coloca os poderes intermediários como ambivalentes em relação aos Estados Unidos e à sua hegemonia. Se por um lado são adeptos do multilateralismo, por outro prezam pela segurança contra o domínio de uns pelos outros (Jordaan, 2017). Por fim, a terceira abordagem argumenta sobre as potências intermediárias que usam seu poder para fazer frente à hegemonia, pois preferem uma ordem multipolar em que mais Estados tenham capacidade de influência nas decisões internacionais (Jordaan, 2017).

Também discutindo as atitudes desses países, Beeson, Bloomfield e Wicaksana (2020) argumentam que as potências intermediárias devem praticar uma diplomacia criativa, que as tornem mediadoras de novas ideias e opções que, sem elas, não apareceriam na agenda internacional. Em outras palavras, as PI são identificadas não apenas por seu poder, mas também pelo comportamento, valores e impacto real de suas ações diplomáticas. Outro aspecto tratado como crucial para esses autores é o ativismo centrado na busca pelo bem-estar econômico e na maximização da soberania econômica (Beeson, Bloomfield e Wicaksana, 2020). Tal ativismo se reflete na institucionalização de organizações intergovernamentais como o G20 e a ASEAN. No entanto, a existência de desafios significativos na atuação dessas organizações indica que ainda há lacunas entre a retórica e a realidade no desenvolvimento do potencial desses países (Beeson, Bloomfield e Wicaksana, 2020).

Além de abordagens distintas, as PI contam também com subcategorias, em uma tentativa de promover esclarecimentos conceituais. Isso porque pensar em todos os países médios como uma categoria única, objetiva e uniforme, baseadas em indicadores

convencionais, leva a um mesmo grupo países muito distintos em termos de comportamento externo (Paiva e Mesquita, 2022). Por exemplo, África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, Índia, Itália, México, Espanha e Turquia, são alguns dos Estados apontados, de forma mais consensual, pela literatura como *middle powers* (Hurrell, 2006; Jordaan, 2017; Paiva e Mesquita, 2022) e como se não já fossem distintos o bastante, há ainda aqueles que consideram Egito, Irã, Indonésia, Nigéria, Venezuela e Israel também como poderes intermediários (Flemes e Nolte, 2010).

Uma primeira subcategorização classifica as PI em tradicionais e novos *middle powers*. As primeiras constituem o norte global, são países ricos, estáveis, igualitários, democráticos e contam com uma orientação regional fraca. Já as PI emergentes, são Estados semiperiféricos³, com desigualdades materiais, recentemente democratizados e com influência regional significativa (Jordaan, 2003), além de uma insatisfação com a ordem liberal vigente. As potências emergentes, podem ainda atuar como líderes (e potências) regionais. Nesse sentido, assumem responsabilidade pela segurança e ordem das suas regiões (Flemes e Nolte, 2010) e as representam em conferências globais (Mesquita e Seabra, 2020). Exemplos desses Estados são: África do Sul, Índia e Brasil (Flemes e Nolte, 2010).

No entanto, em 2017 Jordaan revisita a discussão sobre o tema e critica a tentativa de universalização do conceito que coloca as PI como estabilizadoras do sistema. Isso porque, segundo ele, atitudes de contraposição ao poder hegemônico e preferência por multilateralismo refletem, na verdade, medidas desestabilizadoras. Além disso, o autor também destaca que usar a autoidentificação dos Estados para defini-los enquanto PI é um parâmetro insatisfatório, uma vez que exige uma compreensão prévia do que significa ser uma PI. Em resposta a isso, Jordaan repensa o conceito de potências emergentes e sugere que ele se torne uma categoria separada das potências intermediárias e abrigue os Estados médios com tendências anti-sistêmicas, de modo a restringir as PI àqueles países que apoiam a ordem liberal vigente (Jordaan, 2017).

Nesse movimento de tentar trazer definições mais objetivas a um conceito de ampla complexidade e múltiplas interpretações, a discussão é levada, novamente a um espaço de dissenso entre os estudiosos com a multiplicação de teorias que acabam

³ Na Teoria do Sistema-mundo de Wallerstein, a semiperiferia é definida como um nível intermediário de países que se localizam entre os Estados centrais e a periferia em dimensões como diversidade das atividades econômicas, poder do aparato estatal e integridade cultural. Para aprofundamento no tema ver: WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno* (Vol. 1 e 2). Afrontamento, Porto, 1974.

refletindo “uma ansiedade sobre a utilidade teórica do conceito de potência intermediária” (Robertson e Carr, 2023: 7). Assim, os debates sobre quem são as PI e o que elas podem fazer, individual ou coletivamente, é inconclusivo (Beeson, Bloomfield e Wicaksana, 2020).

Essas limitações na construção de um conceito verdadeiramente universal, levou Abbondanza e Wilkins (2022) a discutirem a definição de *Awkward Middlepowers*. Para os autores, apenas Austrália e Canadá seriam os modelos puros de PI por de fato conterem todas as características desse grupo de países. Já outros candidatos tradicionais, como África do Sul, Brasil, Coreia do Sul e Índia entram para a conta dos *awkwards*.

Ainda nesse olhar mais crítico acerca das classificações de potências intermediárias, Robertson e Carr (2023) argumentam que os conceitos de *middle powers* dos primeiros períodos de análise, já não explicam sistema internacional da segunda metade do século XX e, mesmo com as mudanças da nova geração de análise, poucos desses debates são adotados de forma significativa na literatura. Os autores vão além, discutindo que mesmo para os casos mais tradicionais – Austrália e Canadá – as características básicas das PI não mais refletem os Estados contemporâneos, que acabam por apresentar menos foco internacional, menos proatividade multilateral e se afastam da ideia de bons cidadãos. Para eles, a identidade de determinados líderes pode ser uma determinante das ações das potências (Robertson e Carr, 2023).

O fato é que a definição de potências intermediárias é desafiadora, mas alguns países são naturalmente considerados intermediários, seja pelo equilíbrio de seus atributos de poder, por sua capacidade de escolher entre papéis regionais e/ou globais, ou por seus amplos interesses internacionais (Hurrell, 2000).

2.2.Potencial líder regional

Como já discutido, o fim da Guerra Fria marca o início de um período que abre espaço para a emergência de diversos atores no sistema internacional, entre os quais estão as potências regionais, que assumem um papel relevante na governança local e global (Prys, 2012). O desenvolvimento desse conceito agrega mais um nível de complexidade às dinâmicas globais, uma vez que resulta da combinação de duas definições dotadas de controvérsias: potência e região (Nolte, 2010; Hurrell, 2010). Desse modo, uma das grandes dificuldades nos estudos das potências regionais é a falta de consenso sobre quais Estados devem ser considerados parte desse grupo (Hurrell, 2010).

Inicialmente, a conceituação de *região* considera como fatores básicos: política, geografia, influência de um poder externo, economia e segurança (Flemes e Nolte, 2010). Sendo esses dois últimos aspectos fortemente interligados, pois a cooperação econômica pressupõe baixos níveis de conflito e estabelece padrões de segurança e comércio entre os membros (Flemes e Nolte, 2010). No entanto, como afirma Hurrell (2010: 15 – tradução da autora), “todas as regiões são socialmente construídas e, portanto, politicamente contestadas”.

Já a definição de *potências regionais*, Segundo Nolte (2010), perpassa por elementos de diversas teorias clássicas das Relações Internacionais, entre elas: (i) o liberalismo, ao tratar da base interna de poder; (ii) o realismo, com foco sobre os recursos de poder e sua utilização; (iii) e o construtivismo, pelo olhar sobre os papéis, estratégias e comportamentos dos Estados e sua interação com as instituições regionais.

Seguindo essa linha, em um esquema sintético Daniel Flemes (2010) coloca que as potências regionais devem ser parte de uma região construída com base em delimitações geográficas, econômicas e política-ideológicas. Além disso, esses países: (i) devem ser potências intermediárias em escala global; (ii) tendem a assumir projetos de liderança; (iii) têm capacidades materiais e ideacionais para a projeção regional; (iv) exercem grande influência sobre as relações intrarregionais; (v) desenvolvem laços econômicos, políticos e culturais com a região; (vi) promovem bens coletivos para a região; (vii) prezam pela manutenção da segurança e ordem regional (Flemes, 2010).

Por outro lado, ao contrário do esquema de Flemes (2010), que coloca a condição de PI como anterior à de potência regional, para os modelos teóricos de inserção regional, a própria definição de potência média depende da atuação dentro da região (Secches et al., 2020). Nolte (2010) e Hurrell (2010) sugerem que países com influência sólida em suas regiões são potenciais candidatos a *middle powers*, mesmo quando a liderança regional é contestada, como acontece com Índia e Brasil.

Assegurar a estabilidade e a ordem em uma região não se resume apenas a monitoramento de fronteiras e evitar a intervenção de potências estrangeiras; é crucial o reconhecimento e a aceitação da liderança regional por parte de outros atores globais (Hurrell, 2010). Dessa forma, o poder regional é, em grande parte, condicionado ao reconhecimento externo, mas também à sua capacidade de construir instituições, ganhar apoio fornecendo bens públicos regionais e exercer influência por meio de uma abordagem cooperativa e de liderança (Hurrell, 2010).

Em análise mais recente, Abbondanza e Wilkins (2022) apontam que potências regionais são Estados com recursos materiais e influência superiores sobre uma região específica. Segundo os autores, a forma mais pura dessa categoria a leva a um posicionamento hierárquico inferior ao das PI, no entanto a prática demonstra que ela pode tanto cocorrer com a de grande potência ou potência intermediária, quanto ser externa a ambas. São características clássicas das potências regionais: recursos, autoidentificação, exercício real do poder e percepções regionais (Abbondanza e Wilkins, 2022).

Essa discussão aponta uma forte vinculação entre *ser potência e liderar* um espaço regional, com reconhecimento de outros países e uma atuação voltada para dentro, pensada de modo a trazer ganhos para região, bem como de assumir custos de uma integração. No entanto, o exercício do poder sobre a região ocorre em diferentes formas (Prys, 2012), de modo que poucas as regiões experimentam uma clara dominância da potência regional. A situação mais comum envolve a presença de centros de poder concorrentes e uma liderança frequentemente contestada, resultando em uma relação ambígua que pode levar à redução da projeção de poder das potências no cenário global (Nolte, 2010).

A cooperação regional não deve ser presumida apenas com base na existência de uma potência regional, uma vez que ela pode ser levada a priorizar parcerias externas em detrimento de sua própria região (Prys, 2012). As instituições internacionais, bem como a distribuição global de poder também impactam o comportamento das potências regionais, alterando ou até mesmo limitando sua influência sobre a região e a forma como usa seu poder para equilibrar demandas locais e globais (Prys, 2012).

Ou seja, existem Estados que são *potenciais líderes regionais*, pois contam com atributos suficientes para se candidatarem ao status de potência regional, mas que não alcançam de fato esse posicionamento de forma constante na história. As rivalidades regionais também são importantes para a identificação desses potenciais líderes regionais. Lemke (2010) observa que a distribuição de poder entre potências de uma mesma região influencia a ocorrência de conflitos e o número de organizações regionais. Ele discorre que quanto mais desigual essa distribuição de poder, ou seja, quanto mais forte for um único Estado dentro do recorte regional, menores as chances de ocorrência de conflitos, pois em seus cálculos estratégicos os países menores percebem que a potência regional é mais forte e poucas são suas chances de vencê-la numa disputa.

Com base nessas discussões, as características gerais das potências regionais podem ser distribuídas em dois níveis. No primeiro estão os atributos que são anteriores ao conceito de líder regional, ou seja, características que o país precisa ter *ex ante* ao desejo de liderança e que fazem desse Estado um *potencial líder regional*. Por outro lado, no segundo nível, constam os atributos posteriores: aqueles que precisam ser desenvolvidos quando o país já tem estabelecida a vontade de ser uma liderança regional. Essa perspectiva se alinha a Lemke (2010) e a Prys (2012) que sugerem um mapeamento inicial das potências regionais, baseado em aspectos geográficos e materiais, para só depois aprofundar no conceito e identificar tipos de potências regionais. O quadro abaixo apresenta essas características:

Quadro 2 – Atributos das potências regionais

	Nível I	Nível II
Característica	Atributos anteriores ao desejo de liderança	Atributos posteriores ao desejo de liderança
Premissa	Com esses atributos país tem potencial para liderança regional, mesmo que não a deseje	Quando há desejo de liderança regional, o país precisa desenvolver esses atributos
Atributos	<ul style="list-style-type: none"> • Influência sobre uma região política, econômica e ideologicamente construída; • Superioridade territorial, populacional e econômica; • Capacidades militares superiores em comparação à região; • Atuação em instituições multilaterais; • Engajamento no <i>soft power</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir projetos de liderança regional; • Promover iniciativas de integração regional; • Interconexão cultural e econômica com a região; • Busca por <i>followership</i>; • Promoção de bens coletivos à região; • Responsabilidade pelos padrões de segurança regional; • Assumir os custos da integração

Fonte: elaboração da autora

Essa distinção abre espaço para discutir casos de potenciais lideranças regionais, que não necessariamente se estabelecem como tal ou não carregam esse status de forma constante por toda sua história. Isso é válido porque os fatores endógenos ao conceito podem ser muito fluídos no tempo e vinculados a uma vontade política, à capacidade retórica das elites dominantes e ao seu alinhamento com governos de outros países. Em outras palavras, são fatores que podem ser prioridades específicas de determinados governos, mas não de outros. Um potencial líder regional pode (ou não) querer assumir um projeto de liderança sobre sua região. Isso significa dizer que esses países contam com um *Social Power*, ou seja, têm atributos suficientes do *hard* e *soft power* para assumirem um projeto de liderança (Malamud, 2011), ainda que não o façam.

Em resumo, o *potencial líder regional* é aquele país que se destaca em sua região, mesmo quando comparado com outras potências, e que em situações de conflitos regionais tem capacidades e recursos para sair vitorioso. Seus vizinhos não representam potenciais limitadores de suas ações. É um Estado que se engaja em organizações multilaterais intra e extrarregionais, mas que suas ações para liderança de fato não são constantes no tempo.

2.3. Definindo os potenciais líderes regionais

Em primeiro lugar, para identificar os potenciais líderes regionais, são selecionadas as potências intermediárias. Apesar de haver controvérsias na literatura sobre a relação entre PI e potências regionais – especificamente se potência intermediária é pré-condição ou consequência do status de potências regionais – aqui se opta por seguir os parâmetros estabelecidos por Flemes (2010). Essa escolha ocorre porque, observando os atributos do nível I das potências regionais (ver quadro 2), encontram-se características que são também indicadores de *middle powers*, conforme discutido na seção anterior.

Em estudo recente sobre a ascensão das potências médias e sua atuação em instituições internacionais, Paiva e Mesquita (2022) identificam grupos de países que compõem as categorias de grandes, médias e pequenas potências a partir de indicadores do *World Power Index* desenvolvido por Valencia e Ruvalcaba (2018) e com ampla adesão da literatura. Os achados de Paiva e Mesquita (2022) acerca de quem são as potências intermediárias servem de ponto de partida para a identificação dos potenciais líderes regionais. São apontados 27 países para compor o grupo dos intermediários a partir de seus atributos materiais, semimateriais e imateriais⁴: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Índia, Irã, Irlanda, Itália, Kuwait, México, Nova Zelândia, Portugal, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia (Paiva e Mesquita, 2022).

Segundo esse estudo, desses 27 Estados, 13 passaram por alguma alteração de status durante o período analisado pelos autores (1975 a 2017). Os exemplos mais marcantes são a China, para a categoria de grande potência a partir de 2010, e a escalada

⁴ As capacidades materiais dizem respeito a elementos primários e concretos importantes para o exercício da coerção e para o crescimento, desenvolvimento, progresso e seguridade do país. Entre as variáveis, incluem-se aspectos econômicos, comerciais e militares. Os atributos semi-materiais são estruturas secundárias e se ligam ao desenvolvimento e bem-estar das sociedades nacionais. Por fim, as capacidades imateriais correspondem aos aspectos do *soft power*, refletindo elementos que permitem a projeção e influência de um país para além de suas fronteiras (Valencia e Ruvalcaba, 2018).

da Coreia do Sul, que foi de pequena potência a potência intermediária com alta pontuação, aproximando-a das grandes potências (Paiva e Mesquita, 2022).

O segundo passo na identificação dos potenciais líderes regionais é a definição das suas respectivas regiões. Lemke (2016) aponta três modelos de análise regional: a primeira se baseia no projeto *Correlates of War (CoW)*, a segunda no modelo do *Regions of War and Peace Regions (RoW&P Regions)* e a terceira no projeto *Regional Power Network (RPN Regions)*.

O *CoW* delinea seis grandes regiões (Hemisfério Ocidental, Europa, África Subsaariana, Oriente Médio e Norte da África, Ásia e Ilhas do Pacífico) de acordo com uma lista de países membros do sistema internacional. Já o modelo *RoW&P Regions* divide o mundo em 22 regiões baseadas na capacidade de interação militar entre os países (*Américas*: Norte e Caribe, Central, e do Sul; *Europa*; *África*: África Ocidental, Golfo da Guiné, Planícies Centrais, Costa do Atlântico, Oceano Índico, Chifre da África, Sul Africano e Magreb; *Oriente Médio*: Norte, Árabe-Israeli e Península Árabe; *Ásia*: Central, Leste, Sul, Sudeste e Arquipélago Asiático; e Oceania).

Finalmente, a terceira definição de região discutida por Lemke (2016) é desenvolvida por pesquisadores do *RPN Regions* e considera tanto atributos materiais, quanto um aspecto construtivista, pensando o papel de Estados em suas zonas de influência. São indicadas como regiões: América do Sul, com dominância do Brasil, Sul Africano com preponderância da África do Sul, Oriente Médio, liderado por Irã, Sul Asiático, com destaque para a Índia e Leste e Sudeste Asiático com liderança chinesa.

Alinhados ao conceito aqui proposto de *potenciais líderes regionais*, tanto o *CoW* quanto o *RoW&P Regions* consideram que o Estado mais forte é a potência regional, mesmo que ele não preencha os requisitos de liderança dentro de sua região (Lemke, 2016). Além disso, pensando o recorte das potências intermediárias, há uma aproximação entre as classificações dos dois projetos, por exemplo, as grandes e médias potências da Europa, do Sul da África e da Oceania são as mesmas e, para os casos em que as regiões não são exatamente correspondentes, o *RoW&P Regions* fornece uma espécie de subcategorização das macrorregiões do *CoW*. A imagem abaixo detalha essa relação entre a alocação das potências feitas pelos dois projetos.

Imagem 1 – Divisão das potências intermediárias em regiões^{5 6}

<p>África Subsaariana</p> <p><i>Sul Africano</i></p> <p>África do Sul</p>	<p>Europa</p> <p><i>Europa</i></p> <p>Áustria Alemanha Bélgica Dinamarca Espanha Finlândia França Grécia Holanda Itália Irlanda Portugal Suécia Reino Unido Suíça</p>	<p>Austrália/Ilhas do Pacífico</p> <p><i>Oceania</i></p> <p>Austrália Nova Zelândia</p>
<p>Ocidente</p> <p><i>Am. do Norte e Caribe</i></p> <p>Estados Unidos Canadá México</p> <p><i>Am. do Sul</i></p> <p>Brasil Argentina Chile</p>	<p>MENA</p> <p><i>Norte do Oriente Médio</i></p> <p>Turquia Irã</p> <p><i>Península Árabe</i></p> <p>Kuwait Arábia Saudita</p>	<p>Ásia</p> <p><i>Sul Asiático</i></p> <p>Índia</p> <p><i>Leste Asiático</i></p> <p>Coreia do Sul China Japão</p>

Fonte: elaboração da autora com dados dos projetos *Correlates of War* e *Regions of War and Peace Regions* (apud Lemke, 2016) e de Paiva e Mesquita (2022)

A vantagem de uma observação combinada entre esses dois modelos de análise das regiões é que ao mesmo tempo que o *CoW* promove categorias amplamente aceitas e utilizadas na literatura (Lemke, 2016) ele acaba sendo muito reducionista ao dividir o mundo em apenas 6 macrorregiões, então a adição do *RoW&P Regions* permite um aprimoramento das definições, refletindo de forma mais específica a dimensão das zonas de influência de cada potência. Por exemplo, é fato que a China tem influências sobre toda região asiática, no entanto a Coreia do Sul tende a ser mais constrangida que a Índia, uma vez que faz parte da região chinesa mais imediata. Ainda assim, é importante destacar que esse cenário não constitui um impeditivo para que a Coreia do Sul se estabeleça enquanto potência intermediária, ou ainda mesmo que alcance o status de grande potência. Em verdade, o país historicamente tem se mostrado como ator de peso na região, caracterizado pelo progresso social e econômico e por grandes avanços

⁵ As seis macrorregiões definidas pelo *CoW* são as externas, delimitadas pelos retângulos pretos, enquanto as sub-regiões do *RoW&P Regions* são as internas, delimitadas pelos retângulos azuis.

⁶ Os países destacados em negrito correspondem às grandes potências.

tecnológicos e chegando a figurar como terceira maior economia do leste asiático (Bluth e Dent, 2008). Além disso, é um potencial mediador das relações China-Japão, ou ainda China-Rússia. No entanto, ainda faltam capacidades à Coreia do Sul que a permitam exercer a liderança regional de forma independente (Bluth e Dent, 2008).

É válido destacar que apesar das vantagens de uma observação combinada desses modelos, ela promove um viés securitário que reside em limitar a análise regional às dinâmicas de poder militar, o que pode deixar de lado outras formas de cooperação e interação que não são diretamente ligadas à segurança. Isso pode, por exemplo, obscurecer tendências importantes de integração econômica ou diplomática, que também desempenham um papel crucial na formação de regiões e na manutenção da paz e estabilidade. É fato que essa ênfase em interações militares reflete uma visão mais realista das relações internacionais.

Definidas quem são as potências intermediárias e suas respectivas localizações regionais, o foco se torna entender quem são de fato os *potenciais líderes regionais*. Primeiramente, são excluídas dessa lista as potências intermediárias que estão sob influência imediata das grandes potências. Isso remove da lista aquelas que constituem as regiões: Europa, América do Norte e Leste Asiático. Em seguida, em casos de mais de uma PI na mesma sub-região, os seus atributos do nível I (ver quadro 2) de análise são comparados para identificação do país mais forte. Entraram nessa análise: Austrália e Nova Zelândia; Brasil, Argentina e Chile; Turquia e Irã; Kuwait e Arábia Saudita.

Tabela 1 – Atributos materiais das potências intermediárias

Território em Km² (2021)		
<i>Oceania</i>	8.531.970 km²	100%
Austrália	7.741.220 km ²	90%
Nova Zelândia	267.610 km ²	3%
<i>Am. do Sul</i>	17.707.471 km²	100%
Argentina	2.780.400 km ²	15%
Brasil	8.515.770 km ²	48%
Chile	756.096 km ²	4%
<i>Norte Oriente Médio</i>	2.965.550 km²	100%
Irã	1.745.150 km ²	58%
Turquia	785.350 km ²	26%
<i>Península Árabe</i>	3.104.418 km²	100%
Arábia Saudita	2.149.690 km ²	69%
Kuwait	17.820 km ²	<1%
Tamanho populacional (média 2000 – 2020)		
<i>Oceania</i>	35.893.363	100%
Austrália	22.100.988	61%
Nova Zelândia	4.386.409	12%
<i>Am. do Sul</i>	392.158.154	100%
Argentina	41.095.123	10%
Brasil	195.757.018	49%
Chile	17.096.540	4%
<i>Norte Oriente Médio</i>	182.605.530	100%

Irã	75.929.407	41%
Turquia	73.936.407	40%
Península Árabe	70.065.708	100%
Arábia Saudita	28.874.544	41%
Kuwait	3.089.114	4%
PIB (média 2000 – 2020)		
Oceania	\$ 1.200.630.770.681.500	100%
Austrália	\$ 1.034.452.100.001.010	86%
Nova Zelândia	\$ 146.546.460.837.342	12%
Am. do Sul	\$ 2.899.491.393.177.590	100%
Argentina	\$ 385.160.313.032.426	13%
Brasil	\$ 1.564.705.330.080.340	53%
Chile	\$ 193.511.890.468.224	7%
Norte Oriente Médio	\$ 1.139.727.275.511.870	100%
Irã	\$ 347.346.162.033.146	30%
Turquia	\$ 659.473.169.324.963	57%
Península Árabe	\$ 1.137.593.576.031.320	100%
Arábia Saudita	\$ 525.956.585.949.837	46%
Kuwait	\$ 108.275.277.199.828	10%
Tamanho das FAs (média 2000 – 2020)		
Oceania	67.569*	100%
Austrália	55.445	82%
Nova Zelândia	8976	13%
Am. do Sul	1.837.295	100%
Argentina	104.194	6%
Brasil	715.247	38%
Chile	112.171	6%
Norte Oriente Médio	1.606.028	100%
Irã	581.857	36%
Turquia	601.971	37%
Península Árabe	501.218	100%
Arábia Saudita	240.485	47%
Kuwait	22.776	4%
Gastos militares (média 2000 – 2020)		
Oceania	\$ 21.387.791.534*	100%
Austrália	\$ 19.591.598.200	91%
Nova Zelândia	\$ 1.679.990.968	7%
Am. do Sul	\$ 45.519.924.866*	100%
Argentina	\$ 3.308.845.331	7%
Brasil	\$ 22.520.655.060	49%
Chile	\$ 4.168.777.650	9%
Norte Oriente Médio	\$ 28.559.089.590	100%
Irã	\$ 9.587.320.994	33%
Turquia	\$ 15.126.666.981	52%
Península Árabe	\$ 67.914.754.215*	100%
Arábia Saudita	\$ 47.282.409.156	69%
Kuwait	\$ 4.870.192.579	7%

* Não estavam disponíveis dados para todos os países da região⁷

Fonte: elaboração da autora com dados do *World Bank*

A tabela acima apresenta os atributos materiais das potências intermediárias concorrentes dentro de uma mesma região. Através dela já é possível perceber alguns casos de destaque de um potencial líder regional (como a Austrália na Oceania, Brasil na América do Sul e Arábia Saudita na Península Árabe). No entanto, a situação parece ainda

⁷ Na Oceania foram ausentes em: Fiji, Kiribati, Solomon Islands, Tuvalu, Vanuatu; América do Sul: Panamá; Península Árabe: Qatar (2000 a 2001 e 2011 a 2020) e Emirados Árabes Unidos (2015 a 2020)

nebulosa em relação ao Norte do Oriente Médio. Abaixo estão dispostas as capacidades imateriais desses países.

Tabela 2 – Atributos imateriais das potências intermediárias⁸

Top30 soft power⁹ (média 2015 – 2019)		
Oceania		
Austrália	70,89	+++++
Nova Zelândia	63,52	+++++
Am. do Sul		
Argentina	46,53	+++
Brasil	48,75	+++++
Chile	-	
Norte Oriente Médio		
Irã	-	
Turquia	45,86	+++
Península Árabe		
Arábia Saudita	-	
Kuwait	-	
Liderança em OIs (2000 – 2017)		
Oceania	14	100%
Austrália	5	35%
Nova Zelândia	4	28%
Am. do Sul	62	100%
Argentina	7	11%
Brasil	10	16%
Chile	6	9%
Norte Oriente Médio	7	100%
Irã	2	28%
Turquia	5	71%
Península Árabe	11	100%
Arábia Saudita	6	54%
Kuwait	2	18%

Fonte: elaboração da autora com dados do *The Soft Power 30* e do *IO BIO Project Database 2*

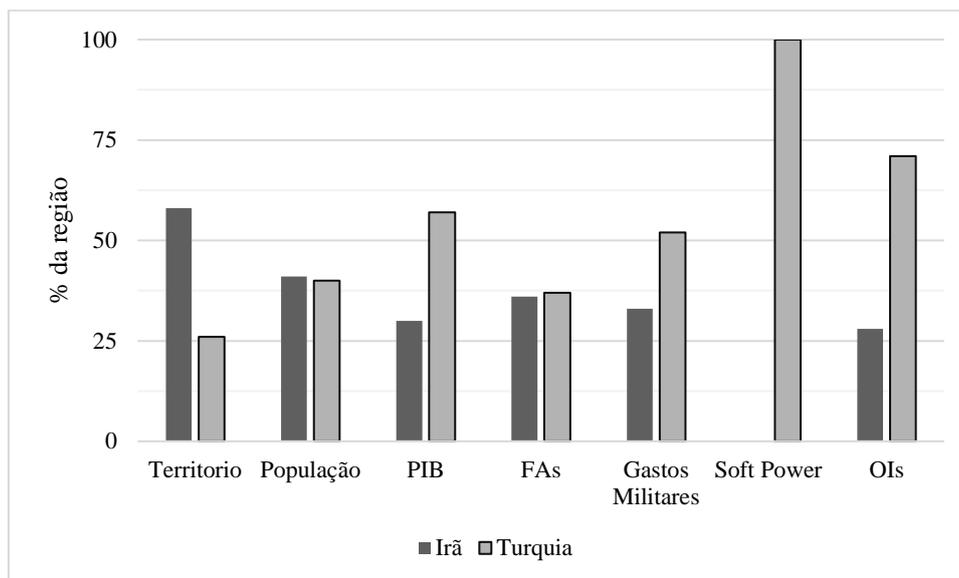
Os resultados dessa tabela são interessantes porque demonstram que os países destaque em capacidades materiais também o são em relação aos atributos imateriais, porém a distância do seu concorrente direto é menor quando comparada as vistas na primeira tabela. Por outro lado, a análise do Norte do Oriente Médio ganha outra configuração: a Turquia se mostra significativamente sobressalente em relação ao Irã,

⁸ No indicador de *soft power*, os países que não atingiram o coeficiente mínimo para entrar na lista em nenhum ano analisado contam com o símbolo (-). Já para os casos que figuraram no ranking, cada (+) representa um ano em que o país foi incluído, podendo variar de 1 a 5. A quantidade de anos em que o país esteve no Top30 é relevante porque indica o quão estáveis são seus atributos de *soft power* ao longo do tempo.

⁹ O indicador *Top30 soft power* considera apenas os 30 primeiros lugares do ranking de *soft power* para cada ano da pesquisa.

sendo incluída 3 vezes no ranking dos 30 maiores países em *soft power* e figurando cargos de liderança em Organizações Internacionais 5 vezes, enquanto o Irã não entrou nenhuma vez no top 30 de *soft power* e só esteve 2 vezes em lideranças de OIs entre 2000 e 2017.

Gráfico 1 – comparação dos atributos de Irã e Turquia¹⁰



Fonte: elaboração da autora

Em resumo, as potenciais lideranças regionais são: África do Sul e Índia, que não concorrem diretamente com outras potências em seus recortes regionais; Austrália e Brasil, que têm destaque em todos os critérios observados nas tabelas acima; Arábia Saudita, que apenas se compara ao Kuwait por não figurar entre o top30 de Soft Power; e a Turquia que tem indicadores superiores ao Irã em PIB, Gastos Militares, Soft Power e participação em cargos de lideranças nas OIs. O único indicador em que a Turquia é significativamente inferior ao Irã é o tamanho do território. O gráfico abaixo resume essas informações para os dois países do Norte do Oriente Médio.

Dessa forma os países identificados como as potenciais lideranças regionais são: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Índia e Turquia. A análise feita nesta tese exclui os discursos sauditas, pois o país é marcado por um regime absolutista sem espaço para eleições e competição política. Assim, não é viável a observação das variações

¹⁰ Para melhorar a visualização do gráfico, a categoria *soft power* foi convertida em porcentagem considerando quantas vezes um país da região esteve no top30. Nesse caso, apenas a Turquia apareceu no ranking (3 vezes), configurando 100% dos casos.

ideológicas seus líderes. Diante disso, o capítulo a seguir descreve o desenvolvimento da política externa das cinco nações que compõem a presente análise.

3. A POLÍTICA EXTERNA DAS POTENCIAIS LIDERANÇAS REGIONAIS

Austrália, África do Sul, Brasil, Índia e Turquia compartilham algumas características que os tornam importantes atores no cenário global. Eles são todos países de grande extensão territorial e população significativa, e desempenham papéis fundamentais em suas regiões geográficas. Além disso, todos têm aspirações de exercer influência não apenas em seus próprios continentes, mas também em questões globais, buscando parcerias estratégicas e participando ativamente de fóruns internacionais. Esses países frequentemente colaboram em questões de interesse mútuo, como comércio, segurança, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, formando alianças informais ou participando de grupos multilaterais, como o BRICS, o G20, o IBSA e outros fóruns regionais.

África do Sul, Brasil e Índia emergiram como potências intermediárias e líderes do Sul Global devido, entre outros fatores, à sua importância geopolítica, economias em crescimento, populações significativas e recursos naturais abundantes. São países que contam com ativismo diplomático e influenciam as agendas internacionais. Como membros proeminentes do grupo BRICS, esses países têm desempenhado papéis cada vez mais influentes na economia global e na política internacional. Além disso, sua diplomacia ativa e cooperação Sul-Sul os têm destacado como defensores dos interesses dos países em desenvolvimento.

A Turquia também é percebida como líder no Sul Global. Junto com os BRICS, o país promove a ideia de uma ordem internacional multipolar e defende em seus discursos os direitos dos países menos desenvolvidos (Kutlay e Öniş, 2021). Como um país estrategicamente localizado entre a Europa e o Oriente Médio, a Turquia desempenha um papel crucial como ponte entre diferentes regiões e culturas. Sua economia, impulsionada por setores como manufatura, turismo e tecnologia, consolidou sua posição como uma potência econômica regional.

Por fim, o papel atribuído à Austrália é o de protetor regional da Oceania. Esse papel envolve percepções de ameaças, localização geográfica, políticas tradicionais e necessidades dos países ameaçados (Prakoso e Wardhani, 2018). Isso porque a Austrália se destaca na região em vários aspectos, como econômico e de segurança, gerando uma relação de dependência por parte dos países menores (Prakoso e Wardhani, 2018).

Em termos diplomáticos, a Austrália é engajada em fóruns multilaterais e regionais, como as Nações Unidas e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e a

ASEAN e mantém laços com outros atores globais, como os Estados Unidos, a União Europeia e os países asiáticos, buscando promover interesses comuns e contribuir para a segurança e a prosperidade globais.

Em suma, esses países representam uma voz poderosa e influente no cenário mundial, moldando as dinâmicas globais e buscando promover seus interesses nacionais enquanto reconhecem a importância da colaboração em níveis regional e global para alcançar objetivos comuns.

Desse modo, o presente capítulo tem como objetivo expor as principais características das políticas externas adotadas pelos líderes da África do Sul, Austrália, Brasil, Índia e Turquia, demonstrando sua relevância e atuação no sistema internacional. Não se almeja aqui promover uma discussão exaustiva de cada período, mas sim fornecer informações basilares para que se possa melhor compreender e interpretar os dados que serão apresentados nos capítulos seguintes.

3.1.África do Sul

Na década de 1990, com o fim do Apartheid, e a adesão de uma democracia multipartidária associada a liberalização econômica, a África do Sul iniciou um processo de reinserção internacional (Agbude e Lawal, 2020). Este período de transição, impulsionado por pressões domésticas e mudanças no contexto internacional, foi marcado pela intenção de promover o país à categoria de potência intermediária (Rizzi e Schutz, 2014). Com isso, a política externa sul-africana passa a contar com uma abordagem proativa em fóruns e causas globais e busca fortalecer laços não só com sua região, mas também com Europa e Estados Unidos; China e outras nações asiáticas, como Índia, Japão, Hong Kong, Filipinas e Malásia; além de Estados mais isolados, como Líbia, Sudão e Cuba (Rizzi e Schutz, 2014).

A política externa desse período se baseou em princípios liberais ocidentais e na promoção da democracia global, valorização dos direitos humanos e da paz (Rizzi e Schutz, 2014; Hendricks e Majozi, 2021). Durante o governo de Nelson Mandela (1994 a 1999) as arenas doméstica e internacional estiveram intimamente relacionadas, uma vez que se defendia que somente a consolidação democrática mundial levaria a soluções efetivas para os problemas globais (Rizzi e Schutz, 2014). Assim, se, por um lado, a África do Sul forjou alianças com os países industrializados do Ocidente, por outro, quase sempre se manteve reativa aos processos, iniciativas e instituições do sistema internacional dominados pelos países ricos (Rizzi e Schutz, 2014).

Em junho de 1999, Mandela é sucedido por Thabo Mbeki (que se mantém no governo por dois mandatos, até 2008). Nesse período, a África do Sul ganha maior destaque enquanto potência econômica e militar da região. Na mesma linha de seu antecessor, Mbeki desenvolve uma agenda de política externa pensada de modo a conciliar as demandas das esferas nacional e internacional, promovendo os direitos humanos e democracia, justiça internacional, paz e desenvolvimento econômico e multilateralismo, diálogos Norte-Sul e cooperação Sul-Sul (Nathan 2005; Rizzi e Schutz, 2014; Hendricks e Majози, 2021). Diante disso, as relações diplomáticas se intensificaram com Nigéria, China, Japão, Brasil e Argentina (Rizzi e Schutz, 2014).

Desse modo, o governo de Mbeki promoveu a “Renaissance Africana” que se ampara em uma série de atitudes externas como: (i) o apoio à integração regional por meio da União Africana (UA) e aos programas de desenvolvimento socioeconômico da NEPAD¹¹; (ii) a implementação de uma agenda econômica neoliberal mais competitiva que atraísse mais investimentos externos; (iii) a voraz defesa pela reforma da ONU, do FMI, da OMC e de outras organizações para corrigir as assimetrias globais; (iv) e o combate ao subdesenvolvimento e à pobreza do Sul global (Nathan, 2005).

Em síntese, a ideia da “Renaissance Africana” pôde ser visualizada em dois sentidos: (i) na crescente presença de grandes potências interessadas nos recursos naturais do continente, impulsionada pelo crescimento econômico, democratização e redução de conflitos; e (ii) na atuação do país como principal representante global dos interesses africanos e catalisador das transformações políticas, econômicas e de segurança na região (Otavio, 2021). No entanto, a abordagem universalista e multilateralista de Mbeki desagradou as principais potências ocidentais tradicionais, que passam a questionar o caráter moral da política externa sul-africana quando o país intensifica as relações com nações como Cuba e China (Otavio, 2021).

Entre 2001 e 2005, tensões entre Thabo Mbeki e seu vice-presidente, Jacob Zuma, instalaram-se diante de acusações de corrupção que culminaram na destituição de Zuma em 2005. Esse episódio alimenta a oposição à liderança de Mbeki, culminando em sua renúncia em setembro de 2008. No ano seguinte, Zuma retorna vencendo as eleições para presidência. Ele adota uma política externa alinhada com a visão de progresso africano e reforço da cooperação (Rizzi e Schutz, 2014).

¹¹ O acrônimo significa: Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (*New Partnership for Africa's Development*, em inglês)

Apesar de Zuma buscar se diferenciar de Mbeki em sua agenda política, declarando a intenção de não seguir as mesmas abordagens de seu antecessor, ele mantém os princípios norteadores da política externa, adotando uma postura, a princípio, não-confrontacionista em questões regionais e reafirmando o compromisso da África do Sul na promoção da paz e da estabilidade no continente (Hendricks e Majazi, 2021; Rizzi e Schutz, 2014). Ou seja, o que se vê nesse período é a intensificação das relações regionais e internacionais africanas (Otavio, 2021).

No entanto, mais tarde o presidente propôs que a UA criasse uma força militar de reação rápida conhecida como *Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises* (ACIRC), sob a justificativa de prover “soluções africanas para problemas africanos” (Nathan, 2013). Em termos de cooperação, a África do Sul fortaleceu sua posição como representante africano em organizações e fóruns globais, consolidando sua liderança regional, principalmente por meio da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) (Rizzi e Schutz, 2014).

Além disso, a política externa de Zuma passa por um aprofundamento das relações bilaterais com outras regiões, como Ásia e América Latina. Assim, a era Zuma é marcada por uma combinação da manutenção dos compromissos regionais, mas também pela ampliação e diversificação das relações globais (Rizzi e Schutz, 2014).

Contudo, internamente, Zuma sofria diversos reveses, com denúncias de corrupção, fraude, agressão e lavagem de dinheiro, que levaram seu partido (Congresso Nacional Africano, CNA) a pressioná-lo para renunciar ao cargo. Sua renúncia veio em 2018, abrindo espaço para Cyril Ramaphosa se tornar o novo presidente sul-africano. Apesar da evolução nos índices socioeconômicos do país desde Mbeki, a pobreza e o desemprego se mantiveram em patamares alarmantes (Otavio, 2021) e a percepção da corrupção e de abuso de poder durante o governo Zuma prejudicaram seriamente a imagem sul-africana internacionalmente e o desenvolvimento de seu *soft-power* (Hendricks e Majazi, 2021).

A política externa de Ramaphosa é marcada, então, pela continuidade dos paradigmas de universalidade e multilateralismo, mas com foco voltado para a expansão das relações comerciais e econômicas do país (Otavio, 2021) e recuperação do status sul-africano enquanto potência intermediária (Hendricks e Majazi, 2021). Nesse período, são mantidas as dinâmicas da cooperação Sul-Sul, mas também voltam a ter mais destaque as grandes potências. Além disso, o presidente mira no resgate da proatividade sul-africana na busca por soluções aos desafios internacionais, atuando como mediador de

conflitos regionais e extrarregionais por meio do assento não permanente no CSONU (no biênio 2019/2020), pela SADC e UA (Otavio, 2021; Hendricks e Majози, 2021).

Se, por um lado, o governo Ramaphosa parece trazer uma renovação à diplomacia sul-africana; por outro, diversas críticas são feitas à sua abordagem, taxada como inconsistente, parcial, pouco habilidosa em termos de mediação e frequentemente voltada aos interesses econômicos (Hendricks e Majози, 2021).

O fato é que, apesar de sua ascensão no sistema internacional após o apartheid, a influência sul-africana enfrenta declínios devido, principalmente, às dinâmicas domésticas que se refletem em mudanças na política externa e ideologia, na redução de capacidades econômicas e militares e enfraquecimento da sua credibilidade (Hendricks e Majози, 2021). Apesar dos desafios, o país mantém sua presença em fóruns internacionais, como G20, IBSA e BRICS, e já foi eleito para integrar o CSONU por três vezes (Hendricks e Majози, 2021).

3.2. Austrália

Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, há uma busca pelo reposicionamento australiano enquanto potência intermediária ativa no cenário internacional, através de iniciativas diplomáticas como proteção ambiental na Antártida, construção da paz no Camboja e controle de armas (Ungerer, 2007). A abordagem de coalizão com países “afins” se tornou característica distintiva da diplomacia australiana (Ungerer, 2007).

A tradição da política externa australiana apresenta duas abordagens acerca de como o país deve proteger seus interesses: (1) os partidos conservadores (Liberais e *Nationals*) enfatizam a dependência de relacionamentos bilaterais profundos com as grandes potências; enquanto (2), o partido trabalhista dá mais ênfase à cooperação multilateral por meio das ONU e outros órgãos internacionais (Gyngell, 2008).

Logo no início de seu governo (de 1996 a 2007), Howard, líder do Partido Liberal, muda as linhas da política externa australiana que se desenhava no início da década de 1990. “A política externa desse governo é marcada pelo fortalecimento da ‘presidencialização’ da política externa, com Howard, seu gabinete e departamento desempenhando um papel cada vez mais dominante na formação da política externa do governo” (Hewett, 2019: 2 – tradução da autora).

Primeiramente, ele adaptou os discursos para atrair eleitores do partido *One Nation*, de Pauline Hanson, conhecido por sua campanha anti-imigração. Em vez de

condenar as ações de Hanson, Howard aproveitou suas opiniões como plataforma eleitoral para apelar aos descontentes com o governo anterior (Holland, 2010). Isso se converte, mais tarde, em políticas de imigração e segurança nacional (Holland, 2010), principalmente a partir dos anos 2000. Nesse momento, a Austrália muda suas políticas de asilo, especialmente pelo aumento do número de imigrantes ilegais, e passa a considerar os refugiados como uma ameaça (Prakoso e Wardhani, 2018).

Além disso, a abordagem pragmática e realista foi norteadora do período, com ênfase nos interesses nacionais e na construção de relações próximas com os Estados Unidos, alinhamento estratégico que fica evidente especialmente durante a Guerra ao Terror (Holland, 2010). Nesse período, uma das estratégias de Howard foi o “*mateship*”, ideal que estabelecia uma conexão emocional com a população, destacando a importância dos valores compartilhados e da cooperação mútua (Holland, 2010).

Ele utilizou essa narrativa para justificar o envolvimento da Austrália em questões internacionais, especialmente durante a Guerra ao Terror, retratando a participação do país como uma demonstração de compromisso e solidariedade a aliados como os Estados Unidos. O fato é que a Austrália governada por Howard não apenas apoiou de forma notável as ações militares dos EUA no Iraque e no Afeganistão, como também aumentou seu rearmamento desde a operação em Timor-Leste em 1999 (Bloomfield, 2016).

No entanto, a abordagem seletiva para construção de coalizões e o ceticismo em relação ao multilateralismo revela um dilema entre a necessidade de cooperação internacional e a relutância com a supranacionalidade (Ungerer, 2007; Holland, 2010; Hewett, 2019). Esse comportamento teve sérios impactos para as respostas aos desafios da política externa australiana. Entre esses desafios, figuram: a reunião dos países do Fórum do Pacífico Sul em 2003 para a missão de assistência regional nas Ilhas Salomão; a construção da iniciativa de segurança de proliferação para lidar com a ameaça de uma Coreia do Norte nuclear; e a participação na resposta global ao terrorismo islâmico (Ungerer, 2007). Enquanto a Austrália rejeitava a ideia de diplomacia de coalizão, o seu aliado mais tradicional, os Estados Unidos, reconhecia a necessidade crescente desse tipo de atividade diplomática (Ungerer, 2007).

Além disso, durante esse período há uma rejeição ao conceito de potência média e de fundamentos claros na política externa australiana, levantando questões sobre a consistência e a direção dessa política (Ungerer, 2007). Isso porque, enquanto o primeiro-ministro busca atrair apoio de eleitores descontentes e lidar com desafios, como a imigração e a segurança nacional, a falta de uma estratégia de longo prazo limitou a

capacidade do país de influenciar de forma significativa os assuntos internacionais (Ungerer, 2007).

Quando Kevin Rudd, do Partido Trabalhista, assume em 2007, ele tenta conciliar o realismo orientado por interesses e o internacionalismo liberal orientado por valores. Ao contrário de Howard, cujos primeiros atos envolveram mudanças substanciais no pessoal e na estrutura da política externa, Rudd enfatiza sua aderência às formas tradicionais do sistema Westminster e mantém os principais cargos na área de defesa e inteligência inalterados, com muitos dos líderes dessas instituições tendo trabalhado diretamente para Howard (Gyngell, 2008).

Seu governo, principalmente após a crise de 2008, é marcado por várias tendências globais e regionais, sendo o crescimento da economia chinesa uma das mais significativas (Hewett, 2019). Assim, a política externa de Rudd é baseada em três pilares principais: a aliança com os EUA, o engajamento com a Ásia e a participação ativa na ONU (Gyngell, 2008). Além disso, o novo governo encara uma rápida mudança de diretrizes externas, retirando as tropas australianas do Iraque e colocando fim à política de “Solução do Pacífico”¹² para imigrantes ilegais (Gyngell, 2008; Hewett, 2019), bem como aderindo ao Protocolo de Kyoto e à defesa das causas climáticas, levadas pelo primeiro-ministro a diversos fóruns supranacionais, como Commonwealth, APEC e o Fórum das Ilhas do Pacífico (Gyngell, 2017).

Rudd é substituído em 2010 por sua vice, Julia Gillard, que governa até 2013. Desde as eleições desse ano, a oposição, liderada por Tony Abbott, argumentou que a Austrália deveria “*stop the boats*” e simplificou o debate público sobre a questão da imigração ilegal. Diante das pressões oposicionistas e da opinião pública, o governo de Gillard desenvolve diversas propostas para resolver o problema político dos refugiados, mas não obtém sucesso (Hawksley e Georgeou, 2013).

Gillard enfatiza a necessidade de construir um quadro de proteção regional sustentável para lidar com a migração irregular. No entanto, a busca por uma solução rápida levou ao anúncio prematuro do estabelecimento de um centro de processamento regional para migrantes irregulares no Timor-Leste – o que não se consolidou (Gyngell, 2017). Ainda assim, os esforços para uma resposta regional ampla continuaram, incluindo

¹² Essa política foi uma estratégia adotada pelo governo australiano nos anos 2000 para lidar com a migração irregular. Essa política envolvia a interceptação de embarcações e o envio dos requerentes de asilo para centros de processamento em Nauru e Papua Nova Guiné, mantidos pela Austrália. A “Solução do Pacífico” foi bastante controversa devido às condições precárias nos centros de processamento e às críticas de violação dos direitos humanos.

acordos de cooperação com a Indonésia e a tentativa de acordo com a Malásia. Os sucessivos fracassos nas tentativas de Gillard levam a Austrália a retomar o processamento *onshore* de solicitações de asilo (Gyngell, 2017).

Ainda assim, o governo de Gillard alcançou marcos importantes na política externa, com cúpulas internacionais e regionais sobre questões econômicas e políticas, e importantes reuniões com aliados sobre segurança (Hawksley e Georgeou, 2013). No mesmo mês, o governo de Gillard lançou o Livro Branco *Austrália no Século Asiático*, que delineou como o país poderia se beneficiar do crescimento asiático (Hawksley e Georgeou, 2013)

Em 2013, Rudd reassume o governo, porém apenas por alguns meses, pois em setembro do mesmo ano perde as eleições para Tony Abbott. O tema da imigração se mantém constante: tanto Rudd, quanto Gillard mantém uma postura de rejeição aos refugiados e mesmo com mudanças na implementação das políticas, a recusa em aceitar os requerentes de asilo permanece como prioridade do governo, visando garantir a segurança do país (Prakoso e Wardhani, 2018). Assim, a política “*turn back the boats*” é enraizada antes mesmo do governo de Abbott, e se torna um elemento de continuação da postura externa australiana quando o novo primeiro-ministro assume (Prakoso e Wardhani, 2018).

O governo de Abbott buscou melhorar as relações com a Ásia, contrariando críticas sobre sua preferência pela “Anglosfera”. Sua credibilidade é fortemente associada ao sucesso da implementação da política “*turn back the boats*”, fazendo-o depender em grande medida da cooperação com países vizinhos, em especial a Indonésia (Beeson, 2014). Isso porque essa foi uma das pautas utilizadas na sua campanha contra Rudd. No entanto, o que em um primeiro momento constituía uma “cooperação eficaz” Austrália-Indonésia, foi seriamente abalada e se tornou uma crise diplomática após revelações de espionagem da Austrália sobre os aliados (Beeson, 2014).

Outro desafio à política externa australiana é a dualidade entre a aproximação com uma China em expansão que rivalizava com o parceiro australiano histórico, os EUA. Se por um lado Abbott reforçou que a Austrália estava aberta aos negócios, por outro as relações econômicas sino-australianas seguiram fragilizadas (Beeson, 2014). Além disso, tanto o governo anterior quanto o de Abbott mantém a importância estratégica da aliança

ANZUS¹³ com os EUA como parte fundamental da política externa australiana, sem alterações significativas após a mudança de governo em 2013 (Beeson, 2014).

As relações regionais também perdem proeminência durante o governo Abbott, especialmente na Indonésia. Entre os motivos do isolamento australiano, tem-se que: acordos de reassentamento de refugiados foram ineficazes; o primeiro-ministro rejeitou a ideia de realocar refugiados muçulmanos Rohingya na Austrália durante a crise de 2015; e a houve a redução dos programas humanitários.

O governo de Abbott demonstrou ceticismo em relação às políticas de combate às mudanças climáticas, evidenciado pela promessa de revogar o imposto sobre o carbono e pela falta de representação na conferência da ONU sobre o tema (Beeson, 2014; Gyngell, 2017). O governo australiano se mostrou desconectado das tendências internacionais: enquanto os principais atores internacionais, como União Europeia, Estados Unidos e China, mudavam suas políticas climáticas e estabeleciam alinhamentos entre si, representantes australianos minimizavam a necessidade de discutir as mudanças climáticas na Cúpula do G20 (Gyngell, 2017).

Com a troca de Abbott por Turnbull em setembro de 2015, ocorre uma mudança na abordagem do governo. Após os ataques terroristas em Paris, Abbott alertou sobre a ameaça do Estado Islâmico, enquanto Turnbull adota uma postura mais calma, destacando a fraqueza do ISIS e optando por não aumentar o envolvimento militar australiano (Gyngell, 2017). O primeiro-ministro também busca restabelecer as relações com a Indonésia, mas conversas sobre um Acordo de Parceria Econômica Abrangente foram suspensas após a crise de inteligência, supondo espionagem australiana (Gyngell, 2017).

Na questão da imigração, o primeiro-ministro defende políticas de proteção de fronteiras rigorosas, afirmando ser a única maneira de evitar mortes no mar e garantir a segurança da Austrália. Ele enfatiza a importância de deter o tráfico de pessoas e reforçar a integridade do sistema de asilo aos refugiados, mesmo que isso resultasse em medidas difíceis e impopulares (Karlsen, 2016).

Turnbull, junto à sua ministra de relações exteriores, Julie Bishop, ajusta as relações com os EUA de Donald Trump sem desfazer as tradicionais alianças, mas também expressa divergências, como sobre o Acordo Transpacífico (McDougall, 2018).

¹³ A *ANZUS Alliance* é um tratado de segurança entre Austrália, Nova Zelândia e EUA, assinado em 1951 para garantir a defesa mútua. Após divergências, a Nova Zelândia saiu em 1986, mas a aliança continua relevante para Austrália e EUA.

Outro aspecto relevante das relações Turnbull-Trump é sobre a questão migratória: após divulgação de uma conversa telefônica entre eles sobre a imposição de restrições à entrada de refugiados vindos do Oriente Médio, especialmente da Síria, as leis e políticas migratórias da Austrália foram duramente afetadas e revisadas, uma vez que antes da eleição de Trump, havia um acordo com entre os dois países para assentar 1.250 refugiados em centros de detenção em Nauru e Papua Nova Guiné (Stevenson e McNaught, 2017). Além disso, as relações com a China, nesse período, também se tornaram tensas (McDougall, 2018).

As diferenças de tom em relação a Abbott são claras, especialmente em relação às mudanças climáticas e à segurança nacional (Gyngell, 2017), pois ao contrário de seu antecessor e da ala da direita do Partido Liberal, Turnbull buscava cooperação com o Partido Trabalhista de Rudd para implementar medidas de combate ao aquecimento global – em contraste com a postura cética e pró-indústria do carvão defendida por Abbott e seus aliados (McDougall, 2018).

Scott Morrison assume o governo em 2018. Ele foi ministro da imigração e proteção de fronteiras no governo de Abbott, implementando políticas rígidas sobre requerentes de asilo. Posteriormente, como tesoureiro sob Turnbull, ele continuou alinhado com a ala direita (McDougall, 2018).

Sua política externa enfatiza o compromisso da Austrália com a região do Indo-Pacífico e com a ASEAN, uma vez que, para Morrison, a região é vital para a prosperidade e segurança do país. Apesar disso, ele reconhece os desafios que o relacionamento estratégico e competitivo entre EUA e China representa para a região (Tyler e Arthur, 2019). Esse posicionamento demonstra que o primeiro-ministro estava alinhado às visões de seus vizinhos, no sentido de que havia um desejo geral de evitar escolhas entre *amigos grandes e poderosos*. Existe, na região, uma visão compartilhada de que o conflito não é inevitável (Tyler e Arthur, 2019).

No entanto, em 2022, Morrison enfrentou críticas, principalmente do Partido Trabalhista, por inação da política externa australiana após as Ilhas Salomão firmarem um acordo de segurança com a China (Martin, 2022). O governo australiano tentou persuadir as Ilhas Salomão a não assinarem o documento, mas sem sucesso. As preocupações da oposição giram em torno do fato de que o acordo abriria espaço para a instalação de uma base militar chinesa próxima à costa australiana (Martin, 2022).

Em questões climáticas, Morrison anunciou o abandono do *Plano Nacional de Energia Garantida*, que tinha relação com o combate às mudanças climáticas, mas

mantém o compromisso com as metas de Paris – sem legislar sobre elas (McDougall, 2018). Em parte, isso se dá devido às relações com países do Pacífico e às negociações para um acordo de livre comércio com a União Europeia (McDougall, 2018).

3.3. Brasil

O primeiro presidente brasileiro do período analisado é Fernando Henrique Cardoso (FHC), que inicia seu governo em 1995. Seguindo a tendência global, o neoliberalismo e a inserção global do Brasil são marcas desse período. Há a busca pela substituição de uma agenda reativa da política externa, dominada pela lógica da autonomia pela distância, por uma mais proativa e determinada pela autonomia pela integração ou participação (Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003; Casarões, 2022). A diplomacia presidencial é frequentemente empregada e, combinada ao sucesso relativo do Plano Real, ajuda na reconstrução da imagem brasileira no sistema internacional, fortalecendo relações com governos estrangeiros e instituições multilaterais (Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003).

Durante seu governo, FHC atua por um multilateralismo como forma de afirmação (Casarões, 2022), adotando ações como: (i) a intensificação das privatizações; (ii) desenvolvimento de novos projetos e parcerias internacionais, sem abandonar as antigas relações com EUA e Europa; (iii) mudança de ênfase da América Latina para a América do Sul, dando gás a avanços no Mercosul; (iv) adesão ao Tratado de não proliferação nuclear; (v) formulação de alianças através da OMC; e (vi) o desenvolvimento de agendas pautadas em temas como desarmamento e terrorismo, meio ambiente, direitos humanos, democracia, participação no CSONU, crítica aos regimes financeiros internacionais, e a relação com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com Cuba (Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003; Vizontini, 2005).

No entanto, as crises que se sucedem a partir de 1997 têm fortes impactos na formulação da política externa brasileira. A integração mercosulina já não se mostra mais tão benéfica e os diversos embates com a Argentina levam à paralisia do bloco. Ainda assim, nesse período é mantido o foco na América do Sul, mas ampliando para além do Mercosul a possibilidade de uma integração regional, com uma abordagem cuidadosa e que possibilitasse a recuperação da autonomia do país em relação aos Estados Unidos (Vizontini, 2005). O paradigma neoliberal deu sinais de esgotamento, principalmente a partir de 1999, levando a uma mudança de postura do presidente, pressionado por empresários e políticos que pediam mais pragmatismo e menos idealismo (Silva, 2010).

Desse modo, tais mudanças iniciam uma transição do neoliberalismo para uma abordagem mais neodesenvolvimentista na política externa brasileira (Silva, 2010).

Esse comportamento se relaciona diretamente com a implantação de uma agenda proativa que defende o aumento da autonomia e a resolução de problemas através da participação ativa na elaboração das normas e pautas da ordem mundial (Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003). Isso se demonstra na realização, em agosto de 2000 da I Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos, em Brasília, em contraposição às propostas da ALCA e em paralelo ao Plano Colômbia, uma iniciativa dos EUA para combater o narcotráfico (Vizentini, 2005). Essas ações destacam duas abordagens distintas às mudanças político-econômicas na América do Sul: uma liderada pelos EUA e outra pelo Brasil (Vizentini, 2005).

Em 2002 ocorre a II Reunião, em Guayaquil, com o objetivo de dar continuidade à integração entre Mercosul e Comunidade Andina. Nele FHC critica o protecionismo dos países desenvolvidos e a falta de avanços nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia (Vizentini, 2005), bem como a globalização assimétrica e a desigualdade de poder nas negociações comerciais (Silva, 2010). Desse modo, o governo adota uma postura dual, buscando resolver controvérsias multilateralmente, através da OMC, porém, junto a outras nações recém-industrializadas, resistindo a avanços em temas onerosos aos interesses brasileiros, como comércio de serviços e propriedade intelectual (Casarões, 2022). Assim, a política externa de FHC busca equilibrar autonomia e alinhamento ao ocidente e regimes internacionais.

Mesmo diante das críticas, as abordagens multilateralista e universalista da política externa brasileira continuam a se refletir nos laços entre Mercosul e Comunidade Andina em prol de uma área de livre comércio – o que abriu novas perspectivas para a integração regional e para negociações com a ALCA – e nos vínculos do país com o NAFTA, a UE, a Ásia Oriental e a América do Sul (Vizentini, 2005).

A política externa de Silva, em comparação com a de FHC, representa uma continuidade com ajustes e mudanças de programa, ou seja, mesmo com transformações nas ideias e estratégias, a essência permanece consistente, com ambos os governos focados no princípio de que a política externa deve ser voltada para o desenvolvimento econômico e para a autonomia do país (Vigevani e Cepaluni, 2007). Ainda assim, o governo adota uma nova estratégia de inserção internacional, abraçando a retórica de potência emergente. Isso se reflete na mudança da posição de conformação para uma defesa aberta do revisionismo brando das organizações internacionais (Casarões, 2022).

Além disso, se aproveitando da estabilidade política e econômica, Silva trabalhou pela construção do poder material do país, utilizando o ativo reputacional para pleitear reformas em benefício do país e do Sul Global na agenda internacional (Casarões, 2022). Essas mudanças, no entanto, são sustentadas por eventos anteriores ao governo Silva. A transição global após os ataques do 11 de Setembro de 2001, minam a legitimidade e a economia dos EUA, contribuindo para o desenvolvimento de uma multipolaridade incipiente (Casarões, 2022) e impulsionando a aproximação brasileira com países do Sul – principalmente em questões como o contencioso das patentes de medicamentos contra o HIV/AIDS (Vigevani e Cepaluni, 2007).

A inovação da política externa do governo de Silva é com a formação de blocos institucionalizados e formação de grupos de coalizão com essas nações, diversificando parcerias e encontrando aliados em diversos temas de interesse do Brasil (Vigevani e Cepaluni, 2007). A institucionalização de blocos se mostra com a formalização do IBAS¹⁴ e do G20 (Vigevani e Cepaluni, 2007; Silva, 2010) e, mais tarde em 2009, com a formalização do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), um fórum de cooperação política entre grandes nações representativas de suas regiões (Silva, 2010).

Os principais instrumentos para o desenvolvimento nacional incluíram a promoção do comércio exterior, a adoção de tecnologias avançadas e a atração de investimentos produtivos, bem como a integração regional e negociações comerciais com outros blocos e países (Silva, 2010). Dessa forma, o governo adota uma abordagem multifacetada em suas relações internacionais, compreendendo três dimensões principais: diplomacia econômica, política e um amplo programa social (Vizentini, 2005). A diplomacia econômica busca manter canais de negociação abertos com o Primeiro Mundo, visando recursos e tecnologia. Porém, ao mesmo tempo, o presidente critica o protecionismo dos países desenvolvidos por prejudicar os setores exportadores do Brasil. Ele reafirma a disposição de negociar globalmente, mas com prioridade para a América do Sul e o Mercosul (Silva, 2010).

Já o exercício da diplomacia política é ligado aos interesses nacionais e promove um papel mais ativo do Brasil nas relações internacionais (Vizentini, 2005). As políticas sociais, por sua vez, têm também um impacto internacional. Desde o primeiro ano de seu mandato, 2003, Lula defende o aumento da ajuda externa dos países ricos para o combate à fome – com apoio dos presidentes da França e do Chile – em resposta às distorções da

¹⁴ Uma parceria estratégica entre Índia, Brasil e África do Sul

globalização neoliberal e com foco na promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento (Vizentini, 2005; Vigevani e Cepaluni, 2007; Silva, 2010).

A política externa do presidente Lula segue uma abordagem de autonomia pela diversificação, dando destaque ao país como um potencial de liderança regional (Vigevani e Cepaluni, 2007). Mesmo quando as ideias expressas pelo governo não se traduziam diretamente em ações práticas, elas influenciam as relações do Brasil com outros países, fato que ficou evidente com o envolvimento brasileiro no caso do Haiti (Vigevani e Cepaluni, 2007). Além de objetivos econômicos, políticos e estratégicos, como a candidatura a membro permanente do CSONU, essa abordagem visa também o reconhecimento internacional como uma potência média (Vigevani e Cepaluni, 2007).

O governo de Dilma Rousseff, a partir de 2011, herda as estratégias de política externa, marcada por uma abordagem revisionista das instituições internacionais, uma participação ativa em fóruns multilaterais representando os países do Sul global e uma ênfase na dimensão sul-americana (Saraiva, 2014). A adesão da África do Sul ao BRICS, pela Declaração de Sanya em 2011, amplia a representatividade do grupo e reforça o impulso reformista (Silva e Holleben, 2022). Nesse período importantes avanços fortalecem a coordenação do BRICS: (i) a institucionalização e implementação da Estratégia Econômica do BRICS, com (ii) com maior coordenação entre os Bancos Nacionais de Desenvolvimento dos países membros e (iii) a atuação do grupo como representante dos Sul Global (Silva e Holleben, 2022).

Embora as abordagens tenham permanecido formalmente em vigor, há uma redução na proatividade do Brasil, com o abandono da diplomacia presidencial e com outras agências governamentais assumindo responsabilidades, especialmente em questões técnicas da política externa econômica. Essa mudança é influenciada pela conjuntura econômica internacional – como as dificuldades na Argentina e na Venezuela, a instabilidade no Oriente Médio e o afastamento de países africanos –, pela situação econômica interna e pela dinâmica do processo decisório (Saraiva, 2014; Mariano et al., 2015).

Na Assembleia Geral da ONU de 2014, Rousseff destaca a importância do diálogo sobre conflitos e terrorismo, defendendo que o enfrentamento ao terrorismo deveria ser pautado pelo diálogo entre os Estados-membros da ONU (Saraiva, 2014). Em questões ambientais, as iniciativas também são reduzidas, de modo que o Brasil não assinou o documento sugerido na cúpula do clima de 2014 para combater o desmatamento – devido, principalmente, a obstáculos internos como o novo Código Florestal e o aumento do

desmatamento na Amazônia. As negociações comerciais na Rodada Doha também enfrentam dificuldades em unificar posições entre os países do G20 e em modificar as preferências das grandes potências (Saraiva, 2014).

Por mais que tenha havido uma busca pela estabilidade da agenda externa definida no governo anterior, as crises políticas e econômicas internas, e as turbulências globais crescentes, levam a política externa de Rousseff, e depois Temer (2016-2018) de forma mais vocal, a uma reorientação (Casarões, 2022). A postura ambiciosa de potência emergente do governo Silva dá lugar a uma atuação como potência média, tímida durante o governo Rousseff e expressiva sob o governo Temer, focado na recuperação econômica através de uma agenda liberal (Casarões, 2022). O governo Temer representou, assim, uma mudança na abordagem da política externa brasileira, priorizando as relações bilaterais com nações desenvolvidas e reduzindo a participação em coalizões como os BRICS e pelos interesses de um novo bloco de poder, que busca reorientar a inserção internacional do país (Silva e Holleben, 2022).

Há então a formalização de uma tendência de rebaixamento do perfil internacional do Brasil, com o desmonte gradual das políticas ambientais em prol de interesses econômicos do agronegócio mais predatório e com o esvaziamento do comércio multilateral devido à paralisia da Rodada Doha da OMC e à reorganização da geografia comercial em torno de acordos regionais (Casarões, 2022).

Também é fortalecida a ideia de rebaixar o Mercosul a uma área de livre comércio com o intuito de facilitar acordos bilaterais (Silva, 2022). Nesse período, o Brasil adota uma postura crítica à crise na Venezuela, isolando o país e perdendo a oportunidade de atuar como mediador do conflito, apesar de sua liderança regional (Silva, 2022). Apesar da ruptura com as bases da política externa de Silva e Rousseff, Temer estabelece a continuidade do multilateralismo e o combate ao protecionismo. No entanto, a cooperação sul-sul, que antes era proeminente, perde sua relevância (Silva e Holleben, 2022). O envolvimento brasileiro na reabilitação do sistema multilateral de comércio, após a crise de 2008, foi diminuindo, ao mesmo tempo em que aumentava o interesse em arranjos regionais de natureza liberal, como a OCDE e a Aliança do Pacífico (Casarões, 2022).

Enquanto a política externa do governo Temer representa um período de transição, a política externa do governo Bolsonaro traz uma mudança significativa nas abordagens adotadas anteriormente, influenciada pela ascensão de movimentos conservadores na América Latina e no Ocidente, pelo tom crítico à política externa do PT, por uma postura

anti-globalista e pela paralisia das instituições multilaterais (Silva, 2022). Essa plataforma caracteriza a ONU como comunista ou globalista, alegando que a organização está em oposição aos verdadeiros valores do povo brasileiro (Casarões, 2022).

Há, nesse período, uma busca pela aproximação com países desenvolvidos – principalmente Estados Unidos – e distanciamento dos países em desenvolvimento, uma seleção ideológica de parcerias, priorizando governos conservadores, e um distanciamento dos BRICS (Silva e Holleben, 2022). O governo passa a rejeitar abertamente o multilateralismo, abandonando o Pacto Global sobre Migração e abrindo mão de sediar a COP-25. Além disso, muda drasticamente o perfil de votação em temas de direitos humanos, alinhando-se a países autoritários e fundamentalistas religiosos na obstrução de debates sobre gênero e saúde reprodutiva (Casarões, 2022).

No contexto regional, há um desengajamento nos processos de integração, com críticas ao Mercosul e à UNASUL, com a proposição do PROSUL como alternativa de aproximação regional. Essas mudanças também são evidenciadas nas cúpulas do BRICS, onde o Brasil se afasta do tradicional apoio à agência para refugiados palestinos, refletindo um distanciamento em relação às políticas dos demais países emergentes e dificultando um consenso dentro do grupo (Silva, 2022; Silva e Holleben, 2022).

Ainda assim, grupos de interesses – principalmente os militares, evangélicos e ruralistas – contribuem para determinação de algumas diretrizes da política externa de Bolsonaro que, à primeira vista, vão de encontro aos seus discursos anti-globalistas. De um lado, os militares incentivam o retorno do Brasil ao Conselho de Segurança após 11 anos; de outro, os evangélicos buscam ocupar os espaços nas agendas multilaterais de Direitos Humanos (Casarões, 2022). Os ruralistas, ao seu turno, advogam pela liberalização do comércio agrícola na OMC e os economistas liberais, pelo engajamento do país na OCDE (Casarões, 2022).

3.4. Índia

A política externa indiana é historicamente marcada pela premissa do não-alinhamento e pela busca da autonomia econômica no sistema internacional (Barcellos, 2018). No entanto, as transformações do SI dos anos 1990 afetam fortemente o país, impulsionando uma revisão dessa postura em direção a uma maior inserção nas relações internacionais, o que impulsiona o comprometimento do país com acordos e questões globais (Barcellos, 2018).

Seguindo a tendência mundial de liberalização econômica, no setor industrial há a abertura para investidores estrangeiros e participação do setor privado; no comércio exterior, à exceção de produtos estratégicos como os de agricultura e bens de consumo, há o fim do regime de licenciamento de importações; e os Investimentos Externos Diretos (IED) são liberalizados (Barcellos, 2018). Ainda assim, as principais forças políticas do país, representadas principalmente pelo hinduísta *Bharatiya Janata Party* (BJP) e pelo Congresso Nacional Indiano (CNI), reforçam uma abordagem nacionalista, realista e pragmática, mantendo um forte controle estatal sobre o desenvolvimento econômico (Barcellos, 2018).

Tanto o governo de Atal Bihari Vajpayee (1998 – 2004), quanto o de Manmohan Singh (2004 – 2014) procuram alcançar, em alguma medida, a autonomia estratégica, marcada por parcerias e múltiplos alinhamentos (Hall, 2019). Essa abordagem inclui uma maior integração na economia global, incorporando “alianças naturais” e acordos significativos, como o nuclear EUA-Índia (negociado em 2005 e assinado em 2008) (Hall, 2015; 2019; Chandra, 2017).

Continuando o programa de parcerias estratégicas iniciada por Vajpayee, Singh aprofunda as interações e alinhamentos do país, sendo responsável por mais de quinze dos primeiros vinte e sete acordos assinados (Chandra, 2017). Há também um foco em liderar a integração econômica no sul asiático, compartilhar experiências democráticas e de desenvolvimento, e ajudar na transição de outras nações para democracias, posicionando a Índia como uma potência influente e promotora de mudanças positivas nas relações internacionais (Hall, 2019).

Essa continuidade na postura externa indiana garante maior destaque para ambos o *hard* e o *soft power*, aumentando gradativamente a sua relevância enquanto player global. Em 2002, ainda sob a liderança de Vajpayee, a Índia lança a campanha *Incredible India* com o intuito de atrair turistas e promover uma aproximação entre o povo indiano e estrangeiro (Hall, 2015). Já durante o período Singh, o país estabelece a política nacional para apoiar o desenvolvimento, aumentar as exportações e importar insumos, em 2004.

Em 2005, a Índia é cofundadora do Fundo de Democracia da ONU, amparada pela premissa de que o país é responsável por auxiliar outras nações na abertura econômica e democratização política (Chandra, 2017; Hall, 2019), e se torna membro-observador da Organização para Cooperação de Shanghai, além de membro oficial dos BRIC (Barcellos, 2018; Hall, 2019). Em 2006, cria o departamento de Diplomacia Pública (Barcellos, 2018).

Além disso, ao contrário do que se desenhava em governos anteriores, Singh reconhece a crescente influência da sociedade civil e do setor empresarial sobre o desenvolvimento da política externa, levando a uma descentralização na sua formulação e incluindo atores não governamentais (empresas, *think tanks*, mídia, sociedade civil, opinião pública etc.) (Chandra, 2017).

Ao final do governo Singh, a Índia contava com cerca de 30 acordos de parceria estratégica. Enquanto Vajpayee estabelece seis importantes acordos – com os EUA, França, Alemanha, Irã, Japão e Rússia –, Singh amplia essas parcerias, incluindo países do Indo-Pacífico, como Afeganistão, Austrália, China, Indonésia, Malásia, Coreia do Sul, Vietnã e o bloco da ASEAN, além de Brasil, União Europeia, Cazaquistão, Nigéria, Arábia Saudita, Tadjiquistão e Uzbequistão (Hall, 2019).

Em 2014 a eleição que coloca Narendra Modi no poder é uma das mais peculiares dos últimos tempos, marcada por recorde no número de eleitores aptos a votar e no seu comparecimento às urnas, além de ser a eleição mais cara da história do país e resultando em uma vitória sem precedentes do BJP (Hall, 2019). Na sua posse, Modi surpreende ao convidar líderes do Sul da Ásia, sinalizando, por um lado, a intenção de estabelecer aproximações com países vizinhos, inclusive com o Paquistão; e, por outro, alertando a China de que não limitaria suas relações na região por conta de Pequim (Hall, 2019).

Durante o governo Modi, o BJP tem enfatizado a importância do IED e uma maior participação do setor privado no desenvolvimento do país (Barcellos 2018). O fato é que, apesar de uma declarada intenção de uma renovação política (Hall, 2019), desde o governo Vajpayee, a política externa indiana é marcada pela continuidade, com ênfase no desenvolvimento econômico, regionalismo, segurança e projeção de *soft power* (Hall, 2015; 2019). No seu discurso inaugural do Dia da Independência, e depois na ONU, Modi destaca o compromisso do governo em aprimorar os laços com os países vizinhos, visando, principalmente, a erradicação da pobreza (Hall, 2019).

Ele também reconhece o papel crucial da Ásia Ocidental, dado o significativo contingente de trabalhadores indianos no Oriente Médio e a crescente demanda da Índia por petróleo (Hall, 2019). No entanto, esforços para promover o regionalismo na região do *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC) encontram obstáculos, levando a um volume de comércio intra-SAARC inferior ao externo, especialmente em comparação com a China (Hall, 2015). Em 2015, a Índia representa 1,7% das exportações e 2,2% das importações mundiais, mantendo parcerias importantes com a União Europeia, Estados Unidos, China e países árabes (Barcellos, 2018).

Outro aspecto importante do governo Modi é referente às questões democráticas: a promoção da democracia parece ter perdido impulso quando comparada com o governo de Singh (Chandra, 2017). Isso muito em razão da ideologia do nacionalismo hindu praticada pelo BJP. Desse modo, a atuação de Modi na promoção da democracia é limitada, consistindo em ações rasas, e, principalmente, em menções durante seus discursos (Chandra, 2017).

3.5. Turquia

Entre os sistemas políticos dos países aqui discutidos, o turco é o que apresentou maior instabilidade, fazendo necessários alguns comentários e apresentação do histórico acerca de seu funcionamento e eventos mais marcantes. É importante destacar que os fatos do sistema político turco são complexos e requerem uma análise mais aprofundada. O objetivo aqui, no entanto, é fornecer apenas uma breve introdução dos acontecimentos que acabam por impactar a formulação da política externa do país a partir dos anos 2000.

3.5.1. As transformações do sistema político turco (2000 – 2022)

Entre a formação do Estado turco, em 1923, e o ano de 2018 o país contou com um sistema parlamentarista, em que as funções de chefe de governo e de Estado se dividiam entre o primeiro-ministro e o presidente, respectivamente. A partir de 2018, o país sofreu uma mudança no seu sistema político, aderindo ao presidencialismo. No entanto, antes de chegar às transformações de 2018, outros fatos relevantes para compreender a política do país se desenrolaram, principalmente na primeira década dos anos 2000.

A partir de 2001, um conflito aberto entre o primeiro-ministro, Mustafa Bülent Ecevit, e o presidente Ahmet Necdet Sezer resulta em um colapso econômico, que, em 2002, leva o governo Ecevit a se desintegrar (Hale, 2012). Esse cenário muda os rumos das eleições parlamentares de novembro de 2002. Devido às regras eleitorais, só tinha direito a assentos no parlamento aqueles partidos que alcançarem ao menos 10% dos votos nacionais. Somada à insatisfação popular com o governo de Ecevit, essa configuração do sistema partidário foi propícia a ascensão do AKP, um partido recém-formado sob a liderança de Erdoğan e com raízes islâmicas, substituindo uma coalizão de três partidos que governava desde 1999 (Sayari, 2007). Erdogan assume então como o novo primeiro-ministro, substituindo Mustafa Bülent Ecevit.

Esse cenário marca o início de um governo de maioria única e um declínio dos partidos de centro-direita e de extrema direita nacionalista (Sayari, 2007). Devido às diversas sanções impostas pelas elites estatais aos partidos pró-islamistas por violarem a ordem constitucional secular do país, os fundadores do AKP buscam diferenciar o partido, moderando o programa de governo e seu apelo ideológico. Isso se reflete, por exemplo, no apoio à entrada da Turquia na UE durante as campanhas eleitorais (Sayari, 2007).

Do lado presidencial, embora o cargo seja em grande medida cerimonial, são conferidas algumas prerrogativas relevantes ao chefe de Estado, como, por exemplo, poder de nomeação, emissão de decretos com força de lei, convocação de referendos para emendas constitucionais, aprovação e veto de leis e abertura de processos para revisão da constitucionalidade das leis (Yegen, 2017).

Até 2007 a escolha do presidente se dava por eleições indiretas, cabendo a nomeação através do parlamento. Neste ano, no entanto, diante da possibilidade de ser escolhido um presidente do AKP, Abdullah Gul, teve início uma crise política entre os governistas e a oposição, apoiada pelos militares, que argumentava que o cargo de presidente deveria ser ocupado por alguém que representasse os valores do estado secular (Yegen, 2017). Diante de duas tentativas frustradas de eleger Gul, o governo antecipa as eleições parlamentares e, novamente, o AKP sai vitorioso. Desse modo, o partido se fortalece em torno da candidatura de Gul e, em um terceiro turno, ele é eleito.

Todo esse cenário alertou o partido governista da sua força diante das eleições populares, levando-o a apresentar uma proposta de mudança constitucional que alteraria para direta a forma de escolha presidencial. Além disso, a reforma previa ainda a diminuição do mandato legislativo para quatro anos e reduzia para 1/3 o quórum mínimo dos parlamentares para tomada de decisão (Yegen, 2017).

Após submetida, a reforma é vetada pelo ainda presidente, Ahmet Sezer, que frequentemente, usava suas prerrogativas presidenciais para frear o governo de Erdogan (Folha de São Paulo, 2007¹⁵; Yegen, 2017). Porém, após um segundo veto, o projeto voltaria ao parlamento e, caso aprovado, deveria ser sancionado ou convocado um referendo. Esse foi o desenho que se formou e por referendo popular, em 2010, a reforma é aprovada com 68,95% dos votos (Yegen, 2017). Quatro anos mais tarde, em 2014, com as novas eleições diretas, Erdogan é eleito como o novo presidente após três mandatos consecutivos como primeiro-ministro. Ele já traz consigo a proposta de reformas

¹⁵ Matéria *Parlamento aprova eleições diretas para a Presidência* publicada em 11 de maio de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1105200710.htm>. Acesso em 29/01/2024

constitucionais para ampliação dos poderes do cargo. Nesse mesmo ano, as estruturas das altas cortes de justiça turcas são modificadas, de modo que o governo passa a ter apoio também da maioria dos juizes (Cilliler, 2021).

Já em 2015 tem início uma nova onda de crises na Turquia, levando o AKP a perder pela primeira vez desde 2002, a maioria no parlamento. Além disso, o governo volta, nesse momento, a enfrentar o conflito com os povos curdos e, em meio a uma onda de violência, convoca eleições antecipadas (Esen e Gümüşçü, 2017). Apesar da reconquista da maioria parlamentar pelo AKP, o governo continua a adotar medidas repressivas, não apenas contra os insurgentes curdos, mas também contra a comunidade acadêmica, a mídia e a sociedade civil (Esen e Gümüşçü, 2017). Além disso, Erdogan troca o então primeiro-ministro por Binali Yıldırım, um partidário de sua confiança (Esen e Gümüşçü, 2017).

Em 2016, após uma tentativa de golpe militar contra o governo de Erdogan, é declarado estado de emergência, conferindo ao presidente amplos poderes sobre o legislativo e executivo. Através de decretos e sob a premissa de trazer estabilidade ao país, Erdogan ataca prerrogativas democráticas importantes, aumentando ainda mais a repressão e restringindo a liberdade de discurso, de circulação e de assembleia (Esen e Gümüşçü, 2017).

Toda essa instabilidade serviu de justificativa para uma postura mais autoritária do governo e fundamentou argumentos para uma transição do sistema parlamentar para presidencial (Cilliler, 2021). Assim, diante do estado de emergência e com a antecipação das eleições, um novo referendo é aprovado em 2017 instaurando o presidencialismo e, em 2018, Erdogan é reeleito presidente (Cilliler, 2021).

Em resumo, o caso turco contou, a partir dos anos 2000, com cinco primeiros-ministros: Ecevit, Gul (por apenas quatro meses), Erdogan, Davutoğlu e Yıldırım; e três presidentes: Sezer, Gul e Erdogan, sendo que os dois primeiros atuaram sob um sistema parlamentar, enquanto Erdogan o fez por quatro anos (2014-2018) e, subsequentemente, teve início o período presidencial. Muito se discute sobre o domínio do AKP na política da Turquia e em que medida suas ações romperam, e ainda rompem, com o caráter democrático.

A formulação da política externa turca inclui outros atores além do primeiro-ministro, entre eles, o Ministério das Relações Exteriores, o exército, o presidente e o parlamento e o papel do primeiro-ministro na formulação da política externa, como chefe do executivo, foi sempre limitado por esses fatores (Kesgin, 2020).

3.5.2. A política externa turca

Historicamente, a política externa da Turquia tem estado “entre dois mundos”. Sua localização geográfica e herança histórica a orientam para seus vizinhos imediatos no Oriente Médio e na Europa, além de outros grandes atores, principalmente Rússia e Estados Unidos (Kesgin, 2020). O fim da Guerra Fria alterou o ambiente internacional da Turquia: de um lado, o fim da ameaça soviética parece reduzir a influência internacional do país por ter perdido seu papel como pedra angular da segurança ocidental no Mediterrâneo oriental; por outro, os líderes turcos buscam projetar o país como uma ponte entre a Europa e o Oriente Médio e Ásia Central (Hale, 2012).

No entanto, nas elites governistas os debates sobre pautas relacionadas à formação de alianças com o mundo oriental em oposição ao ocidental são comuns, levantadas pela extrema-direita, pela ultraesquerda e pelos ultranacionalistas (Hale, 2012). Em 2002, o General ultranacionalista Tuncer Kılıç deu a entender que a Turquia deveria sair da OTAN e buscar uma aliança com a Rússia ou o Irã. Contudo, ele foi repreendido pelo Chefe do Estado-Maior, assim como pelo primeiro-ministro, Bülent Ecevit, e pelo Presidente Ahmet Sezer (Hale, 2012).

Mas o fato é que, mesmo com a vitória do AKP em 2002, a ideia de que a Turquia precisava manter laços com a OTAN e ingressar na UE era preponderante (Hale, 2012). Muito desse posicionamento se dá porque, embora o AKP tenha origens islâmicas, é rejeitada a visão de mundo clássica de uma guerra inevitável e perpétua entre muçulmanos e “infieis”. Nesse sentido, o ministro de Relações Exteriores, Davutoğlu argumentava que o mundo muçulmano não tinha os recursos para desenvolver uma estratégia global como uma força anti-sistêmica (Hale, 2012). A visão que se desenhava na política externa desse período era tornar a Turquia “país central”. Além disso, o novo governo eleito exerce mais autoridade, especialmente em relação ao exército, e correntes populistas e a opinião pública em geral emergem como atores importantes na formulação de políticas (Hale, 2012).

A opinião pública se tornou cada vez mais influente na política externa, especialmente em questões de segurança nacional. Isso se demonstra em eventos como a invasão dos EUA no Iraque, a qual foi duramente criticada pela população turca, levando a uma votação parlamentar que recusou a entrada de tropas americanas pelo território turco; ou ainda a desaprovação pública a Israel após o bombardeio na Faixa de Gaza em 2008-2009 e um ataque a um navio turco em 2010, que influenciaram o discurso anti-

israelense de Erdogan e tornou difícil o restabelecimento de relações com Israel, mesmo que houvesse o interesse do governo em fazê-lo (Hale, 2012).

Davutoglu defendia que a Turquia assumisse um papel de destaque, buscando resolver problemas e contribuir para a paz global e regional. Em vez de adotar uma abordagem centrada na defesa, ele advogava pelo uso do *soft power* para promover uma política de “zero problemas” com os vizinhos, especialmente no Oriente Médio (Hale, 2012; Kesgin, 2020). O foco na orientação islâmica do AKP na política do Oriente Médio contrasta com a antiga política kemalista¹⁶ e marca uma crescente assertividade da Turquia na região desde 2009, refletindo uma mudança ideológica e um afastamento do secularismo e da ocidentalização (Taş, 2022).

Contudo, na prática, a formulação da política externa turca é marcada por diversas ambiguidades. Primeiramente, se faz presente o embate entre o nacionalismo securitizado de governos anteriores e um liberalismo “dessecuritizado”. Isso porque o AKP nem sempre segue estritamente aquilo que declara, de modo que as respostas a eventos seguiam caminhos opostos àqueles esperados.

Os líderes turcos – e Erdogan em especial – são influenciados por pressões distintas em sua política externa: domésticas, que os levam a colaborar com outros atores políticos internos para seguir normas estabelecidas, e internacionais, onde buscam se afirmar como líderes assertivos e independentes das restrições nacionais (Kesgin, 2020).

Essa ambiguidade é expressa na Primavera Árabe, em 2011: anos antes, em 2000, com a morte de Hafiz al-Assad, Sezer visitou Damasco para o funeral, marcando o primeiro encontro de um presidente turco à Síria desde 1946. Em 2004, houve uma visita de retorno de Bashar al-Assad a Ancara, representando uma aproximação diplomática entre os dois países. Em 2005, uma nova visita de Sezer à Síria provocou duras críticas pelo presidente estadunidense George W. Bush (Hale, 2012).

No entanto, dois anos mais tarde, em 2007, houve um movimento de reaproximação com os Estados Unidos impulsionada pela questão com o PKK¹⁷ na

¹⁶ O kemalismo se refere a uma abordagem política e ideológica associada a Mustafa Kemal Atatürk, o fundador da República da Turquia, em que se visava modernizar e secularizar o país após o fim do Império Otomano. Essa abordagem promoveu reformas como a separação entre Estado e religião, a adoção do alfabeto latino e a promoção da igualdade de gênero. Além disso, enfatizou o nacionalismo turco e a busca pela autossuficiência econômica e política. Essas políticas moldaram o Estado turco moderno e continuam a influenciar o país até hoje.

¹⁷ A questão do PKK na fronteira entre a Turquia e o Iraque envolve um conflito de longa data entre o governo turco e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), um grupo separatista curdo considerado uma organização terrorista pela Turquia, Estados Unidos e União Europeia. O PKK busca a autonomia curda e tem bases no norte do Iraque, de onde lança ataques contra alvos turcos.

fronteira com o Iraque. Esse cenário levou os EUA a estabelecerem um mecanismo de coordenação trilateral com Turquia e Iraque, a fornecerem inteligência em tempo real sobre as atividades do PKK e a permitirem operações transfronteiriças (Hale, 2012).

Em 2009, os laços entre Turquia e EUA são ainda mais aprofundados com a eleição de Barack Obama, enquanto as relações com a Síria começam a encarar sérios revezes (Hale, 2012). Durante a visita de Erdogan a Damasco, negociações sobre um acordo em relação ao uso da água do rio Eufrates são interrompidas devido à exigência da Turquia de um reconhecimento formal da soberania turca sobre Alexandreta, o que os sírios recusaram. Finalmente em 2011, a relação Turquia-Síria é novamente afetada, agora pela Primavera Árabe e pela repressão do regime sírio, colocando em xeque os discursos do governo sobre uma abordagem pautada apenas por instrumentos de *soft power* (Hale, 2012).

A questão Turquia-UE é outro aspecto marcante para a política externa turca. Em breve resumo, os esforços da Turquia para aderir à UE se iniciam em 2001, sendo continuados pelo AKP após sua ascensão ao poder em 2002. No entanto, progressos significativos são freados a partir de 2005, com a oposição de países como França e Alemanha, além da questão não resolvida com o Chipre (Hale, 2012; Kutlay e Öniş, 2021). Embora tenha havido avanços pontuais, como a liberalização dos direitos de propriedade das minorias não muçulmanas em 2008, crises políticas internas resultaram em mais uma estagnação nas negociações.

A partir dos anos 2010, a política externa do país passa por reformulações. O governo abandona o papel de mediador nos conflitos do Oriente Médio, em prol de atuação mais assertiva pela autonomia, com intervenções militares e diplomacia coerciva (Kutlay e Öniş, 2021). Passa a se envolver militarmente na guerra civil Síria e enfrentar impasses políticos com Israel e Egito. Ao mesmo tempo, confronta seus aliados ocidentais em questões como exploração de energia no Mediterrâneo Oriental, resultando em tensões com a UE e a Grécia, e vê suas relações institucionais com os EUA e outros aliados da OTAN se deteriorarem (Kutlay e Öniş, 2021).

A busca pela autonomia estratégica¹⁸ do AKP se revela também na utilização dos seus laços ideológicos com a Irmandade Muçulmana para legitimar sua política externa,

¹⁸ O conceito de autonomia estratégica, inspirado na conceptualização de Isaiah Berlin sobre liberdade negativa e positiva, ganhou popularidade entre as potências emergentes no século XXI. Ele aborda a liberdade de interferência externa e a capacidade de perseguir objetivos próprios. A busca por autonomia é influenciada por oportunidades estruturais, vontade política e capacidades domésticas (Kutlay e Öniş, 2021).

especialmente entre sua base conservadora (Taş, 2022). A Irmandade Muçulmana é vista como um instrumento de maximização do poder, oferecendo benefícios sem representar uma ameaça ao regime. No entanto, o AKP está disposto a ajustar essa relação conforme as condições externas, regionais e domésticas mudam (Taş, 2022).

Em 2011, as negociações para adesão à UE seguiam estagnadas e exacerbadas pela oposição crescente no bloco e pela persistência do impasse em relação ao Chipre (Hale, 2012). Ainda assim, o AKP buscou manter as relações com a UE como prioridade, mas a desconfiança europeia crescente e a diminuição do apoio público turco enfraqueceram a perspectiva de uma integração total (Hale, 2012). Ao final de 2011, a política de “zero problemas” com os vizinhos havia se dissolvido, com relações tensas ou hostis com vários países vizinhos. Problemas persistentes com Armênia, Síria, Israel e Chipre minaram a eficácia da abordagem (Hale, 2012).

A abordagem baseada no *soft power* cada vez mais cedeu espaço ao *hard power*, de modo que o país expandiu suas capacidades militares e estabeleceu bases no Catar (em 2015) e na Somália (em 2017), lançou operações militares na Síria (em 2016) e na Líbia (em 2019), manteve presença no Iraque e no Chipre, e, em 2020, ofereceu apoio militar ao Azerbaijão (Kutlay e Öniş, 2021).

As ambiguidades da política do AKP de Erdogan não se restringem a eventos específicos. Erdogan responde de formas diferentes ao ambiente doméstico e internacional e o AKP tem “uma identidade política pendular e desconfortável: o partido seria pró-Occidente e anti-Occidente, pró-secularismo e anti-laicista, tudo ao mesmo tempo” (Kesgin, 2020: 69 – tradução da autora).

A partir dessas descrições acerca da política externa dos países, percebe-se a importância do papel dos líderes na sua condução. As prioridades, alianças e preferências desses atores afetam de forma direta os rumos dos Estados no sistema internacional. Desse modo, a ideologia emerge como um elemento que reflete as orientações, visões de mundo, valores e interesses, o que, por sua vez, pode influenciar a condução da política dos países, tanto em âmbito doméstico como em questões globais, regionais e bilaterais. As ideias compartilhadas em temas como política externa, desenvolvimento econômico e segurança regional moldam abordagens e estratégias, afetando as relações e a cooperação multilateral. Além disso, a ideologia também desempenha um papel importante na percepção desses países por outros atores regionais e globais.

Desse modo, o capítulo a seguir discute a ideologia enquanto conceito e fenômeno político, destacando seus impactos nas relações internacionais. Conjuntamente, essa

discussão sobre a definição das potências e o papel das ideias na condução das suas ações visa fomentar o debate sobre as dinâmicas que vinculam ideologia à política externa, observando em que medida o comportamento dos líderes são moldados por parâmetros ideológicos.

4. IDEOLOGIA

O conceito de ideologia é historicamente utilizado para explicar, dentre outros fenômenos, as mudanças de regime, a formação de alianças, a relação entre as potências, a propagação de revoluções, a ordem econômica, as visões sobre a globalização e as relações exteriores dos países (Maynard e Haas, 2023). Isso porque “ao ordenar o mundo, as ideias moldam agendas, que podem afetar profundamente os resultados [políticos]” (Goldstein e Keohane, 1993: 12 – tradução da autora).

Assim, a ideologia corresponde a um conjunto de visões de mundo que modela o comportamento, as interpretações e ações de atores políticos, e é inerente às organizações, movimentos sociais, normas e instituições (Goldstein e Keohane, 1993; Giesen, 2020; Maynard e Haas, 2023). É um fenômeno que permeia a coordenação e legitimação das ações políticas (Goldstein e Keohane, 1993); um sistema de crenças compartilhado por grupos específicos, diferenciando-os no que diz respeito às suas visões dos fenômenos sociais (Van Dijk, 2013). As ações humanas resultam, primordialmente, das ideias, pois elas esclarecem princípios e conceitos essenciais à coordenação do comportamento individual (Goldstein e Keohane, 1993).

Correntes mais tradicionais das Relações Internacionais, como o liberalismo e o realismo, dão à ideologia um papel secundário, e se pautam em modelos mais racionalistas de análise, assumindo que as crenças e preferências dos atores são dadas e seu interesse é a maximização da utilidade diante de constrangimentos sociais (Goldstein e Keohane, 1993). Nessa perspectiva, que é mais materialista, o sistema de ideias é correlacionado e moldado por estruturas de poder e interesses anteriores às ideologias, cabendo a elas cabe o papel de justificar e legitimar ações de governos, muitas vezes injustas (Giesen, 2020).

Por outro lado, partindo das discussões idealistas, a realidade é uma construção que se baseia em conceitos e signos e, assim sendo, as ideologias teriam um caráter predominantemente liberal construtivista que muitas vezes se desvincula das condições materiais das relações internacionais. Desse modo, o poder seria um mecanismo de justificação que se desenvolve a partir do discurso (Giesen, 2020).

Nesse sentido, diferentes correntes ideológicas competem pelo controle da linguagem e coordenação política, sendo que é, principalmente, a partir da linguagem que a coordenação ocorre (Giesen, 2020). Segundo Goldstein e Keohane (1993) essas influências sobre a política podem ocorrer de três formas: direcionamento, interações estratégicas e por institucionalização. A utilização da ideologia como direcionamento

considera que uma vez escolhida uma ideia, os caminhos possíveis para a tomada de decisão são limitados, pois tal ideologia exclui interpretações concorrentes da realidade. Já as interações estratégicas fazem da ideologia um ponto focal para a coordenação e coesão de esforços a fim de maximizar os resultados. Por fim, as ideologias institucionalizadas em regras e normas constroem e especificam as políticas a serem empregadas.

Maynard e Haas (2023) também sugerem três linhas de análise das influências das ideias: instrumentalização, internalização e estruturas intersubjetivas. No primeiro caso, a ideologia é usada como uma ferramenta estratégica pensada para a mobilização, legitimação e coordenação política. Já a internalização diz respeito às narrativas baseadas em crenças e valores inerentes a determinado grupo. Por fim, a ideologia empregada como estrutura intersubjetiva se utiliza de discursos, normas e rotinas organizacionais para modelar significados sociais e constroer o comportamento dos indivíduos.

Apesar dessas discussões teóricas, Goldstein e Keohane sugerem que “as ideias, assim como os interesses, têm peso causal nas explicações sobre o comportamento humano” (1993: 4 – tradução da autora), ou seja, as ideias, junto a fatores materiais e racionais, exercem impacto sobre a tomada de decisão dos atores políticos. Nessa linha, Maynard (2013) argumenta que mesmo que as análises contemporâneas carreguem pressupostos teóricos substantivos, não é nessa arena que residem as maiores diferenças entre os estudos acerca da ideologia. O autor propõe, então, um mapeamento baseado em três abordagens analíticas pautadas em práticas metodológicas e não em paradigmas teóricos. O quadro abaixo resume as abordagens.

Quadro 3 – Abordagens para estudo da ideologia

Abordagem	Pressupostos	Método	Linhas de Pesquisa
Conceitual	Ideologia como um sistema de ideias; Menos preocupação com o meio de propagação ou com a dimensão psicológica da ideologia; Foco nos atores políticos; Diferentes ideologias não se anulam.	Ideologia como um método explicativo acerca do comportamento ou pensamento político. Se utiliza de trabalhos históricos, textos, entrevistas e/ou discursos de atores políticos.	Abordagem morfológica de Michael Freedem e <i>Cognitive-Affective Mapping</i> da Universidade de Waterloo no Canada.
Discursiva	Considera que o discurso, a sociedade, a ideologia e o poder são intrinsecamente conectados; Menos preocupação com o conteúdo e a estrutura da ideologia no sistema de ideias; Foco nas práticas da comunicação pelas quais a	Análise da linguagem política por uma variedade de dados linguísticos e não-linguísticos. Utiliza discursos, símbolos culturais, práticas políticas.	Análise crítica do discurso (ACD) e tradição pós-estruturalista.

	ideologia é construída e transmitida.		
Quantitativa	Busca a relação entre componentes ideológicos e comportamento político; Foco em pressupostos generalizáveis; Diferentes ideologias se anulam; Unidimensionalidade; Ideologias são, geralmente, limitadas às elites.	Estudos <i>large-N</i> com processamentos estatísticos. Utiliza surveys para captar atitudes e traços psicológicos, dados de votações e/ou institucionais	Psicologia política e abordagens clássicas da Ciência Política.

Fonte: Maynard (2013)

Nessa tese, apesar do domínio da abordagem quantitativa da análise, advoga-se também pela utilização dos atributos da análise discursiva. Isso significa que o foco se dá na relação entre a ideologia e comportamento político dos líderes, buscando observar a possibilidade de generalização dos efeitos a partir de uma lógica unidimensional. Todavia, não se descarta a análise da linguagem empregada no discurso político e a interconexão entre sociedade, ideologia e poder.

4.1.O ambiente internacional nas pautas ideológicas

Considerando a Política Externa como uma política pública (Milani e Pinheiro, 2016), pode-se esperar que as ações tomadas para projeção internacional sejam baseadas em estratégias para atender às demandas nacionais. Isso significa que o alinhamento nas preferências e as relações entre os atores que governam, junto à natureza do sistema político e eventos externos são peças fundamentais para compreender o comportamento dos Estados em nível sistêmico (Hermann, 1990). Essa perspectiva corrobora a célebre abordagem do Jogo de Dois Níveis, apresentada por Putnam (1988), na qual os governos nacionais buscam, em nível sistêmico, atender às preferências e satisfazer as pressões domésticas, ao mesmo tempo em que minimizam os impactos dos fenômenos externos.

A globalização aumentou a importância das políticas globais, de modo que a ideologia dos governos e partidarismo não se restringem mais a arena nacional (Potrafke, 2009). As grandes clivagens ideológicas se manifestam ao mesmo tempo em diversos Estados e searas de debates (De Wilde, 2019). Nesse sentido, a intrínseca relação entre preferências domésticas, atitudes externas e visões de mundo acompanham a história e a ordem mundial. É mais explícita em momentos de conflitos, como nas Grandes Guerras mundiais e na Guerra Fria, ou ainda nos choques entre as ordens ideológicas de democracias liberais e Estados autoritários (Maynard e Haas, 2023).

A ideologia se apresenta como um instrumento de identificação de preferências que deverá nortear as ações dos líderes de governo tanto em nível doméstico, quanto sistêmico. Ela atua como um meio para sustentar (ou alterar) as visões de mundo e a ordem social, política e econômica vigente, justificando e modelando comportamentos de cidadãos, grupos de interesses, líderes e nações (Agbude e Lawal, 2020; Maynard e Haas, 2023). A ideologia tem uma relação simbiótica com outros fenômenos ideacionais, como a formação das identidades, normas, instituições, discursos e cultura (Maynard e Haas, 2023).

Para algumas correntes ideológicas, as pautas globais são mais facilmente identificáveis, como no caso do neoliberalismo e ambientalismo; para outras, no entanto, a compreensão da dimensão internacional é mais complexa. Ainda assim, mesmo em ideologias de abordagem mais local – como aquelas voltadas às identidades étnicas –, o espaço internacional não pode ser totalmente ignorado, dado que comportamentos internos e respostas externas – ou vice-versa – estão intimamente relacionados (Putnam, 1988; Noël e Thérien, 2022).

Sobre essa vinculação, Hooghe, Marks e Wilson (2002) e Onuki e Oliveira (2006) identificaram que o posicionamento ideológico de partidos políticos europeus e sul-americanos, respectivamente, afeta o apoio à integração, sendo que quanto mais próximo aos extremos do espectro ideológico, mais ceticismo em relação ao desenvolvimento da integração regional. Por outro lado, o apoio a uma lógica integracionista se dá quando os partidos se aproximam do centro do espectro político-ideológico.

De Wilde (2019), por sua vez, discute a relação entre clivagens ideológicas e globalização. O autor aponta quatro clivagens que podem estimular ou barrar as interações transfronteiriças: liberalismo, cosmopolitismo, comunitarismo e estatismo. Tanto o liberalismo, quanto o cosmopolitismo advogam pela abertura de fronteiras, enquanto os dois outros modelos seguem uma tendência antiglobalista (De Wilde, 2019). Nesse estudo, De Wilde (2019) aponta que há uma diferenciação importante entre os modelos de liberalismo e o pensamento neoliberal: não foi identificada, na primeira ideologia, uma preocupação com o livre mercado e questões de segurança como ocorre no neoliberalismo.

É importante destacar ainda que as configurações ideológicas não constituem fatores determinísticos sobre as ações dos atores políticos, seja a nível doméstico ou externo. No entanto, as ideologias atuam sobre as visões de mundo desses entes que, por sua vez, agregam diferentes interpretações do ambiente internacional e de suas dinâmicas,

afetando as escolhas e estratégias por eles traçadas (Maynard e Haas, 2022). Mesmo assim, ainda hoje os seus efeitos para as relações internacionais podem parecer nebulosos (Maynard e Haas, 2023), ainda mais no que diz respeito à política externa de nações não ocidentais (Destradi e Plagemann, 2023).

4.2. Esquerda, Direita e Política Externa

Diversas classificações buscam mensurar as linhas de pensamentos que permeiam as dinâmicas políticas, cada uma delas levantando diferentes prioridades e apontando suas interpretações aos fenômenos sociais. Um dos modelos de categorização ideológica mais comuns e com ampla difusão na literatura é a separação entre direita e esquerda (Destradi e Plageman, 2023). Isso ocorre porque, embora se reconheça que a distinção entre esquerda e direita não abrange toda a variedade de possibilidades ideológicas, ela inclui a maior parte das informações importantes sobre atitudes políticas de forma concisa (Maynard e Mildenberg, 2018).

Pode parecer simplista reduzir comportamentos a uma única dimensão, no entanto a dinâmica esquerda-direita é, ainda, a que fornece maior capacidade explicativa, abrangendo uma ampla esfera de pensamentos políticos, atitudes, preferências e discursos, tanto em nível doméstico, quanto global (Bobbio, 1996; Noël e Thérien, 2022). Além disso, essa polarização não se resume apenas a uma estrutura ideológica, mas também constitui expressões de oposição em relação a interesses, julgamentos, ideias e problemáticas que permeiam a vida política (Bobbio, 1996).

O surgimento dos embates entre os pensamentos de esquerda e direita tem relação com o desenvolvimento das democracias e de noções relacionadas aos direitos humanos, liberdade, equidade e justiça. Em um primeiro momento, os pensamentos de direita se mostram preponderantes, principalmente entre as elites democráticas, promovendo a valorização de uma lógica de acumulação de capital, de equidade baseada na liberdade individual e na propriedade privada, e de não intervenção do Estado no mercado – o papel estatal seria, então, a manutenção da paz e ordem (Noël e Thérien, 2022). Por outro lado, mesmo em um sistema que prevê a participação e igualdade entre cidadãos, diversos grupos são marginalizados. Sua inclusão tardia nas dinâmicas sociais gerou diversas mazelas como pobreza, violência, falta de acesso às instituições e desrespeito às necessidades humanas básicas. É nesse cenário que os pensamentos de esquerda ganham força, advogando pela justiça social, promoção de serviços sociais e redistribuição de renda através de uma intervenção ativa do Estado (Noël e Thérien, 2022).

Em suma, enquanto os defensores da direita política tendem a prezar pela manutenção do *status quo* e garantia da obediência às autoridades e normas coletivas; os da esquerda defendem reformas nas estruturas sociais vigentes, desafiando os arranjos tradicionais considerados injustos (Noël e Thérien, 2022). No entanto, é importante destacar que mesmo quando concorrentes raramente um posicionamento ideológico ignora completamente os conceitos centrais de outro. A principal diferença entre eles se dá na forma de interpretar os eventos e no nível de importância atribuído aos diversos fenômenos sociais (Maynard, 2013).

Além disso, há também entre os dois polos o estabelecimento das ideologias mais centristas. Elas se amparam sobre um posicionamento mais moderado e abraçam visões que, a princípio, poderiam parecer concorrentes. A exemplo, o tradicional o apoio à classe trabalhadora da esquerda, se vê enfraquecido e mais disperso com os partidos de centro-esquerda, que buscam atrair as classes médias mais educadas, promovendo propostas que enfatizam o investimento social em vez da redistribuição de renda (Noël e Thérien, 2022). Por outro lado, ideias de centro-direita aceitam o estado de bem-estar social como uma instituição popular, bem fundamentada e eficiente (Noël e Thérien, 2022).

Diante das estreitas vinculações e dinâmicas entre os níveis doméstico e internacional, o embate ideológico tende a ser reproduzido, em maior ou menor grau, nas pautas globais. Segundo Bertoli et al. (2018) e Rathbun (2020), a esquerda prioriza a cooperação e é mais propensa a estabelecer alianças com equidade entre os membros, enquanto a direita é mais engajada em pautas militaristas e em formas de manutenção da autoridade, seja por meios institucionais ou por controle dos mais fracos.

De forma mais específica, Bertoli et al. (2018) demonstram que o partido que controla a presidência tem efeito sobre o comportamento do Estado no sistema internacional. Os autores encontraram evidências de que partidos de direita, quando comparados aos de esquerda, tendem a adotar um comportamento mais agressivo nas relações internacionais e a iniciar disputas militares de alto nível (Bertoli et al., 2018). Já Rathbun (2020) discute que indivíduos que se identificam como de esquerda, em geral, têm um posicionamento baseado na cooperação internacional, advogando pelo multilateralismo e humanitarismo; enquanto crenças baseadas no uso da força como ferramenta de política externa e uma forte defesa de princípios morais e da lei e ordem tendem a ser mais relacionadas com pensamentos conservadores similares a uma direita autoritarista.

Em outra linha de análise, Kreppel e Tsebelis (1999) destacam que as afiliações ideológicas são melhores preditoras das votações no Parlamento Europeu (PEU) do que a identidade nacional – cabendo a essa variável um poder explicativo maior acerca das taxas de participação dos partidos – e que as dinâmicas esquerda-direita também se reproduzem nessa arena supranacional. Os autores identificam que na União Europeia há um embate entre o PEU – com dominância da esquerda – que adota uma posição pró-integração e a favor de regulamentações; e o Conselho da UE – mais associado à direita –, que conta com um posicionamento mais crítico quanto à integração e às regulamentações do bloco.

Kreppel e Tsebelis (1999) também indicam que: (i) as pautas social e energética têm dominância da esquerda moderada; (ii) os partidos de esquerda são responsáveis pelo maior número de iniciativas e propostas de votação em plenário, em geral se posicionando a favor de temas sociais e ambientais; e (iii) a arena econômica é a que conta com os maiores embates entre esquerda e direita. Em se tratando especificamente de matérias comerciais, Milner e Judkins (2004) identificam que governos de direita tendem a ser mais a favor do livre mercado e de menores gastos governamentais e taxa de inflação; enquanto os de esquerda prezam por políticas mais protecionistas que incrementam os gastos governamentais e induzem o crescimento.

Isso também se reflete nos padrões de ajuda internacional. Milner e Tingley (2010) argumentam que, nos Estados Unidos, a ideologia política – em termos de esquerda e direita – somada aos interesses econômicos explica as preferências sobre a promoção de ajuda externa. Nesse estudo, os autores encontram que os interesses materiais e a ideologia impactam de formas diferentes os tipos de ajuda. De modo geral, os republicanos tendem a se posicionar contra a ajuda internacional, mas isso ocorre em diferentes níveis: assistência de ordem militar sofre menos impedimentos por parte dos políticos mais conservadores do que as ajudas econômica e alimentar (Milner e Tingley, 2010).

Considerando os países da OCDE, Potrafke (2009) reflete que a clivagem entre esquerda e direita em temáticas internacionais vai mais além das pautas econômicas. O autor demonstra que o posicionamento ideológico de governos de países desenvolvidos impacta o alinhamento dessas nações com os Estados Unidos nas votações da Assembleia Geral da ONU, de modo que a direita se aproxima das preferências estadunidenses e a esquerda se afasta. Essa relação é também afetada pelo partido do líder estadunidense: quando republicano, as distâncias nas votações se tornam maiores. No entanto, Potrafke

(2009) alerta que as influências ideológicas na política internacional não são universais e se tornam mais visíveis em arenas que não estão relacionadas com a discussão de orçamentos.

Nos casos sul-americanos também é possível identificar comportamentos diferentes baseados na ideologia: enquanto os governos de direita priorizam os Estados desenvolvidos como parceiros, os de esquerda dão mais ênfase aos países em desenvolvimento (Onuki e Oliveira, 2006; Lopéz, 2015). Isso porque a esquerda na América do Sul busca uma projeção mais autonomista, de modo a reduzir a dependência das nações ricas (Baumann, 2005). Onuki e Oliveira (2006) demonstram que os partidos de centro-esquerda tendem a apoiar uma integração política e societal de viés intergovernamental na região com o intuito de equilibrar as relações com grandes potências. O eixo nacional-progressista traz consigo o protecionismo comercial e um antagonismo às “regras de investimentos protetoras do capital internacional, compromissos no campo de compras governamentais e propriedade intelectual etc” (Onuki e Oliveira, 2006: 151).

De outro lado, os autores argumentam que os partidos de centro-direita advogam por uma integração mais comercial e de mercados, pensada em linhas supranacionais. Além disso, o eixo liberal-conservador tende a prezar por instrumentos de abertura econômica, ampliação da competitividade, redução da inflação e atração de investimentos estrangeiros diretos. São governos que apoiam a adoção de marcos reguladores e compromissos internacionais restritivos (Onuki e Oliveira, 2006).

Já pensando nos casos dos países africanos, Stone (2004) identifica uma série de fatores domésticos que influenciam a promoção de ajuda pelo FMI. Em termos de ideologia, ele demonstra que governos da extrema direita compõem um fator de risco para ocorrência de golpes quando comparados àqueles de centro e de esquerda, respectivamente. Isso tem a ver com a busca desses governos por reformas econômicas mais profundas, que representam um comportamento arriscado para a estabilidade política do país.

Outro aspecto relevante identificado por Stone (2004) é que a ideologia aparece como uma variável preditora importante da punição que o FMI pode impor aos países através da suspensão de ajuda. Em um modelo controlado por variáveis relacionadas a políticas econômicas, circunstâncias domésticas e influência internacional, o autor encontra que, devido à tendência a promover maiores reformas econômicas, os governos

de direita tendem a ser mais punidos pelo FMI, sendo que a extrema-direita recebeu, em média, quatro meses a mais de punição do que a extrema-esquerda.

Quadro 4 – Síntese da literatura revisada sobre ideologia e comportamento no SI

Literatura	Recorte	Comportamento observado por posicionamento ideológico	
		Direita	Esquerda
Kreppel e Tsebelis (1999)	Parlamento europeu		Maior número de iniciativas e propostas de votação em plenário; posicionamento a favor de pautas sociais e ambientais.
Milner e Judkins (2004)	Países da OCDE	A favor do livre mercado e de menores gastos governamentais e taxa de inflação.	Preza por políticas mais protecionistas que incrementam os gastos governamentais e induzem o crescimento.
Stone (2004)	Países africanos	Maior tendência a promover reformas econômicas profundas.	
Onuki e Oliveira (2006)	Chile, Brasil e México	Prioridade às relações com Estados desenvolvidos; centro-direita advoga pela integração comercial e de mercado; apoio a abertura econômica, ampliação da competitividade, redução da inflação e atração de investimentos estrangeiros diretos; apoio a marcos reguladores e compromissos internacionais restritivos.	Prioridade às relações com países em desenvolvimento; centro-esquerda tende a apoiar a integração societal e política; busca equilibrar as relações com grandes potências; protecionismo comercial; ceticismo com regras de investimentos internacionais.
Potrafke (2009)	Países da OCDE	Votos alinhados aos dos EUA na AGONU.	Afastamento das preferências estadunidenses na AGONU.
Milner e Tingley (2010)	Estados Unidos	Menor apoio à ajuda externa em geral. Porém quando comparados tipos específicos de ajuda, prioriza a militar frente a econômica e alimentar.	
Lopéz, (2015)	Uruguai	Priorizam os Estados desenvolvidos como parceiros.	Priorizam os países em desenvolvimento como parceiros.
Bertoli et al. (2018)	Democracias eleitorais ¹⁹	Tendencia a um comportamento mais agressivo nas relações internacionais.	
Rathbun (2020)	Estados Unidos	Engajamento em um internacionalismo belicoso e dissuasivo.	Engajamento em um internacionalismo multilateralista e humanitarista.
Noël e Thérien (2022)	<i>Revisão teórica</i>	Não intervenção do Estado no mercado; manutenção do <i>status quo</i> e garantia da	Intervenção ativa do Estado; reformas nas estruturas sociais, desafio aos arranjos tradicionais considerados injustos.

¹⁹ Os autores consideram como unidades de análise as disputas eleitorais que resultaram em uma diferença de dois pontos percentuais entre os dois candidatos principais. Diante disso, os países que entraram na análise foram: Estados Unidos (1877, 2001), Áustria (1957, 1965, 1974), Colômbia (1978, 1994, 1998), França (1974), Portugal (1986), República Dominicana (1986, 1994, 1996), Chipre (1988, 1993, 1998), Costa Rica (1958, 1994, 1998), Israel (1996), Madagascar (1996), Coreia do Sul (1997, 2002), Taiwan (2000, 2004), Finlândia (1956, 2006), México (2006), Mongólia (2009).

		obediência às autoridades e normas coletivas.	
Destradi e Plagemann (2023)	Índia	Atitudes mais belicosas em se tratando de questões de segurança e política nuclear	Comportamento mais pacifista em se tratando de questões de segurança e política nuclear

Fonte: elaboração da autora com base em Kreppel e Tsebelis (1999); Milner e Judkins (2004); Stone (2004); Onuki e Oliveira (2006); Potrafke (2009); Milner e Tingley (2010); Lopéz, (2015); Bertoli et al. (2018); Rathbun (2020); Noël e Thérien (2022); e Destradi e Plagemann (2023)

Esses estudos demonstram que no âmbito da Política Externa, governos com ideologias diferentes tendem a adotar posturas diferentes. A definição das preferências e estratégias dos países, principalmente das potências, se dá através da interação entre as crenças domésticas e as ideias, normas e práticas externas (Flemes, 2016).

ideological affiliations or antagonisms often shape power-politics and balancing: as when shared liberal ideology dampened the expected great power rivalry between Britain and the USA in the latter half of the nineteenth century, or in the ‘underbalancing’ against Iran in the contemporary Middle East created by ideological divergences between Egypt, Turkey, Saudi Arabia, and Israel. In most such cases, again, it is not that power-politics is overridden by some idealistic desire, unrelated to security, to maintain certain ideological friendships or ensure a certain ideological purity to one’s external relationships. It is that ideologies *shape power-political calculations* and the perceptions of threat and conceptions of security on which such calculations rely (Maynard e Haas, 2023: 7).

Apesar da clivagem esquerda-direita ter ampla capacidade explicativa e abarcar grande parte dos comportamentos políticos, a maioria dos estudos sobre o tema se concentram nas dinâmicas de países ocidentais. Desse modo, a discussão acerca da dicotomia esquerda-direita em países não ocidentais conta ainda com grandes lacunas (Aydogan, 2020), que parecem ainda maiores quando se busca entender os efeitos da ideologia na política externa (Destradi e Plageman, 2023).

Considerando os países do Oriente Médio, e mais especificamente o mundo Árabe, Abduljaber e Kalin (2019) discutem que, com a globalização e um aumento no nível de liberalização política da região, o espectro ideológico adquiriu um aspecto multidimensional que vai além da clivagem tradicional religiosa-secular e adiciona novas agendas políticas, econômicas e culturais nos debates.

Aydogan (2020) identifica em discussões teóricas três aspectos importantes sobre os partidos políticos da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA): “(1) a divisão religiosa-secular é a clivagem ideológica mais saliente; (2) partidos políticos de direita dominam o espectro político; e (3) políticas esquerda-direita são reversas na região” (Aydogan, 2020: 4 – tradução da autora). O autor então sugere um modelo de análise empírica baseada em surveys com especialistas para testar tais aspectos. Seus achados corroboram os três pontos acima: (1) de fato a dimensão religiosa-secular ainda é a mais relevante para entender a competição política no MENA; (2) partidos de esquerda são

minoritários na região, de modo que as políticas de direita se mostram predominantes. No entanto, as nações não Árabes – Irã, Israel e Turquia –, somadas à Tunísia e ao Líbano, agregam algum peso às políticas de esquerda – sendo que os três últimos (Turquia, Tunísia e Líbano) contam com o maior equilíbrio entre partidos de esquerda e direita; e (3), com exceção da Argélia, as atitudes de esquerda/direita são opostas a aquelas dos Estados Unidos e outros países europeus.

O autor também demonstra que as dinâmicas esquerda-direita, por mais que não sejam predominantes, têm um papel importante sobre as atitudes dos governos, principalmente em se tratando de reformas políticas e econômicas (Aydogan, 2020). Em termos de política externa, as relações com os Estados Unidos, o nível de apoio à União Europeia e questões relacionadas à Palestina foram destacadas pelos especialistas como salientes para a competição política, respectivamente, no Irã, na Turquia e em Israel, Jordania e Líbano (Aydogan, 2020).

Numa análise da política externa indiana a partir de um estudo de caso sobre os dois maiores partidos do país, Destradi e Plagemann (2023) discutem que a dicotomia esquerda-direita tem limitações para explicar a Índia. Ainda assim, os autores encontram que em questões de segurança e política nuclear, a perspectiva delineada por Bertoli et al. (2018) e Rathbun (2020) – de que a esquerda tende a um comportamento mais pacifista, enquanto a direita a um mais belicoso – se confirma. Além disso, a política externa do país conta com considerável nível de insulamento, mas quando pautas dessa agenda são debatidas entre eleitores, a ideologia tende a se tornar mais expressiva nas atitudes externas (Destradi e Plageman, 2023).

Após essa revisão da literatura acerca dos potenciais impactos da ideologia em atitudes externas dos países, o capítulo a seguir inicia a discussão sobre a análise empírica desta tese. Como demonstrado, diferentes perspectivas concorrem na explicação do quanto a ideologia é capaz de impactar o comportamento dos Estados e sobre quais arenas ela é mais relevante. Assim, o objetivo traçado a seguir é testar se a ideologia, em termos da dimensão esquerda-direita, afeta as posturas adotadas pelos potenciais líderes regionais em nível internacional.

5. DADOS

As posições ideológicas esquerda-direita são fundamentais na teoria e pesquisa sobre os diversos aspectos dos processos democráticos, indo desde a formulação de políticas até a escolha institucional, competição eleitoral, voto, representação política e estabilidade do governo. Desse modo, medidas confiáveis dessas posições são relevantes para testar as discussões teóricas da política comparada (Gabel e Huber, 2000).

A literatura geralmente assume que as ideologias transcendem fronteiras nacionais ou pautas específicas. Reconhecer e compreender essa variabilidade exige ir além de contextos e recortes particulares, observando sua manifestação em cenários diversos (De Wilde, 2019). Diante disso, a presente análise conta com um recorte espacial de cinco países (África do Sul, Austrália, Brasil, Índia e Turquia), distribuídos por diferentes regiões do mundo e que, apesar de compartilharem o status de potências intermediárias, têm muita diversidade em suas configurações internas.

Dada a complexidade do espaço político, é comum a utilização de modelos de baixa dimensionalidade para representar o ponto ideal de atores em uma única escala (Daubler e Benoit, 2022). Da mesma forma, análises de texto em linguagem natural adotam abordagens semelhantes para entender as posições políticas, isso ocorre porque partir de suposições mínimas ajuda na compreensão do conteúdo real das principais dimensões do espaço de maneira empírica (Daubler e Benoit, 2022). Nessa perspectiva a lógica esquerda-direita aparece como um modelo de análise unidimensional que, objetivamente, abrange parte considerável das informações sobre as atitudes políticas (Maynard e Mildenberg, 2018).

Entretanto, apesar de estudos em política comparada apontarem a comparabilidade da dimensão esquerda-direita ao longo do tempo e espaço (Stone, 2004), seu uso também representa um desafio, já que particularidades de cada caso não podem ser ignoradas, dificultando o estabelecimento de padrões ideológicos (De Wilde, 2019).

5.1. Classificação ideológica dos líderes

Há inúmeros estudos que se desdobram sobre o posicionamento de atores políticos, considerando aspectos como autoidentificação, percepção do eleitorado, conteúdo dos manifestos, atitudes em torno de determinados temas, percepção de especialistas, votações, entre outros. Esses bancos variam também quanto ao escopo (nacional x internacional), parâmetro de escalonamento e dimensionalidade.

Sendo assim, cada um deles apresenta diversas vantagens e desvantagens quando comparados entre si. Aqui optou-se por considerar bases de estudos comparados, ou seja, que contam com uma análise *cross-section*, pois assim se garante que os parâmetros utilizados nas classificações são os mesmos para todos os casos – o que não ocorreria se fossem utilizadas bases nacionais. Se, por um lado, essa escolha pode levar a um afastamento da realidade de cada país, dado que certos parâmetros que funcionam bem para a classificação de um caso, podem ser defasados para outro; por outro lado, as categorizações que utilizam a consulta a especialistas como base minam um pouco essa desvantagem.

Os bancos de dados selecionados foram²⁰: *Database of Political Institutions* (DPI)²¹, *Varieties of Party Identity and Organization* (V-PARTY)²² e o *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES)²³. O quadro abaixo relaciona as escalas e a lógica de mensurações de cada um.

Quadro 5 – Bancos de dados para classificações ideológicas

Banco de Dados	Escala	Parâmetro
DPI	1: direita 2: centro 3: esquerda	Classificação pelo tipo de partido ou autoidentificação do líder
V-PARTY	0: extrema esquerda 1: esquerda 2: centro-esquerda 3: centro 4: centro-direita 5: direita 6: extrema direita	Classificação feita por especialistas de acordo com os posicionamentos dos partidos em matérias econômicas
CSES	0: esquerda 10: direita	Classificação dos partidos pela opinião de especialistas, sem pré-definição de temáticas

Fonte: elaboração da autora com base no DPI, V-PARTY e CSES

Dos quatro bancos de dados indicados, o que mais se alinha a proposta aqui investigada é o DPI, isso porque é observada a ideologia dos partidos dos chefes de governo e, quando não ocorre o alinhamento entre as preferências do líder e do seu partido político, prioriza-se o seu posicionamento individual. Ou seja, o foco recai mais especificamente no posicionamento ideológico dos emissores dos discursos que serão

²⁰ Outras bases como o Comparative Political Dataset (CPDS) e o Head of Government (HoG) haviam sido inicialmente consideradas por atenderem a proposta de uma análise comparada com recorte de países, porém essas bases contam com *missing data* para mais da metade dos casos de interesse, o que levou à sua remoção.

²¹ Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/database-political-institutions-2020-dpi2020>

²² Disponível em: <https://v-dem.net/data/v-party-dataset/>

²³ Disponível em: <https://cses.org/data-download/download-data-documentation/>

investigados nos próximos capítulos. Além disso, para o recorte utilizado, esse banco conta com poucas quantidades de dados ausentes: apenas 3 casos (Erdogan1, Erdogan2 e Gul), ficando atrás só do V-PARTY que tem um único caso de *missing data* (Sezer). O CSES, por sua vez, se encontra quase na linha de corte: dos 24 líderes, conta com 11 ausentes (Gillard e Turnbull; Ramaphosa, Mbeki1 e Mbeki2; Cardoso; Singh, Vajpayee e Modi; Sezer e Gul).

Uma desvantagem do DPI é o fato de sua escala se basear em apenas três pontos (esquerda, centro e direita), reduzindo muito as possíveis variações nos posicionamentos dos líderes e, até mesmo, superestimando-as. Do V-PARTY a desvantagem é o seu foco voltado para as matérias econômicas, o que seria uma limitação considerável do objeto para a investigação aqui proposta. Já a limitação do CSES se dá pela quantidade de dados ausentes.

Desse modo, para lidar com as desvantagens de cada banco e a fim de estabelecer um desenho mais próximo da realidade, foi, primeiramente, realizada a imputação de dados para as informações ausentes. No DPI, esse processo foi feito para Erdogan 2 e Gul, ambos líderes turcos. Considerando os parâmetros de catalogação dessa base e a discussão da literatura, foi imputado o valor 1 – indicativo de ideologia de direita – nas duas ausências. Em seguida, para lidar com os dados omissos no V-PARTY e no CSES, foi realizado um procedimento de imputação múltipla por cadeias de equação²⁴.

Uma vez preenchidas as lacunas da bases, foram feitos testes para avaliar a correlação entre elas. Considerando as particularidades na mensuração de cada uma, a existência de uma associação entre os seus dados reforça a credibilidade dos resultados e permite uma combinação de seus indicadores. A tabela abaixo aponta os coeficientes de correlação, demonstrando que as classificações são fortemente associadas.

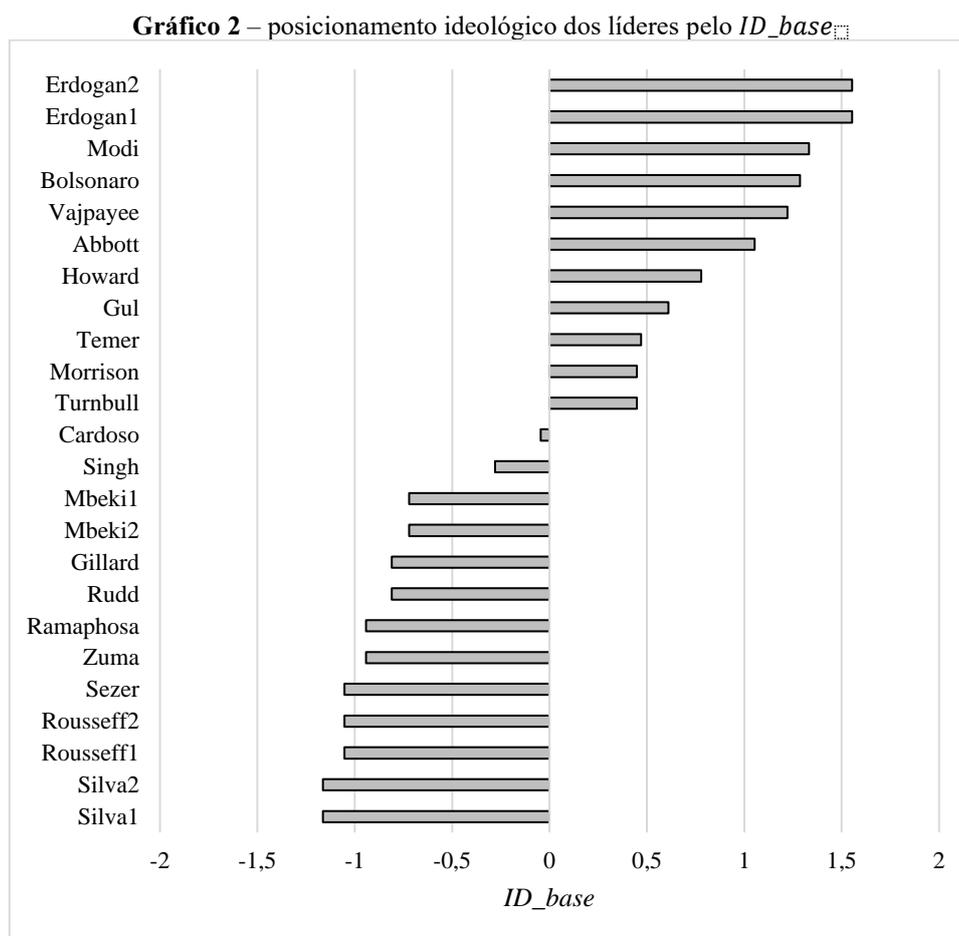
Tabela 3 – Matriz de correlação entre bases de dados

	DPI	V-PARTY	CSES
DPI	1	-0,91	-0,87
V-PARTY	-0,91	1	0,95
CSES	-0,87	0,95	1

Fonte: elaboração da autora

²⁴ Neste método, várias imputações são geradas para os dados ausentes com base em modelos estatísticos. Cada imputação é uma estimativa plausível do valor ausente, refletindo também as incertezas associadas. O processo foi feito através da função *mice* (*Multivariate Imputation by Chained Equations*), que implementa o método de imputação por equações encadeadas. Essa é uma abordagem flexível e amplamente utilizada para contornar os casos de dados ausentes.

Após a verificação da associação entre as variáveis pelas suas correlações e pelos testes de esfericidade de Bartlett²⁵ e *Kaiser-Meyer-Olkin factor adequacy*²⁶, as três bases foram combinadas em um novo índice pautado na análise fatorial. Os pesos de cada base para a construção do índice, calculado pela função *factor.score*, são: DPI = -0,19, V-PARTY = 1.36 e CSES = -0,58. O gráfico abaixo resume os respectivos posicionamentos encontrados.



Fonte: elaboração da autora com base no DPI, V-PARTY e CSES

O gráfico indica que, no caso australiano, Gillard e Rudd se localizam mais à esquerda (*ID_base* = -0,80, cada), enquanto o índice de seus compatriotas, Howard, Morrison e Abbott, fica positivo, indicando que estão mais à direita. No caso da África do Sul, todos os líderes se posicionam mais à esquerda e com valores entre -0,72 e -0,94. As classificações brasileiras, por sua vez, demonstram uma distribuição mais ampla. De um lado Bolsonaro é posicionado à direita (*ID_base* = 1,28), enquanto Temer fica mais abaixo (*ID_base* = 0,47) e, do lado oposto, os dois governos de Rousseff e Silva são

²⁵ Chisq = 90,97, p.value = 1.354188e-19, df = 3

²⁶ Overall MSA = 0,72, MSA for each item: DPI = 0,85, VDEM = 0,65, CSES = 0,72

registrados como os casos mais à esquerda (Rousseff com $ID_base = -1,05$ e Silva com $ID_base = -1,16$).

No caso dos governos indianos, Modi e Vajpayee são colocados como mais à direita (respectivamente $ID_base = 1,33$ e $1,22$) e Singh, mais à esquerda ($ID_base = -0,27$). Por fim, sobre os líderes turcos: Erdogan e Gul aparecem mais à direita (respectivamente, $ID_base = 1,55$ e $0,61$). Já Sezer demonstra mais tendências de esquerda ($ID_base = -1,05$). O quadro abaixo resume as informações sobre os posicionamentos dos líderes por país.

Quadro 6 – Classificação ideológica dos líderes pelo ID_base

País	Líder	Classificação ideológica
Austrália	Howard	Direita (0,77)
	Rudd	Esquerda (-0,80)
	Gillard	Esquerda (-0,80)
	Abbott	Direita (1,05)
	Turnbull	Direita (0,44)
	Morrison	Direita (0,44)
África do Sul	Mbeki	Esquerda (-0,72)
	Zuma	Esquerda (-0,94)
	Ramaphosa	Esquerda (-0,94)
Brasil	Cardoso	Centro (-0,04)
	Silva	Esquerda (-1,16)
	Rousseff	Esquerda (-1,05)
	Temer	Direita (0,4)
	Bolsonaro	Direita (1,28)
Índia	Vajpayee	Direita (1,22)
	Singh	Esquerda (-0,27)
	Modi	Direita (1,33)
Turquia	Sezer	Esquerda (-1,05)
	Gul	Direita (0,61)
	Erdogan	Direita (1,55)

Fonte: elaboração da autora com base nos dados do DPI, V-PARTY e CSES

Assim, a estratégia adotada de combinar os dados, levando em consideração a correlação entre eles e ponderando suas contribuições, representa um passo significativo rumo a um modelo mais robusto e representativo da realidade. Os dados revelam a diversidade de alinhamentos ideológicos dentro de cada contexto nacional, destacando a importância de uma análise contextualizada. Ao integrar as informações dos diferentes bancos de dados, este estudo busca oferecer uma visão mais completa e aprofundada das dinâmicas políticas em curso, contribuindo para um entendimento mais amplo das relações entre líderes e ideologias em diferentes contextos políticos.

5.2. Análise dos discursos

Métodos quantitativos de análise de texto para classificação de posicionamentos políticos permitem a alocação de unidades de texto a um esquema de codificação específico (nesse caso, ideológico). Porém, ao contrário do julgamento humano e das classificações feitas por experts, as abordagens quanti não consideram os contextos subjetivos e partem de critérios automatizados, baseados em dicionários que ligam palavras/frases a categorias (Laver e Garry, 2000). Assim, a finalidade da análise quantitativa de conteúdo é descrever as características da comunicação, percebendo a variação das tendências nos conteúdos ao longo do tempo e dos casos (Franco, 2005).

Os discursos são construções humanas que, ao mesmo tempo, criam e dependem da realidade, exercendo poder ao delinear o que é aceitável ou não em termos de expressão. Na política externa, os discursos ajudam a tornar possíveis e concretas as políticas ao estabelecerem os limites do que pode ser dito e feito (Holland, 2010). Em discursos políticos são demonstradas as preferências declaradas, mas não necessariamente se revelam as ambições implícitas do emissor, que muitas vezes se apresentam nas entrelinhas e dependem de informações contextuais para sua identificação.

Vale salientar, no entanto, que há autores que demonstram certo ceticismo quanto à verdadeira intenção dos discursos e aquilo que eles podem transmitir. Nesse sentido, Gyngell (2022: 4) argumenta que “a escolha de palavras a serem utilizadas em conferências de imprensa ou mesmo em discursos pode ser feita com muito menos cuidado e reflexão do que os analistas tentam atribuir a ela” (tradução da autora).

Ainda assim, aqui se parte dos pressupostos clássicos da literatura que ao discursar, a fala do emissor é afetada por sua posição na esfera em que se apresenta e pelo posicionamento dos receptores nesse espaço, de modo que o discurso produzido conta com as antecipações, situações e representações dos atores envolvidos (Bardin, 1979). Documentos políticos representam, assim, uma fonte de informação central para a identificação do posicionamento político de atores (Laver e Garry, 2000).

Desse modo, aqui é priorizado o conteúdo manifesto e diretamente acessível como evidência para ser comparado a um banco de palavras e conceitos pré-definidos. Para os fins desta tese, os discursos na Assembleia Geral da ONU têm algumas vantagens. Primeiramente, são válidos por constituírem representações dos posicionamentos oficiais dos países acerca de múltiplos aspectos da política internacional, tais como cooperação,

desenvolvimento, ajuda externa, mudança climática, conflitos e terrorismo (Baturu, Dasandi e Mikhaylov, 2017).

Em segundo lugar, nesse palanque, os representantes têm a flexibilidade para priorizarem os temas que consideram mais relevantes, mesmo que se diferenciem uns dos outros. Outro aspecto relevante é que o nível de constrangimento externo dos discursos é consideravelmente menor quando comparado a atitudes relacionadas às tomadas de decisão (Baturu, Dasandi e Mikhaylov, 2017). Um exemplo a esse respeito é destacado por Baturu, Dasandi e Mikhaylov (2017: 2):

The Deputy Representative of the Finnish Mission to the UN, for example, explained, ‘speeches at the General Debate [GD] are interesting because they flesh out national policies – what states think ... the General Debate is the one place where states can speak their mind; it reflects the issues that states consider important’. Similarly, a spokesperson for the German Mission to the UN stated that the absence of external pressures when delivering GD statements means ‘these speeches are the most sovereign thing that a country does as a member of the UN’. It is clear that non-democratic regimes also attach great importance to GD statements. For example, members of Russia’s inner political circle not only viewed the 2015 GD statement as a key summary of the country’s foreign policy concerns, they were also apparently aware of its content weeks in advance.

Em terceiro lugar, partindo de uma visão crítica, Keens-Soper (1985) discute que a incapacidade da AGONU em impor decisões vinculatórias a transforma em um espaço onde as palavras estão mais ligadas à propaganda do que a ações concretas. Assim, o autor aponta que os discursos na Assembleia tendem a se voltar mais aos interesses nacionais do que à construção de uma comunidade global de fato, publicizando políticas governamentais. Na mesma linha, Baturu e Gray (2024) demonstram que os chefes de governo têm mais liberdade para se desviar das prioridades da AGONU, de modo que seus discursos são mais autossuficientes e menos técnicos.

Assim, dado que o objetivo é identificar se o que os estadistas colocam nos discursos – ou porque colocam uns temas e não outros – tem relação com seu posicionamento ideológico, os debates na AGONU funcionam como uma importante fonte de informação das preferências internacionais dos governos ao longo do tempo.

5.3. Corpus

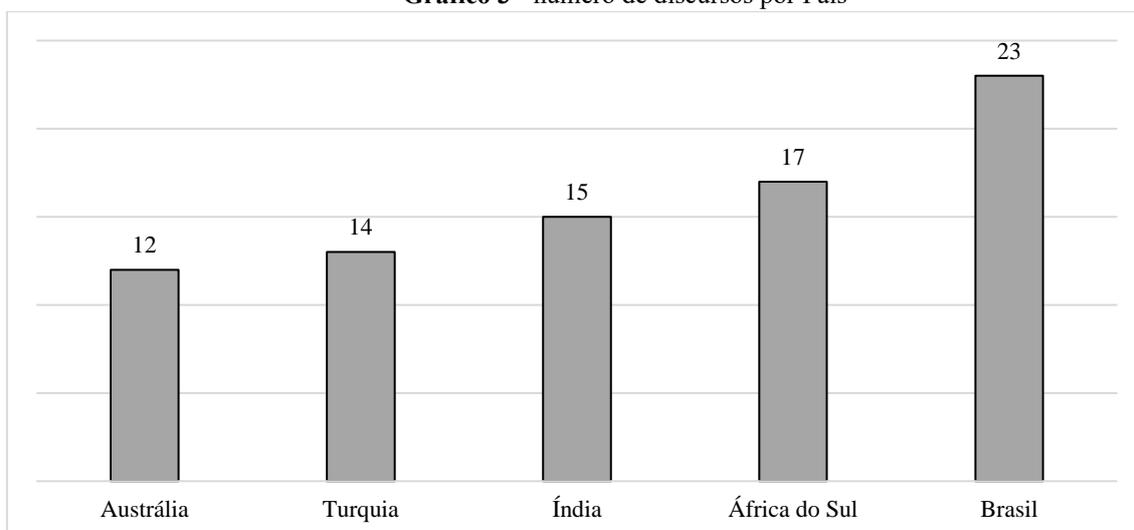
Os dados incluem discursos na AGONU dos chefes de governo de 5 países entre 2000 e 2022²⁷: África do Sul, Austrália, Brasil, Índia e Turquia. Todos são potências intermediárias e potenciais lideranças regionais que contam com proeminência no cenário

²⁷ Os documentos estão registrados na plataforma *UN Dag Hammarskjöld Library*, disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/>>. Acesso em 02/05/2024

internacional, mas diferem em sua herança cultural e política, o que pode afetar as ideologias presentes.

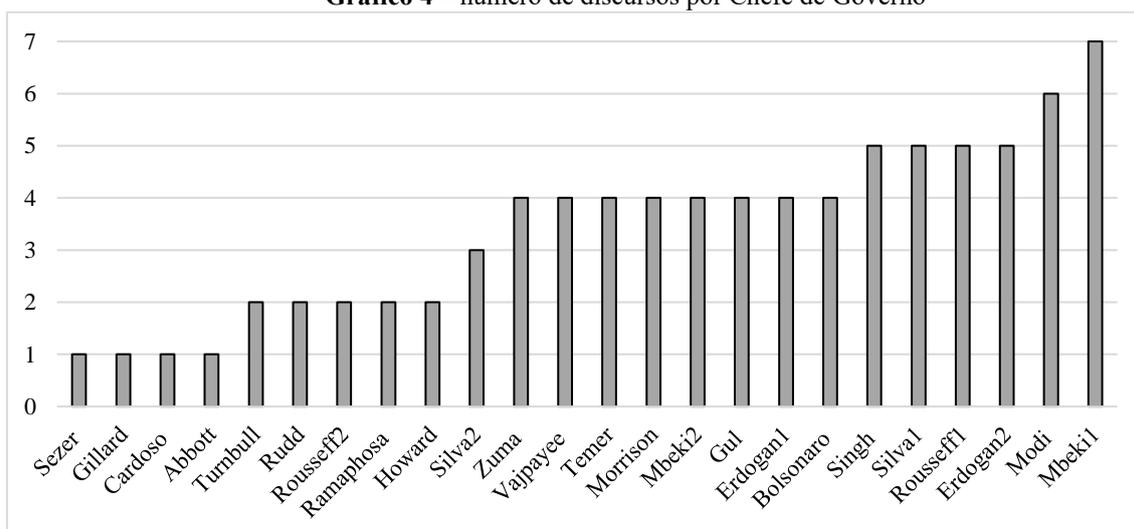
Os documentos selecionados passaram por uma revisão textual para correção de erros gráficos²⁸ e, em seguida, foram reorganizados em uma base de dados em formato .XLS e adicionados seus metadados (que incluem: nome e país do emissor, data do discurso e código de referência da base da ONU). Após o processo de coleta, limpeza e processamento das informações, constam na base de dados 82 discursos, distribuídos conforme os gráficos abaixo.

Gráfico 3 - número de discursos por País



Fonte: elaboração da autora

Gráfico 4 – número de discursos por Chefe de Governo



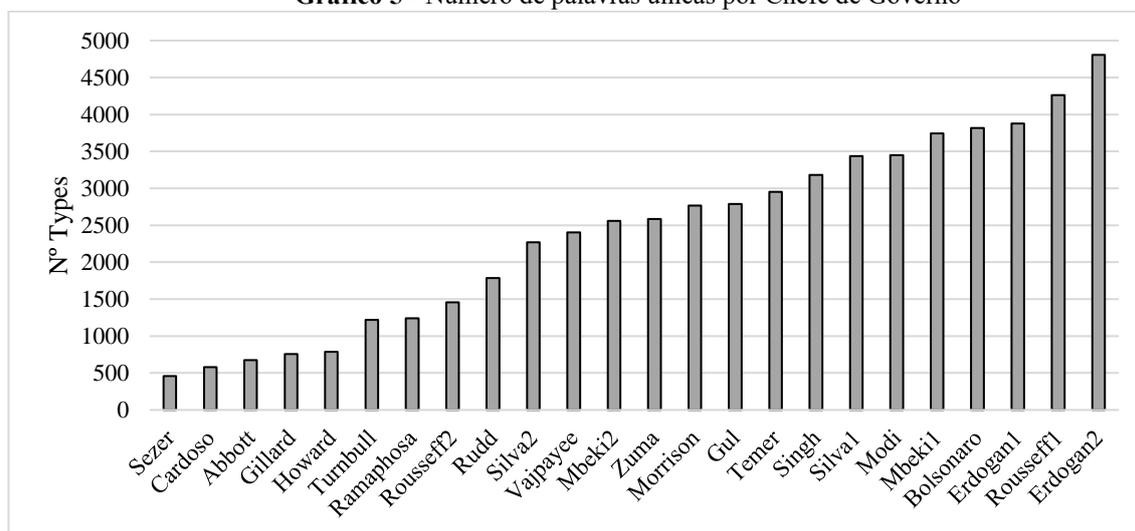
Fonte: elaboração da autora

²⁸ Por se tratar de uma etapa que envolve trabalho manual, pode haver ainda erros gráficos.

Percebe-se que existe alguma assimetria entre o número de discursos por chefes de governo. A fim de reduzi-las, os líderes que contam com maiores contagens totais de falas tiveram seus discursos separados de acordo com seus mandatos, trazendo um maior equilíbrio para a amostra. Foram eles: Mbeki da África do Sul; Silva e Rousseff do Brasil; e Erdogan da Turquia. Após esse processo, identifica-se que a média de discursos por chefe de governo é de 3,41 enquanto seu desvio padrão (dp) é de 1,65. Já em relação aos países, a média de discursos é de 16,4 e seu dp 4,12. Dessa forma, nota-se que as assimetrias entre as contagens dos dados não são tão relevantes.

Por outro lado, a contagem de palavras específicas (*Types*) utilizadas por cada líder demonstra que a maioria dos chefes de governo utilizam entre 1000 e 4000 termos únicos, o que indica tanto a presença de discursos extensos com caráter mais particular, quanto daqueles mais generalistas.

Gráfico 5 - Número de palavras únicas por Chefe de Governo



Fonte: elaboração da autora

Em média, os documentos contam com 2411 *Types* e um altíssimo desvio padrão (1286,7) dado pelos valores extremos que vão de 458 termos únicos, pronunciados por Sezer, até 4807, utilizados por Erdogan 2 (referente ao seu mandato de 2019 a 2022), ambos líderes turcos. Diferente do que se apresentou anteriormente, a extensão dos discursos conta com assimetrias mais significativas e que podem afetar os modelos utilizados. No entanto, para reduzir os impactos dessas distorções é realizada a limpeza dos dados e adotadas algumas estratégias de análise proporcional que serão discutidas nos tópicos seguintes.

5.4. Limpeza e tratamento dos dados

A contagem de termos utilizados por cada líder em comparação ao total de termos de todos os discursos mostra que há palavras comuns e muito frequentes para todos os casos, independente de país, contexto e ano. Ou seja, são palavras que não atribuem importância conceitual para a análise (como preposições, numerais, artigos e pronomes). Assim, se faz necessária uma limpeza da base de dados, removendo esses termos (*stopwords*).

Um segundo processamento dos textos utilizados é a transformação dos tokens em *stemmings*, ou seja, as palavras são reduzidas ao seu radical. Assim, termos como “governamental” e “governante”, por exemplo, seriam transformados em “govern”. Esse processo permite que palavras de uma mesma família sejam analisadas a partir do seu significado central. Foi utilizada a função *wordStem* do projeto *Snowball* que se baseia no algoritmo desenvolvido por Martin Porter²⁹ para esse processo, porém se notou que alguns termos derivados de nacionalidades não estavam incluídos na lista de Porter. Desse modo, foi criada uma lista adicional de palavras e suas derivações para incrementar a análise³⁰.

Além disso, há também nos textos expressões ou termos compostos que precisam ser levados em consideração. Por exemplo, sozinhas as palavras *África* e *Sul* tem uma representação muito mais ampla do que *África do Sul*; ou ainda, há uma diferença importante quando um emissor cita a atuação dos *Estados*, como um grupo de nações, ou dos *Estados Unidos*. Portanto, para preservar essas expressões as palavras são combinadas³¹ através da função *tokens_compound*.

Para todos os casos há discrepância entre um conjunto de palavras que é muito frequente em todo o corpus (chegando a 1500 repetições) e um segundo grupo em que determinados termos são muito menos comuns no conjunto dos documentos (menos que 100 repetições), ou seja, são termos mais específicos de cada emissor.

Alinhado a essas informações, o gráfico abaixo demonstra que a distribuição dos termos obedece a lei de Zipf, segundo a qual se palavras coletadas de diferentes contextos tiverem suas frequências listadas em ordem decrescente, a primeira da lista tende a ser duas vezes mais comum do que a segunda, três vezes mais que a terceira e assim sucessivamente. Isso significa que a frequência dos termos tende a ser inversamente

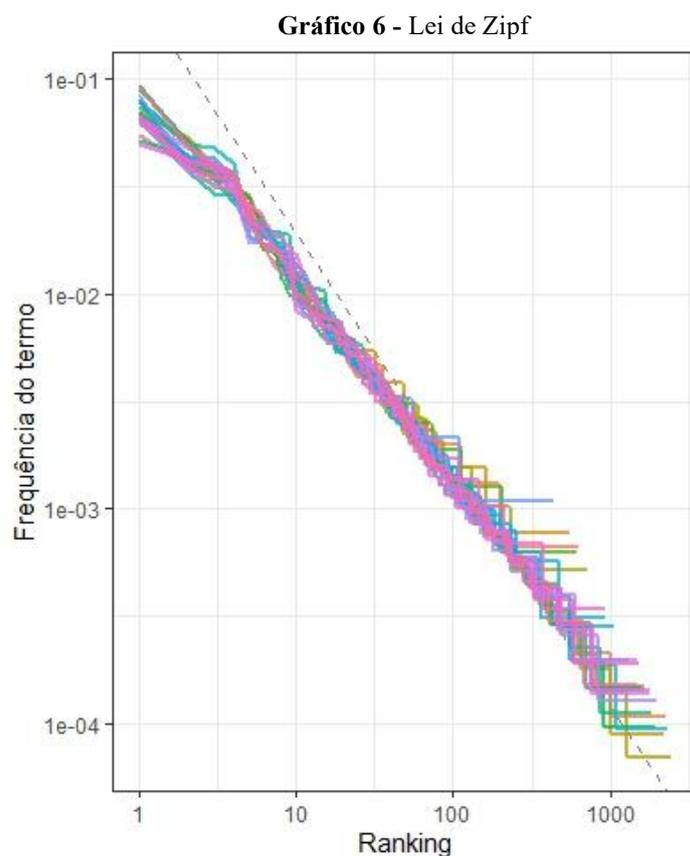
²⁹ Disponível em: <<http://snowball.tartarus.org/algorithms/porter/stemmer.html>>. Acesso em 02/05/2024

³⁰ Foram adicionados termos como *australia-australia**, *brazil-brazili**, *syria-syrian*, *turk-turk**, *india-india**, *south_africa-south_africa**, *africa-african*, *américa-america**. Lista completa no script.

³¹ Lista completa de palavras combinadas disponível no script.

proporcional à sua significância. Em outras palavras, a lei de Zipf aponta que termos muito comuns têm frequências maiores do que aqueles menos comuns.

O gráfico da Lei de Zipf representa a distribuição de frequência de palavras em um texto, mostrando a sua variação em relação à posição no ranking. O gráfico deve ter um padrão de distribuição decrescente. Isso significa que as palavras mais comuns terão frequências muito altas e estarão no início do eixo X, enquanto as palavras menos comuns terão frequências baixas e estarão no final do eixo X.



Fonte: elaboração da autora

No gráfico 6 acima percebe-se que inicialmente as linhas que representam as falas dos líderes (coloridas) se posicionam abaixo da linha de Zipf (pontilhada em cinza). Isso é esperado devido às particularidades do tipo de documento selecionado, mas logo se aproxima e sobrepõe à referência, demonstrando que há alinhamento entre o uso das palavras nas falas analisadas e as expectativas postuladas na Lei de Zipf.

Desse modo, é necessária a remoção das *stopwords* para que os termos analisados sejam aqueles que de fato atribuem significado aos textos. Os termos removidos são

provenientes de uma lista pré-definida pelo projeto *Snowball*³² e de uma segunda lista de palavras construída a partir da leitura dos discursos e relacionadas ao contexto dos documentos selecionados³³.

Após a limpeza dos dados, as contagens dos tokens e Types foram revisitadas. A tabela abaixo resume as estatísticas básicas após a criação da *document-feature matrix (dfm)*³⁴.

Tabela 4 – Estatística básica do *corpus* após limpeza dos dados

Total de documentos		82		
Total de tokens		58.736		
		Discursos	Tokens	Types
País (n = 5)	Máx.	23	18420	3284
	Min.	12	8123	2034
	Média	16,4	11656	2430
	Desv. Pad.	4,6	4240	508
Emissor (n = 24)	Máx.	7	4813	1079
	Min.	1	423	228
	Média	3,4	2072	684
	Desv. Pad.	1,6	1180	260

Fonte: elaboração da autora

A Tabela 4 resume a composição dos discursos produzidos na AGONU entre 2000 e 2022, e fornece algumas estatísticas descritivas sobre os textos, incluindo o número total de palavras (*tokens*), a média de tokens e de palavras únicas (*types*) tanto por país, quanto por chefes de governo (emissor). Percebe-se que houve uma redução nas disparidades encontradas no desvio padrão e na média dos dados, ainda assim, os valores continuam altos, de modo que a análise baseada em padrões relativos é importante.

Uma vez organizada a base, é possível observar as características gerais dos textos presentes na análise. O gráfico abaixo, por exemplo, ilustra as palavras mais frequentes no conjunto dos discursos.

³² Disponível em: < <https://snowballstem.org/>>. Acesso em 02/05/2024

³³ Essa lista inclui termos relacionados a expressões de tratamento (como "gentlemen", "delegates", "esteemed", "distinguished", "honorable..."), dias da semana e meses, e algumas siglas. Para lista completa consultar o script.

³⁴ A *DFM* é uma matriz em que as colunas são representadas pelas características de interesse e as linhas são compostas pelos documentos analisados. Assim, os elementos são as contagens em cada documento das características analisadas (Slapin, 2017).

Através da utilização do *Term Frequency-Inverse Document Frequency* (TFIDF) é calculado o produto da frequência de uma palavra em um texto pelo logaritmo do inverso da sua frequência no conjunto de documentos:

$$tfidf(X) = freq(X) * \log\left(\frac{total\ de\ documentos}{documentos\ em\ que\ X\ aparece}\right) \quad (1)$$

O cálculo serve como um indicador da quantidade de informação que um termo representa para cada texto analisado. Essa técnica também é positiva para a correção das assimetrias destacadas anteriormente, uma vez que os resultados são analisados proporcionalmente. Assim, a análise dos documentos através do TFIDF permite que sejam acessados os termos mais frequentes e específicos de cada caso.

Um ponto importante a se destacar é que há uma variação entre os termos mais frequentes em comparação a todo o *corpus* analisado e em relação às palavras dentro do contexto de cada país. Por exemplo, a palavra “Brazil” aparece como prioridade para os presidentes desse Estado quando analisados os discursos dos cinco países do recorte, isso porque não é comum que outros líderes façam tantas menções ao Brasil. Porém quando os discursos em análise são limitados apenas àqueles pronunciados por líderes brasileiros, a palavra “Brazil” adquire um caráter ordinário, todos a mencionam muito, de modo que ela perde significância.

Desse modo, é válido observar a relação dos discursos dentro do seu contexto específico. Para isso é utilizada a função de análise da frequência relativa das palavras (*keyness*) que utiliza testes probabilísticos para fornecer informações sobre os termos mais frequentes de documentos em um grupo alvo (*target*) e um grupo de referência. A hipótese nula desse teste assume que as médias das frequências lexicais são iguais para os dois grupos. Assim, é possível acessar as palavras-chave específicas a cada um dos chefes de governo em comparação às falas realizadas pelo conjunto de líderes do mesmo país. Ou seja, é possível isolar os discursos de um presidente e identificar seu viés de fala em comparação a seus compatriotas.

Em conjunto, esses testes auxiliam na construção dos perfis e tendências dos líderes e países ao longo do tempo. Somadas às técnicas de análise propostas, que abrangem mais diretamente a dimensão ideológica, as interpretações dos dados apresentam maior profundidade.

5.6.Contexto

A expressão oral envolve diferentes níveis de cognição e representação que são definidos por crenças pessoais e compartilhadas, mas também pelas configurações espaço-temporais em que os emissores estão inseridos (Van Dijk, 2013). Ou seja, o contexto também pode atuar como um modelador das falas dos chefes de governo.

Condições políticas e macroeconômicas, por exemplo, podem afetar o apoio e a percepção doméstica quanto às vantagens e desvantagens dos processos de integração (Onuki e Oliveira, 2006; Adbuljaber e Kalin, 2019), bem como a atuação e relevância dos partidos para pautas internacionais (Aydogan, 2020; Destradi e Plageman, 2023).

Assim, algumas medidas foram tomadas para mensurar o efeito do contexto nos discursos analisados. Primeiramente, quatro eventos de impactos mundiais foram selecionados: o atentado de 11 de setembro ao *World Trade Center*, a crise econômica de 2008, a primavera árabe e a pandemia de Covid-19. O objetivo é identificar em que nível as falas dos líderes analisados foram afetadas por esses eventos – mais do que por possíveis questões ideológicas. Assim, a escolha desses casos se deu pelo fato de que eles deixaram um impacto duradouro nas esferas política e econômica dos países, cada um desencadeando consequências profundas em diferentes partes do globo.

O atentado terrorista às Torres Gêmeas em Nova York e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 desencadeou uma série de mudanças políticas e econômicas por todo mundo. A transição da política externa de Bush foi caracterizada por uma abordagem fortemente intervencionista, como evidenciado pelas invasões e ocupações do Afeganistão e Iraque, que tiveram impactos não apenas na economia, mas também na legitimidade dos Estados Unidos no cenário global (Casarões, 2022).

No caso das potências intermediárias, houve mudanças na segurança e nas políticas externas. A Austrália, por exemplo, reforçou suas leis antiterrorismo e aumentou a cooperação com os EUA em questões de segurança. A África do Sul também intensificou suas medidas de segurança, especialmente em infraestruturas críticas. O Brasil, a Índia e a Turquia fortaleceram laços diplomáticos com os EUA, enquanto se esforçavam para manter a estabilidade interna.

Já na crise econômica de 2008, o sistema bancário enfrentou uma crise de confiança, resultando em falências, resgates governamentais massivos e uma recessão mundial. O desemprego disparou em muitos países, e a demanda por bens e serviços diminuiu drasticamente, levando a uma desaceleração econômica generalizada. Nos anos seguintes,

os acordos comerciais perderam força ou se dissolveram devido à prolongada recessão econômica desencadeada pela crise (Casarões, 2022).

Para a Austrália e África do Sul isso representou uma queda na demanda por *commodities*, o que somado à redução do investimento estrangeiro levou o país africano a uma contração econômica. O Brasil enfrentou desafios semelhantes, com uma queda nas exportações e um aumento do desemprego. A Índia e a Turquia também viram sua economia sofrer com a redução do comércio internacional e do investimento estrangeiro direto.

A Primavera Árabe, por sua vez, que teve início em 2010 na Tunísia e se espalhou por vários países do Oriente Médio e do Norte da África, foi um movimento de protesto em massa contra os regimes autoritários, corrupção e falta de oportunidades econômicas. Embora tenha promovido aspirações democráticas em alguns lugares, também resultou em instabilidade política e econômica generalizada. Conflitos prolongados no Egito, Líbia, Síria e Iêmen exacerbaram a crise humanitária na região, desencadeando fluxos migratórios em larga escala e pressionando economias já frágeis.

As potências intermediárias sentiram os impactos da instabilidade política e da volatilidade nos preços do petróleo decorrentes da Primavera Árabe. A Austrália e a Índia, por exemplo, enfrentaram aumentos nos preços dos combustíveis devido à interrupção nos fluxos de petróleo. A Turquia também sentiu os efeitos da instabilidade regional, especialmente em relação ao influxo de refugiados.

Por fim, a pandemia de Covid-19, que começou em 2019 e se espalhou globalmente em 2020, foi um evento sem precedentes que afetou todos os aspectos da vida humana. Os *lockdowns* e restrições para conter a propagação do vírus paralisaram setores inteiros da economia, levando a uma recessão global, perda de empregos em massa e perturbações nas cadeias de abastecimento. Governos em todo o mundo tiveram que implementar medidas de estímulo econômico sem precedentes para evitar um colapso total, aumentando ainda mais os níveis de endividamento público.

Desse modo, uma vez selecionados os casos, de três a cinco termos-chaves foram definidos arbitrariamente como principais indicadores do evento em questão. Em seguida, identificaram-se, dentro de todo *Corpus*, os 20 termos que apareciam como mais relacionados às referências escolhidas. Assim, ao final foram apontados um total de 98 termos a serem controlados nos discursos por um período médio de dois anos. A definição do recorte temporal segue o ano de início do acontecimento até o seu ano final mais um.

Quadro 7 – Controles por Contexto

Evento	Recorte temporal	Termos de Referência	Termos Relacionados
11 de setembro de 2001	2001 – 2003	2001, septemb, 11, terrorism	attacks, terror, 1373, terrible, horrendous, heinous, unitedstates, 1456, condemning, morocco, outrage, acts, counter-terrorism, Nairobi, resolutions, month, united, aggression, compliance
Crise econômica de 2008	2007 – 2010	crash, stock*, cris*, bubble, 2008	financial, economic, global, food, economy, speculation, market, facing, refugee, recovery, caused, humanitarian, impact, kinds, systemic, phase, triggered, prevent, questions, impact, countries
Primavera Árabe	2010 – 2013	spring, arab*, arab_spring, arab_revolution, arab_revolt*, syria	Da'esh, Iraq, chemical, conflict, humanitarian, refugees, turk, Libya, country, idlib, solution, yemen, Euphrates, people, agreement, regions, de-escalation, witnessing, party, terror
Pandemia Covid-19	2019 – 2022	covid*, pandem*, corona*, vaccin*	virus, doses, diseases*, health*, delivery, lost, equipment, glass, evaluate, illness russia-ukrain, spared, storm, creates, safely challenges, indo-pacific, medical, adult

Fonte: elaboração da autora

6. MÉTODOS DE ANÁLISE

Os textos, sejam eles discursos, debates, normas, legislações ou manifestos, são produtos diretos da atividade política e fornecem aos pesquisadores bons estimadores dos posicionamentos de atores políticos em torno de diversas questões (Lowe et al., 2011).

As análises quantitativas desses textos se baseiam na premissa de que a frequência com que termos são mencionados em um texto é correlacionada à intenção do autor em dar mais (ou menos) destaque a determinados assuntos em seu discurso (Rocha, 2021). Desse modo, é possível captar os posicionamentos dos emissores a partir da atenção dada a certos temas. Além disso, os métodos computacionais podem ser aplicados para diversas finalidades da comunicação política que vão desde a identificação de preferências em redes sociais até a avaliação de polarizações e formação de agendas (Bruinsma e Gemenis, 2019).

No entanto, é preciso considerar os quatro princípios de uma boa análise apontados por Grimmer e Stewart (2013): 1) todos os modelos quantitativos de análise de texto estão, em alguma medida errados; 2) ainda assim, são úteis para ampliar os recursos humanos; 3) não há um método superior a outro; e 4) a validação é uma etapa fundamental para se alcançar resultados críveis e úteis.

As técnicas aqui utilizadas partem do pressuposto de que os textos são um saco de palavras, de modo que a sua ordem e relações gramaticais não são relevantes e a sua frequência é o principal indicador analisado (Baturo, Dasandi e Mikhaylov, 2017). A técnica central utilizada é a análise de dicionário, por contagem de termos e análise de sentimento. A fim de reduzir a margem de erro ou viés do dicionário – que conta com uma classificação predominantemente humana – suas listas são reforçadas pela base testada com o *wordscores*.

6.1. Hipóteses e objetivos

A hipótese geral é que o espectro esquerda-direita é determinante nos discursos internacionais dos chefes de governo das *potenciais lideranças regionais*. Esse argumento é construído com base em 6 hipóteses secundárias desenvolvidas a seguir.

Seguindo os achados de Kreppel e Tsebelis (1999), Onuki e Oliveira (2006), Rathbun (2020), Noël e Thérien (2022) espera-se que **(H1)** pautas sociais e ambientais sejam defendidas por governos de esquerda; já tomando as discussões de Milner e Judkins (2004), Stone (2004), Onuki e Oliveira (2006), Milner e Tingley (2010), Bertoli et al. (2018), Rathbun (2020), Noël e Thérien (2022), Destradi e Plagemann (2023),

argumenta-se que **(H2)** pautas comerciais e militares serão defendidas em governos de direita.

Onuki e Oliveira (2006) e Noël e Thérien (2022) também lançam luz sobre o comportamento dos governos frente às organizações supranacionais, de modo que se pode esperar que **(H3)** organizações regionais serão defendidas em governos de esquerda e **(H4)** organizações mundiais serão defendidas em governos de direita. Finalmente, as hipóteses secundárias **(H5)** países em desenvolvimento serão defendidos em governos de esquerda e **(H6)** países desenvolvidos serão defendidos em governos de direita encontram suporte em Onuki e Oliveira (2006), Potrafke (2009) e Lopéz (2015).

Assim, esse trabalho também avança no sentido de testar o alcance dos achados de estudos anteriores, ampliando o recorte espacial e utilizando a autoprojção dos Estados, através do discurso, como fonte dos dados.

A expressão *defendido(a)(s)*, utilizada com frequência nas hipóteses secundárias, se relaciona com dois aspectos do discurso: a prioridade e a entonação das falas. No primeiro aspecto busca-se entender quais tópicos mais aparecem nos textos selecionados; já as entonações visam demonstrar o nível de apoio do emissor a determinado tópico. Isso é importante porque posicionamento e ênfase são parâmetros distintos dentro da política, de modo que partidos com posicionamentos divergentes podem enfatizar questões semelhantes, mas com entonações diferentes (Laver e Garry, 2000). Em outras palavras, espera-se em H1, H3 e H5 que os tópicos destacados sejam mencionados com frequência e de forma positiva por líderes de esquerda; enquanto os temas da H2, H4 e H6 o sejam pelos líderes da direita.

Desse modo, o teste do argumento é desenvolvido em seis passos. Na primeira parte foram definidas as categorias que embasam o dicionário, a partir da literatura, dadas nas hipóteses secundárias. Em seguida, foram construídas as listas de palavras que compõem cada uma dessas categorias. Nessa fase, são combinadas diferentes técnicas para dar mais robustez ao dicionário, como utilização de modelos prontos, revisão dos discursos, consulta a IA e utilização do *wordscores*. O terceiro passo marca o início da análise propriamente dita. Nesse ponto são feitas as contagens dos termos, com o objetivo de identificar nos discursos palavras racionalmente selecionadas pelos emissores que podem revelar seu posicionamento no espectro esquerda-direita.

A etapa seguinte é observar as entonações acerca de temas-chave nas falas através da análise de sentimento. O quinto passo é a combinação da análise dos temas-chave com as entonações ao redor deles. Nesse ponto é observada a categoria que os emissores mais

defendem, no sentido de que priorizam em número e usam uma abordagem positiva em torno delas. O último passo é a testagem da capacidade de generalização da dimensão esquerda-direita, nos termos aqui apresentados, pelo *wordfish*.

O quadro abaixo resume o passo a passo da testagem dos argumentos.

Quadro 8 – Objetivos e técnicas para teste de hipóteses

Objetivos	Técnica
1. Definição das categorias de esquerda e de direita	Revisão bibliográfica
2. Construção das listas de palavras que irão compor cada categoria	Verificação de dicionários prontos, leitura de textos e discursos, sugestões da IA e complementação pelo <i>wordscores</i>
3. Identificação de pautas, organizações e países dentro dos discursos	Análise de dicionário: contagem de termos
4. Análise de entonação dos discursos em relação a tópicos específicos	Análise de dicionário: sentimento
5. Definição dos pontos ideais de cada emissor	Análise combinada: contagem + sentimento
6. Testagem da capacidade de generalização da dimensão esquerda-direita e da capacidade explicativa da análise de dicionário	Wordfish

Fonte: elaboração da autora

Dado o recorte temporal e espacial do trabalho, é bem verdade que a confirmação das hipóteses pode ocorrer para alguns casos e não para outros. Por exemplo, pode ser que para determinado país as dinâmicas esquerda-direita sejam claramente identificadas nos discursos, mas não para outro. Ou ainda, em certo período essas dinâmicas se fazem presentes, mas não em outro. Diante disso, o quadro abaixo visa demonstrar as possíveis respostas diante das variações na confirmação das hipóteses.

Quadro 9 – Análise das hipóteses

Tempo	Espaço	Hipótese	Conclusão
+	+	Corroborar a hipótese geral	Política de governo E dimensão ideológica generalizável E ideologia importa
+	-	Menor importância ideológica	Contexto internacional
-	+	Menor importância ideológica	Particularidades do país
-	-	Refuta a hipóteses geral	Política de Estado OU dimensão ideológica não é generalizável OU ideologia não importa

O (+) indica que a hipótese foi corroborada, enquanto o (-) revela que o argumento foi refutado.

Fonte: elaboração da autora

O quadro indica que: se as hipóteses se confirmarem no tempo e espaço (linha 1), ou seja, em todos os cinco países nos 22 anos, é corroborada a hipótese geral, demonstrando que os discursos são resultantes de políticas de governo definidas pelas ideologias dos

líderes. Por outro lado, a negação das hipóteses tanto para o recorte temporal, quanto espacial (linha 4) pode refletir que: o país segue uma política de Estado (ao menos nos discursos), ou o espectro esquerda-direita não é relevante para as falas, ou ainda os termos como as categorias foram configuradas não captam as variações ideológicas dos discursos na AGONU.

Os casos intermediários (confirmação apenas no tempo ou no espaço) também revelam que a hipótese geral não pôde ser corroborada. Nesses cenários, a ideologia não afeta as escolhas dos emissores, sendo que a conjuntura mundial e/ou as particularidades de cada país parecem funcionar como melhores preditores das falas dos chefes de governo na AGONU.

6.2.Dicionário

A análise de dicionário é uma abordagem dedutiva que considera uma lista de palavras pré-estabelecidas, arbitrariamente selecionadas, que proporciona a mensuração e classificação de documentos em determinadas categorias. Assim, a categorização é pautada pela ocorrência de termos nos textos analisados. Uma vez definidas as palavras de interesse e seu posicionamento dentro de grupos, é possível identificar em que medida uma fala é associada a determinada categoria. No entanto, é importante destacar que o fato de uma liderança ser mais associada a certo posicionamento não a impede de usar termos ligados à sua concorrente.

6.2.1. Definindo o dicionário de temas

A construção das listas de palavras³⁵ que configuram cada categoria de análise teve como referência inicial o dicionário de posicionamentos políticos de Laver e Garry (2000)³⁶. No entanto, como alertado em nota dos próprios autores:

this dictionary was customized to reflect the policy positions of UK political parties. It has limited utility to assess political documents from other countries. The procedure outline in Laver & Garry (2000) could, however, be used to adapt the dictionary to a different political context (Laver e Garry, 2000).

É, então, responsabilidade dos pesquisadores determinar se as listas de palavras criadas para análise de diferentes contextos são aplicáveis a certos domínios, adicionando ou removendo termos de acordo com o objeto que se analisa (Grimmer e Stewart, 2013;

³⁵ Lista completa de palavras disponível no Apêndice A

³⁶ Disponível em: <provalisresearch.com/products/content-analysis-software/wordstat-dictionary/laver-garry-dictionary-of-policy-position/>. Acesso em 02/05/2024

Chan et al., 2021). Assim, o dicionário aqui utilizado adapta os termos e categorias àquele desenvolvido por Laver e Garry, tornando-o mais adequado à análise proposta.

A adaptação do dicionário foi feita em 4 passos que combinaram técnicas manuais e escolhas arbitrárias da pesquisadora com sugestões da IA e análise supervisionada de discursos. A literatura que discute o uso de técnicas de aprendizado supervisionado sugere que o uso de múltiplos algoritmos tende a produzir resultados que se aproximam mais das codificações humanas, mesmo quando exigem a intervenção dos pesquisadores para resolver conflitos entre os algoritmos (Albaugh et al., 2014; Dun et al., 2020). Ao final, mesmo que as escolhas humanas sejam inevitáveis em todos os passos, a interação desses métodos proporciona o aprofundamento da análise e uma redução nos vieses, apresentando melhores performances e proporcionando resultados mais robustos (Albaugh et al., 2014).

O primeiro passo foi a definição das categorias base da análise. Seguindo o proposto nas hipóteses, foi estabelecido como indicadores da direita ideológica: Mercado, Defesa Nacional, Organizações Internacionais e Países Desenvolvidos; enquanto da esquerda: Social, Ambiental, Organizações Regionais e Países em Desenvolvimento. O quadro abaixo resume as definições de cada uma dessas categorias:

Quadro 10 – Definição das categorias do dicionário

Categoria	Definição
Mercado	Citação de temas relativos a questões de livre-mercado, comércio, instituições financeiras nacionais, produtividade e comércio
Defesa Nacional	Menção a termos associados ao militarismo e forças armadas, lei e ordem, defesa da soberania, acordos de paz
Organizações Internacionais	Referências às instituições multilaterais globais
Países Desenvolvidos	Referência a países desenvolvidos e suas regiões geográficas
Social	Citação de temas relativos a questões sociais e humanitárias
Ambiental	Citação de temas relativos a questões ambientais e instituições que advogam pela pauta do meio ambiente
Organizações Regionais	Menção às organizações de alcance regional que os países analisados participam como membros ou observadores
Países em Desenvolvimento	Referência a países em desenvolvimento e suas regiões geográficas

Fonte: elaboração da autora

O segundo passo se baseou na leitura de discursos – tanto dos presentes na análise, quanto daqueles não foram incluídos – para identificação de padrões da linguagem, o que permitiu tanto uma visão sobre termos a serem adicionados, quanto daqueles que não

faziam sentido em serem mantidos do dicionário base de Laver e Garry (2000). Além disso, nesta etapa também foram removidas palavras que se mostravam dúbias para as categorias presentes. A título de exemplo, termos como *opportunity* e *assistance* a depender do contexto, tanto poderiam se encaixar nos grupos *social*, *mercado* ou ainda *defesa nacional*. Ao final dessa etapa, o dicionário continha 334 termos.

Após essa etapa, foi solicitado ao *Chat GPT4* que fizesse sugestões de palavras, no modelo de discursos da Assembleia Geral da ONU, que se encaixavam dentro dos blocos pré-definidos nas hipóteses. Inicialmente foi fornecido ao software diversos trechos de discursos de líderes de fora da amostra para que pudesse sugerir palavras com aderência na arena utilizada. Nessa fase, mais 84 termos foram adicionados na análise.

No quarto passo, foram selecionados discursos de dez líderes (de fora da amostra)³⁷ com origens e posicionamentos ideológicos diferentes para que se identificassem àquelas palavras, ainda não contempladas, que contam com altos pesos na diferenciação das falas. A seleção desses líderes levou em conta a presença de dados na *UN Library*, a diversidade no país de origem, no ano do discurso e na ideologia dos emissores – considerando aqueles que a literatura aponta de forma mais consensual como de direita ou de esquerda (ou seja, que não levantam grandes debates acerca do seu posicionamento). Adicionalmente, foram simulados seis discursos no ChatGPT 4 como modelos ideais de falas da esquerda e da direita envolvendo os tópicos de interesse. Uma das vantagens dessa variação no tipo, tempo e espaço dos discursos é que ela reduz a problemática das estimações em análises *time-series*, já que a linguagem utilizada nos tende a mudar em função do tempo e contexto (Slapin e Proksch, 2008).

O peso das palavras de cada discurso se deu com base em cálculos feitos através do *wordscores*. A utilização desse método como forma auxiliar ao dicionário, incrementa a robustez dos resultados à medida que não conta com uma lista de palavras pré-definidas pelo pesquisador, mas sim considera seu peso a partir da presença/ausência dos termos em textos de referência e textos alvo. Ou seja, há a possibilidade de se identificarem palavras significativas para categorização das falas, mas que podem ter sido deixadas de fora da análise de dicionário.

Dictionary methods require scholars to identify words that separate classes beforehand. This can lead to inefficiencies in applying dictionaries to real data

³⁷ Representantes da direita: Arábia Saudita - Salman bin Abdul Aziz al-Saud (2020); Egito - Abdul Fatah Khalil Al-Sisi (2014, 2021); Emirados Árabes Unidos - Khalifa bin Zayed al Nahyan (2007); Estados Unidos - Ronald Reagan (1987); Israel - Benjamin Netanyahu (2020). Representantes da esquerda: Namíbia - Sam Nujoma (1999); Bolívia - Evo Morales (2008); Canadá - Justin Trudeau (2017); Uruguai - José Mujica (2013); Venezuela - Hugo Chávez (2001).

problems. Supervised learning methods provide a useful alternative method for assigning documents to predetermined categories (Grimmer e Stewart, 2013: 9).

O *wordscores*, como outras técnicas de análise supervisionada, combina abordagens dedutiva e indutiva. Isso ocorre porque o pesquisador define uma amostra para treinamento do algoritmo exemplificando as categorias de seu interesse (parte dedutiva), mas não fornece regras explícitas que, por sua vez, são aprendidas pelo algoritmo a partir de uma leitura das configurações da amostra (parte indutiva) (Welbers et al., 2017). Esse método, desenvolvido por Laver, Benoit e Garry (2003), parte de uma derivação bayesiana, assumindo que as frequências relativas de palavras específicas fornecem manifestações da escala latente subjacente (Bruinsma e Gemenis, 2019).

Ao final desse processo, selecionaram-se primeiramente as palavras que continham, em módulo, um peso maior ou igual a 0,1 e, em seguida, foram escolhidos mais 83 termos para integrarem o dicionário. Levando em consideração que as listas não poderem ser sobrepostas, o dicionário está configurado com 501 palavras distribuídas como indicado no quadro abaixo:

Quadro 11 – Número de termos por categoria

Esquerda	Direita
Pautas: 103 termos	Pautas: 123 termos
<i>Ambiental: 51 termos</i>	<i>Defesa Nacional: 55 termos</i>
<i>Social: 52 termos</i>	<i>Mercado: 68 termos</i>
Organizações regionais: 28 termos	Instituições supranacionais: 25 termos
Países em desenvolvimento: 160 termos	Países desenvolvidos: 62 termos
Total esquerda: 291	Total direita: 210
Total Geral: 501	

Fonte: elaboração da autora

Mesmo com essa adaptação do dicionário, ainda há limitações nesse tipo de estudo. A principal delas é que é uma tarefa impossível obter análises padrão-ouro de dicionários com base na codificação humana de documentos (Grimer e Stewart, 2013).

6.2.2. Definindo o dicionário de entonações

Além do estudo da frequência de termos para identificação de tópicos relevantes nas falas dos líderes na AGONU, também foi considerada a entonação dos emissores acerca de palavras-chave através da análise de sentimento. Isso é válido porque nos campos de análise cultural e ideológica, o impacto das palavras pode ser reforçado/atenuado por elementos lexicais que coocorrem com ela (Bondi e Scott, 2010).

Os sentimentos são considerados emoções conscientes expressas em um texto que podem revelar o estado subjetivo do emissor (Chan et al., 2021). Porém, mais que isso,

seu uso pode também se dar de maneira estratégica, não revelando emoções reais, mas refletindo intenções planejadas sobre determinado tópico. Utilizar a análise de sentimento ao lado da frequência de termos permite uma observação mais aprofundada dos posicionamentos dos líderes, isso porque, como já dito, não há impedimentos claros e objetivos para que um emissor deixe de citar palavras que possam ser consideradas de uma ideologia diferente da sua, já que os critérios que estabelecem categorias carregam profunda subjetividade. Em outras palavras, numa análise apenas da frequência pode ser identificado um alto uso de termos que se aplicam a uma categoria *X*, levando à conclusão de que aquele emissor prioriza tal assunto. Contudo, ao se adicionar o elemento *entonação*, pode-se perceber que esse emissor em verdade está criticando ou fazendo menções negativas a esse posicionamento, o que o distanciaria dessa categoria *X*.

Entre as boas práticas do uso de dicionários de sentimentos Chan et al. (2021) sugerem: (i) utilizar um dicionário que se adeque à análise, (ii) não assumir a validade e confiabilidade de dicionários prontos, (iii) considerar a influência do tamanho dos textos nos resultados e (iv) não utilizar múltiplos dicionários para testar as mesmas hipóteses.

Assim, a análise de sentimento feita nesta tese é baseada no *Lexicoder Sentiment Dictionary*³⁸ (LSD2015 – versão 2015), que conta com uma “ampla variedade lexical pontuada para entonações positivas e negativas e desenhado, primariamente, para textos políticos” (Young e Soroka, 2012: 211 – tradução da autora). Além disso, alguns termos, advindos das leituras prévias e listas de palavras anteriores, foram também adicionados ao dicionário, tornando-o mais específico aos casos analisados. Essa versão adaptada está nomeada como LSD2015+.

As vantagens do LSD2015+, que conta com 4592 termos (sendo 2868 negativos e 1724 positivos), são que (i) ele resulta da combinação de outros dicionários públicos de sentimentos, ampliando seu conjunto de sintaxes associadas às categorias positiva e negativa; (ii) sua versão original está disponível publicamente e conta com fácil adaptação; (iii) leva em conta negações da expressão³⁹; e (iv) foi validado por classificações humanas e sua performance se mostrou superior à de outros dicionários de sentimentos (Young e Soroka, 2012).

³⁸ Disponível em: <<https://www.snsoroka.com/data-lexicoder/>>. Acesso em 02/05/2024

³⁹ Ex.: a frase *I am not happy* tem o *not* enquanto termo negativo e o *happy* enquanto positivo, mas o dicionário ao invés de considerar a contagem de um termo para cada categoria, capta que *not happy* é uma negação total, sendo assim a entonação da frase se torna negativa, mesmo que traga em si uma palavra que isolada seria positiva.

6.2.3. Calculando os pontos ideais

Como o objetivo aqui é observar se as mensagens produzidas pelos emissores têm um teor alinhado ao seu posicionamento ideológico, foi utilizada a fórmula da diferença relativa proporcional. Essa fórmula permite analisar o número de palavras relacionadas às ideologias de interesse. A equação é dada por:

$$IDR_i = \frac{Ndir_i - Nesq_i}{Ndir_i + Nesq_i} \quad (2)$$

Em que se lê: o posicionamento ideológico relativo do líder i é o quociente da diferença pela soma dos termos considerados de esquerda e de direita. IDR_i varia de -1 a +1 e representa a categoria em que se adequa o líder i . O -1 indica que as falas utilizam altas quantidades de termos ligados à esquerda e nenhum à direita; enquanto +1 revela que foram selecionadas muitas palavras das categorias de direita e nenhuma daquelas de esquerda. A variável $Nesq_i$ é a contagem de termos inseridos nas falas que compõem as categorias definidas como de esquerda e $Ndir_i$ é a contagem das palavras que preenchem as categorias pré-estabelecidas como de direita no conjunto de discursos do chefe de governo i .

A vantagem no uso da fórmula da diferença relativa proporcional é que ela não depende do tamanho do texto para estimar os posicionamentos. Ou seja, um aumento – ou redução – na contagem de termos que não se relacionam à dimensão esquerda-direita não afeta o posicionamento identificado. Ainda assim, há limitações para essa análise: quando a contagem de termos relativos à direita é 0, qualquer quantidade de termos sobre a esquerda resultará em um IDR_i igual a -1 (ou o exato oposto quando esquerda é igual a 0) (Lowe et al., 2011), ou seja, pequenas diferenças entre os polos ideológicos podem gerar grandes impactos na escala.

Para análise da robustez dos achados e controle de possíveis valores superestimados, análises adicionais são feitas a partir dos modelos sugeridos por Lowe et al. (2011) em que se considera uma escala logit de posicionamento que não varia dentro de um espectro com polos definidos. Isso, por um lado, é positivo por refletir com mais precisão os posicionamentos políticos, mas, por outro, torna mais complexa a identificação de posicionamentos centristas que passa a depender de observações contextuais (Lowe et al., 2011). Além disso, os autores também ressaltam que apesar de qualquer posição política poder ser representada na escala logit, posicionamentos mais extremos requerem exponencialmente mais sentenças em $Ndir_i$ ou $Nesq_i$ para mover a posição política para

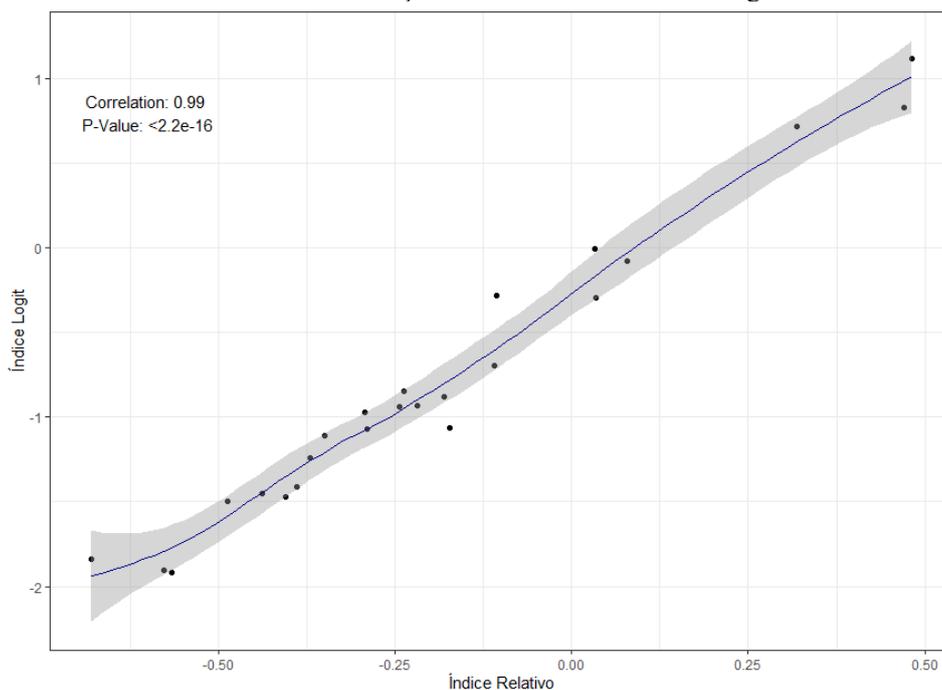
a direita ou esquerda. Isso é expresso na formulação alternativa da eq. (3) que representa essa medida de diferença (Lowe et al., 2011):

$$IDL_i = \log \frac{Ndir_i + 0,5}{Nesq_i + 0,5} \quad (3)$$

$$IDL_i = \log(Ndir_i + 0,5) - \log(Nesq_{dir} + 0,5) \quad (3.1)$$

Assim, os valores encontrados de IDR_i (eq.2) são comparados aos de IDL_i (eq.3.1)⁴⁰ a fim de que se garanta que os posicionamentos identificados não são super/subestimados. Ou seja, é reduzida a margem de erro para quando $Ndir_i = 0 \mid Nesq_i \geq 1$ (e vice-versa). O gráfico 8 abaixo demonstra que os índices IDL_i e IDR_i são fortemente correlacionados e têm um p-valor muito significativo. Além disso, apenas dois valores se distanciam um pouco do intervalo de confiança, de modo que a distribuição dos resultados do IDR_i se mostram confiáveis para a análise dos posicionamentos, não sendo super/subestimados.

Gráfico 8 – Correlação entre os índices relativo e logit



Fonte: elaboração da autora

Uma vez definido o índice ID de cada emissor, o próximo passo é a análise da entonação de cada discurso em torno das categorias para que se possa acessar o quão positiva – ou negativa – é a atenção dedicada a cada tema. A equação utilizada aqui segue

⁴⁰ A fórmula inicial (3) é reescrita como a diferença dos logaritmos dos termos ajustados (3.1). Essa transformação é útil na análise de dados e na modelagem estatística porque permite decompor a relação, simplificando a interpretação e a manipulação dos dados.

a mesma lógica da eq. (2), ou seja, considera a diferença relativa proporcional das palavras em questão. Os autores nomeiam essa técnica como *net tone*⁴¹ (Young e Soroka, 2012).

$$NT_{id,i} = \frac{Npos_{id,i} - Nneg_{id,i}}{Npos_{id,i} + Nneg_{id,i}} \quad (4)$$

Em que $NT_{id,i}$ é a entonação do líder (i) acerca das palavras que constituem as categorias ideológicas de direita ou esquerda (id). Ou seja, para cada líder são calculados dois NT , um para a esquerda e outro para a direita. $Nneg_{id,i}$ é a contagem de termos negativos nas falas de i que estão em torno de palavras da categoria id . Já $Npos_i$ representa termos positivos referentes às palavras de interesse. Essa medida gera uma versão ajustada da análise para o tamanho dos textos, atendendo ao terceiro critério de boas práticas indicadas por Chan et al. (2021). Quanto à adequação para a análise, já há uma vantagem inicial do dicionário LSD2015+ ser pensado para textos políticos, de modo que as expressões positivas e negativas dentro do debate político são mais facilmente identificadas e mais corretamente classificadas e a adição de termos específicos também incrementam a capacidade explicativa dessa análise.

Uma vez estabelecidos o IDR e o NT de cada emissor, a última etapa é a definição do ponto ideal dos líderes, combinando as observações anteriores. Isso porque, como já discutido, um tema pode aparecer como muito saliente em determinado discurso, mas sua abordagem pode ser totalmente negativa ou crítica, de modo que a contagem pura de palavras induziria a uma categorização errônea do líder. Portanto, a equação abaixo combina os resultados da eq. (2) e (4), atribuindo peso maior à entonação do que à contagem.

$$ID_i = IDR_i + (NT_{dir} - NT_{esq})_i * 2 \quad (5)$$

Lê-se: o posicionamento ideológico final do emissor i é igual ao seu posicionamento pelo índice relativo proporcional da contagem de termos (IDR) somado à diferença entre a entonação para palavras da direita e da esquerda, multiplicado pelo peso 2. A frase hipotética abaixo exemplifica o processo de análise segundo a fórmula acima.

⁴¹ Nessa tese, considera-se uma janela de 10 termos ao redor da palavra-chave a serem alocados nessas duas categorias, sugerindo a entonação geral das frases relativas a tópicos pré-estabelecidos.

*A cega adesão ao **livre mercado**, exacerbada por políticas agressivas de **privatização** e **comércio** desregulado, juntamente com **taxas** e **inflação** mal geridas, frequentemente conduz a uma sociedade desequilibrada, onde a riqueza se concentra nas mãos de poucos às custas da maioria.*

As palavras destacadas acima são relacionadas a termos da categoria *Mercado* que, aqui, compõem uma dimensão da direita. Julgando apenas pela frequência relativa proporcional de termos, o emissor tem $IDR = 1$. Já considerando a entonação, destacam-se os termos:

*A **cega** adesão ao livre mercado, exacerbada por políticas **agressivas** de privatização e comércio **desregulado**, juntamente com **taxas** e **inflação** **mal** geridas, frequentemente conduz a uma sociedade **desequilibrada**, onde a riqueza se concentra nas mãos de poucos às custas da maioria.*

Nesse caso, $NT_{esq} = 0$, dada ausência de termos relativos à esquerda, e o $NT_{dir} = -1$, visto que não foram identificados termos positivos em torno das palavras da categoria *Mercado*. Tem-se então:

$$ID_i = 1 + (-1 - 0) * 2$$

$$ID_i = -1$$

Ou seja, por mais que tenha havido uma predominância de uma temática de direita, a fala foi dominada por um olhar negativo e crítico, de modo que esse emissor apresentaria maior tendência a ser de esquerda. Assim, se por um lado, é impossível desenvolver uma categorização ideológica perfeita dos emissores com base em suas falas – por serem carregadas de subjetividade –, por outro, essa proposta tem o potencial de fornecer uma boa aproximação dos pontos ideais.

Para maior clareza, o quadro abaixo simula alguns cenários de combinações possíveis do ID final, com base em valores do IDR , NT_{esq} e NT_{dir} variando entre 1 e -1, distribuídos de modo aleatório.

Quadro 12 – Simulação de cenários da distribuição ideológica

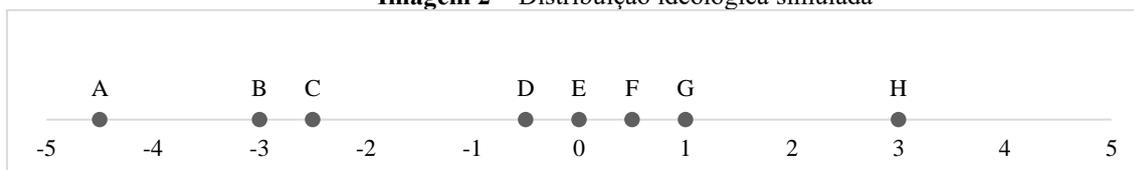
LIDER (i)	IDR_i	$NT_{dir,i}$	$NT_{esq,i}$	LEITURA	ID_i
A	-0,5	-1	1	Menciona mais termos de esquerda do que de direita. Sua entonação é totalmente negativa sobre a direita e totalmente positiva para a esquerda.	-4,5

B	-1	0	1	Menciona APENAS termos de esquerda. Sua entonação nula para direita pela ausência de termos e totalmente positiva para a esquerda.	-3
C	0,5	-1	0,5	Menciona mais termos de direita do que de esquerda. Sua entonação é totalmente negativa sobre a direita e mais positiva do que negativa para a esquerda.	-2,5
D	-0,5	-0,5	-0,5	Menciona mais termos de esquerda do que de direita. Sua entonação é mais negativa do que positiva sobre a direita e sobre a esquerda.	-0,5
E	0	0	0	Não usa termos considerados de direita ou esquerda.	0
F	0,5	0,5	0,5	Menciona mais termos de direita do que de esquerda sua entonação é mais positiva do que negativa sobre a direita e sobre a esquerda.	0,5
G	-1	0	-1	Menciona APENAS termos de esquerda. Sua entonação é nula para direita pela ausência de termos e totalmente negativa para a esquerda.	1
H	1	1	0	Menciona APENAS termos de direita. Entonação totalmente positiva sobre a direita. Entonação nula para a esquerda pela ausência de termos.	3

Fonte: elaboração da autora

A partir do quadro, a distribuição dos líderes no espectro se apresenta conforme a imagem abaixo:

Imagem 2 – Distribuição ideológica simulada



Fonte: elaboração da autora

Alguns pontos importantes são reforçados pela análise da simulação. Primeiro, a quantidade de menções a determinada ideologia não garante, sozinha, uma classificação próxima dessa ideologia, principalmente quando as entonações são negativas, como ocorre em C e G. Em segundo lugar, o posicionamento do líder é levado mais ao extremo quando ele menciona as duas ideologias, porém a menos citada recebe mais sentimentos negativos. Por exemplo, comparando A e H, vê-se que o fato do líder abandonar as referências a uma ideologia concorrente, e ser totalmente positivo com a sua própria (H), não o leva a um ponto tão extremo como quando ele prioriza sua ideologia, mas ainda reserva espaço para apontar uma visão negativa sobre a concorrente (A). Além disso, localizam-se mais ao centro as falas mais moderadas, que atribuem um equilíbrio ao tratar de pautas da direita e da esquerda, ou ainda que não as abordam.

Diante do exposto, o capítulo a seguir apresenta os resultados dessas análises.

7. RESULTADOS

Após realizadas as análises dos discursos através do dicionário, o presente capítulo discorre sobre os achados para os cinco potenciais líderes regionais aqui analisados. Primeiramente é descrito o perfil das mensagens produzidas de acordo com cada um dos países e, em seguida, apresentados os posicionamentos ideológicos identificados para cada presidente/primeiro-ministro dentro da dimensão esquerda-direita.

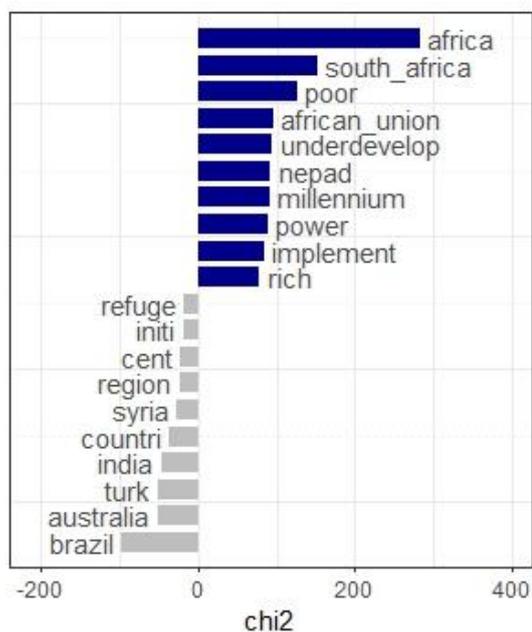
7.1. Os perfis dos países e seus emissores

Os gráficos abaixo foram formulados pela técnica *Keyness* e demonstram as palavras mais específicas a cada país quando comparados os seus discursos com a totalidade restante (barras em azul). Em outras palavras, isso revela os conteúdos mais particulares nas falas, controladas pela variável Estado. O gráfico também indica os temas que são mais raros nos discursos de cada país (barras em cinza).

É importante destacar que no gráfico de qui-quadrado (χ^2) o tamanho das barras também é influenciado pelas características do corpus alvo em comparação com o corpus de referência. Por exemplo, a Austrália conta com a menor quantidade de discursos no tempo (12), assim, com um número menor de textos, qualquer palavra no corpus alvo pode ser considerada mais rara, comparada ao corpus de referência maior (68 textos). Nos outros países, esse desbalanceamento vai sendo reduzido à medida que aumentam os textos alvo (Turquia com 13, Índia com 15, África do Sul com 17 e Brasil com 23 textos). Um corpus alvo maior tende a suavizar a variabilidade, proporcionando uma base mais robusta para calcular a frequência das palavras e resultando em uma distribuição mais estável das métricas de *Keyness*, com menos picos extremos. Portanto nesse teste é preciso considerar as palavras em seus contextos e promover uma análise qualitativa para complementar os dados quantitativos.

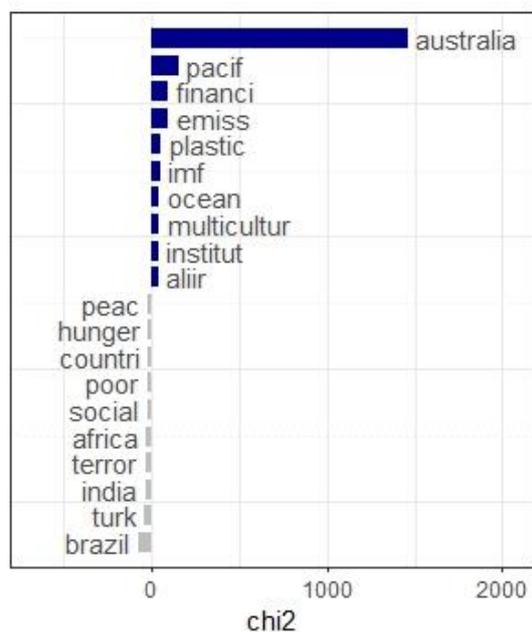
Como esperado, o primeiro aspecto que se destaca em todos os casos é a citação ao próprio país, sendo *africa*, *australia*, *brasil*, *india* e *turk* os termos mais citados nos seus respectivos cenários e, ao mesmo tempo, os menos mencionados nas falas de líderes de outros Estados. Ao enfatizar os nomes próprios, os líderes reiteram as ações e posicionamentos particulares dos países, o que se alinha a perspectiva de Keens-Soper (1985) de que discursos na AGONU devem ser mais voltados aos interesses nacionais do que à construção de uma comunidade global de fato.

Gráfico 9 – Palavras específicas da África do Sul



Fonte: elaboração da autora

Gráfico 10 – Palavras específicas da Austrália



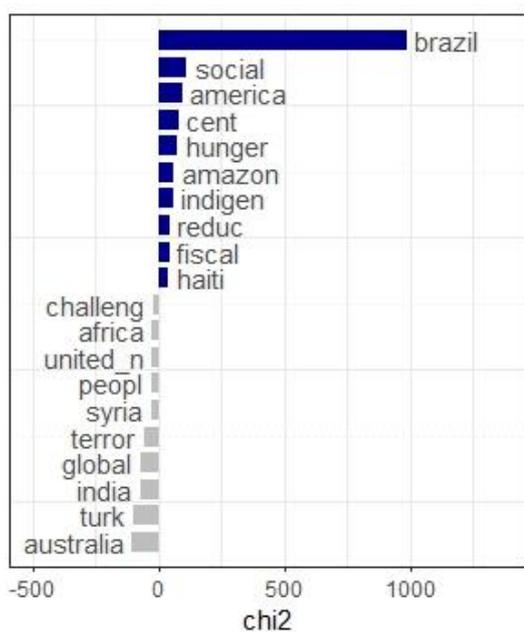
Fonte: elaboração da autora

Em segundo lugar, é válido destacar que a África do Sul traz muita luz aos debates sobre o próprio país e à região – aparecendo referências quatro vezes no seu ranking dos dez termos mais particulares (*africa**, *south_africa**, *african_union* e *nepad*). Também é interessante observar a especificidade da dualidade *poor-rich* e a palavras *underdevelopment* e *power*, o que parece constituir um caráter crítico do país nas relações internacionais, destacando aspectos da balança de poder que não são tão abordados por outros Estados.

Nas falas australianas, é válido notar a atenção a uma maior diversidade de temas de alcance internacional – o que pode ser um reflexo do país com maior número de líderes do recorte. A palavra “pacif”, por exemplo, pode se referir à região do Pacífico, que é geograficamente relevante para a Austrália. Em menor escala, temas financeiros, sociais e ambientais sugerem uma aproximação com pautas de escala global.

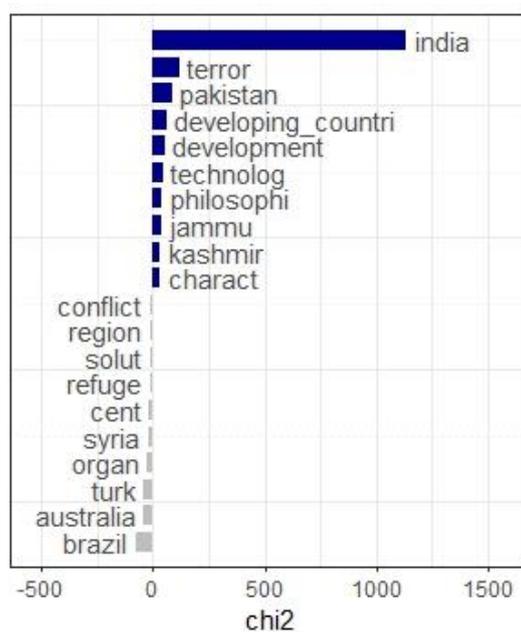
Os valores do chi^2 dos termos *brazil*, *india* e *turk* (nos gráficos 10, 11 e 12, respectivamente) são maiores do que aquele referente à *africa*, porém menor que *australia*. Apesar da influência do desbalanceamento do corpus, isso pode revelar que as citações ao Brasil, Índia e Turquia são mais específicas às falas dos seus respectivos líderes, quando comparadas às referências sul-africanas, porém não tanto quanto no caso australiano.

Gráfico 11 – Palavras específicas do Brasil



Fonte: elaboração da autora

Gráfico 12 – Palavras específicas da Índia



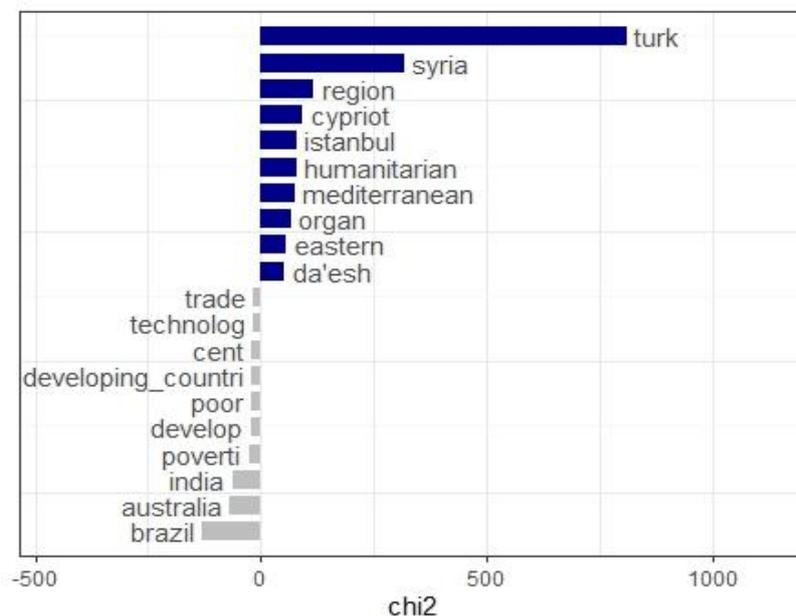
Fonte: elaboração da autora

No gráfico 10, referente ao Brasil, algumas palavras como *america*, *amazon*, *indigen* e *haiti* sugerem que os discursos brasileiros estão alinhados com questões nacionais e regionais prioritárias, demonstrando um interesse ativo e uma participação significativa nessas áreas. Quanto ao cenário indiano, são um pouco mais específicas as questões relativas à estabilidade das relações regionais, indicado em termos como *pakistan*, *jammu*, *kashmir*. As relações entre a Índia e o Paquistão têm sido historicamente complexas, marcadas por conflitos, rivalidades e tentativas de diálogo e cooperação e que se estendem às regiões de Jammu e Caxemira, disputada entre a Índia e o Paquistão, com ambos os países reivindicando controle sobre o território. Além disso, apresentam-se referências ao desenvolvimento do país – com as palavras: *development*, *philosophi* e *technolog* – que, no período analisado, passou por transformações significativas em sua economia, sociedade e tecnologia, buscando se posicionar como uma potência econômica e tecnológica emergente.

Finalmente, o caso turco segue uma tendência similar ao do indiano: há maior especificidade no tratamento de questões relacionadas com as relações regionais, temas esses que recebem menos atenção de outros países. Termos como *syria*, *region*, *cyriot*, *istanbul*, *eastern* nos discursos turcos refletem um foco específico nas questões regionais, geopolíticas e estratégicas que afetam a Turquia e sua posição no cenário internacional. Por exemplo, a Turquia tem sido ativa no cenário regional sírio, participando de

negociações, fornecendo ajuda humanitária e buscando influenciar o desfecho do conflito, o que pode explicar a proeminência desse termo nos discursos turcos.

Gráfico 13 – Palavras específicas da Turquia



Fonte: elaboração da autora

Em resumo, os dados revelam um perfil inicial dos Estados indicando que: a Austrália é o país que mais raramente é citado pelos outros do recorte e, também, é o que mais aborda pautas de alcance global. A África do Sul, por sua vez, é um Estado que aborda questões da balança de poder, mas também pautas nacionais e regionais. Além disso, é o que conta com os menores índices do *chi*² indicando que apesar de ter preponderância nos temas listados, não é tão raro que outros países façam citações a tais temáticas. Brasil, Índia e Turquia também têm como questões mais particulares as pautas relativas à sua vizinhança e ao espaço nacional, mas enquanto o primeiro parece reforçar questões sociopolíticas, Índia e Turquia se alinham mais à ideia de segurança regional.

7.2. Posicionamentos Ideológicos

Como já discutido, a análise quantitativa de texto, por mais que traga inúmeras vantagens, também conta com diversas imperfeições, fazendo com que uma análise mais aprofundada dos conteúdos não seja, por todo, dispensável. Assim, os resultados apresentados abaixo, por mais que tenham passado por tratamentos para evitar super/subestimação, podem ainda aparecer distorcidos em situações específicas. Portanto, as discussões também contam com revisões contextuais e manuais, com o intuito de garantir interpretações mais precisas dos dados.

Além disso, é importante reconhecer que certos temas podem ter uma média própria de entonação devido à natureza intrínseca do assunto. Esse fenômeno pode se estender a tópicos em que a escolha de palavras tenha similaridade entre os líderes, criando um padrão de entonação específica para cada tema. Embora não seja a proposta deste estudo modelar essa média universal, é crucial reconhecer e tratar dessa possível fonte de variação nos dados, considerando que a natureza do tema pode influenciar a tonalidade do discurso de maneira sistemática. Desse modo, as descrições dos dados abaixo também contam com informações do indicador $NTajust_{i,pauta}$ ⁴² que indica se a entonação do líder i é mais ou menos positiva do que a média das entonações na pauta determinada⁴³. Um valor positivo na entonação ajustada indica que o discurso é mais positivo (ou menos negativo) do que a média para aquele tema, já negativo indica que o discurso é menos positivo (ou mais negativo) do que a média.

Feitas as devidas ressalvas quanto aos dados, os gráficos apresentados a seguir iniciam a busca por responder às hipóteses discutidas. O gráfico 13 abaixo trata das seguintes hipóteses secundárias:

H1: pautas sociais e ambientais serão defendidas em governos de esquerda

H2: pautas comerciais e militares serão defendidas em governos de direita

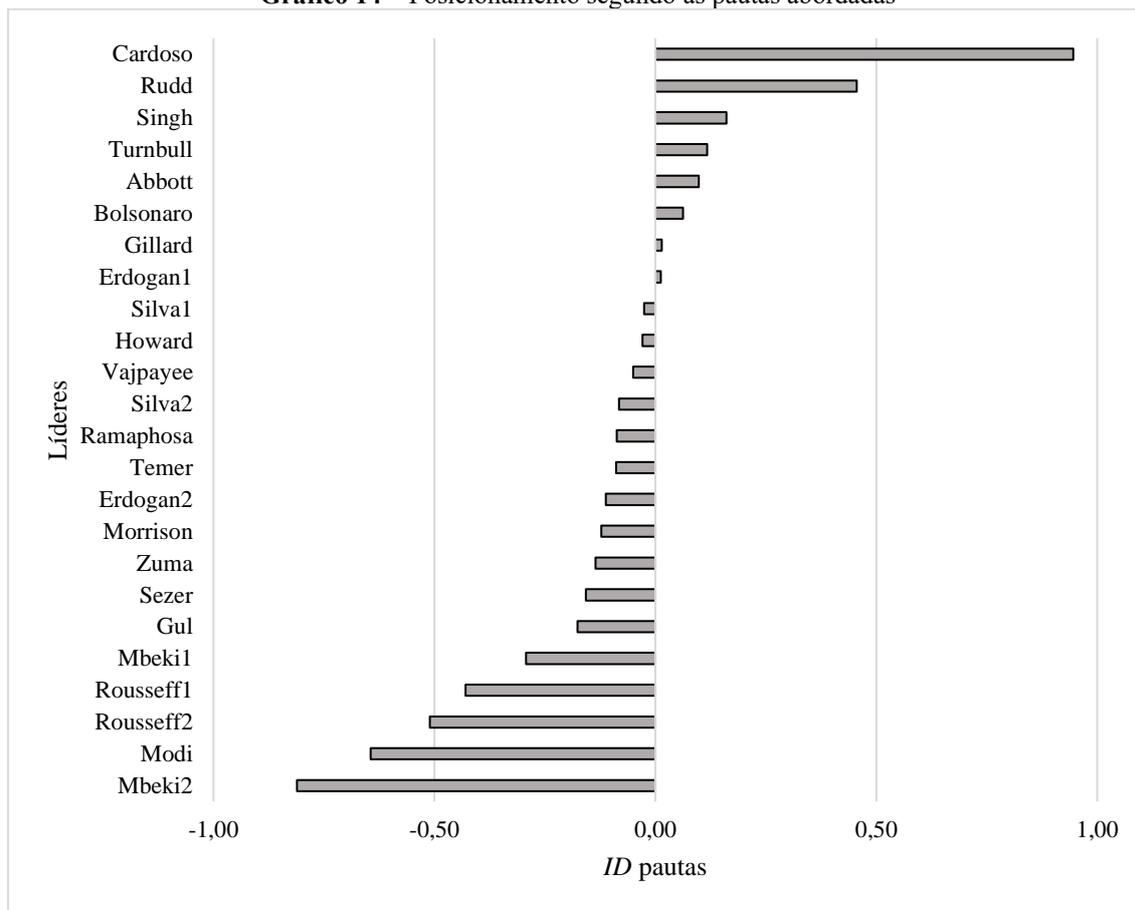
O gráfico abaixo demonstra o índice de cada líder para as pautas analisadas (social, ambiental, comercial e defesa nacional)⁴⁴. Isso significa que, considerando os quatro temas, o líder mais à direita foi Cardoso (Brasil). Ele utilizou 10 termos do setor social-ambiental (22% das pautas citadas) *versus* 35 do comercial-nacional (77% das pautas citadas), e enquanto fez mais menções positivas a essa segunda arena ($NT_{comDef} = 0,15$), utilizou mais palavras negativas ao tratar de temas sociais-ambientais ($NT_{socioAmb} = -0,03$) – vale destacar que esse é o único chefe de governo que teve uma entonação um pouco mais negativa que positiva sobre as agendas social e ambiental, sendo, em consequência, mais negativo que a média. Assim, seu ID foi de 0,95.

⁴² O cálculo dos valores ajustados é dado por $NTajust_{pauta} = NT_{i,pauta} - Média_{pauta}$ em que a entonação ajustada na pauta é função da entonação do líder i nessa pauta menos a média geral de entonações sobre a pauta.

⁴³ Para tabela completa dos valores ajustados, vê Apêndice D

⁴⁴ As tabelas completas dos índices para cada líder estão no Apêndice B

Gráfico 14 – Posicionamento segundo as pautas abordadas



Fonte: elaboração da autora

No extremo oposto, Mbeki (África do Sul), segundo mandato, aparece como o caso mais à esquerda da análise. Em seus discursos, ele utilizou 176 termos relacionados às áreas social e ambiental (correspondente a 80% das pautas citadas nas suas falas), e 44 ligados à comercial e defesa nacional (20% das pautas citadas), gerando um $IDR = -0,61$. Quanto à sua entonação ele utilizou mais termos positivos que negativos para os 4 assuntos, porém foi mais positivo em questões sociais-ambientais ($NT_{socioAmb} = 0,17$ x $NT_{comDef} = 0,06$). Vale destacar, no entanto, que em uma análise ajustada da sua entonação acerca dessas pautas, Mbeki tem uma entonação um pouco menos positiva do que a média ($NT_{ajust_{socioAmb}} = -0,08$ e $-0,1$, respectivamente). Ao final, seu $ID = -0,81$.

Finalmente, os casos mais centrais identificados foram nos discursos de Gillard (Austrália) e Erdogan 1 (Turquia), ambos atingiram um ID de 0,01. A primeira-ministra australiana fez 48 citações aos temas sociais-ambientais (59% das menções às quatro pautas), com $NT_{socioAmb} = 0,3$ e 33 referências aos tema comercial-defesa (40%), com entonação [NT_{comDef}] = 0,4. Em ambas as pautas, ela apresentou uma entonação mais

positiva do que a média ($NTajust_{comDef} = 0,15$ e $NTajust_{socioAmb} = 0,03$). Já o líder turco contou com 210 termos da área social-ambiental (48% das citações às pautas) e 231 da comercial-defesa (52%) e entonações positivas e muito similares: 0,06 e 0,08, respectivamente. Porém, Erdogan mostrou entonações um pouco menos positivas do que a média para as duas áreas.

De modo geral, comparando o total de citações às quatro pautas referidas, a agenda social foi dominante nas falas de Mbeki 2 (65% das citações), seguido por Sezer (57% das citações) e por Silva 1 (54% das citações). Por outro lado, o tema social recebeu menos atenção de Rudd (10% das citações), Cardoso (17% das citações) e Howard (18% das citações). Na arena ambiental, os que mais fizeram citações, em números relativos ao total de menções às quatro pautas, foram Morrison (37% das citações), Rousseff 2 (37% das citações) e Silva 2 (27% das citações). Nas contagens mais baixas sobre temas ambientais aparecem Sezer, Howard e Cardoso (todos com 4% das citações).

Na categoria de defesa nacional, tiveram destaque: Howard (54% das citações), Vajpayee (41% das citações) e Cardoso (40% das citações). E deram menos atenção ao tema: Rousseff 2 (8% das citações), Mbeki 2 (10% das citações), Abbott e Silva 2 (ambos com 11% das citações). Por fim, sobre questões comerciais, os líderes que dedicaram os maiores espaços foram Rudd (56% das citações), Abbott (54% das citações) e Cardoso (38% das citações), enquanto Mbeki 2 e 1 e Erdogan 2 foram os que menos abordaram o assunto (respectivamente 10%, 10% e 11% das citações).

Em suma, além dos destaques já comentados de Mbeki e Cardoso, também vale observar que as falas de Sezer foram marcadas por questões sociais, mas com baixa prioridade a uma agenda ambiental. Já Rudd focou suas falas nas pautas comerciais e se afastou das sociais e seu conterrâneo, Howard, deu mais ênfase à temática de defesa nacional e não abordou tanto as questões socioambientais.

Nessa primeira arena, os casos da África do Sul são consistentes com as expectativas: Ramaphosa, Zuma e Mbeki são classificados nas bases de dados como de esquerda e defendem, em maior ou menor intensidade, mais as pautas aqui consideradas também como de esquerda. Para a Austrália, os casos são mais destoantes: Rudd, Gillard e Howard aparecem na direção oposta da esperada. Os dois primeiros são considerados de esquerda e defendem mais as pautas de direita, sendo que para o Rudd as pautas comerciais foram decisivas na sua classificação, enquanto para Gillard o aspecto decisivo foi a entonação (mais positiva para questões comerciais-defesa do que para as sociais-ambientais). No caso Howard, apesar de sua prioridade ter girado em torno dos temas

comerciais e de defesa, ele teve uma abordagem consideravelmente mais positiva sobre as pautas sociais e ambientais. Para Abbott, Turnbull e Morrison, as expectativas foram confirmadas.

Quanto aos líderes brasileiros, Cardoso, Temer e Bolsonaro não seguiram as expectativas postuladas. O primeiro é classificado como Centro pelas bases, mas não apenas apresentou mais referências aos temas considerados de direita (comercial e de defesa), como também usou uma entonação mais negativa sobre os temas apontados como da esquerda (social e ambiental). Temer, por sua vez, é posicionado mais à direita, e apesar de ter usado uma entonação positiva e muito similar para as quatro pautas, priorizou as falas sobre questões sociais e ambientais. Bolsonaro, ao seu turno, é apontado como um líder de direita, mas tratou com mesma intensidade os tópicos de direita e esquerda.

A Índia não confirma nenhum de seus casos. Modi e Vajpayee são classificados pelas bases como de direita, enquanto Singh aparece na esquerda, porém analisando as pautas, é observada a classificação oposta. Em Vajpayee, há uma dominância de temas comerciais e de defesa, mas sua entonação em torno deles é mais negativa; em Singh, essas mesmas pautas também são dominantes, porém com uma abordagem mais positiva. Finalmente, Modi demonstra falas mais voltadas às pautas sociais e ambientais, com entonação positiva sobre elas.

Do lado turco, o posicionamento de Sezer está alinhado às expectativas, porém o mesmo não ocorre para Gul e Erdogan. Abdullah Gul é classificado como de centro, o que reduz a diferença do seu posicionamento segundo as pautas – que é mais de esquerda. Considerando apenas suas prioridades, há certo equilíbrio entre os temas (136 citações sociais-ambientais e 142 comerciais-defesa), porém ele tem mais entonações positivas no âmbito social-ambiental. O caso de Erdogan é mais destoante. Em Erdogan 1, como já discutido, a classificação é mais ao centro, com equilíbrio para temas sociais e militares e, também, entonações muito similares e positivas. Já em Erdogan 2, a diferença em relação ao anterior se dá pela forte ascensão de temas ambientais (de 48 citações para 102).

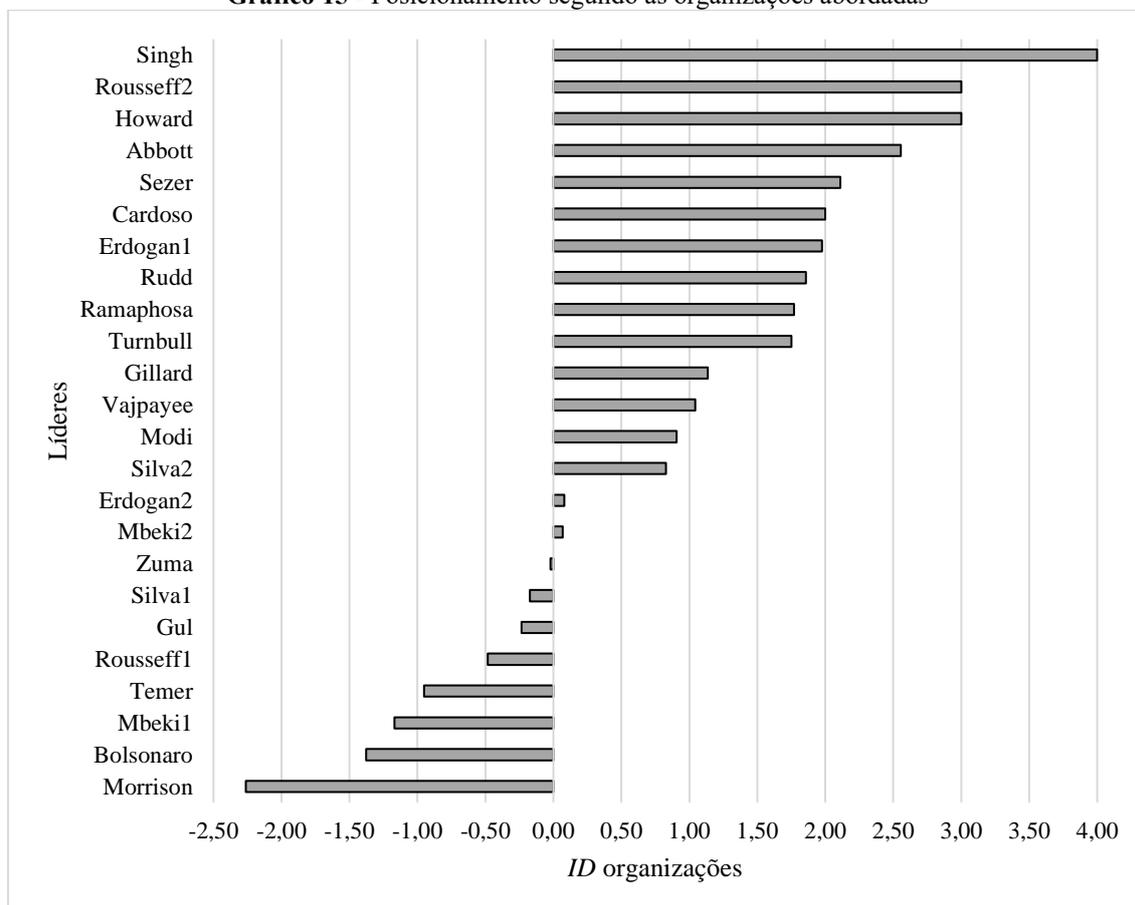
É importante notar, no entanto, que cada líder também pode ter sido influenciado pelo contexto político, econômico e social específico de seu país durante o período analisado. Essas descobertas oferecem insights valiosos sobre as estratégias políticas e as preocupações centrais dos líderes durante seus mandatos, contribuindo para uma

compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e das agendas políticas em nível internacional.

H3: organizações regionais serão defendidas em governos de esquerda

H4: organizações mundiais serão defendidas em governos de direita

Gráfico 15 - Posicionamento segundo as organizações abordadas



Fonte: elaboração da autora

O caso mais extremo atingido foi Singh (Índia), com um *ID* de 4 pontos. O presidente fez 10 referências às organizações internacionais e apenas 1 às regionais, sendo que a essas últimas sua entonação foi totalmente negativa ($NT_{ORS} = -1$ e $NT_{ajust_{ORS}} = -1,21$). Do lado oposto, Morrison, primeiro-ministro australiano, fez 6 menções, com entonação geral positiva ($NT_{ORS} = 0,63$ e $NT_{ajust_{ORS}} = 0,41$), às organizações regionais e nenhuma referência às internacionais. Assim, seu *ID* foi de -2,26.

Vale destacar que a maioria dos líderes, nesse tema, ficou mais à direita do espectro, ou seja, em geral priorizaram mais as falas sobre as organizações internacionais e/ou não foram tão críticos a elas.

É interessante notar a distância identificada entre os mandatos 1 e 2 da presidente Rousseff ($ID = -0,48$ e 3 , respectivamente). Essa discrepância pede um olhar mais aprofundado no caso. Ao analisar a quantidade de citações a organizações mundiais e regionais do governo Dilma Rousseff, tem-se que, em seu primeiro mandato, em 5 discursos, foram citadas 19 vezes as mundiais (equivalente a 73% das citações às organizações) e 7 vezes as regionais (26%), sendo que as segundas tiveram uma abordagem mais positiva do que as primeiras ($NT_{OIS} = 0,24$ e $NT_{ORS} = 0,56$). No entanto, considerando a entonação ajustada, a presidente foi menos positiva do que a média ao tratar das OIs ($NT_{ajust_{OIS}} = -0,34$) e mais positiva ao se referir às ORs ($NT_{ajust_{ORS}} = 0,35$). Já em seu segundo governo, com 2 discursos registrados, apenas uma citação foi feita a OIs, com teor totalmente positivo e superior à média, e nenhuma às ORs. Ou seja, a temática geral das organizações foi perdendo espaço nas falas da presidente, levando a essa superestimação do posicionamento identificado.

Também ignorando as organizações regionais aparecem os australianos Howard, Rudd, Abbott e Turnbull; Cardoso e Rousseff 2 (como já discutido), do Brasil; e Sezer, da Turquia. Os dados mostram que Howard, Abbott e Turnbull fizeram poucas referências às OIs (entre 2 e 4), enquanto Rudd fez 37 citações. No entanto ele aparece abaixo Howard e Abbott devido às entonações utilizadas: Howard com $NT_{OIS} = 1$, Abbott com $0,77$ e Rudd com $NT_{OIS} = 0,42$. Entre eles, apenas Rudd foi um pouco menos positivo que a média nas entonações ($NT_{ajust_{OIS}} = -0,01$). No caso de Cardoso e Sezer são apontadas 2 e 1 citação às OIs, respectivamente, e ambas contaram com NT_{OIS} e $NT_{ajust_{OIS}}$ positivos. Do outro lado, Morrison foi o único líder que não fez citações às organizações internacionais. Ele mencionou as regionais 6 vezes e adotou uma entonação de $0,63$, também superior à média.

O governo 2 de Silva é marcado por mais citações às organizações mundiais do que às regionais (17 vezes para mundiais, 94% das citações, e 1 para regionais, 6% das citações), contudo a entonação em torno das primeiras é mais negativa ($NT_{OIS} = -0,03$), enquanto para as regionais, é neutra ($NT_{ORS} = 0$), ambas inferiores à média. Isso indica que o presidente usou um espaço considerável de fala para criticar as organizações mundiais. Por outro lado, em seu primeiro mandato, Silva havia feito mais citações às organizações, tanto internacionais, quanto regionais (23 vezes para mundiais, 79%, e 6 para regionais, 20%), porém não aparecia crítico às mundiais, e era positivo às regionais ($NT_{OIS} = 0,2$ e $NT_{ORS} = 0,5$). Ainda assim, sua entonação para as OIs não foi tão positiva

quanto a média das entonações ($NTajust_{OIS} = -0,2$). Em outras palavras, seu governo pareceu passar por uma mudança de postura, acentuando um caráter menos neutro e mais reativo às configurações das instituições mundiais.

Essas análises revelam a ocorrência de mudanças significativas ao longo do tempo, como a transição de posturas mais neutras para abordagens mais críticas, destacando a influência de eventos políticos e contextos específicos em moldar as agendas dos líderes políticos.

Em relação aos posicionamentos ideológicos das bases catalogadas, na África do Sul apenas Mbeki 1 aparece de fato como de esquerda. Ramaphosa, por sua vez, tem um direcionamento totalmente contrário ao esperado ($ID = 1,77$), com apenas uma citação às organizações regionais e com uma entonação negativa em torno dela. Já Mbeki 2 e Zuma aparecem fortemente centralizados, com um ID menor que 0,1 em módulo.

Já para Austrália, novamente Rudd e Gillard, mas agora também Morrison aparecem deslocados, sendo os dois primeiros da esquerda, porém defendendo as organizações internacionais, aqui apontadas como tendência da direita. Morrison, por sua vez, é classificado mais à direita, mas foi – como já dito – o único líder a não mencionar as OIs.

No cenário do Brasil, aparecem deslocados: Silva 2, Rousseff 2, Temer e Bolsonaro. Esperava-se que os dois primeiros tivessem um direcionamento mais para a esquerda, enquanto Temer e Bolsonaro ficariam mais à direita. Nos casos indiano e turco, apenas um líder apresenta deslocamento em relação às expectativas, que os apontam como de esquerda: Singh e Sezer, respectivamente.

Finalmente, o gráfico abaixo ilustra os resultados dos testes para as hipóteses 5 e 6⁴⁵ que são relacionadas à categoria de países (desenvolvidos x em desenvolvimento):

H5: países em desenvolvimento serão defendidos em governos de esquerda

H6: países desenvolvidos serão defendidos em governos de direita

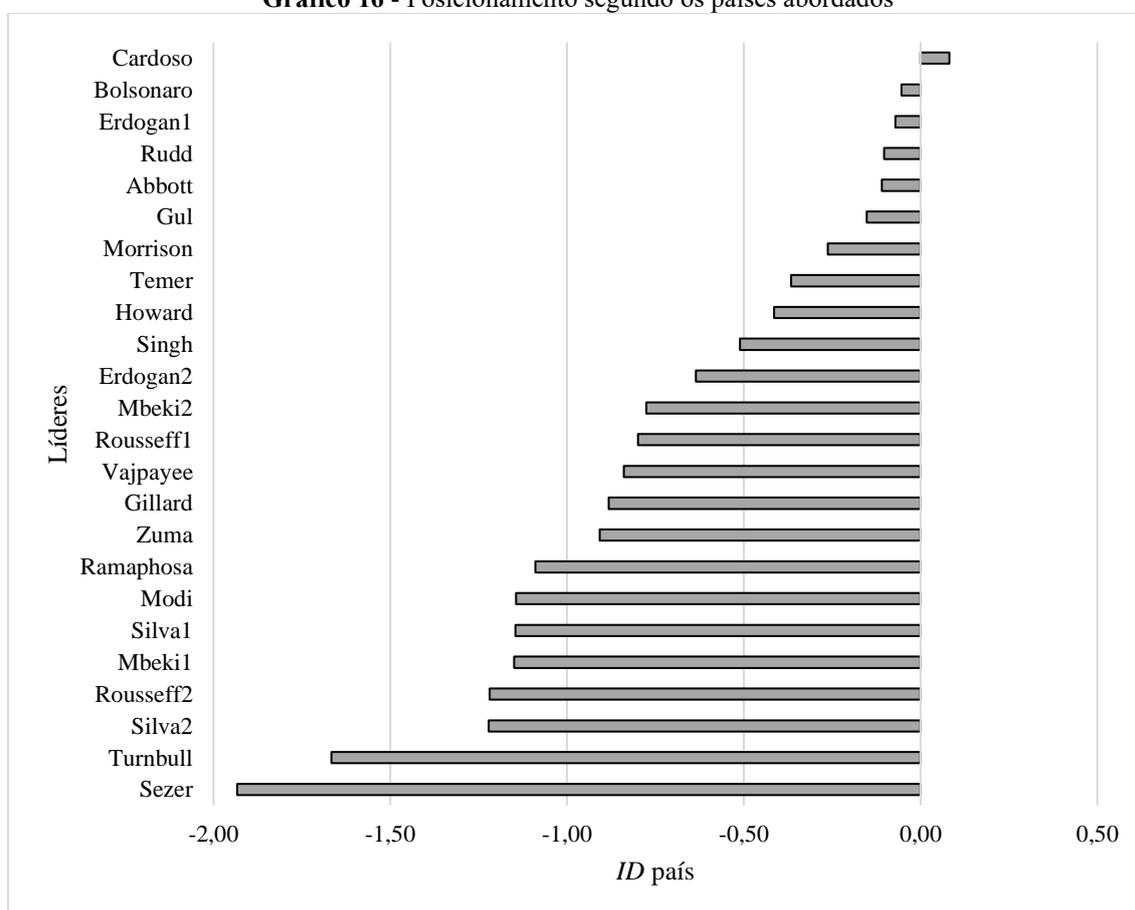
O primeiro ponto que chama atenção no gráfico 15 abaixo é a preponderância significativa de uma abordagem que, aqui, seria considerada mais de esquerda, sendo que apenas Cardoso detém um ID maior que 0. No entanto, em seu discurso, o presidente brasileiro menciona 5 vezes países desenvolvidos (PD) e 4 vezes países em

⁴⁵ Em todas as falas dos líderes foram controladas as menções aos próprios países dos emissores. Por exemplo, ao avaliar a categoria PED, nas falas de Vajpayee, Singh e Modi, o termo *India** foi omitido, evitando que a categoria fosse inflacionada por referências à própria nação.

desenvolvimento (PED), com uma entonação similar e positiva para os dois casos ($NT_{PD} = 0,23 \times NT_{PED} = 0,25$), o que o leva a um ID de 0,08. Ou seja, seu índice é muito baixo para que de fato o presidente seja considerado de direita nesse cenário.

Percebe-se que os oito casos logo abaixo de Cardoso (de Bolsonaro a Howard) ficam ainda muito próximos do seu posicionamento, com um ID inferior a 0,5, em módulo, e só a partir de Ramaphosa que esse indicador alcança um valor superior a 1, em módulo. No polo oposto a Cardoso, Sezer (Turquia) atinge um ID de -1,93. Observando seus dados, tem-se que o primeiro-ministro fez 3 menções a PED e nenhuma aos PD, sendo essas 3 totalmente relacionadas a uma entonação positiva e superior à média ($NT_{PED} = 0,46$ e $NT_{ajust_{PED}} = 0,14$).

Gráfico 16 - Posicionamento segundo os países abordados



Fonte: elaboração da autora

Em relação aos espaços ocupados nos discursos, em termos relativos, Cardoso foi o líder que mais enfatizou os países desenvolvidos (55% das vezes), seguido por Bolsonaro (34% das citações referentes aos países) e Morrison (33% das vezes). Nos casos de Bolsonaro e Morrison, os países desenvolvidos foram abordados de forma mais positiva do que os países em desenvolvimento (para Bolsonaro: $NT_{PD} = 0,48 \times NT_{PED} =$

0,35; e para Morrison: $NT_{PD} = 0,81 \times NT_{PED} = 0,78$), mas para todos esses casos as entonações dos dois presidentes se mostraram sempre acima da média.

Por outro lado, os líderes que mais chamaram atenção para nações em desenvolvimento foram Gillard (96% das referências a países), Zuma e Mbeki 1 (ambos com 93% das citações). Porém a primeira-ministra australiana apresentou mais menções positivas para os PD ($NT_{PD} = 0,5 \times NT_{PED} = 0,47$). Zuma contou com um equilíbrio entre os índices ($NT_{PD} = 0,28 \times NT_{PED} = 0,29$) e Mbeki 1 demonstrou uma abordagem mais positiva em torno dos PED ($NT_{PD} = 0,18 \times NT_{PED} = 0,33$). Esses dados são corroborados pelas entonações ajustadas pela média.

Além disso, vale ainda destacar dois pontos: (i) Ramaphosa, Turnbull e Sezer não fizeram nenhuma menção aos países desenvolvidos; e (ii) Silva 1 foi o único caso de uso de entonação negativa sobre os países (independente da categoria). O presidente apresentou um $NT_{PD} = -0,01$ e $NT_{ajust_{PD}} = -0,3$.

Quanto às ideologias, essa categoria revelou as maiores distorções, uma vez que todos os líderes, à exceção de Cardoso, aparecem mais à esquerda. As maiores distâncias são de Bolsonaro, Howard, Modi, Vajpayee, Morrison, Abbott, Turnbull, Erdogan 1 e 2. Sendo que Bolsonaro e Erdogan 1 têm valores muito baixos do ID ($<0,1$ em módulo), deixando-os mais próximo ao centro. Os valores para os australianos Howard, Abbott e Morrison também são baixos, porém mais expressivos ($<0,5$ em módulo). Por outro lado, as distâncias para Vajpayee, Modi e Turnbull são as mais significativas (-0,88, -1,14 e -1,67, respectivamente).

Em resumo, a análise dos discursos revela padrões interessantes em relação à abordagem e ênfase dada aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há uma preponderância de uma abordagem considerada mais de esquerda entre os líderes, com apenas Cardoso se destacando com um índice de direita, porém não significativo.

Finalmente, o gráfico 16 abaixo traz o posicionamento geral dos líderes, consideradas todas as esferas juntas. É apresentado também o posicionamento considerando a análise de dicionário controlada pelo contexto (os quatro eventos: 11 de setembro, crise de 2008, primavera Árabe e pandemia de covid-19).

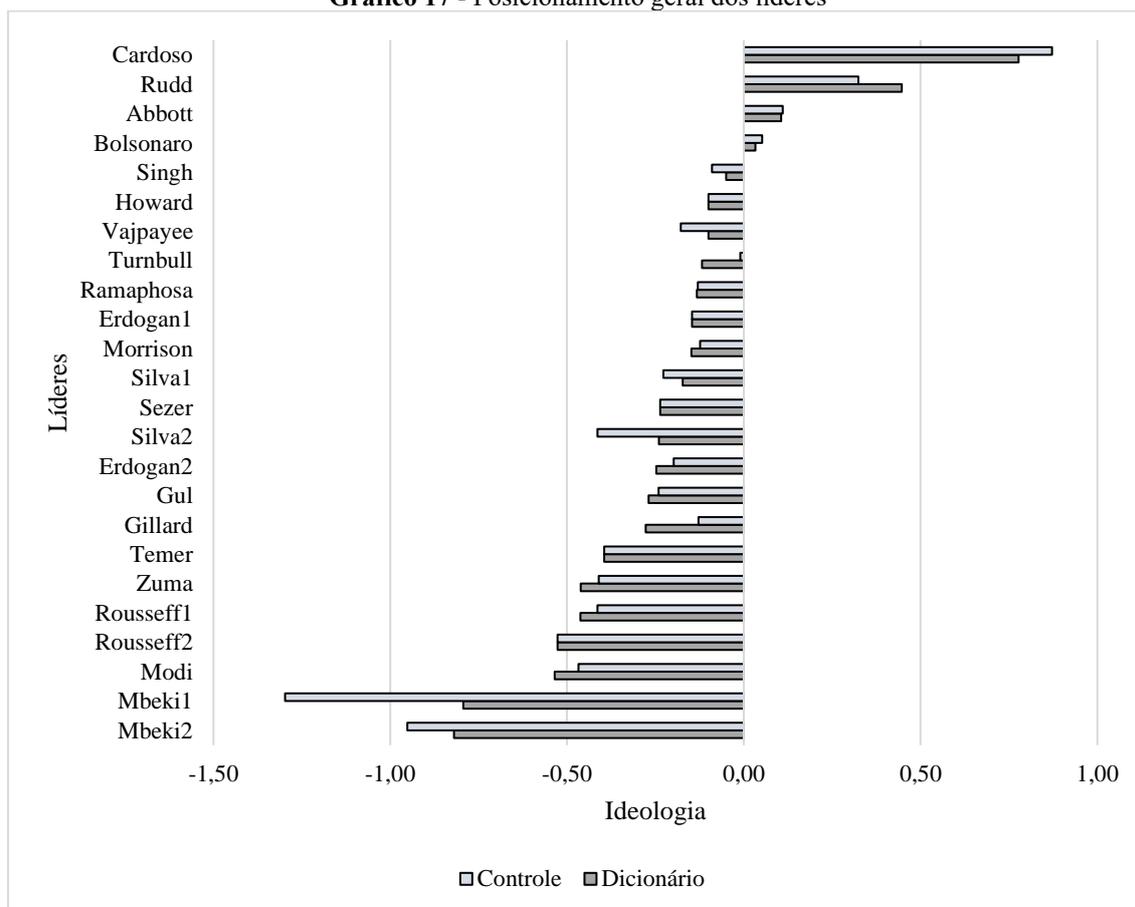
Em relação aos posicionamentos dos líderes, apenas quatro aparecem com uma classificação maior que 0, ou seja, que podem ser consideradas como mais de direita, sendo dois brasileiros (Cardoso e Bolsonaro) e dois australianos (Rudd e Abbott). Porém, apenas Cardoso e Rudd apresentam um valor mais alto do ID (0,81 e 0,44, respectivamente, no dicionário sem controle) para serem considerados de fato como de

direita. Já Abbott aparece com um *ID* de 0,11, enquanto Bolsonaro se apresenta com valor inferior a 0,01.

Quanto à relação entre os resultados do dicionário com e sem controle, percebe-se um forte alinhamento das duas métricas, com correlação quase perfeita entre elas (0,94). Ou seja, os eventos selecionados, mesmo disparando um impacto de nível global com peso sobre questões políticas e econômicas, tiveram um efeito pequeno sobre as falas dos líderes.

Ainda assim, alguns casos chamam atenção: quando controlada a crise econômica de 2008, Rudd e Turnbull tiveram uma redução no valor de seus índices de 0,44 para 0,33 e de -0,14 para -0,02, respectivamente; Silva 2, também afetado por esse evento, teve um aumento de seu índice de -0,24 para -0,1. Vajpayee e Mbeki 1, com o ataque do 11 de Setembro, foram, respectivamente, de -0,12 para -0,21 e de -0,8 para -1,29. Já Gillard, com o controle para a primavera árabe, teve uma variação de -0,25 para -0,12.

Gráfico 17 - Posicionamento geral dos líderes



Fonte: elaboração da autora

Partindo para uma análise geral das categorias, o gráfico 17 acima demonstra que os tópicos que mais ocuparam a fala de Cardoso foram: países desenvolvidos,

organizações internacionais e questões comerciais e de defesa. Além disso, para as questões sociais-ambientais, o presidente apresentou uma entonação negativa.

Do lado oposto do espectro, um padrão similar: Mbeki (África do Sul), nos dois mandatos, Modi e Rousseff 2 cruzam a linha do *ID* de -0,5 (respectivamente, -0,80 e -0,84; e -0,53 para Modi e Rousseff), enquanto todos os outros líderes seguem uma tendência de aproximação maior do centro da escala. Para o líder sul-africano Mbeki, destacaram-se os países em desenvolvimento, as organizações regionais e as pautas sociais e ambientais, mas para nenhum caso houve preponderância de uma fala com abordagem negativa.

Um aspecto interessante é que os dados revelam que, de forma agregada, a entonação dos líderes foi positiva (com exceção de um caso), variando apenas a intensidade. O valor mais baixo com entonação positiva foi de Cardoso para temas ligados à esquerda (0,02) e o mais alto, também para a esquerda, de Howard (0,73). Quanto à exceção, o único caso de uma entonação negativa foi de Vajpayee em referência aos tópicos considerados de direita (-0,02).

A tabela a seguir tem como objetivo resumir os achados, comparando-os com os dados dos posicionamentos ideológicos catalogados através das bases de dados prontas. É importante salientar que, dadas as diferentes formas de mensuração da ideologia (pelas bases prontas e pela análise de texto), o objetivo aqui é primariamente identificar a direção dos resultados, mais do que comparar os valores absolutos dos índices. Além disso, foi determinado como ponto de corte entre esquerda-centro e direita-centro o valor, em módulo, de 0,01. Ou seja, quando o índice for menor que $|0,01|$ é atribuída classificação de centro. No mais, com os valores restantes, para esquerda estão atribuídos os números negativos e para direita, os positivos.

Quadro 13 – Classificação ideológica e índices dos líderes por país⁴⁶

País	Líder	Dicionário	Controle	Base de dados	Alinhamento
África do Sul	Mbeki1	Esq. (-0,79)	Esq. (-1,29)	Esq. (-0,72)	Simétrico
	Mbeki2	Esq. (-0,82)	Esq. (-0,95)	Esq. (-0,72)	Simétrico
	Zuma	Esq. (-0,46)	Esq. (-0,41)	Esq. (-0,94)	Simétrico
	Ramaphosa	Esq. (-0,13)	Esq. (-0,13)	Esq. (-0,94)	Simétrico
Austrália	Howard	Esq. (-0,10)	Esq. (-0,10)	Dir. (0,77)	Assimétrico

⁴⁶ Os valores mais próximos ao zero definem o centro da distribuição, isso porque nos discursos quando os resultados são zerados significa que as pautas de direita e esquerda foram defendidas na mesma intensidade. Já no caso da catalogação pelas bases de dados, os valores médios atuam como indicadores da categoria Centro. No índice formulado a partir desses bancos, a média é ≈ 0 . Desse modo, para toda a amostra é aplicado o recorte de -0,1 a 0,1 como limitadores da categoria Centro.

	Rudd	Dir. (0,45)	Dir. (0,31)	Esq. (-0,80)	Assimétrico
	Gillard	Esq. (-0,28)	Esq. (-0,13)	Esq. (-0,80)	Simétrico
	Abbott	Dir. (0,11)	Dir. (0,11)	Dir. (1,05)	Simétrico
	Turnbull	Esq. (-0,11)	Esq. (-0,11)	Dir. (0,44)	Assimétrico
	Morrison	Esq. (-0,15)	Esq. (-0,12)	Dir. (0,44)	Assimétrico
Brasil	Cardoso	Dir. (0,78)	Dir. (0,87)	Cen. (-0,04)	Parcial
	Silva1	Esq. (-0,17)	Esq. (-0,23)	Esq. (-1,16)	Simétrico
	Silva2	Esq. (-0,24)	Esq. (-0,41)	Esq. (-1,16)	Simétrico
	Rousseff1	Esq. (-0,46)	Esq. (-0,41)	Esq. (-1,05)	Simétrico
	Rousseff2	Esq. (-0,53)	Esq. (-0,53)	Esq. (-1,05)	Simétrico
	Temer	Esq. (-0,40)	Esq. (-0,40)	Dir. (0,47)	Assimétrico
	Bolsonaro	Cen. (0,03)	Cen. (0,05)	Dir. (1,28)	Parcial
Índia	Vajpayee	Esq. (-0,10)	Esq. (-0,18)	Dir. (1,22)	Assimétrico
	Singh	Cen. (-0,05)	Cen. (-0,09)	Esq. (-0,27)	Parcial
	Modi	Esq. (-0,54)	Esq. (-0,47)	Dir. (1,33)	Assimétrico
Turquia	Sezer	Esq. (-0,24)	Esq. (-0,24)	Esq. (-1,05)	Simétrico
	Gul	Esq. (-0,27)	Esq. (-0,24)	Dir. (0,61)	Assimétrico
	Erdogan1	Esq. (-0,14)	Esq. (-0,15)	Dir. (1,55)	Assimétrico
	Erdogan2	Esq. (-0,25)	Esq. (-0,20)	Dir. (1,55)	Assimétrico

Fonte: elaboração da autora

Primeiramente, a tabela indica que um pouco menos da metade dos casos, 11, têm alinhamento perfeito entre as classificações das métricas utilizadas, sendo todos deles voltados para a esquerda do espectro. Além disso, há um alinhamento parcial em três casos (quando uma das métricas coloca o líder como de centro). São eles: Bolsonaro (Brasil), Singh (Índia) e Gul (Turquia).

É válido destacar que esses casos em que o discurso é apontado como sendo de Centro (índices $<0,1$ em módulo) podem indicar que: (i) pautas de direita e de esquerda têm alguma relevância para o emissor, que aponta de fato uma tendência mais centrista; ou (ii) que nenhuma das duas agendas ideológicas têm espaço significativo nos discursos do emissor, apontando falas mais neutras, com pouco viés; ou ainda (iii) há limitações nas pautas abordadas pelo dicionário em relação ao posicionamento real dos líderes.

Em segundo lugar, a África do Sul é o único país em que há total correspondência entre a direção dos dados das bases consultadas e a classificação feita por dicionário. Nesse caso, todos os líderes constam como de esquerda e suas falas na Assembleia Geral da ONU também refletem características aqui definidas como de esquerda. Em terceiro lugar, a Austrália apresenta 4 casos destoantes (em que a ideologia identificada nas bases de dados é oposta ao índice do dicionário), enquanto Turquia e Índia, apresentam 2 cada um, e Brasil apenas 1.

As discrepâncias entre as classificações das métricas utilizadas e as bases de dados pré-estabelecidas ressaltam a complexidade e subjetividade na interpretação da orientação política dos líderes. Entre esses casos de assimetria entre as bases (10 no total), tem-se que 7 líderes tem falas alinhadas com a esquerda, mas são categorizados como de direita nas bases de dados: Howard, Turnbull e Morrison (Austrália), Vajpayee e Modi (Índia), Temer (Brasil), Erdogan 1 e 2 (Turquia). Por outro lado, há apenas 1 líder com discursos apontados como de direita, porém classificados nas bases de dados como de esquerda (Rudd, Austrália).

8. DISCUSSÃO

A partir dos resultados encontrados, esse capítulo discute como os achados se relacionam com a literatura e a política externa dos cinco países. São considerados os três tipos de resultados: os simétricos, os parciais e os assimétricos.

8.1. Casos simétricos

Casos considerados como simétricos são aqueles em que as ideologias identificadas nos discursos, com e sem controle, e nas bases de dados são iguais. Assim, como discutido anteriormente, onze casos foram simétricos – e todos eles identificados com uma ideologia de esquerda. São eles:

- África do Sul: Ramaphosa, Zuma e Mbeki (1 e 2)
- Austrália: Gillard e Abbott
- Brasil: Silva (1 e 2) e Rousseff (1 e 2)
- Turquia: Sezer

Partindo da análise da África do Sul, esse foi o único país com concordância completa dos casos. Há entre os presidentes sul-africanos uma priorização das pautas sociais, com predominância de entonações positivas.

Esse posicionamento se relaciona com os princípios seguidos pela política externa sul-africana, baseados no liberalismo ocidental e, principalmente, na promoção da democracia global, valorização dos direitos humanos e da paz (Rizzi e Schutz, 2014; Hendricks e Majazi, 2021). Além disso, a forte vinculação entre as arenas doméstica e internacional refletem na busca de soluções efetivas para os problemas globais (Rizzi e Schutz, 2014). Esse fato, explica em grande medida a prioridade dada aos temas sociais nos discursos.

Mesmo com o destaque da África do Sul como potência econômica e militar da região, esses temas não aparecem tanto nos discursos realizados na Assembleia Geral da ONU. O que não significa, no entanto, que eles sejam desprezados na agenda externa do país, mas sim que nessa arena específica, não figuram como pautas principais.

Há também um elemento de continuidade entre os presidentes, que vem desde o período de Mandela. Tanto Thabo Mbeki, quanto Jacob Zuma – mesmo que opositores –, trabalharam por uma agenda pensada para conciliar demandas internas e externas e promover os direitos humanos, a justiça internacional, a paz, o desenvolvimento econômico e o multilateralismo, o que viria a ser a “*Renaissance Africana*”. Nos

discursos, isso representou uma busca pela superação do subdesenvolvimento e pela correção das assimetrias globais (Nathan, 2005). Cyril Ramaphosa segue a mesma linha: há uma continuidade dos paradigmas de universalidade, multilateralismo e defesa do desenvolvimento socioeconômico, mas também uma ampliação na atenção às relações comerciais e econômicas (Otavio, 2021), o que se reflete em seus índices do *ID* mais próximos a zero, quando comparado aos seus conterrâneos.

No cenário australiano, os casos simétricos foram da primeira-ministra Julia Gillard e de Tony Abbott. Para Gillard, as prioridades foram sobre pautas sociais, seguidas das de defesa; países em desenvolvimento ao invés dos desenvolvidos; e organizações internacionais. Em primeiro lugar, o destaque dado aos temas social e de defesa refletem a postura do governo sobre a crise migratória, uma vez que, ao mesmo tempo em que se buscava construir um quadro de proteção regional sustentável para lidar com a migração (Gyngell, 2017), a recusa em conceder asilo aos refugiados se manteve como diretriz central do governo, sob o argumento de garantir a segurança do país (Prakoso e Wardhani, 2018). O tema dos refugiados se reflete também nas citações aos países. Enquanto nem as relações históricas com os EUA, nem a aproximação gradual com os grandes asiáticos, China e Indonésia, foram temas presentes nas falas de Gillard, diversas foram as menções aos países como à Síria, Iraque e Líbano e relacionando-os ao tema das migrações. Esse destaque das falas de Gillard aos países do Oriente Médio não se limitam aos refugiados, a primeira-ministra destaca também a importância da assistência internacional e preocupações com o desenvolvimento de programas nucleares.

No caso de Tony Abbott, sua classificação aparece como de direta. As prioridades do primeiro-ministro em seus discursos foram sobre os temas comerciais, mas também sobre países em desenvolvimento. Abbott trouxe em suas falas uma grande diversidade de países asiáticos, inclusive parceiros importantes como China e Indonésia. Esse comportamento se relaciona com dois aspectos: a tentativa do governo de romper com a imagem “anglocêntrica” através da aproximação com a Ásia e a necessidade do país de estabelecer uma cooperação com os países vizinhos para lidar com a migração (Beeson, 2014). Todavia, as relações com os países asiáticos, ou mesmo com a sua região, não foi tão fluida, de modo que a Austrália acabou se isolando da vizinhança. Isso acaba por se refletir nas entonações utilizadas sobre os países em desenvolvimento, que não foram tão positivas quanto para as nações desenvolvidas.

Além disso, o ceticismo de Abbott em relação às políticas de combate às mudanças climáticas se refletiu no baixo número de referências ao meio ambiente e na

combinação dessa temática com termos que preenchem a categoria comercial, como *taxação* às emissões de carbono – tema esse que esteve presente nas suas promessas de campanha.

Já no caso brasileiro houve simetria em dois presidentes: Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entre os governos de Silva houve um movimento importante: no primeiro ocorreu o predomínio de pautas sociais, seguida das comerciais, mas em um segundo momento os temas sociais perderam espaço, e a agenda comercial, seguida da ambiental, tornou-se dominante nos seus discursos.

Esse comportamento revela alguns aspectos da abordagem diplomática de Silva. Em primeiro lugar, a diplomacia econômica se reflete principalmente nas pautas comerciais, que foram trazidas de maneira estável nos discursos dos dois períodos e se relaciona com a continuidade do desenvolvimento econômico para a autonomia do país iniciado em Cardoso (Vigevani e Cepaluni, 2007). Os instrumentos para esse desenvolvimento incluíam a promoção do comércio exterior, a adoção de tecnologias avançadas e a atração de investimentos produtivos (Silva, 2010). No âmbito da diplomacia política as políticas sociais ganharam destaque, principalmente no início do seu mandato. Entre as principais premissas dessa abordagem, Silva advogava o aumento da ajuda externa dos países ricos para o combate à fome. Isso se refletiu em falas que relacionam diretamente a economia com as questões sociais, vinculando, por exemplo, termos como *exports, investment, jobs, stability* e *commercial* com *education, health, poverty, cultural* e *food*.

Mesmo que a institucionalização dos blocos regionais e a busca pela integração Sul-Sul tenha sido uma marca do governo, as organizações regionais não foram salientes nos discursos do presidente, sendo presentes apenas referências pontuais aos BRICS, ao IBSA e ao Mercosul. No entanto, um perfil mais reativo se fez presente através das críticas às organizações internacionais, figurando entre as mais citadas: o Conselho de Segurança, o G20, o FMI e a OMC.

No governo Rousseff 1, o destaque foi dado aos países em desenvolvimento, às organizações internacionais e aos temas social e comercial, revelando um alinhamento com os discursos do governo anterior. Porém, a atenção dada pela presidente, na AGONU de 2014, à necessidade de diálogo para lidar com conflitos e terrorismo (Saraiva, 2014) se refletiu em um alto número de citações às pautas de defesa (85 vezes), superando os números de Silva.

Em termos ambientais e comerciais as iniciativas do governo foram significativamente reduzidas (Saraiva, 2014), no entanto nas falas da presidente as pautas de meio ambiente são as únicas que marcam um aumento na contagem das citações entre seu primeiro e segundo mandato, sendo até mais salientes do que em Silva (evoluiu de 61 citações para 92). De modo geral, a redução na proatividade da política externa de Rousseff é refletida apenas nos discursos do seu segundo mandato, mas ainda assim corrobora a perspectiva de que a agenda internacional do Brasil permaneceu estável (Mariano et al., 2015).

Finalmente, para a Turquia o caso simétrico foi de Sezer. O presidente contou com apenas um discurso, dominado pela pauta social. Mesmo diante de questões militares e defesa nacional importantes, como a oposição à saída da OTAN, as referências do presidente turco ao tema abordaram assuntos mais generalistas, como paz e segurança internacional e os riscos do extremismo para as democracias. Também não houve destaque à aproximação das relações com a Síria. No tema social, teve destaque as falas sobre pobreza com a ênfase voltada para as desigualdades globais entre países ricos e pobres.

8.2.Casos parcialmente simétricos

Os casos considerados parcialmente simétricos são aqueles em que houve a combinação de um posicionamento centrista com um de esquerda ou direita. Nessa categoria foram identificados quatro líderes.

Como já discutido, uma classificação mais ao centro, no âmbito do discurso, pode revelar: que o líder aborda tópicos de ambos os polos ideológicos; que as alas ideológicas não têm espaço significativo na agenda do emissor; ou que os dicionários têm lacunas que não captam o real posicionamento. Já na categoria das bases de dados, as classificações mais centristas refletem a autoidentificação e políticas econômicas baseadas na interseção entre práticas da esquerda e da direita.

Compõem os casos parcialmente simétricos:

- Brasil: Cardoso e Bolsonaro
- Índia: Singh

No cenário brasileiro, Fernando Henrique Cardoso é classificado nas bases de dados com um presidente de centro, porém nos discursos ele aparece como de direita. Jair Bolsonaro, por sua vez, é apontado nas bases como de direita, mas em seus discursos ele se localiza mais próximo ao centro.

Nas falas de Cardoso, classificadas como de direita, as principais pautas defendidas por foram as comerciais e de defesa, e também teve mais citações aos países desenvolvidos e às organizações internacionais. Além disso, ele foi o único líder que adotou um tom negativo ao tratar das pautas sociais-ambientais.

Assim como ocorreu na II Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos, Cardoso trouxe em suas falas na Assembleia Geral críticas ao protecionismo e à globalização assimétrica que impactam o comércio global. Ele aponta a responsabilidade de entidades como o FMI e a importância da rodada de Doha para assegurar o comércio multilateral. Isso reflete sua política externa voltada para o desenvolvimento econômico e para a autonomia do país (Vigevani e Cepaluni, 2007). No entanto, os laços com o Mercosul e outras organizações regionais não são levantados.

Já as falas do governo liderado por Bolsonaro demonstram um equilíbrio ao tratar das quatro pautas (social, ambiental, comercial e de defesa), tanto em termos de contagem, quanto de entonação. Por outro lado, há uma predominância de menções aos países em desenvolvimento e às organizações regionais. Quanto aos países, o presidente adota um tom bastante crítico em torno de Cuba, Venezuela e Nicarágua, reforçando os déficits democráticos e ações ditatoriais dos respectivos governos, além de afirmar a existência de uma conexão entre esses governos e o PT. Por outro lado, há uma visão positiva sobre Israel e a intenção de ampliar a cooperação em segurança tecnológica

A busca pela aproximação com os países desenvolvidos e o desengajamento com blocos como o Mercosul e os BRICS se refletiu nas menções do presidente às organizações regionais: as menções ao Mercosul foram relativas ao acordo com a União Europeia e não houve citação aos BRICS.

Com os Estados Unidos, Bolsonaro trouxe tópicos como: cooperação econômica e militar, garantia da democracia na Venezuela e facilitação de vistos entre os países. Temas comuns que aparecem com as nações desenvolvidas, principalmente europeias, é a relação comercial e a defesa de uma Amazônia protegida.

Mesmo diante de um tom crítico em torno da ONU e outras instituições multilaterais, preponderaram os comentários do presidente sobre a participação do Brasil no Conselho de Segurança, o que foi impulsionado pelos militares. Quanto à questão ambiental, a Amazônia foi o principal tema das falas de Bolsonaro, acusando a mídia internacional de falácias quanto às queimadas, reiterando o comprometimento com a preservação da floresta e destacando a existência de grandes extensões da região que nunca haviam sido exploradas.

Nos temas sociais, a pauta de Direitos Humanos não foi diretamente mencionada, mas o presidente perpassou por tópicos como a demarcação das terras e empoderamento econômico dos povos indígenas, valores do núcleo familiar tradicional, crises humanitárias na Venezuela e saúde e vacinação.

No caso indiano, Manmohan Singh teve seus discursos marcados como de centro e sua classificação nas bases de dados o coloca como de esquerda. Em suas falas tiveram predominância os países em desenvolvimento e organizações internacionais. O interesse de Singh em liderar a integração no sul asiático foi demonstrado com referências ao Paquistão, Bangladesh, Nepal, Sri-Lanka e Butão associando-os à necessidade de diálogo para solução de conflitos e expansão da cooperação baseada em princípios democráticos e de segurança. Além disso, países do Oriente Médio e da África também são mencionados com frequência. As nações desenvolvidas, por sua vez, são citadas de modo mais geral (sob o termo *developed countries*) e associadas ao desenvolvimento econômico global. Essa postura se relaciona com a sua abordagem de maior integração na economia mundial, incorporando “alianças naturais” (Hall, 2015; 2019; Chandra, 2017).

Em termos econômicos, o primeiro-ministro adotou uma postura de liberalização comercial, fazendo inúmeras referências aos fluxos de bens, capital e serviço e da importância de uma economia global integrada para o desenvolvimento. Esse comportamento reflete traços da política nacional para apoiar o desenvolvimento, aumentar as exportações e importar insumos.

8.3.Casos assimétricos

O terceiro grupo de casos são os líderes com resultados assimétricos. Ou seja, que a ideologia das bases de dados vai na direção oposta da identificada nos discursos. Dez casos foram identificados como assimétricos e, à exceção de Kevin Rudd, todos foram catalogados como de direita na base e esquerda nos discursos.

Os casos assimétricos são:

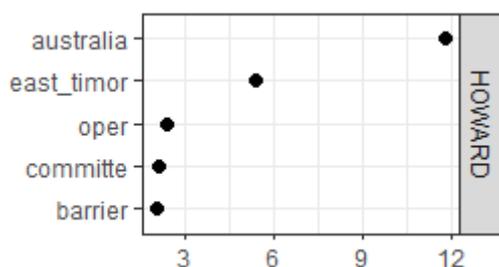
- Austrália: Howard, Rudd, Turnbull e Morrison
- Brasil: Temer
- Índia: Vajpayee e Modi
- Turquia: Gul e Erdogan (1 e 2)

Na Austrália, Howard e Turnbull tiveram alguns pontos similares: (i) focaram mais nos países em desenvolvimento, e foram mais positivos em relação a eles do que em

relação aos PDs, (ii) não citaram organizações regionais e (iii) as pautas de defesa foram preponderantes nas suas falas.

Quanto às menções de Howard sobre os países em desenvolvimento, seu principal foco foi sobre o Timor-Leste, destacando o sucesso das operações Australianas e das operações de paz da ONU que se iniciaram em 1999. No entanto, a atuação do país no Iraque e Afeganistão em apoio aos EUA não estão presentes na fala do primeiro-ministro. De modo geral, no tema de defesa, Howard destaca as operações de paz, os riscos das armas de destruição em massa e a ameaça às fronteiras, o que, segundo ele, impõe a necessidade de apoio militar contínuo. Esses tópicos se alinham às políticas de imigração e segurança nacional adotadas pelo governo e o discurso de que os refugiados representam uma ameaça ao país. O gráfico abaixo indica os termos mais específicos falados por Howard, confirmando seu foco sobre os temas citados e destacando o quanto o Timor-Leste constituiu uma pauta relevante para o primeiro-ministro.

Gráfico 18 – TFIDF Howard



Fonte: elaboração da autora

Os aspectos levam Howard a ter seus discursos mais à esquerda se relacionam ao maior número de menções aos países em desenvolvimento e ao uso de entonação mais positiva sobre temas sociais-ambientais. Contudo, as citações aos PED são majoritariamente referentes ao Timor-Leste e, diferente do que faz com temas comerciais e de defesa, nas pautas sociais o primeiro-ministro traz falas mais generalistas, sem destrinchar nenhum assunto específico. Além disso, na questão ambiental foram identificadas duas menções ao termo *environment*, porém nenhuma das duas fazem de fato referência ao tema do meio ambiente. Isso significa que em seus discursos, Howard não fugiu das temáticas de direita. Em um cenário em que a contagem da pauta ambiental é levada a zero e a contagem de PED é transformada em 4 (ou seja, deixando apenas uma das menções ao Timor-Leste), seu *ID* se tornaria positivo, indicando-o como de direita.

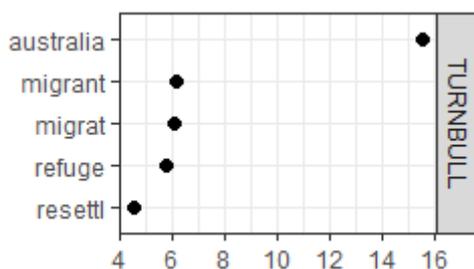
Turnbull, por sua vez, cita um número maior de países em desenvolvimento – entre eles Angola, Líbia, Sudão, Afeganistão, Iraque, Síria, Yemen, Myanmar e

Indonésia. Na seara da defesa nacional, pauta predominante em suas falas, Turnbull destaca as ameaças aos valores democráticos e ao Estado de Direito que os conflitos e extremismo promovem. Traz também o apoio das forças armadas australianas no Iraque e na Síria para combate ao ISIS.

Entre as principais diferenças entre Turnbull e seu antecessor, Tony Abbott, estava a abordagem acerca das mudanças climáticas e da segurança nacional. Isso se refletiu nas falas do ministro. Em matéria ambiental, ele abordou em suas falas: os objetivos de desenvolvimento sustentável, o protocolo de Kyoto, o acordo de Paris, a Agenda 2030 e as mudanças climáticas. Apesar de essa não ter sido a categoria mais mencionada, contou com uma diversidade de assuntos.

A análise dos termos mais específicos à Turnbull revela outro aspecto importante das suas falas: a atenção às questões da migração.

Gráfico 19 – TFIDF Turnbull



Fonte: elaboração da autora

Esse foi um tema frequente na agenda de política externa australiana, mesmo que nem sempre levado à AGONU. No caso de Turnbull, a rigidez das políticas migratórias, bem como as mudanças devido aos acordos com os Estados Unidos geraram medidas impopulares e controversas diante da comunidade internacional. Porém sua abordagem nos discursos mirou nas ações coordenadas com a Indonésia para lidar com os refugiados, e no programa australiano para recebimento de 12.000 refugiados adicionais fugidos dos conflitos na Síria e Iraque.

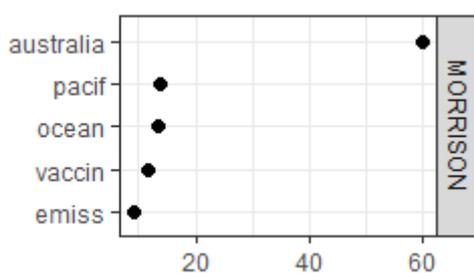
No caso de Scott Morrison, sucessor de Turnbull, suas prioridades foram os países em desenvolvimento, as organizações regionais e a pauta ambiental. Ainda assim, ele foi mais positivo em torno dos temas comercial e de defesa e sobre os países desenvolvidos.

Suas menções aos PED e às organizações regionais são majoritariamente referentes às ilhas do pacífico e à Ásia e, mais especificamente, ao Sul e Sudeste asiático. Além disso, na questão de defesa, o primeiro-ministro ressalta a importância das regras para proteger a soberania, a necessidade de modernização das forças militares da região

do indo-pacífico e das parcerias em segurança para estabilidade da região. Essas falas se relacionam com a importância que Morrison atribuiu ao alinhamento com a vizinhança, em especial a região do Indo-Pacífico e da ASEAN como meio para garantir a prosperidade e segurança da Austrália. Além disso, essas relações com os países do pacífico também fomentaram os discursos em prol do meio ambiente e dos compromissos assinalados no Acordo de Paris. Por fim, apesar de defender a rigidez das políticas migratórias, Morrison não destacou essa temática nas suas falas.

Esses tópicos são reforçados pela análise dos seus termos específicos:

Gráfico 20 – TFIDF Morrison

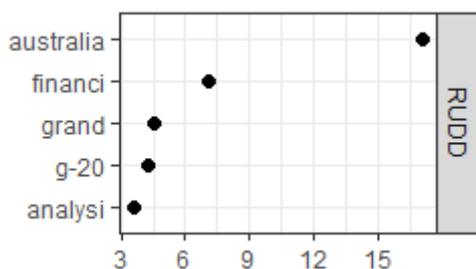


Fonte: elaboração da autora

O caso de Kevin Rudd vai no sentido oposto dos seus compatriotas: suas falas são mais à direita e sua classificação à esquerda. As prioridades de Rudd foram os países em desenvolvimento, as organizações internacionais e as pautas comerciais. O primeiro-ministro não fez referências às organizações regionais e teve um tom mais positivo em torno dos países desenvolvidos e das questões comerciais e de defesa.

Principalmente após a crise de 2008, o governo de Rudd seguiu as tendências globais e regionais de mercado, sendo fortemente influenciado pelo crescimento da economia chinesa (Hewett, 2019). Esse fenômeno se refletiu nos seus discursos não só acerca da pauta comercial, mas também das organizações internacionais, que trouxeram muito os temas crise, mercado financeiro global e papel das instituições para recuperação econômica. Outro aspecto importante de seu governo foi a adesão ao Protocolo de Kyoto e a defesa das causas climáticas. Esse aspecto esteve presente em seus discursos, sendo a pauta ambiental a segunda mais mencionada por Rudd. Entre outros temas, ele abordou o crescimento econômico sustentável, as energias renováveis, as mudanças climáticas e as emissões de carbono. Esses temas são confirmados em seu TFIDF.

Gráfico 21 – TFIDF Rudd



Fonte: elaboração da autora

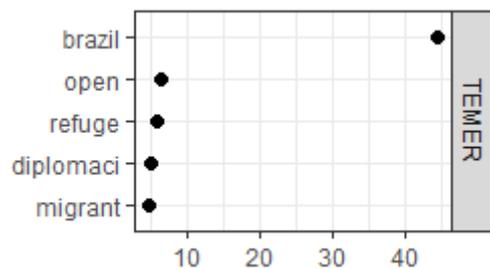
Por outro lado, os três pilares da política externa de Rudd – aliança com os EUA, engajamento na Ásia e proatividade na ONU (Gyngell, 2008) – não se converteram em referências a esses atores nas suas falas, assim como a retirada das tropas Australianas do Iraque e as mudanças nas políticas migratórias.

No caso brasileiro, a assimetria foi apenas no governo de Temer. Nas três arenas da análise de discurso (pautas, países e organizações), as falas do presidente contaram com uma preponderância dos tópicos considerados aqui de esquerda, porém com equilíbrio das entonações entre todos os temas. Nas citações aos países, sua ênfase é sobre as nações em desenvolvimento, abordando diferentes regiões de origem (América Latina, África, Ásia, Oriente Médio).

Quanto à questão com a Venezuela, a postura crítica do Brasil no período Temer (Silva, 2022) se mostrou em falas que reforçam as crises nos serviços de saúde venezuelano, as ondas emigratórias e os desafios humanitários no país. Quanto a outros vizinhos regionais, o presidente destacou Colômbia e Cuba. Sobre o primeiro, Temer destacou os conflitos com as forças revolucionárias, mas colocou o Brasil como um parceiro pronto a cooperar com o presidente colombiano Juan Manuel Santos para alcançar a paz. Em relação a Cuba, ele apontou o antagonismo e o embargo dos EUA e posicionou o Brasil como possível mediador do restabelecimento das relações diplomáticas entre esses países.

Ele também mencionou diversos países do Oriente Médio, reiterando os conflitos e tragédias na região, mas deixando aberto o interesse na cooperação inter-regional, não só no Oriente Médio, mas em diversas partes da Ásia, da África e América Latina. Ao mencionar essas regiões periféricas, o presidente com frequência levanta o tema dos refugiados e migrantes, destacando os esforços brasileiros para acolhê-los. No entanto, esses discursos vão de encontro à abordagem da sua política externa, que foi direcionada à redução da participação em coalizões Sul-Sul (Silva e Holleben, 2022).

Gráfico 22 – TFIDF Temer



Fonte: elaboração da autora

Outro antagonismo que se dá entre as falas e as ações de política externa do período é sobre o desmonte das políticas ambientais frente aos interesses econômicos do agronegócio. Isso porque, em suas falas são recorrentes as referências ao meio ambiente e, em grande parte das vezes, apresentadas como objetivos a cumprir em prol do futuro da humanidade. Ele destaca, entre outros pontos, os esforços contra o desflorestamento, a importância de fontes de energia limpas e renováveis, os compromissos do acordo de Paris e da Agenda 2030 e o combate às mudanças climáticas. Além disso, a pauta do agronegócio pareceu reduzida a falas sobre a necessidade de superar as distorções globais no comércio de produtos agrícolas que afetam os países em desenvolvimento.

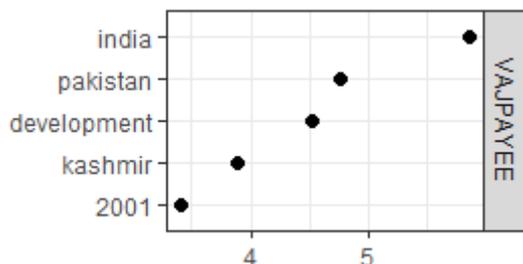
Mesmo com as mudanças, Temer estabeleceu a continuidade do combate ao protecionismo (Silva e Holleben, 2022), aspecto que se refletiu nas suas falas sobre as pautas comerciais, nas quais ele aponta efeitos perversos das medidas protecionistas sobre as oportunidades de emprego e desenvolvimento do comércio de produtos agrícolas. Esse aspecto se reflete na repetição do termo *open*, que o presidente relaciona frequentemente à integração e à abertura de novas rotas comerciais.

Na Índia, Vajpayee e Modi figuram como os casos assimétricos, sendo ambos classificados como de direita, mas com discursos mais enviesados à esquerda. Para o primeiro, os fatores que o levaram a ter discursos considerados como mais de esquerda foram: a preponderância de citações a países em desenvolvimento, com entonação mais positiva, e a entonação negativa ao tratar das pautas comercial e de defesa – apesar dessa última ser a sua pauta prioritária. Sobre a defesa, ele levanta o tópico do desarmamento e os riscos das armas nucleares, cooperação para o combate ao terrorismo e extremismo religioso e o comércio ilícito de drogas e armas.

Entre os países citados, Vajpayee destaca Iraque, Afeganistão e com maior intensidade o Paquistão. Também menciona as regiões da África e Ásia, e os países em desenvolvimento de forma geral. Entre os desenvolvidos, menciona os Estados Unidos e

a Europa. Esses discursos refletem o início da implementação da autonomia estratégica com múltiplos alinhamentos e busca pela integração na economia global.

Gráfico 23 – TFIDF Vajpayee

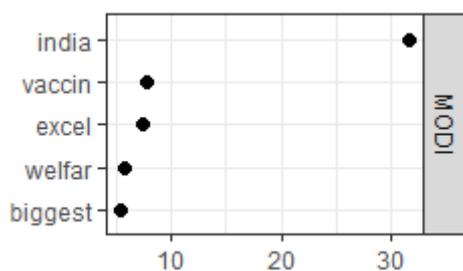


Fonte: elaboração da autora

Para além dos aspectos citados, *2001* também aparece como relevante nos discursos do líder indiano. Essa citação se refere à Resolução 1373 de 2001⁴⁷ do Conselho de Segurança da ONU que trata das medidas a serem tomadas pelos Estados-Membros para combater o terrorismo internacional e estabelece um comitê para monitorar a implementação dessas medidas pelos países membros.

Já em Modi, os países em desenvolvimento também tiveram destaque, mas foi a pauta social que mais exerceu influência na classificação dos seus discursos. Entre os principais tópicos nessa seara, ele citou: a pobreza, o impacto dos conflitos sobre a vida dos civis, a produção de vacinas – dentro e fora do contexto da covid-19 –, a importância dos serviços de saúde e o empoderamento feminino. Isso se reflete nos termos destacados em seu TFIDF *welfare* e *vaccin*.

Gráfico 24 – TFIDF Modi



Fonte: elaboração da autora

É interessante a utilização do termo *biggest* por Modi: ele destaca que a comunidade internacional testemunhou a *maior*⁴⁸ eleição do mundo na *maior* democracia

⁴⁷ O texto completo da resolução está disponível em:

<https://www.unodc.org/pdf/crime/terrorism/res_1373_english.pdf>. Acesso em 02/05/2024

⁴⁸ O pleonasmo da palavra *maior* adotado no corrente parágrafo tem o intuito de reforçar a grandeza que Modi atribui às suas ações políticas, tal qual feito nos seus próprios discursos.

do mundo. Além disso, aponta a implementação da *maior* campanha sanitária do mundo, os *maiores* esquemas de seguro de saúde e inclusão financeira e o *maior* programa de identificação digital do mundo. Também usa o termo para reforçar a questão do empoderamento feminino apontando que as mulheres são as *maiores* beneficiárias do *maior* esquema de microfinanciamento do mundo.

Em relação aos países em desenvolvimento, Modi menciona principalmente Paquistão e Afeganistão, mas também se refere às regiões da África e Ásia, além de falar dos países em desenvolvimento de modo em geral. Esse comportamento dá continuidade a abordagem que Modi seguiu desde sua posse, de fortalecimento dos laços com os países vizinhos visando, principalmente, a erradicação da pobreza (Hall, 2019). Por outro lado, fica de fora dos discursos na ONU a ênfase sobre os IED, a demanda por petróleo e as trocas comerciais com EUA, UE, países árabes e China.

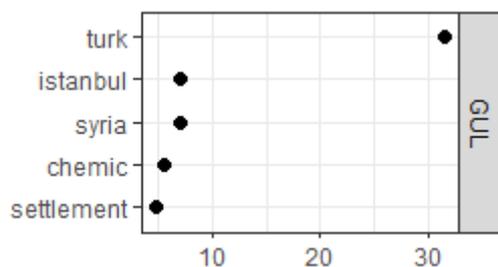
Esse posicionamento do primeiro-ministro indiano vai de encontro aos achados de Bertoli et al. (2018), Rathbun (2020), Destradi e Plagemann (2023) de que em questões de segurança e política nuclear a direita indiana tende a adotar uma postura mais belicosa. Isso pode ser um indicativo de que os discursos não necessariamente refletem a realidade dos países.

Finalmente, na Turquia, Abdullah Gul teve discursos classificados mais à esquerda e nas bases de dados consta como um presidente de direita. Entre as principais pautas mencionadas por Gul estão os temas social e de defesa, sendo que sobre a primeira sua abordagem é mais positiva que sobre a segunda. A presença desses temas se dá como reflexo da transição de um posicionamento de mediador de conflitos regionais para um ator assertivo, que se utiliza das intervenções militares e da diplomacia coercitiva (Kutlay e Öniş, 2021). No aspecto social, o presidente traz falas sobre erradicação da pobreza e da fome, importância dos programas de saúde e da luta contra discriminação, racismo e xenofobia.

Reforça a cooperação com os países vizinhos pela manutenção da paz na região, o que parece ser ainda efeito da política “zero problemas” com os vizinhos, por mais que a partir de 2011 ela tenha se esvaído. Apesar do movimento de aproximação aos EUA desde 2007, isso não se converteu em referências ao país nas falas de Gul. Por outro lado, as relações com Iraque e, principalmente, Síria são destacadas com frequência nas falas do presidente. Sobre o caso com a Síria em específico, dois eventos reforçaram a atenção ao país: o envolvimento militar da Turquia na guerra civil e a Primavera Árabe (Hale, 2012; Kutlay e Öniş, 2021). Sobre isso, Gul chama atenção para os efeitos perversos dos

conflitos sobre os civis, a crise de refugiados, a necessidade de eliminar armas de destruição em massa e a ameaça regional que representam. Esses aspectos são reforçados ao analisar os termos mais específicos do presidente.

Gráfico 25 – TFIDF Gul



Fonte: elaboração da autora

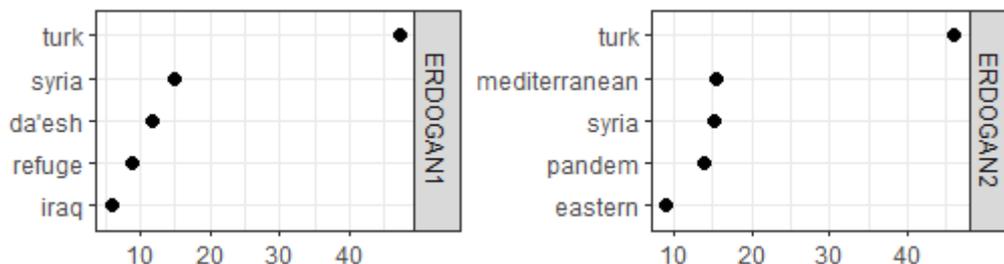
Erdogan, por sua vez, tem a mesma classificação de Gul: aparece com discursos mais à esquerda, porém é classificado pelas bases como de direita, mas diferente de seu aliado, os posicionamentos de Erdogan são mais extremos. Considerando a totalidade dos discursos, a quantidade de citações aos países em desenvolvimento é muito superior à dos PDs. No entanto, enquanto no primeiro recorte do seu governo esse é o principal aspecto que o leva a ter discursos mais à esquerda, no segundo isso é somado a uma preponderância dos temas sociais.

Nos discursos na AGONU do governo Erdogan 1 a pauta dominante era a de defesa com destaque para o terrorismo, as ações e ocupações do ISIS e os efeitos sobre a estabilidade dos países. Em alguns momentos Erdogan também relaciona as ameaças terroristas aos insurgentes curdos, com os quais enfrentou conflitos na Turquia. Mesmo perdendo preponderância em Erdogan 2, a pauta de defesa continua sendo marcada por esses tópicos.

Os países do MENA são constantemente citados pelo presidente, sendo a Síria o principal mencionado, como parceiro regional que precisa da cooperação para garantir a integridade do seu território e prestar assistência aos refugiados. Também aponta os esforços turcos para reconstrução da Somália, o apoio da comunidade internacional para estabilização do governo da Líbia e a busca por soluções sustentáveis e realistas para os conflitos com o Chipre. Em todos esses casos, a Turquia promoveu uma intervenção militar direta, o que reforça a dualidade entre as abordagens de *soft* e *hard power* do país. Em relação aos países desenvolvidos, a maior parte de suas citações – nos dois momentos – foram relativas à Europa, reforçando os impasses e interesses do governo sobre a adesão

ao bloco, que continuamente constou como prioridade da política externa turca. O gráfico abaixo reforça essas observações.

Gráfico 26 – TFIDF Erdogan 1 e 2



Fonte: elaboração da autora

No aspecto social, reforçado no segundo recorte do seu governo, Erdogan destaca com mais frequência alguns pontos como: a pobreza e a fome na região; questões humanitárias em torno dos refugiados; as injustiças globais, tanto geradas por conflitos, quanto pela ação de organizações internacionais, e da necessidade de reformas e políticas justas para correção desses problemas e garantia de um futuro de paz; e a discriminação, islamofobia e xenofobia. Ao final do período analisado, a pandemia surge também como um aspecto importante das falas de Erdogan.

8.3.1. O que essas assimetrias refletem?

O fato de haver casos em que a classificação feita em bases de dados se contrapõe àquela identificada nos discursos pode ser reflexo de: (i) uma baixa capacidade explicativa da dimensão esquerda-direita; (ii) uma fragilidade dos dicionários utilizados que acabam não refletindo a realidade dos casos; (iii) ou ainda, uma assimetria entre a política interna dos líderes e os seus discursos na AGONU. Diante desses questionamentos, o capítulo a seguir tem o intuito de testar em que medida a dimensão esquerda-direita é generalizável – ou se outras dimensionalidades são mais apropriadas a essa análise – e, a partir de outros parâmetros de análise, verificar se o posicionamento dos líderes tem conformidade com os achados anteriores – reforçando [ou não] a capacidade explicativa da análise de dicionário aplicada.

9. INDO ALÉM DA DIMENSÃO DIREITA-ESQUERDA

Após a análise e discussão dos resultados se percebe que a dimensão esquerda-direita, do modo como é mensurada neste trabalho, deixa algumas lacunas na classificação dos líderes em questão. Assim, o objetivo dessa seção é validar se tais categorias são generalizáveis ou, ainda, quais outras categorias melhor definiriam as falas dos chefes de governo dos países analisados. Caso seja identificado que a dimensão esquerda-direita de fato pode ser expandida para todos os cenários, então é necessário observar se os posicionamentos dos líderes confirmam aqueles encontrados nos capítulos anteriores. Em caso afirmativo, pode-se concluir que há uma distorção entre os comportamentos interno e externo. Por outro lado, se os novos posicionamentos não forem alinhados aos da análise de dicionário, sugere-se a necessidade de tornar as listas de palavras utilizadas mais robustas. Finalmente, se reforçadas as lacunas da classificação ideológica esquerda-direita, poderão ser identificadas formas de categorizações mais apropriadas para cada caso.

Para atender a esse objetivo, é utilizado o *Wordfish*. Diferente do dicionário (e do *wordscores*), que consideram as categorias ideológicas esquerda-direita como dadas e distribuem os discursos de acordo com suas características, no *Wordfish* as classificações não são predeterminadas, mas identificadas a partir das estruturas dos textos, permitindo observar características antes desconhecidas ou pouco exploradas (Grimmer e Stewart, 2013). Assim, a utilização de um método não supervisionado de análise permite a ampliação do conceito de ideologia, pois possibilita acessar as várias maneiras pelas quais diferentes correntes ideológicas influenciam o comportamento e o pensamento dos emissores. Essa técnica tem, assim, o poder de reforçar os achados anteriores ou de revelar outras dimensionalidades dos discursos.

A utilização de um método supervisionado e outro não supervisionado não resulta necessariamente em análises concorrentes, pois seus propósitos são distintos e podem até mesmo ser complementares (Grimmer e Stewart, 2013). Em outras palavras, enquanto o primeiro toma em consideração dimensões predefinidas, o segundo pode revelar dimensões inesperadas – o que representa, ao mesmo tempo, uma vantagem à pesquisa pela possibilidade de se acessar aspectos não considerados anteriormente; e um desafio à interpretação do pesquisador (Welbers et al., 2017).

Ou seja, no *wordfish* as categorias não são pré-definidas nem construídas com base em comparações com textos de referência ou listas de palavras. Sua determinação é pelas diferenças e similaridades entre os próprios textos estudados, o que gera a possibilidade

de identificação de posicionamentos que podem ir além das oposições ideológicas tradicionais.

When political actors are engaging in heavily ideological speech unsupervised methods appear to retrieve reliable position estimates. But when political actors can avoid ideological speech scaling methods retrieve some other, nonideological scaling (Grimmer e Stewart, 2013: 294).

Isso é positivo porque expande a capacidade explicativa da pesquisa. Ou seja, além de observar se há diferenças significativas promovidas pela dicotomia esquerda-direita nas falas de líderes no ambiente internacional, será viável analisar até que ponto essa oposição de fato é refletida nos discursos – ou se outras escalas refletem melhor as mensagens.

Com o *wordfish* os documentos são classificados de acordo com os pesos e efeitos fixos das palavras utilizadas, a partir de um modelo *naive Bayes* com distribuição Poisson (Slapin e Proksch, 2010). O modelo é dado pela função:

$$\log(\mu_{ijt}) = \alpha_{it} + \varphi_j + \beta_j\theta_{it} \quad (5)$$

Onde $\log(\mu_{ijt})$ é uma função logarítmica linear da contagem da palavra j por emissor i no tempo t . α é o efeito fixo do emissor i no ano t ; φ representa o efeito fixo da palavra; e $\beta_j\theta_{it}$ indica o produto do peso (importância) da palavra j pelo ponto ideal do emissor i no tempo t . Aqui, os emissores considerados são os líderes em análise. Os dois últimos parâmetros da equação (β e θ) permitem acessar as palavras que são significativas na diferenciação dos posicionamentos partidários, enquanto φ é pensado para capturar o efeito de palavras que são consideravelmente mais utilizadas do que outras dentro do *corpus* (Slapin e Proksch, 2008).

Como outros modelos quantitativos de análise de texto, o *wordfish* também trata cada discurso como um “saco de palavras”, desconsiderando relações sintático-semântica e assumindo a independência dos termos. Ainda assim, por mais que necessite de validações para assegurar a robustez dos resultados, esse tipo de abordagem se mostra muito funcional na prática (Lo et al., 2013).

Para validação do modelo, uma estratégia utilizada é testá-lo sobre a base de textos antes da limpeza dos dados. Assim, preposições, numerais, e artigos, por exemplo, voltam à composição dos discursos. Com isso, espera-se que essas palavras contem com um amplo efeito fixo, mas também com peso zero. Por outro lado, as palavras que de fato atribuem significado ao texto devem apresentar um efeito fixo menor, associado a um peso maior das palavras (Slapin e Proksch, 2008).

Quanto ao recorte dos casos, no aspecto temporal, uma vantagem desse método é que são tomadas como referências as palavras presentes em todos os documentos, então a variação do léxico político no tempo é levada em consideração para a estimação das posições (Slapin e Proksch, 2008).

Já em relação ao recorte espacial, optou-se por uma análise seccionada por país. Isso se deu por duas razões: primeiro, a equação que rege o modelo não leva em conta fatores que podem exercer efeitos aleatórios sobre o resultado (por exemplo, uma agenda de campanha que traz certas temáticas à luz) (Däubler e Benoit, 2021). Desse modo, ao restringir a análise para cada país de forma independente, são reduzidos (mas não extintos) tais efeitos aleatórios, pois ocorre a inclusão do cenário político de cada Estado.

Em segundo lugar, a divisão dos países foi promovida neste método – e não nos anteriores – porque o *wordfish* promoveria uma comparação direta entre todos os documentos de todos os chefes de governo. Ou seja, não consideraria uma referência externa – como a lista de palavras do dicionário ou o *training set* do *wordscore* –, levando a escalonamentos com interpretações ambíguas e pouco informativas. Em um pré-teste do modelo, que levou em conta todo o conjunto de discursos, essa ambiguidade ficou aparente quando analisadas as falas dos presidentes turco, Erdogan, e brasileiro, Bolsonaro. Nelas ambos trazem muitas pautas relacionadas ao seu respectivo país e/ou região, mas como não citam tópicos diretamente comuns são alocados em polos opostos, quando na verdade poderiam ser interpretados da mesma forma: presidentes que advogam por um nível mais intenso de nacionalismo. Além disso, nesse cenário, a interpretação dos posicionamentos dos outros líderes repousa numa zona cinzenta.

9.1. Categorias

Nesta seção, a análise atribui a cada palavra um peso e um efeito fixo (EF), permitindo identificar quais termos são mais associados a diferentes posições em uma escala. Seus pesos indicam a força com que cada uma delas contribui para a distinção entre os polos na escala linear, enquanto o EF reflete a frequência geral das palavras independentemente da posição.

Nas análises a seguir, o *Polo 1* é sempre referente aos termos com peso negativo e efeitos fixos abaixo de zero; enquanto o *Polo 2* está relacionado aos radicais com pesos positivos e efeitos fixos abaixo de zero. As palavras com peso próximo a zero e efeitos fixos maior que zero representam os termos que são mais comuns em ambas os polos. Em outras palavras, os textos são distribuídos de acordo com as palavras presentes em uma

escala linear com os extremos definidos pela unicidade de termos, enquanto posições mais centristas se formam pela presença de muitas palavras comuns. O quadro abaixo sumariza os polos identificados nos espectros de cada país.

Quadro 14 – Sumário da escala de posicionamento dos líderes por país

Países	Polo 1 (Peso e EF < 0)	Polo 2 (Peso > 0 e EF < 0)
África do Sul	Ética, Justiça e Responsabilidade Internacional	Desafios Humanitários e Desenvolvimento
Austrália	Migração e Fronteiras	Economia Global e Política Financeira
Brasil	Nacionalismo e Soberania	Projeção Internacional e Diplomacia
Índia	Promoção de Direitos Sociais	Segurança Internacional
Turquia	Conflitos Regionais e Terrorismo	Desenvolvimento e Segurança Socioeconômica

Fonte: elaboração própria

A definição dos polos da escala, assim como em outras técnicas da análise de conteúdo, envolve certo grau de subjetividade, uma vez que a rotulação não se baseia em critérios objetivamente estabelecidos, mas sim na interpretação do pesquisador acerca de um grupo de palavras. Assim, para fins de transparência acerca dos polos a seguir é especificada a construção das escalas para cada país, apresentando os gráficos e termos que os compõem.

9.1.1. África do Sul

O primeiro polo, indicado no gráfico abaixo, é representado por radicais como “princip”, “legitim”, “nazi”, “powerless”, “inhuman” e “non-align”, o que sugere um foco em princípios e legitimidade, com ênfase na condenação de ações inumanas, injustiças e agressões. Com essas palavras, observa-se uma tendência à abordagem de temas mais críticos e confrontacionais, focados em questões de legitimidade, poder e desumanidade. Diante disso, o polo 1 é definido como:

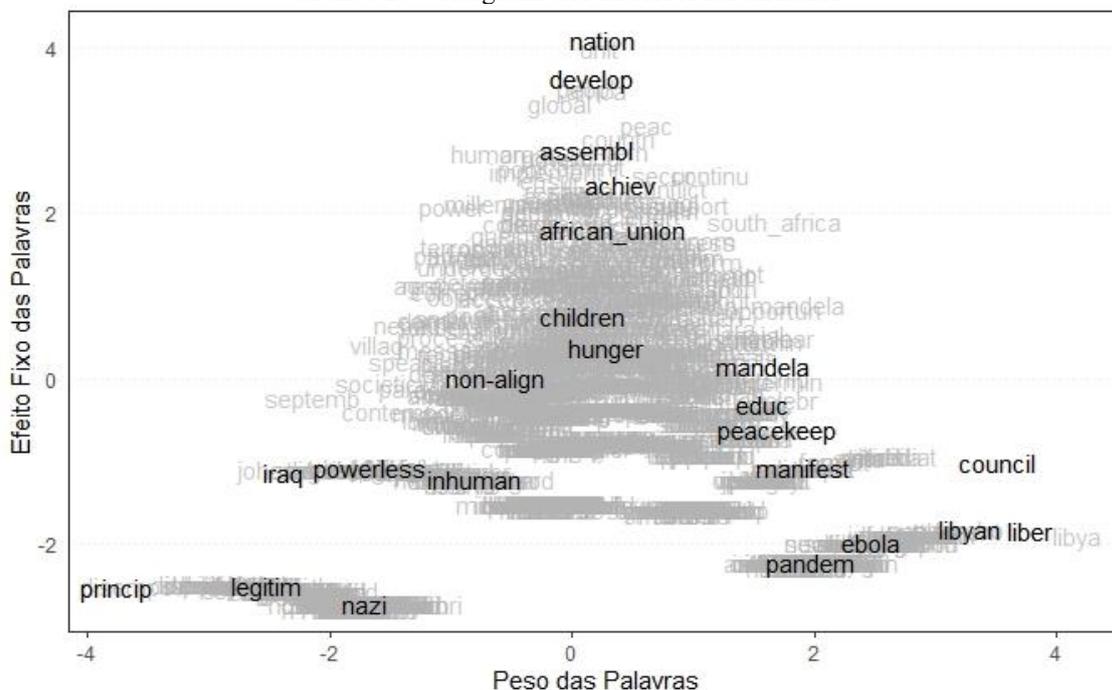
Polo 1: Ética, Justiça e Responsabilidade Internacional

O segundo polo, representado pelos termos como “liber”, “lybian”, “pandem”, “council”, “peacekeep”, “educ” e “mandela”, indica um possível interesse em questões humanitárias, de desenvolvimento e manutenção da paz, com destaque para o papel da educação e para o legado de Nelson Mandela. Revela também uma preocupação com questões globais e regionais, como conflitos armados (como a guerra na Líbia), pandemias (como o Ebola e a COVID-19) e a atuação em organismos internacionais, como o CSONU. Aqui a tendência é a abordagem de temas mais positivos e construtivos,

com foco em questões humanitárias, de desenvolvimento, paz e educação. Assim, o tema atribuído à segunda categoria é:

Polo 2: Desafios Humanitários e Desenvolvimento

Gráfico 27 – categorias dos discursos sul-africanos



Fonte: elaboração da autora

Quanto aos termos mais comuns às duas categorias, entre eles “hunger”, “children”, “african_union” e “develop”, sugere-se que a África do Sul aborda tanto questões de política externa e diplomacia quanto questões internas de desenvolvimento e bem-estar social em seus discursos internacionais. O país busca promover seus interesses nacionais no cenário internacional e contribuir para o desenvolvimento e a estabilidade na região africana. Essa dualidade de foco reflete a natureza multifacetada dos desafios e prioridades enfrentados pela África do Sul como um país em desenvolvimento e uma potência regional.

9.1.2. Austrália

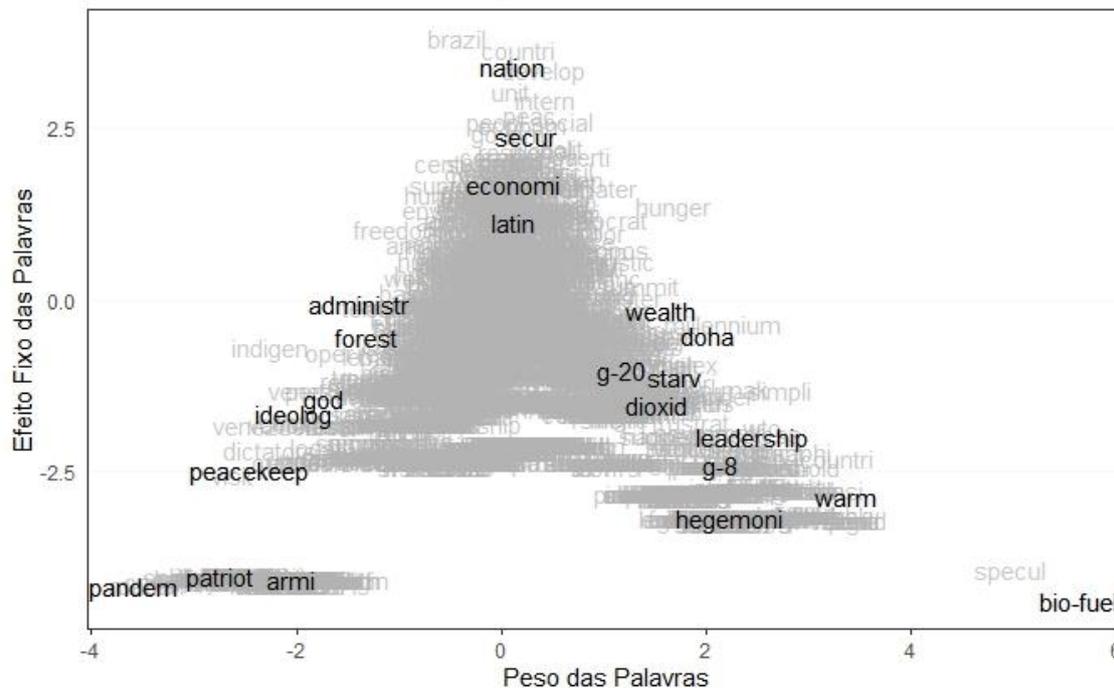
O polo 1 sugere um foco nos temas de migração, multiculturalismo, controle de fronteiras e questões humanitárias relacionadas aos refugiados, a partir da referência a termos como “migrat”, “multicultur”, “refuge” e “border”, podendo revelar também uma preocupação com os desafios sociais e políticos relacionados à migração e refugiados. É atribuído, então:

Polo 1: Migração e Fronteiras

nacional, identidade cultural, valores tradicionais e políticas ambientais. O polo é definido como:

Polo 1: Nacionalismo e Soberania

Gráfico 29 – categorias dos discursos brasileiros



Fonte: elaboração da autora

Por outro lado, os termos no Polo 2, entre os quais se identifica “bio-fuel”, “hegemoni”, “warm”, “g-8” e “leadership”, refletem um enfoque mais global e diplomático, abordando questões de liderança global, participação e negociação em fóruns internacionais e questões ambientais. Isso sugere uma busca por um papel proeminente na arena internacional e o engajamento em questões globais de importância estratégica para o Brasil. Portanto, a categoria 2 é:

Polo 2: Projeção Internacional e Diplomacia

Com base nas palavras comuns encontradas nos discursos dos líderes brasileiros, como “nation”, “secur”, “econom” e “latin”, pode ser inferido que, nos discursos supranacionais, há uma ênfase na promoção dos interesses nacionais, com foco na segurança e no desenvolvimento econômico, e nas relações diplomáticas dentro da América Latina.

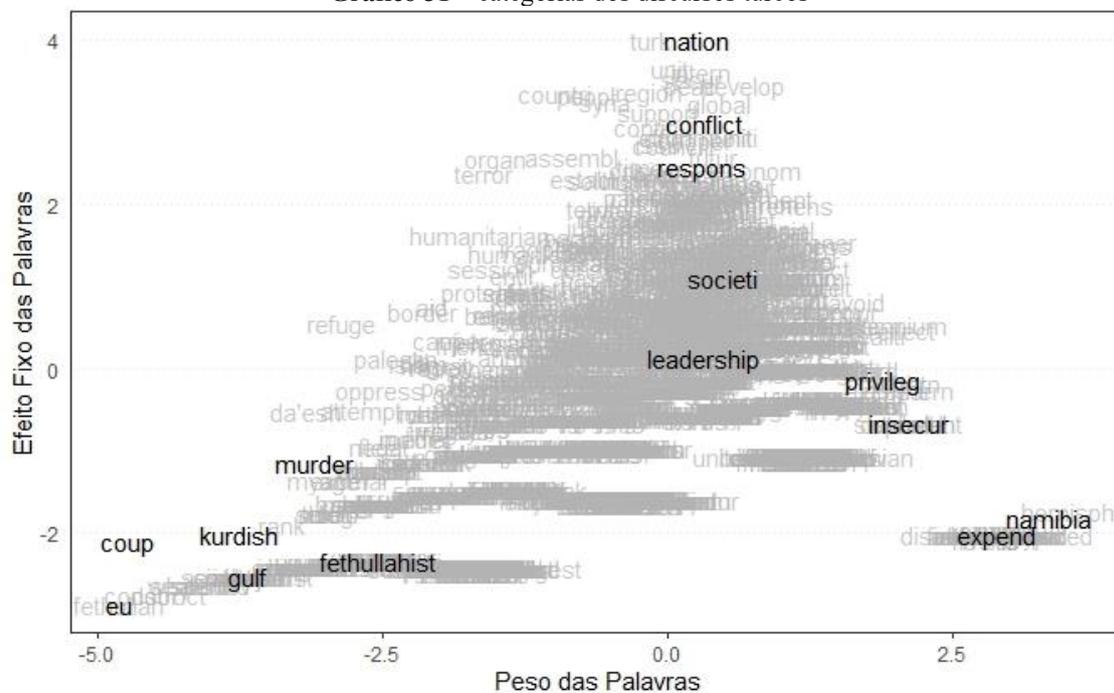
9.1.4. Índia

O Polo 1 indica um foco em questões sociais e direitos humanos, incluindo palavras como “vaccin”, “life”, “coronavírus”, “friendship” e “human_rights”. Isso sugere um

geopolíticas, como o conflito palestino-israelense. Essas palavras refletem as preocupações com os desafios enfrentados pela Turquia em termos de estabilidade política e segurança interna. Logo, o tema atribuído a essa categoria é:

Polo 1: Conflitos Regionais e Terrorismo

Gráfico 31 – categorias dos discursos turcos



Fonte: elaboração da autora

Já no segundo polo, são incluídos termos relacionados ao desenvolvimento econômico e questões de política externa, como “namibia”, “expend”, “privileg” e “insecur”. Isso sugere uma ênfase nas políticas de desenvolvimento socioeconômico e nas relações exteriores, mostrando o compromisso da Turquia com seu papel no cenário internacional e seu desejo de promover o desenvolvimento socioeconômico.

Polo 2: Desenvolvimento e Segurança Socioeconômica

Os termos comuns aos discursos dos líderes turcos indicam uma ênfase significativa em questões relacionadas à nação e à sua responsabilidade, bem como à liderança e à gestão de conflitos na sociedade. Isso sugere que os líderes turcos estão abordando temas fundamentais para o desenvolvimento e a estabilidade do país, demonstrando um compromisso com a liderança eficaz, a resolução de conflitos e o bem-estar da nação.

9.2. Posicionamento dos líderes

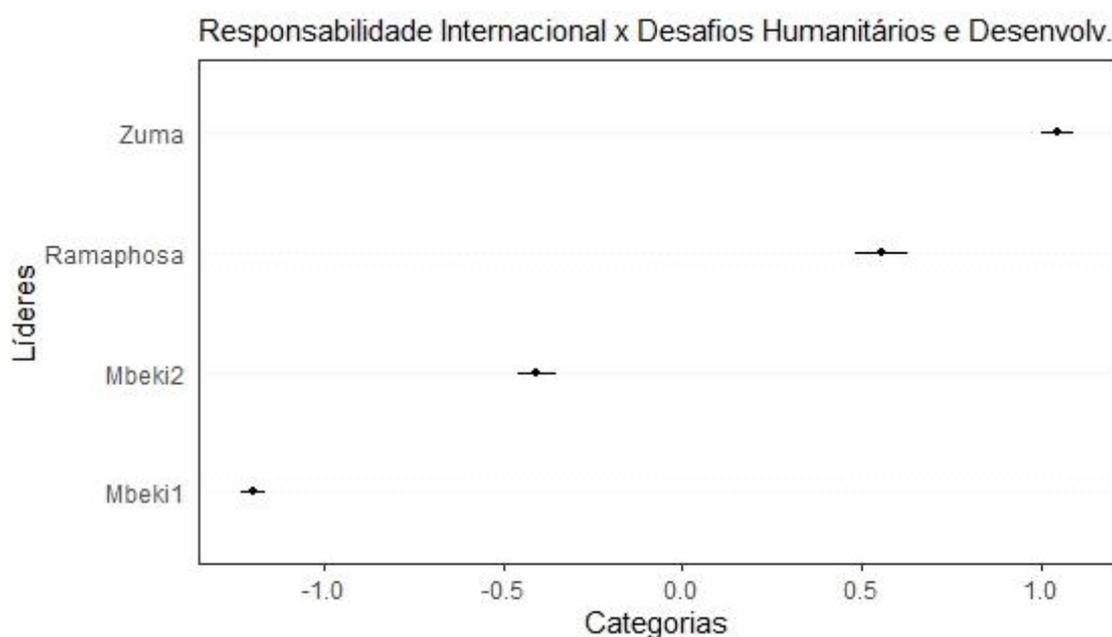
Uma vez indicadas as possíveis categorias de cada país segundo os discursos de seus líderes, os gráficos abaixo revelam os pontos ideais de cada um deles, separando-os

de acordo com o valor estimado de beta (eixo X, *Categorias*). Nesse estimador, valores mais próximos a -1 aproximam o líder da Categoria 1 do seu respectivo país, enquanto posicionamentos mais próximos a 1 o ligam à Categoria 2.

9.2.1. África do Sul

O gráfico abaixo revela as classificações dos líderes sul-africanos a partir do Wordfish. Os presidentes se distribuem no espectro que vai de Ética, Justiça e Responsabilidade Internacional a Desafios Humanitários e Desenvolvimento.

Gráfico 32 – Classificação wordfish presidentes sul-africanos



Fonte: elaboração da autora

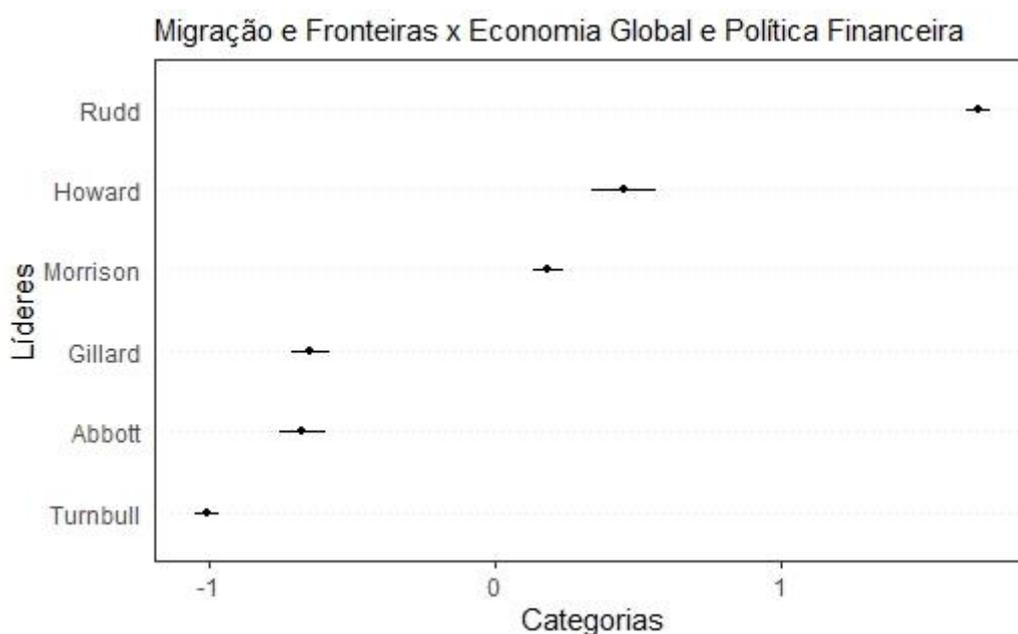
Em um extremo os discursos durante o governo de Mbeki 1 trazem à tona falas pensadas sobre pautas de responsabilização internacional em problemáticas globais, tendência que continua no segundo governo, mas de forma menos intensa. De outro lado, os discursos de Zuma destacam mais o desenvolvimento e os problemas sociais.

Ambas as categorias, em certa medida, se relacionam. Elas são vinculadas por um elemento histórico que se desenvolve com o final do Apartheid e a adesão ao Movimento dos Não-Alinhados, na década de 1990. Nesse sentido, a África do Sul passa a defender uma agenda pautada na necessidade de promover o desenvolvimento sustentável, reduzir as desigualdades socioeconômicas e fortalecer a cooperação internacional para enfrentar os desafios globais.

Os discursos de Mbeki refletem bem sua política externa pautada em temas como direitos humanos, justiça internacional, paz, desenvolvimento econômico e multilateralismo, além de certa reatividade aos regimes dominados pelos países ricos (Nathan 2005; Rizzi e Schutz, 2014; Hendricks e Majozi, 2021). Em Zuma e Ramaphosa, há uma continuidade da agenda externa anterior, mas com a intensificação das relações extrarregionais e no desenvolvimento econômico (Hendricks e Majozi, 2021; Otavio, 2021).

9.2.2. Austrália

Gráfico 33 – Classificação wordfish primeiros-ministros australianos



No caso australiano, se formam três blocos bem definidos: o primeiro com Turnbull, Abbott e Gillard trazendo mais pautas ligadas às migrações e fronteiras; o segundo com Rudd priorizando temas econômicos e financeiros; e o terceiro, em um espaço mais intermediário entre as duas categorias, com Howard e Morrison abordando uma agenda mais abrangente. Vale destacar que entre todos os líderes analisados dos cinco países, Kevin Rudd é o que detém o valor mais extremo em uma das categorias.

Alguns pontos interessantes sobre o gráfico são que: os aliados Rudd e Gillard não têm um posicionamento tão próximo como poderia ser esperado; por outro lado, Gillard está mais próxima de Abbott, um rival do Partido dos Trabalhadores, com posturas mais conservadoras do que as da primeira-ministra; Howard tem ampla proximidade com Morrison, mesmo que seus governos sejam separados por dez anos.

O gráfico demonstra o que parece ser uma descontinuidade das políticas australianas, dada a mudança dos líderes. No caso de Howard, assim como de Morrison de forma muito mais sutil, o olhar foi voltado para dentro e as diretrizes da política externa se mostraram fortemente vinculadas aos interesses e efeitos domésticos. É mais valorizada então a segurança e soberania, mesmo que isso significasse renunciar a um status de potência intermediária.

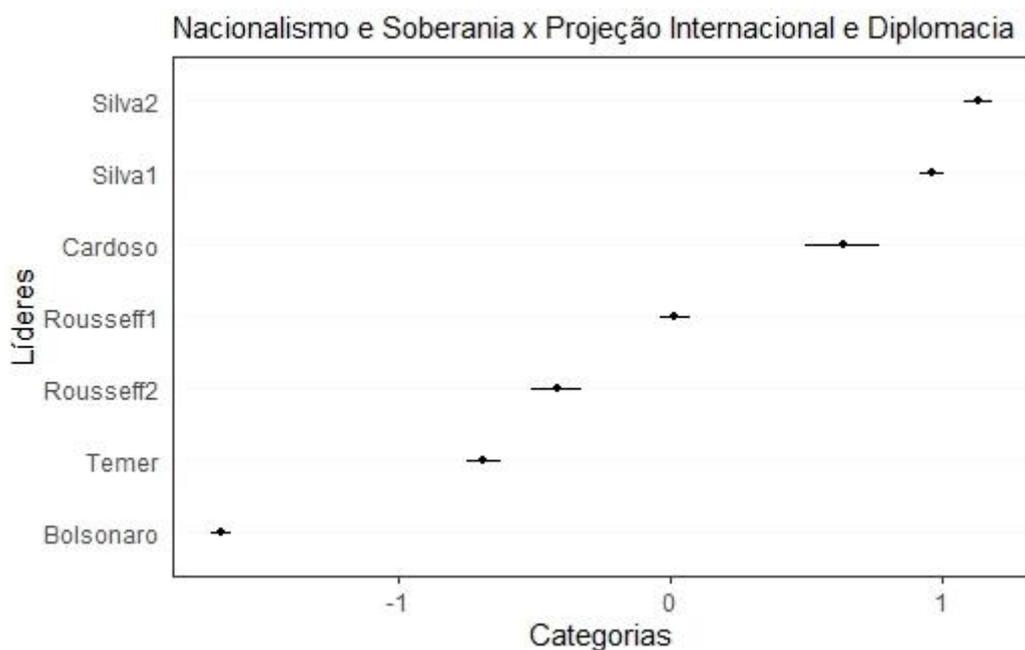
O tema da migração foi recorrente em todos os governos devido às crises de refugiados. Mesmo com abordagens diferentes, Gillard, Abbott e Turnbull foram fortemente engajados neste tópico. Esse comportamento também poderia ser esperado de Kevin Rudd, mas, os efeitos do crescimento econômico chinês e, em consequência, o aumento do comércio intrarregional, somados à crise de 2008 e à busca por uma recuperação da imagem externa do país enquanto potência intermediária, foram tópicos que pareceram ser preponderantes nos seus discursos.

9.2.3. Brasil

A partir do gráfico abaixo, para o Brasil também se pode observar a divisão dos líderes em três blocos, mas não tão bem definidos quanto no caso australiano. No primeiro, Bolsonaro aparece isolado, destacando a categoria Nacionalismo e Soberania; por outro lado, no segundo bloco figuram Cardoso e Silva, enfatizando a projeção internacional e a diplomacia. Por fim, em um espaço mais central, Rousseff e Temer são os destaques.

Essa configuração se relaciona diretamente com os períodos da política externa brasileira discutidos por Casarões (2022). O autor destaca que os governos de Cardoso e Silva foram, respectivamente, fases de afirmação e ascensão, marcadas pelo engajamento em pautas globais (como comércio, meio ambiente e Direitos Humanos), pela atuação em prol de um sistema internacional democratizado e pelo estabelecimento de uma arquitetura multilateral que promovesse o país enquanto potência intermediária (Casarões, 2022).

Gráfico 34 – Classificação wordfish presidentes brasileiros

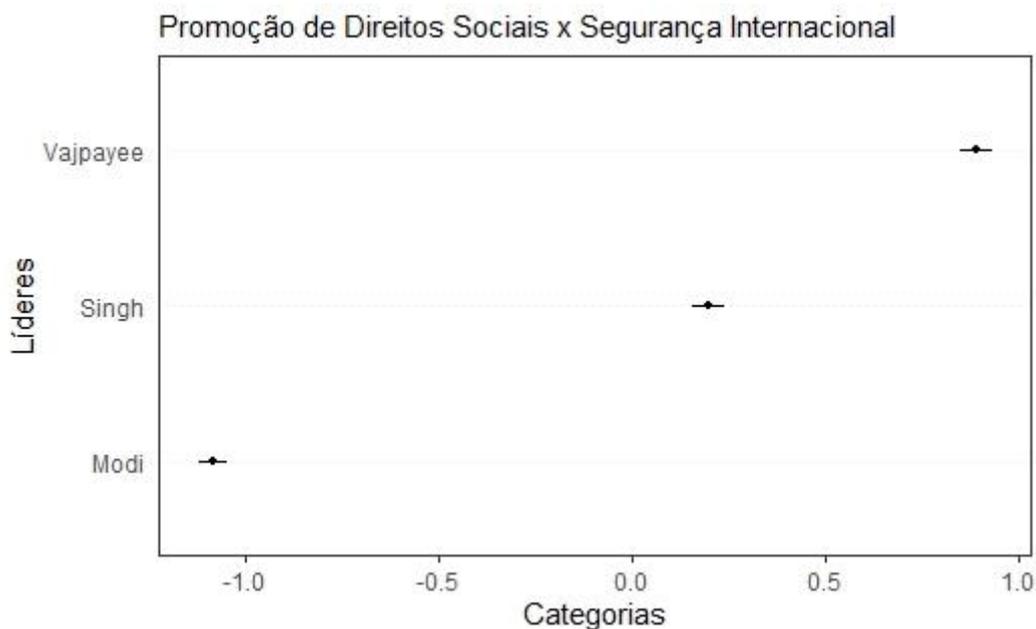


Fonte: elaboração da autora

Os mandatos Rousseff e Temer, por seu turno, foram um período de ajuste, em que o foco maior do governo se dava sobre as crises internas, levando a um rebaixamento do perfil diplomático do país e do engajamento com o multilateralismo (Casarões, 2022). Por fim, o período de Bolsonaro é uma fase de antagonismo às premissas globais, rejeição do globalismo e do multilateralismo e oposição às suas regras e princípios (Casarões, 2022).

9.2.4. Índia

O caso indiano revela um isolamento dos discursos de Modi em relação aos de Singh e Vajpayee. No primeiro, o foco se dá sobre os direitos sociais, enquanto Singh, mas principalmente Vajpayee, se alinham mais às questões da segurança internacional. Isso é interessante porque indica uma continuidade nos assuntos tratados nas falas de Modi, pois entre os três, ele é o líder com mais discursos, sendo intuitivo pensar que haveria mais espaço para abordar tópicos ligados a todo o espectro, colocando-o em um posicionamento central.

Gráfico 35 – Classificação wordfish primeiros-ministros indianos

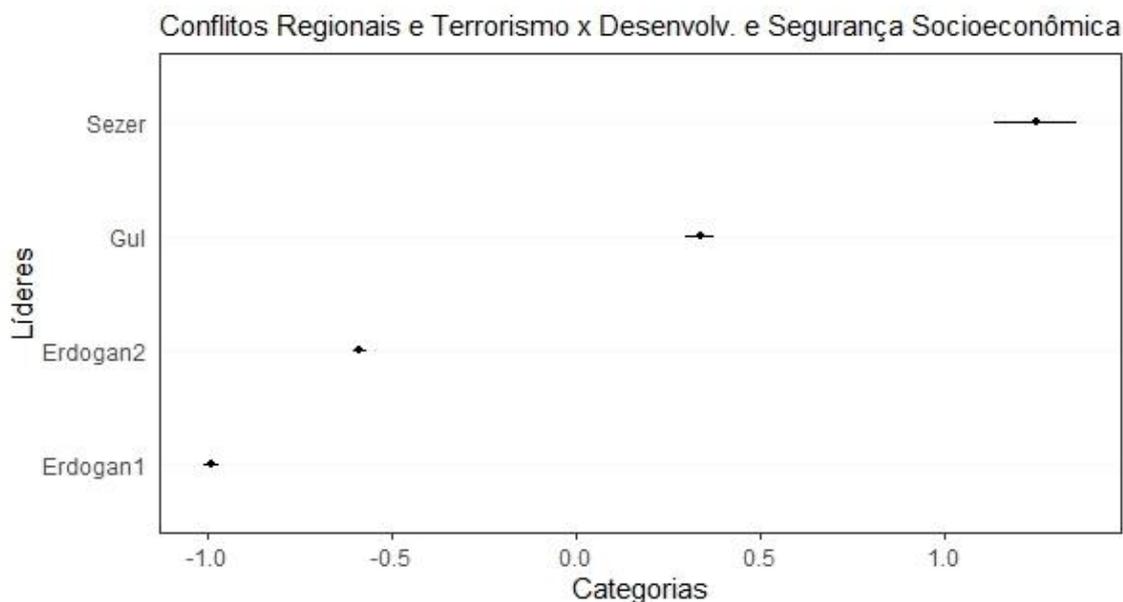
Fonte: elaboração da autora

Por um lado, a proximidade entre os posicionamentos de Vajpayee e Singh, mais para o lado da categoria de segurança internacional marca o elemento de continuidade da política externa indiana, com ênfase em pautas do desenvolvimento econômico, regionalismo, segurança e projeção de *soft power* (Hall, 2015; 2019). Por outro lado, os destaques feitos por Modi podem ser resultados do nacionalismo hinduísta do BJP, levando a discursar mais sobre pautas domésticas, nesse caso de áreas sociais, mesmo que suas ações de fato sejam rasas (Chandra, 2017).

9.2.5. Turquia

Finalmente, na Turquia o que se percebe é um direcionamento individual para cada líder. Observando o gráfico a seguir, de um lado, Erdogan é o principal arguidor acerca de temáticas de segurança regional, enquanto de outro, Sezer apresenta um olhar mais voltado para as dinâmicas socioeconômicas.

Gráfico 36 – Classificação wordfish presidentes turcos



Fonte: elaboração da autora

O posicionamento de Erdogan pode ser explicado pelo fato de que a relação entre o discurso e as ações dos governos turcos (principalmente em Erdogan), foi muito ambígua, de modo que, de um lado argumentava-se sobre a importância do *soft power* como instrumento para pôr fim aos conflitos regionais, mas de outro, reações mais severas eram registradas (Hale, 2012). Então, seu discurso pensado em questões regionais pode ser reflexo dessa política de *soft power* “teórico”.

A oposição Erdogan-Sezer reflete muito da sua relação política, em que o segundo se colocava como um opositor com objetivo de controlar ou ainda frear as ações do primeiro (Yegen, 2017). Isso porque, as prioridades defendidas por eles seguiam direcionamentos opostos. No entanto, de outro lado, seria intuitivo esperar que Gul apresentasse discursos com temáticas mais próximas às abordadas por Erdogan, pois além de aliados, durante seu mandato presidencial, Gul contava com Erdogan como primeiro-ministro.

9.3.O que podemos concluir dessas categorias?

Algumas conclusões podem ser tiradas das categorias e posicionamentos vistos acima. Primeiramente, o Brasil e a Índia demonstram que a polarização nos discursos de seus líderes se dá mais no sentido de falas voltadas para o público doméstico x falas pensadas para o público internacional. Ou seja, entre posturas mais nacionalistas e globalistas. Em segundo lugar, a Austrália parece revelar um embate triangular: falas

voltadas para o nível interno x falas voltadas ao espaço internacional acerca das crises migratórias x falas internacionais sobre questões econômicas.

Um terceiro aspecto é a dualidade entre os âmbitos doméstico e regional, que pode ser identificada nas categorias da Turquia. Finalmente, a África do Sul conta com a maior linearidade dos discursos, pois apesar de ser traçado um espectro que divide as falas entre *responsabilidade internacional* e *desafios humanitários*, ambos os polos tratam da superação de problemas históricos ligados ao desenvolvimento sustentável do país. O caso sul-africano se consolida, assim, sobre as bases do pensamento dos Não-Alinhados, com agendas voltadas para a superação da dependência através do desenvolvimento.

Em suma, parece se consolidar uma tendência para os quatro países (exceção da África do Sul) que separa seus discursos entre falas voltadas para dentro do espaço nacional e aqueles voltados para fora. Além disso, os líderes que adotam posicionamentos com vieses mais nacionalistas – Howard, Bolsonaro, Modi e Erdogan – figuram entre os personagens mais conservadores e radicais da análise.

Esse cenário se alinha e atualiza achados de Hooghe, Marks e Wilson (2002) e Onuki e Oliveira (2006). Em um espectro ideológico em forma de U invertido (ou de ferradura de cavalo), políticos mais próximos às extremidades terão um movimento de afastamento das premissas da integração, priorizando o público e as problemáticas do espaço interno, enquanto aqueles mais próximos ao centro tenderão a se engajar mais com as dinâmicas externas.

10. CONCLUSÕES

Para responder se a ideologia afeta as posturas adotadas pelos países em nível internacional essa tese testou a hipótese de que a dimensão esquerda-direita determina os discursos internacionais dos líderes das potenciais lideranças regionais. Para isso, foram utilizadas técnicas de análise de discurso por dicionário e análise de texto não supervisionada, que permitem categorizar e comparar os conteúdos nas falas de cada um dos emissores.

Por um lado, a análise de dicionário tem a vantagem de oferecer uma abordagem padronizada e sistemática para identificar posicionamentos ideológicos nos discursos, além de poder ser escalonada para lidar com uma variedade de textos, tornando-a útil para estudos comparativos. Por outro, no entanto, ela pode simplificar a complexidade das ideologias e posicionamentos políticos, perdendo nuances e detalhes importantes presentes nos discursos. Além disso, a robustez dos resultados depende da qualidade e abrangência do dicionário.

Embora a análise de dicionário possa apresentar limitações é inegável o seu valor como uma base sólida para pesquisas futuras. Esse método fornece uma estrutura objetiva e pré-definida para categorizar e comparar discursos políticos, o que é fundamental para identificar tendências gerais e padrões recorrentes ao longo do tempo ou em diferentes contextos. Assim, da mesma forma como outros dicionários de posicionamentos políticos, tal qual o de Laver e Garry (2000), a análise apresentada pode servir como ponto de partida para estudos futuros, sendo adaptado e aperfeiçoado para diferentes casos.

Para o recorte foram escolhidos Estados considerados como potenciais lideranças regionais. O desenvolvimento desse conceito buscou lançar luz sobre a categoria de potências intermediárias, ainda muito debatida e contestada na literatura. Assim, desses países é esperado que apresentem características como: influência sobre uma região política, econômica e ideologicamente construída; superioridade territorial, populacional, econômica e militar em relação aos seus vizinhos; proatividade em instituições multilaterais; e engajamento no desenvolvimento do seu *soft power*. Além desses atributos, também há a expectativa de que assumam projetos de liderança na região; promovam iniciativas de integração e assumam seus custos; desenvolvam uma interconexão cultural e econômica; busquem por *followership*; promovam bens coletivos à região; e tenham responsabilidade pelos padrões de segurança regional. Vale destacar, no entanto, que essas características e comportamentos não são necessariamente

constantes ao longo do tempo, podendo contar com períodos de maior ênfase e outros de afastamento.

A seleção foi feita em 3 passos: (i) apontamento de todas as potências intermediárias a partir da literatura; (ii) observação das suas zonas de influência através das regiões político-geográficas que fazem parte – definidas pelos projetos *Correlates of War* e *Regions of War and Peace regions*; e (iii) análise comparada dos atributos de *hard* e *soft power* das PI concorrentes dentro do espaço regional. Com isso, seis países, *a priori*, foram selecionados enquanto potenciais lideranças regionais: África do Sul na região do Sul Africano, Arábia Saudita na Península Árabe, Austrália na Oceania, Brasil na América do Sul, Índia no Sul Asiático e Turquia no MENA. Contudo, devido ao sistema de governo saudita, o país foi retirado da análise, uma vez que não proporciona variações ideológicas na política.

Os potenciais líderes regionais são países que têm uma ampla capacidade de influenciar os rumos do sistema internacional, mas não com ações individuais. Eles precisam promover redes estratégicas de apoio com outros Estados para atingirem seus objetivos. Isso faz com que as atitudes externas e a construção da imagem sejam aspectos relevantes na condução política do país. Assim, os discursos tendem a se tornar um importante elemento estratégico e político carregados de significados e representações.

Partindo do pressuposto que as palavras são racionalmente selecionadas para compor um discurso oficial, levantou-se o questionamento sobre quais fatores determinam essa escolha de termos e com quais intenções. Aqui, como já apontado, foi testado se a ideologia, em termos da oposição direita-esquerda, compõe um desses determinantes. Isso porque as visões de mundo influenciam comportamentos e ações, moldando agendas e afetando resultados políticos. Ela está presente em organizações, movimentos sociais, normas e instituições, competindo pela coordenação política através da linguagem.

De modo mais específico, foram formuladas hipóteses secundárias com base nas discussões presentes na literatura sobre o tema. Era esperado que governos de esquerda defendessem pautas sociais e ambientais (H1), enquanto governos de direita favorecem pautas comerciais e militares (H2), seguindo os achados de Kreppel e Tsebelis (1999), Onuki e Oliveira (2006), Rathbun (2020), Noël e Thérien (2022), entre outros. Além disso, com base em Onuki e Oliveira (2006) e Noël e Thérien (2022), argumentou-se que governos de esquerda preferem apoiar organizações regionais (H3), enquanto os de direita favorecem organizações mundiais (H4). Por fim, hipóteses secundárias sugeriram que

governos de esquerda defendem países em desenvolvimento (H5), enquanto os de direita tendem a apoiar países desenvolvidos (H6), conforme Onuki e Oliveira (2006), Potrafke (2009) e Lopéz (2015).

Apesar da clareza que a clivagem esquerda-direita oferece para compreender muitos comportamentos políticos, especialmente em países ocidentais, seus efeitos nas relações internacionais, e especialmente na política externa de nações não ocidentais, ainda parecem incertos. Foi sobre esse gap na literatura que se estabeleceu o problema de pesquisa da tese. A partir dos discursos dos presidentes ou primeiros-ministros das cinco potenciais lideranças regionais na Assembleia Geral da ONU entre 2000 e 2022, alguns achados se destacam.

Primeiramente, os discursos dos líderes da África do Sul são lineares ao longo do tempo. Os temas preponderantes se relacionam com a superação de problemas históricos, em boa parte relacionados à descolonização, à ascensão da agenda do movimento dos não-alinhados e ao enfrentamento das injustiças globais. Essa característica dos discursos da África do Sul reflete a categoria das potências intermediárias emergentes (Jordaan, 2003), as quais contam com desigualdades materiais, democratização recente e insatisfação com a ordem liberal vigente.

Porém, mais que isso, é interessante notar também a presença dos elementos ideológicos nas falas: o compromisso do país em advogar por mudanças no sistema internacional não se estabelece sobre questões econômicas e militares, por exemplo, mas sim sobre as pautas ambientais e sociais e sobre a priorização dos países em desenvolvimento. Esse é um posicionamento esperado da esquerda, que defende as reformas nas estruturas sociais vigentes e desafia os arranjos tradicionais considerados injustos (Noël e Thérien, 2022).

Não apenas os líderes sul-africanos, mas à exceção de Kevin Rudd da Austrália, todos os políticos considerados de esquerda tiveram seus posicionamentos confirmados nas suas falas. Porém, também foram identificados discursos mais à esquerda para nove dos dez líderes classificados como de direita. Ou seja, parece haver na AGONU um apelo maior aos temas considerados como indicadores da esquerda, independente dos posicionamentos ideológicos dos emissores.

Em segundo lugar, a Austrália se apresenta como o caso com discursos mais voltados para questões externas, mesmo considerando temáticas diferentes. A oposição central que se estabelece entre as falas é a dualidade entre as pautas migratórias e a preocupação com a economia global. Também se faz presente a atenção aos temas ligados

à segurança. Assim, de modo geral, as premissas destacadas nos discursos australianos são as que mais parecem se relacionar com os tópicos da dimensão esquerda-direita aqui abordados.

Contudo, a classificação das falas dos primeiros-ministros australianos tem resultados não lineares: dos seis líderes, apenas dois contaram com simetria das classificações. Além disso, Rudd figura o único caso de um líder de esquerda com mais falas de direita e predominância da temática da economia global. Ou seja, ele representa um outlier não só dentro da Austrália, mas também em comparação a todos os outros líderes considerados de esquerda.

Além disso, também é interessante notar que, enquanto a Austrália apresenta as falas mais voltadas para as pautas globais, o Brasil e a Índia têm como principal ponto de oposição dos discursos uma postura mais globalista confrontando com outra mais nacionalista. Também nessa linha, no caso turco se vê esse viés nacionalista em embate com um mais regionalista. Essa configuração chama atenção para um terceiro aspecto relevante: os discursos mais voltados para temas internos são levantados majoritariamente pelos líderes de direita mais próximos ao extremo do espectro ideológico.

Há o indicativo que posicionamentos mais extremos levam a um afastamento das questões internacionais. Isso se alinha, em certa medida, aos achados de Onuki e Oliveira (2006) e de Hooghe, Marks e Wilson (2002) que apontam que os extremos ideológicos reduzem o engajamento com a integração regional. Isso é válido para Bolsonaro, Erdogan, Modi e Howard. Contudo o foco para o australiano é maior sobre a área de segurança, enquanto os outros tratam mais das questões sociais. Assim, à exceção de Howard, ao terem discursos que destoam dos comportamentos registrados por Bertoli et al. (2018), Rathbun (2020) e Destradi e Plagemann (2023), a classificação desses líderes lança luz sobre em que medida as suas atitudes políticas e discursos são de fato alinhados.

No caso indiano esse desalinhamento se deu com relação às falas de Modi, porém não para Vajpayee, que destacou, assim como Howard, questões de segurança. Ainda assim, a configuração dos achados para a Índia mais reforça do que supera as críticas de Aydogan (2020) e Destradi e Plagemann (2023) sobre as limitações dos parâmetros ideológicos na dimensão esquerda-direita para explicar a política externa das nações não-ocidentais.

Em quarto lugar, sobre as menções gerais aos países, percebe-se que os líderes reconhecem os custos das críticas a outras nações, sejam desenvolvidas ou não, o que os leva a utilizarem uma entonação positiva em torno delas. Também há uma preponderância

nas citações aos países em desenvolvimento, mesmo em posicionamentos ideológicos de direita. Mais uma vez, esse achado vai de encontro a atitudes indicadas na literatura, como em Onuki e Oliveira (2006) e em Lopéz (2015), que apontam a priorização de Estados desenvolvidos como parceiros para os líderes de direita, enquanto os de esquerda dariam mais ênfase aos países em desenvolvimento.

Em conjunto, esses achados demonstram que há, nas mensagens produzidas para a AGONU, uma projeção mais idealista das imagens dos Estados. Em geral, os discursos são pensados para promoção de ideais a serem alcançados, mesmo que não representem a prática política desses países, ou que ao menos estabeleçam compromissos de fato a serem internalizados.

Apesar de revelarem aspectos relevantes acerca da construção dos discursos para os debates na Assembleia Geral da ONU, esses achados revelam que as hipóteses, geral e secundárias, não puderam ser totalmente confirmadas no recorte espacial, nem no temporal, de modo que é refutada a perspectiva de que o espectro esquerda-direita influencia os discursos internacionais dos chefes de governo de potenciais lideranças regionais.

Mesmo refutando a hipótese, importantes achados se fizeram presentes acerca dos aspectos que compõem as falas dos emissores políticos em uma arena sistêmica. Através da análise conjunta do dicionário com o wordfish é demonstrada a presença de elementos ideológicos nos discursos, o que abre espaço para pesquisas que pensem além do que a polarização esquerda-direita pode explicar; que considerem os efeitos dessa dimensão sobre as mensagens produzidas em outras arenas – com uma abordagem menos idealista; ou, ainda, que ampliem e aprofundem os parâmetros utilizados a fim de observar as relações ideológicas através de características não exploradas nesta tese.

REFERÊNCIAS

- ABBONDANZA, G.; WILKINS, T. S. The Case for Awkward Powers. **Awkward Powers: Escaping Traditional Great and Middle Power Theory**, p. 3-39, 2022.
- ABDULJABER, M.; KALIN, I. Globalization and the transformation of political attitude structures at the party level in the Arab world: insights from the cases of Egypt and Jordan. **Societies**, v. 9, n. 1, p. 24, 2019.
- AGBUDE, G. A.; LAWAL, A. L. Ideology and International Politics: finding a place for Africa. **Journal of African Foreign Affairs**, v. 7, n. 3, p. 131-150, 2020.
- ALBAUGH, Q.; SOROKA, S.; JOLY, J.; LOEWEN, P.; SEVENANS, J.; WALGRAVE, S. Comparing and combining machine learning and dictionary-based approaches to topic coding. In: **7th annual Comparative Agendas Project (CAP) conference**. 2014.
- AYDOGAN, A. Party systems and ideological cleavages in the Middle East and North Africa. **Party Politics**, v. 27, n. 4, p. 814-826, 2020.
- BARCELLOS, J. M. V. Política Externa Indiana para o Século XXI: Em Busca de uma Inserção Internacional Autônoma. **Conjuntura Global**, v. 7, n. 2, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.
- BATURO, A.; DASANDI, N.; MIKHAYLOV, S. J. Understanding state preferences with text as data: Introducing the UN General Debate corpus. **Research & Politics**, v. 4, n. 2, 2017.
- BEESON, M. Issues in Australian foreign policy. **Australian Journal of Politics & History**, v. 60, n. 2, p. 265-278, 2014.
- _____; BLOOMFIELD, A.; WICAKSANA, W. Unlikely allies? Australia, Indonesia and the strategic cultures of middle powers. **Asian Security**, v. 17, n. 2, p. 178-194, 2020.
- BERTOLI, A.; DAFOE, A.; TRAGER, R. F. Is there a war party? Party change, the left-right divide, and international conflict. **Journal of Conflict Resolution**, v. 63, n. 4, p. 950-975, 2019.
- BLUTH, C.; DENT, C. M. A shrimp among whales? Korea in Northeast and East Asia regional system *in* Christopher M. Dent (Ed.). **China, Japan and Regional Leadership in East Asia**. Edward Elgar Publishing, 2008.
- BOBBIO, N. **Left and right: The significance of a political distinction**. University of Chicago Press, 1996.
- _____. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Campus, 2000.
- BONDI, M.; SCOTT, M. (Ed.). **Keyness in texts**. John Benjamins Publishing, 2010.
- BRUINSMA, B.; GEMENIS, K. Validating Wordscores: The promises and pitfalls of computational text scaling. **Communication Methods and Measures**, v. 13, n. 3, p. 212-227, 2019.
- CARR, A. Is Australia a middle power? A systemic impact approach. **Australian Journal of International Affairs**, v. 68, n. 1, p. 70-84, 2014.

- CASARÕES, G. Os “Cinco As” do Multilateralismo na Política Externa Brasileira (1985-2022). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 81, p. 150-162, 2022.
- CHAN, C. H. et al. Four best practices for measuring news sentiment using ‘off-the-shelf’ dictionaries: A large-scale p-hacking experiment. **Computational Communication Research**, v. 3, n. 1, p. 1-27, 2021.
- CHANDRA, V. Modi government and changing patterns in Indian foreign policy. **Jadavpur Journal of International Relations**, v. 21, n. 2, p. 98-117, 2017.
- CILLILER, Y. Revisiting the authoritarian pattern in Turkey: transition to presidential system. **Southeast European and Black Sea Studies**, v. 22, n. 2, p. 263-279, 2022.
- CLOSA, C.; PALESTINI, S. Tutelage and regime survival in regional organizations' democracy protection: The case of MERCOSUR and UNASUR. **World Politics**, v. 70, n. 3, p. 443-476, 2018.
- COOPER, A. F.; HIGGOTT, R. A.; NOSSAL, K. R. **Relocating middle powers: Australia and Canada in a changing world order**. Ubc Press, 1993.
- COX, R. W. Middlepowermanship, Japan, and future world order. **International Journal**, v. 44, n. 4, p. 823-862, 1989.
- DAHL, Robert A. The concept of power. **Behavioral science**, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.
- DÄUBLER, T.; BENOIT, K. Scaling hand-coded political texts to learn more about left-right policy content. **Party Politics**, v. 28, n. 5, p. 834-844, 2022.
- DESTRADE, S. Regional powers and their strategies: empire, hegemony, and leadership. **Review of international studies**, v. 36, n. 4, p. 903-930, 2010.
- DESTRADE, S.; PLAGEMANN, J. ‘Ideology and Indian Foreign Policy’ in Jonathan Leader Maynard and Mark L. Haas (Ed.). **The Routledge Handbook of Ideology and International Relations**. Taylor & Francis, 2023.
- DE WILDE, P. The making of four ideologies of globalization. **European Political Science Review**, v. 11, n. 1, p. 1-18, 2019.
- DUN, L.; SOROKA, S.; WLEZIEN, C. Dictionaries, supervised learning, and media coverage of public policy. **Political Communication**, v. 38, n. 1-2, p. 140-158, 2020.
- ESEN, B.; GÜMÜŞÇÜ, Ş. A small yes for presidentialism: The Turkish constitutional referendum of April 2017. *In* **The AKP Since Gezi Park**, p. 195-218, 2020.
- FRANCO, M. L. P. B **Análise de conteúdo**. Liber Livro Editora LTDA, 2005.
- FLEMES, D. **Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers**. Routledge, 2010a.
- _____. “Brazil: strategic options in the changing world order” *in* Daniel Flesmes (Ed.). **Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers**. Routledge, 2010b.
- FLEMES, D.; NOLTE, D.. Alianzas externas para armamento y defensa. **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2010.
- _____; _____. “Introduction” *in* Daniel Flesmes (Ed.). **Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers**. Routledge, 2010.

GABEL, M. J.; HUBER, J. D. Putting parties in their place: Inferring party left-right ideological positions from party manifestos data. **American Journal of Political Science**, p. 94-103, 2000.

GIESEN, K. (Ed.). **Ideologies in World Politics**. Springer VS, 2020.

GILLEY, B.; O'NEIL, A. (Ed.). **Middle powers and the rise of China**. Georgetown University Press, 2014.

GYNGELL, A. **Ambition: the emerging foreign policy of the Rudd government**. Sydney, **Lowy Institute for International Policy**, 2008.

_____, A. **Fear of Abandonment: Australia in the World since 1942**. La Trobe University Press, 2017.

GLAZEBROOK, G. Det. The middle powers in the United Nations system. **International Organization**, v. 1, n. 2, p. 307-318, 1947.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert Owen (Ed.). **Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change**. Cornell University Press, 1993.

GRIMMER, J.; STEWART, B. Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts. **Political Analysis**, 21(3), 267-297, 2013. doi:10.1093/pan/mps028

GUIMARÃES, F. de S.; MAITINO, M. E. Socializing Brazil into regional leadership: The 2006 Bolivian gas crisis and the role of small powers in promoting master roles transitions. **Foreign Policy Analysis**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2019.

HALE, W. **Turkish foreign policy since 1774**. Routledge, 2012.

HALL, I. Is a 'Modi doctrine' emerging in Indian foreign policy?. **Australian Journal of International Affairs**, v. 69, n. 3, p. 247-252, 2015.

_____. **Modi and the reinvention of Indian foreign policy**. Bristol: Bristol University Press, 2019.

HAWKSLEY, C.; GEORGEOU, N. Issues in Australian Foreign Policy. **Australian Journal of Politics and History**, v. 59, n. 2, p. 260-275, 2013.

HENDRICKS, C.; MAJOZI, N. South Africa's international relations: A new dawn?. **Journal of Asian and African studies**, v. 56, n. 1, p. 64-78, 2021.

HERMANN, C. F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HEWETT, A. H. **The Foreign Policy of the Rudd and Gillard Governments: Middle Power Dreaming**. Master of International Relations, La Trobe University, 2019.

HOLLAND, J. Howard's war on terror: A conceivable, communicable and coercive foreign policy discourse. **Australian Journal of Political Science**, v. 45, n. 4, p. 643-661, 2010.

HOOGE, L.; MARKS, G.; WILSON, C. J. Does left/right structure party positions on European integration?. **Comparative political studies**, v. 35, n. 8, p. 965-989, 2002.

HURRELL, A.; COOPER, A. F.; GONZÁLEZ, G. G.; SENNES, R. U.; SITARAMAN, S. **Paths to power: foreign policy strategies of intermediate States**. Latin American Program, Woodrow Wilson International Center for Scholars, n. 244., 2000.

HURRELL, A. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. **International affairs**, v. 82, n. 1, p. 1-19, 2006.

_____. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International affairs**, v. 83, n. 1, p. 127-146, 2007.

_____. Regional Powers and the Global System from a Historical Perspective *in* Daniel Flemer (Ed.). **Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers**. Routledge, 2010

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, v. 30, n. 1, p. 165-181, 2003.

KARLSEN, E. **'Politics is the art of the possible', but is Malcolm Turnbull likely to change the Government's hard-line approach to asylum seekers?**. Parliament of Australia, 2016. Disponível em: <https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/FlagPost/2016/February/Turnbull_on_asylum_seekers#:~:text=He%20observed%20that%20the%20object,They%20stopped.> Acesso em 02/02/2024

_____. The emerging middle power concept: Time to say goodbye?. **South African Journal of International Affairs**, v. 24, n. 3, p. 395-412, 2017.

KEENS-SOPER, M. The General Assembly Reconsidered *in* Geoff Berridge e Anthony Jennings (Ed.). **Diplomacy at the UN**. London: Macmillan, 1985.

KEOHANE, R. O. Lilliputians' dilemmas: small states in International politics. **International organization**, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.

_____. Understanding multilateral institutions in easy and hard times. **Annual Review of Political Science**, v. 23, p. 1-18, 2020.

_____; NYE JR, Joseph S. Power and interdependence in the information age. **Foreign Aff.**, v. 77, p. 81, 1998.

KESGIN, B. Turkey's Erdoğan: leadership style and foreign policy audiences. **Turkish Studies**, v. 21, n. 1, p. 56-82, 2020.

KRASNER, S. D.; JONGRYN, M. **Regime Building in the Competitive World Order the Case of The G20**. Middle Powers and G20 Governance, p. 75-102, 2012.

KREPPEL, A.; TSEBELIS, G. Coalition formation in the European Parliament. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 8, p. 933-966, 1999.

KUTLAY, M.; ÖNIŞ, Z. Turkish foreign policy in a post-western order: strategic autonomy or new forms of dependence?. **International Affairs**, v. 97, n. 4, p. 1085-1104, 2021.

LAVER, M.; GARRY, J. Estimating Policy Positions from Political Texts. **American Journal of Political Science**, 44(3), 619-634, 2000.

LAVER, M.; BENOIT, K.; GARRY, J. Extracting policy positions from political texts using words as data. **American political science review**, v. 97, n. 2, p. 311-331, 2003.

LEMKE, D. Dimensions of hard power: regional leadership and material capabilities *in* Daniel Flesmes (Ed.). **Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers**. Routledge, 2010.

LENNON, A. TJ; KOZLOWSKI, A. (Ed.). **Global powers in the 21st century: strategies and relations**. MIT Press, 2008.

LIMA, M. R. S. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto internacional**, v. 12, n. 1, p. 7, 1990.

LO, J.; PROKSCH, S. O.; SLAPIN, J. B. Ideological clarity in multiparty competition: A new measure and test using election manifestos. **British Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 591-610, 2013.

LÓPEZ, C. B. Partidos políticos, ideología y política exterior en Uruguay (2010-2014). **Colombia Internacional**, n. 83, p. 135-169, 2015.

LOWE, W. Understanding wordscores. **Political Analysis**, v. 16, n. 4, p. 356-371, 2008.

LOWE, W. et al. Scaling policy preferences from coded political texts. **Legislative studies quarterly**, v. 36, n. 1, p. 123-155, 2011.

MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. **Latin american politics and society**, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011.

MARIANO, M.; RAMANZINI JR., H.; ALMEIDA, R. A cooperação Sul-Sul na política externa brasileira dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. In: **5º National Meeting of the Brazilian Association of International Relations**. 2015.

MARTIN, S. Scott Morrison fends off claim Solomon Islands-China pact is worst foreign policy failure since 1945. Australian Politics, **The Guardian**, 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/australia-news/2022/apr/20/scott-morrison-fends-off-claim-solomon-islands-china-pact-is-worst-foreign-policy-failure-since-1945>>. Acesso em 21/01/2024.

MAYNARD, J. L. A map of the field of ideological analysis. **Journal of Political Ideologies**, v. 18, n. 3, p. 299-327, 2013.

MAYNARD, J. L.; MILDENBERGER, M. Convergence and Divergence in the Study of Ideology: A Critical Review. **British Journal of Political Science**, 48(2), 563-589, 2018.

MAYNARD, J. L.; HAAS, M. L. (Ed.). **The Routledge Handbook of Ideology and International Relations**. Taylor & Francis, 2023.

MCDOUGALL, D. From Malcolm Turnbull to ScoMo: crisis for the centre-right in Australia. **The Round Table**, v. 107, n. 5, p. 557-570, 2018.

MESQUITA, R.; SEABRA, P. Go global or go home: Comparing the regional vs. global engagement of Brazil and South Africa at the UN general assembly. **Politikon**, v. 47, n. 3, p. 361-384, 2020.

MILANI, C. R.S; PINHEIRO, L. The politics of Brazilian foreign policy and its analytical challenges. **Foreign Policy Analysis**, v. 13, n. 2, p. 278-296, 2016.

MILNER, H. V.; JUDKINS, B. Partisanship, trade policy, and globalization: Is there a left–right divide on trade policy?. **International studies quarterly**, v. 48, n. 1, p. 95-119, 2004.

MILNER, H. V.; TINGLEY, D. H. The political economy of US foreign aid: American legislators and the domestic politics of aid. **Economics & Politics**, v. 22, n. 2, p. 200-232, 2010.

NATHAN, L. Consistency and inconsistencies in South African foreign policy. **International affairs**, v. 81, n. 2, p. 361-372, 2005.

_____. African solutions to African problems: South Africa's foreign policy. University of Pretoria. 2013. Disponível em: https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/42486/Nathan_African_2013.pdf?sequence

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of international studies**, v. 36, n. 4, p. 881-901, 2010.

NOËL A.; THÉRIEN, J. P. LEFT AND RIGHT The Significance of a Global Distinction in MAYNARD, Jonathan Leader; HAAS, Mark L. (Ed.). **The Routledge Handbook of Ideology and International Relations**. Taylor & Francis, 2022.

ONUKEI, J.; OLIVEIRA, A. J. De. Eleições, política externa e integração regional. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 145–155, nov. 2006.

OTAVIO, A. A Administração Ramaphosa e o retorno ao protagonismo da África do Sul: tendências e desafios à Política Externa. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 11, 2021.

PAIVA, F. L.; MESQUITA, R. Liderando do meio? Dimensionando a liderança das potências intermediárias nas organizações internacionais (1975-2017). **Carta Internacional**, 17(1), e1223-e1223, 2022.

POTRAFKE, N. Does government ideology influence political alignment with the US? An empirical analysis of voting in the UN General Assembly. **The Review of International Organizations**, v. 4, p. 245-268, 2009.

PRAKOSO, F. F.; WARDHANI, B. National Identity Analysis and Foreign Policy: Australia Turn Back the Boats Policy under Tony Abbott. In **Proceedings of Airlangga Conference on International Relations**, p. 477-483, 2018.

PRYS, M. **Redefining regional power in international relations: Indian and South African perspectives**. Routledge, 2012.

PU, X. China's international leadership: Regional activism vs. global reluctance. **Chinese Political Science Review**, v. 3, n. 1, p. 48-61, 2018.

RATHBUN, B. Towards a dual process model of foreign policy ideology. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 34, p. 211-216, 2020.

RIZZI, K. R.; SCHUTZ, N. X. Política externa da Nova África do Sul: Reinserção e afirmação regional. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 3, n. 5, 2014.

ROBERTSON, J. Middle-power definitions: confusion reigns supreme. **Australian Journal of International Affairs**, v. 71, n. 4, p. 355-370, 2017.

ROBERTSON, J.; CARR, A. Is anyone a middle power? The case for historicization. **International Theory**, p. 1-25, 2023.

ROCHA, F. O. **Comparando agendas diplomáticas: ênfases temáticas de presidentes e de chanceleres brasileiros (1995-2019)**. 2021.

SARAIVA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras. **Relações Internacionais**, v. 44, n. 1, p. 25-35, 2014.

SAYARI, S. Towards a new Turkish party system?. **Turkish Studies**, v. 8, n. 2, 2007.

SECCHES, D. V.; VADELL, J.; RAMOS, L. Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma aproximação teórico-conceitual. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

SILVA, A. L. R. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 11, n. 120, p. 18-24, 2010.

_____. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2022.

_____; HOLLEBEN, R. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003-2020). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, MS. v. 11, n. 22, p.200-226, 2022.

SLAPIN, J. B. *Creating a document feature matrix* [Video]. Sage Research Methods, 2017.

_____; PROKSCH, S. A scaling model for estimating time-series party positions from texts. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 3, p. 705-722, 2008.

STONE, R. W. The political economy of IMF lending in Africa. **American political science review**, v. 98, n. 4, p. 577-591, 2004.

TAŞ, H. Erdoğan and the Muslim Brotherhood: An outside-in approach to Turkish foreign policy in the Middle East. **Turkish Studies**, v. 23, n. 5, p. 722-742, 2022.

TYLER, M.; ARTHUR, R. What We Learned in 2019: Morrison's Foreign Policy. Australian Outlook, **Australian Institute of International Affairs**, 2019. Disponível em: <<https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/what-we-learned-in-2019-morrison-foreign-policy/>>. Acesso em 21/01/2024.

UNGERER, C. The “middle power” concept in Australian foreign policy. **Australian Journal of Politics & History**, v. 53, n. 4, p. 538-551, 2007.

VALENCIA, A. R.; RUVALCABA, D. M. El poder nacional-internacional de los Estados. Una propuesta trans-estructural. **Geopolítica (s)**, v. 9, n. 1, p. 137, 2018.

VAN DIJK, T. A., 'Ideology and Discourse', in Michael Freeden, and Marc Stears (eds), **The Oxford Handbook of Political Ideologies**, 2013.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, v. 15, p. 31-61, 2003.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: Uma Década de Política Externa (1995–2005), **Civitas** v. 5, n. 2. Porto Alegre, 2005.

WEBER, M. **The theory of social and economic organization**. Nova York, The Free Press, 1964.

WELBERS, K.; VAN ATTEVELDT, W.; BENOIT, K. Text analysis in R. **Communication methods and measures**, v. 11, n. 4, p. 245-265, 2017.

YEGEN, O. Constitutional Changes under the AKP Government of Turkey. **Tijdschrift voor Constitutioneel Recht**, p. 70, 2017.

YOUNG, L.; SOROKA, S. Affective news: The automated coding of sentiment in political texts. **Political Communication**, v. 29, n. 2, p. 205-231, 2012.

_____. Lexicoder Sentiment Dictionary. 2012.

APÊNDICE A – LISTA DE PALAVRAS DO DICIONÁRIO

Social: "ethnic*", "race", "raci*", "indigen*", "girls", "woman", "women", "child*", "hunger", "poverty", "homeless*", "poor*", "inequal*", "vulnerab*", "disadvantaged", "violence", "exploitation", "crim*", "die*", "genocide", "discrimination", "homophobia", "islamophobia", "xenophobia", "prejudice", "discriminat*", "minorit*", "repressi*", "asylum", "social", "educat*", "health*", "art", "museum*", "music*", "assist", "benefit", "care", "redistribution*", "eradication", "disease*", "inclusion", "gender", "justic*", "voic*", "hope", "famili*", "people", "equal*", "injustic*", "minor*", "vaccin*"

Ambient: "catalytic", "chemical*", "chimney*", "clean*", "congestion", "cyclist*", "deplet*", "ecolog*", "emission*", "energy-saving", "environment*", "fur", "green*", "habitat*", "hedgerow*", "litter*", "opencast", "open-cast*", "ozone", "planet", "recycl*", "re-cycl*", "re-use", "toxic", "warming", "climat*", "amazon*", "deforestation", "rainforest", "sustainable", "biodiversity", "footprint*", "sea", "seas", "ecosystem*", "wwf", "world_wild_fund_for_nature", "cop_21", "paris_agreement", "sdg", "Sustainable_Development_Goals", "mdg", "2030", "energy", "carbon", "kyoto", "ocean*", "renewable*", "nature*", "humankind", "wast*

Defesa: "arab_peace_iniative", "arm*", "militar*", "force*", "defense", "firepower", "Headquarter*", "operation*", "security", "navi*", "navy", "airforce", "army", "armi*", "defence", "gun*", "general", "soldier*", "forc*", "shield", "peacekeeping", "rule*", "extrem*", "explos*", "threat", "tension*", "missil", "hostil", "ceasefir*", "civilian*", "peacebuild*", "territori*", "da'esh", "illicit", "police", "sovereignty", "Counter-terrorism", "peace_agreement", "strategic_alliances", "conflict", "nuclear_deal", "law", "oper", "confront", "tension", "civilian", "stabil*", "armament", "self-determin*", "rearmament", "manpower", "terror*", "headquart*", "forefront", "blackseafor*"

Economia: "export*", "fee", "fees", "financ*", "import", "imports", "trade", "inflation", "market*", "trade_liberalization", "expenditure*", "liberalism*", "free_circulation*", "good*", "service*", "invest*", "monetary", "money", "tax*", "commerc*", "credit*", "loan*", "flow*", "bank", "regulation*", "econom*", "tariffs", "entrepreneurship", "privat*", "deregulation", "business*", "sanction*", "stabil*", "budget", "commodit*", "concession", "debt", "deflation", "desregulamentation*", "economic_freedom", "fdi", "fiscal", "foreign_direct_investment", "gdp", "gross_domestic_product", "income", "job*", "labour", "price", "privatization*", "profit*", "propert*", "recession", "regulatory", "commerce*", "customer*", "estate", "financial_cris*", "flow", "franchise*", "industr*", "investor*", "labor", "lease*", "manufactur*", "mortgage*", "spend", "sponsorship"

OIS: "international_monetary_fund", "imf", "world_bank", "world_bank", "world_trade_organization", "world_trade_organisation", "wto", "gatt", "doha", "security_council", "security_council*", "unsc", "g8", "g-8", "group_of_8", "group_of_eight", "nato", "north_atlantic_treaty_organization", "g20", "g20", "g-20", "group_of_20", "group_of_twenty", "supranational", "international_institution*"

ORS: "brics", "bric", "mikta", "ibsa", "economic_cooperation_organization", "eco", "south_asian_association_for_regional_cooperation", "saarc", "african_union", "aegean", "nepad", "mercosur", "common_market_southern_cone", "common_market_south", "southern_commom_market", "asem", "asia_europe_meeting", "pacific_island_forum", "pif", "trans_pacific_partnership", "tpp", "transpacific_partnership", "trans-pacific_partnership",

"islamic_conference_organization", "ico", "non-aligned_Movement", "regional_institution*",
"neighbou*"

PD: "european_union", "europe*", "eu", "wealth_nation*", "great_power*",
"united_kingdom", "germany", "italy", "albania", "andorra", "armenia", "australia", "austria",
"belgium", "benin", "bosnia_and_herzegovina", "bulgaria", "canada", "croatia",
"czech_republic", "denmark", "estonia", "finland", "france", "french_polynesia", "georgia",
"greece", "greenland", "holy_see", "hungary", "ireland", "japan*", "korea", "latvia", "lithuania",
"luxembourg", "malta", "netherlands", "new_zealand", "norway", "poland", "portugal", "qatar",
"romania", "serbia", "slovakia", "slovenia", "spain", "sweden", "switzerland",
"united_arab_emirates", "unitedstates", "unitedst", "white_house", "usa", "washington",
"american_leadership", "developed_countr*", "developed_econom*", "developed_world",
"rich_countr*", "wealth_nations"

PED: "latin_america*", "latin", "south", "africa*", "asia", "middle_east", "underdevelop*",
"developing_countr*", "southern_region*", "emerging_countr*",
"least_developed_countries", "LDCs", "brazil*", "south_africa*", "israel*", "palestin*",
"east_timor", "nigeria", "angola", "syria*", "libya", "cuba*", "russia*", "india*", "chin*",
"ukrain*", "haiti", "leban*", "congo", "saudi_arabia", "iraq", "north_korea", "darfur", "mexic*",
"turk*", "afghanistan", "mali", "tunisia", "egypt", "jordan", "nairob*",
"central_african_republic", "sierra_leone", "liberia", "guinea", "algeria", "american_samoa",
"anguila", "antigua_and_barbuda", "aruba", "azerbaijan", "bahamas", "bahrain", "bangladesh",
"barbados", "belarus", "belize", "bermuda", "bhutan", "botswana", "brunei", "burkina_faso",
"burundi", "cambodia", "cameroon", "cape_verde", "chad", "colombia*", "comoros",
"costa_rica", "cote_divoire", "Curaçao", "cyprus", "djibouti", "dominica", "Ecuador",
"El_Salvador", "eritrea", "Ethiopia", "Fiji", "Gabon", "gambia", "Ghana", "Grenada",
"Guatemala", "Guyana", "Haiti", "Honduras", "Iceland", "Indonesia", "Iran", "Jamaica", "Jordan",
"Kazakhstan", "Kenya", "Kiribati", "Kuwait", "Kyrgyz_Republic", "Lesotho", "Liberia", "Libya",
"Macao", "Madagascar", "Malawi", "Malasya", "Mali", "Mauritania", "Mauritius", "Moldova",
"Mongolia", "Montenegro", "Morocco", "Mozambique", "Myanmar", "Namibia", "Nauru",
"Nepal", "Nicaragua", "Niger", "Oman", "Pakistan*", "Palau", "Panama", "Peru*", "Philippines",
"Pitcairn", "rwanda", "Saint_Helena", "San_Marino", "Sao_Tome_and_Principe", "Senegal",
"Seychelles", "Singapore", "Solomon_Islands", "Somalia", "Sri_Lanka", "Sudan", "Suriname",
"Swaziland", "Tajikistan", "Tanzania", "Thailand", "Togo", "Tonga", "Trinidad_and_Tobago",
"Tunisia*", "Turkmenistan", "Tuvalu", "uganda", "uruguay*", "uzbekistan", "vanuatu",
"Venezuela*", "Vietnam", "Yemen", "Zambia", "Zimbabwe", "reunion", "marginal",
"world's_south"

APÊNDICE B – INDICADORES DOS POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS

Tabela A – Contagem dos termos por categoria e líder

doc_id	Número de citações								% das citações no texto			
	social	ambiente	defesa	economia	OIs	ORs	PD	PED	social	amb	defe	econ
Abbott	18	4	7	34	4	0	7	29	0.29	0.06	0.11	0.54
Bolsonaro	156	102	92	144	3	5	39	76	0.32	0.21	0.19	0.29
Cardoso	8	2	18	17	2	0	5	4	0.18	0.04	0.40	0.38
Erdogan1	174	36	175	56	22	2	35	150	0.39	0.08	0.40	0.13
Erdogan2	212	97	197	65	17	12	43	209	0.37	0.17	0.35	0.11
Gillard	43	5	21	12	7	2	1	32	0.53	0.06	0.26	0.15
Gul	86	42	93	49	13	7	16	94	0.32	0.16	0.34	0.18
Howard	9	2	26	11	3	0	4	9	0.19	0.04	0.54	0.23
Mbeki1	143	18	91	28	1	30	11	146	0.51	0.06	0.33	0.10
Mbeki2	143	33	23	21	3	5	12	53	0.65	0.15	0.10	0.10
Modi	136	89	70	55	5	4	4	27	0.39	0.25	0.20	0.16
Morrison	97	150	58	105	0	6	7	14	0.24	0.37	0.14	0.26
Ramaphosa	80	13	37	26	2	1	0	27	0.51	0.08	0.24	0.17
Rousseff1	230	60	85	161	19	8	15	86	0.43	0.11	0.16	0.30
Rousseff2	83	92	21	56	1	0	5	18	0.33	0.37	0.08	0.22
Rudd	32	50	47	163	37	0	6	14	0.11	0.17	0.16	0.56
Sezer	16	1	5	6	1	0	0	3	0.57	0.04	0.18	0.21
Silva1	217	27	54	103	23	7	13	60	0.54	0.07	0.13	0.26
Silva2	75	76	32	101	17	3	9	53	0.26	0.27	0.11	0.36
Singh	77	55	102	89	10	1	11	77	0.24	0.17	0.32	0.28
Temer	89	55	60	64	5	8	11	89	0.33	0.21	0.22	0.24
Turnbull	38	20	42	19	2	0	0	23	0.32	0.17	0.35	0.16

Vajpayee	78	26	104	44	16	2	7	42	0.31	0.10	0.41	0.17
Zuma	116	35	60	46	13	16	10	150	0.45	0.14	0.23	0.18

Fonte: elaboração própria

Tabela B – Entonações por categoria e líder

doc_id	NT_defCom	NT_socioAmb	NT_OIs	NT_ORs	NT_PD	NT_PED
Abbott	0.372	0.474	0.778	0.000	0.294	0.043
Bolsonaro	0.381	0.327	0.294	0.857	0.486	0.355
Cardoso	0.157	-0.038	0.500	0.000	0.235	0.250
Erdogan1	0.068	0.085	0.238	-0.333	0.377	0.102
Erdogan2	0.220	0.235	0.538	0.585	0.237	0.225
Gillard	0.409	0.309	0.563	0.273	0.500	0.471
Gul	0.188	0.302	0.410	0.677	0.672	0.393
Howard	0.475	0.760	1.000	0.000	0.727	0.742
Mbeki1	0.127	0.199	0.600	0.717	0.185	0.330
Mbeki2	0.065	0.171	0.125	-0.034	0.091	0.163
Modi	0.213	0.393	0.852	0.455	0.059	0.260
Morrison	0.556	0.514	0.000	0.632	0.818	0.783
Ramaphosa	0.299	0.246	0.385	-0.333	0.000	0.045
Rousseff1	0.079	0.253	0.099	0.571	0.072	0.121
Rousseff2	0.371	0.432	1.000	0.000	0.059	0.395
Rudd	0.192	0.183	0.429	0.000	0.455	0.306
Sezer	0.543	0.514	0.556	0.000	0.000	0.467
Silva1	0.252	0.156	0.200	0.579	-0.014	0.237
Silva2	0.112	0.121	-0.030	0.000	0.200	0.456
Singh	0.244	0.255	0.591	-1.000	0.488	0.369
Temer	0.235	0.242	0.379	0.739	0.750	0.543
Turnbull	0.340	0.294	0.375	0.000	0.000	0.333
Vajpayee	-0.055	0.058	0.333	0.200	0.021	0.084
Zuma	0.236	0.216	0.547	0.506	0.280	0.296

Fonte: elaboração própria

Tabela C – IDR e ID dos líderes por categoria

doc_id	IDR_pauta	ID_pauta	IDR_organ	ID_organ	IDR_pais	ID_pais
Abbott	0.302	0.10	1.000	2.56	-0.611	-0.110
Bolsonaro	-0.045	0.06	-0.250	-1.38	-0.322	-0.060
Cardoso	0.556	0.95	1.000	2.00	0.111	0.082
Erdogan1	0.048	0.01	0.833	1.98	-0.622	-0.072
Erdogan2	-0.082	-0.11	0.172	0.08	-0.659	-0.635
Gillard	-0.185	0.01	0.556	1.14	-0.939	-0.882
Gul	0.052	-0.18	0.300	-0.24	-0.709	-0.152
Howard	0.542	-0.03	1.000	3.00	-0.385	-0.414
Mbeki1	-0.150	-0.29	-0.935	-1.17	-0.860	-1.150
Mbeki2	-0.600	-0.81	-0.250	0.07	-0.631	-0.776
Modi	-0.286	-0.64	0.111	0.91	-0.742	-1.144
Morrison	-0.205	-0.12	-1.000	-2.26	-0.333	-0.262
Ramaphosa	-0.192	-0.09	0.333	1.77	-1.000	-1.090
Rousseff1	-0.082	-0.43	0.407	-0.54	-0.703	-0.799
Rousseff2	-0.389	-0.51	1.000	3.00	-0.565	-1.238
Rudd	0.438	0.46	1.000	1.86	-0.400	-0.103
Sezer	-0.214	-0.16	1.000	2.11	-1.000	-1.933
Silva1	-0.217	-0.03	0.533	-0.22	-0.644	-1.146
Silva2	-0.063	-0.08	0.700	0.64	-0.710	-1.222
Singh	0.183	0.16	0.818	4.00	-0.750	-0.511
Temer	-0.075	-0.09	-0.231	-0.95	-0.780	-0.366
Turnbull	0.025	0.12	1.000	1.75	-1.000	-1.667
Vajpayee	0.175	-0.05	0.778	1.04	-0.714	-0.839
Zuma	-0.175	-0.14	-0.103	-0.02	-0.875	-0.908

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE C – INDICADORES COM CONTROLE DE EVENTOS

Tabela A – Indicadores controlados por contexto

doc_id	período	evento	Contagem de termos										NTesq	NTdir	IDR	ID
			pd	ped	OIs	ORs	social	ambient	def	econ	esq	dir				
Abbott	2013-2015		7	29	4	0	18	4	7	34	51	52	0.354	0.402	0.010	0.105
Bolsonaro	2018-2022	covid	39	76	8	5	136	102	92	135	319	274	0.343	0.406	-0.076	0.050
Cardoso	1999-2003	wtc	2	4	2	0	8	2	5	17	14	26	0.000	0.286	0.300	0.871
Erdogan1	2014-2018		35	150	22	2	174	36	175	56	362	288	0.121	0.102	-0.114	-0.152
Erdogan2	2019-2022	covid	43	209	25	12	189	97	197	62	507	327	0.244	0.253	-0.216	-0.198
Gillard	2010-2013	primavera árabe	1	23	9	2	43	5	21	12	73	43	0.341	0.409	-0.259	-0.121
Gul	2008-2013	primavera árabe, crise 08	16	54	19	7	86	42	85	22	189	142	0.314	0.264	-0.142	-0.241
Howard	1996-2007		4	9	3	0	9	2	26	11	20	44	0.737	0.496	0.375	-0.107
Mbeki1	1999-2003	wtc	3	112	2	30	143	18	39	28	303	72	0.305	-0.034	-0.616	-1.294
Mbeki2	2004-2008	crise 08	12	53	3	5	143	33	23	11	234	49	0.192	0.047	-0.654	-0.943
Modi	2014-	covid	4	27	7	4	117	89	70	50	237	131	0.354	0.265	-0.288	-0.468
Morrison	2018-2022	covid	7	14	2	6	63	150	58	88	233	155	0.537	0.576	-0.201	-0.124
Ramaphosa	2018-2022	covid	0	27	2	1	80	13	37	26	121	65	0.213	0.305	-0.301	-0.118
Rousseff1	2011-2014	primavera árabe	15	71	31	7	230	60	79	161	368	286	0.237	0.093	-0.125	-0.413
Rousseff2	2015-2016		5	18	1	0	83	92	21	56	193	83	0.421	0.356	-0.399	-0.529
Rudd	2007-2010	crise 08	6	14	46	0	32	50	47	56	96	155	0.184	0.235	0.235	0.338
Sezer	2000-2007		0	3	2	0	16	1	5	6	20	13	0.550	0.560	-0.212	-0.192
Silva1	2003-2006	wtc	2	17	30	6	217	27	20	103	267	155	0.215	0.234	-0.265	-0.228
Silva2	2007-2010	crise 08	9	53	18	1	75	76	32	52	205	111	0.167	0.108	-0.297	-0.414
Singh	2004-2014	primavera árabe, crise 08	11	74	13	1	77	55	86	76	207	186	0.300	0.281	-0.053	-0.090
Temer	2016-2018		11	89	5	8	89	55	60	64	241	140	0.332	0.261	-0.265	-0.407
Turnbull	2015-2018	crise 08	0	23	2	0	38	20	42	19	81	63	0.330	0.333	-0.125	-0.118

Vajpayee	1999-2004	wtc	4	42	18	2	78	26	40	44	148	106	0.064	0.058	-0.165	-0.178
Zuma	2009-2018	primavera árabe, crise 08	10	122	14	16	116	35	56	37	289	117	0.252	0.261	-0.424	-0.407

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE D – ENTONAÇÕES AJUSTADAS PELA MÉDIA

Para modelar a variação na análise da entonação, é considerada a tendência geral de cada tema ao calcular a média de entonação de todos os discursos relacionados a ele. As entonações individuais são ajustadas subtraindo essa média temática, o que permite normalizar os dados e revelar variações específicas de cada líder em relação ao tom geral do tema. Esse ajuste ajuda a identificar discursos que se destacam como excepcionalmente positivos ou negativos, considerando a tendência natural de cada tema abordado.

Tabela A – entonações ajustadas pela média

doc_id	NT_defCom	NTajust_defCom	NT_socioAmb	Ntajust_socioAmb	NT_OIs	NTajust_OIs	NT_organ	NTajust_organ	NT_PD	NTajust_PD	NT_PED	NTajust_PED
Abbott	0.372	0.119	0.474	0.194	0.778	0.329	0.000	-0.212	0.294	0.003	0.043	-0.280
Bolsonaro	0.381	0.127	0.327	0.048	0.294	-0.154	0.857	0.645	0.486	0.195	0.355	0.031
Cardoso	0.157	-0.096	-0.038	-0.318	0.500	0.052	0.000	-0.212	0.235	-0.056	0.250	-0.074
Erdogan1	0.068	-0.186	0.085	-0.194	0.238	-0.210	-0.333	-0.545	0.377	0.085	0.102	-0.222
Erdogan2	0.220	-0.033	0.235	-0.044	0.538	0.090	0.585	0.373	0.237	-0.055	0.225	-0.099
Gillard	0.409	0.156	0.309	0.030	0.563	0.114	0.273	0.061	0.500	0.209	0.471	0.148
Gul	0.188	-0.065	0.302	0.023	0.410	-0.039	0.677	0.465	0.672	0.380	0.393	0.069
Howard	0.475	0.221	0.760	0.481	1.000	0.552	0.000	-0.212	0.727	0.436	0.742	0.418
Mbeki1	0.127	-0.126	0.199	-0.081	0.600	0.152	0.717	0.505	0.185	-0.106	0.330	0.006
Mbeki2	0.065	-0.188	0.171	-0.108	0.125	-0.323	-0.034	-0.247	0.091	-0.200	0.163	-0.160
Modi	0.213	-0.040	0.393	0.113	0.852	0.403	0.455	0.242	0.059	-0.233	0.260	-0.064
Morrison	0.556	0.302	0.514	0.235	0.000	-0.448	0.632	0.420	0.818	0.527	0.783	0.459
Ramaphosa	0.299	0.045	0.246	-0.033	0.385	-0.064	-0.333	-0.545	0.000	-0.291	0.045	-0.279
Rousseff1	0.079	-0.174	0.253	-0.026	0.099	-0.349	0.571	0.359	0.072	-0.219	0.121	-0.203
Rousseff2	0.371	0.118	0.432	0.153	1.000	0.552	0.000	-0.212	0.059	-0.233	0.395	0.072
Rudd	0.192	-0.061	0.183	-0.096	0.429	-0.020	0.000	-0.212	0.455	0.163	0.306	-0.018
Sezer	0.543	0.290	0.514	0.235	0.556	0.107	0.000	-0.212	0.000	-0.291	0.467	0.143

Silva1	0.252	-0.001	0.156	-0.123	0.200	-0.248	0.579	0.367	-	0.014	-0.305	0.237	-0.087
Silva2	0.112	-0.142	0.121	-0.158	-0.030	-0.479	0.000	-0.212	0.200	-0.091	0.456	0.132	
Singh	0.244	-0.009	0.255	-0.024	0.591	0.143	-1.000	-1.212	0.488	0.197	0.369	0.045	
Temer	0.235	-0.018	0.242	-0.037	0.379	-0.069	0.739	0.527	0.750	0.459	0.543	0.219	
Turnbull	0.340	0.087	0.294	0.015	0.375	-0.073	0.000	-0.212	0.000	-0.291	0.333	0.010	
Vajpayee	-0.055	-0.308	0.058	-0.221	0.333	-0.115	0.200	-0.012	0.021	-0.270	0.084	-0.240	
Zuma	0.236	-0.017	0.216	-0.063	0.547	0.099	0.506	0.294	0.280	-0.011	0.296	-0.027	

Fonte: elaboração própria